

estudos históricos

EEH

59 | *Mundos do
Trabalho*

ISSN 2178-1494 | 2016

 **FGV CPDOC**
ESCOLA DE
CIÊNCIAS
SOCIAIS

estudos históricos

EH

59 | *Mundos do Trabalho*

ISSN 2178-1494

 **FGV CPDOC**
ESCOLA DE
CIÊNCIAS
SOCIAIS

Estudos Históricos, volume 29, número 59, set.-dez. de 2016. Rio de Janeiro: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas, 1988 ———.

Quadrimestral

Resumos em português, inglês e francês

Editada e distribuída pela Editora Fundação Getúlio Vargas

ISSN: 2178-1494.

1. História 2. Historiografia 3. Periódicos 4. Ciências Sociais 5. Economia e Sociedade.

I — : Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas

CDD 981.005

CDU 981(051)

E-mail: eh@fgv.br

Endereço na internet: <http://www.fgv.br/cpdoc/revista>

Endereço postal:

Fundação Getúlio Vargas/CPDOC

Secretaria da Revista Estudos Históricos

Praia de Botafogo, 190, 14º andar, Rio de Janeiro 22.523-900 RJ

SUMÁRIO

MUNDOS DO TRABALHO | *Editores* | **583**

ARTIGOS

O PROCESSO HISTÓRICO DE FORMAÇÃO DA CLASSE TRABALHADORA: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES | *Alexandre Fortes* | **587**

TRABALHADORES NEGROS E O “PARADIGMA DA AUSÊNCIA”: CONTRIBUIÇÕES À HISTÓRIA SOCIAL DO TRABALHO NO BRASIL | *Álvaro Pereira Nascimento* | **607**

A PENA COMO ARMA: TRABALHO, INTIMIDADE E ROTINA NAS CARTAS DOS POLICIAIS PAULISTAS (1870-1915) | *Andre Rosemberg* | **627**

“TODAS AS LIBERDADES SÃO IRMÃS”: OS CAIXEIROS E AS LUTAS DOS TRABALHADORES POR DIREITOS ENTRE O IMPÉRIO E A REPÚBLICA | *Fabiane Popinigis* | **647**

A REGULAÇÃO DO TRABALHO FEMININO EM UM SISTEMA POLÍTICO MASCULINO, BRASIL: 1932-1943 | *Teresa Cristina Novaes Marques* | **667**

PEDRO MANETA E O CONCURSO LITERÁRIO PROMOVIDO PELO MINISTÉRIO DO TRABALHO INDÚSTRIA E COMÉRCIO EM 1942 | *Adriano Luiz Duarte* | **687**

O ADVOGADO E OS “TRABALHADORES FAVELADOS”: ANTOINE DE MAGARINOS TORRES E A PRÁTICA POLÍTICA NAS FAVELAS CARIOCAS DOS ANOS 1950 E 1960 | *Mauro Amoroso e Rafael Soares Gonçalves* | **707**

NAS TRAMAS DO COTIDIANO: EXPERIÊNCIAS DE JOVENS E MULHERES TRABALHADORAS NA INDÚSTRIA TÊXTIL DE BLUMENAU (1958-1968) | *Cristina Ferreira* | **725**

O TAL DE NATAL: REIVINDICAÇÃO POR DIREITO TRABALHISTA E ASSASSINATOS DE CAMPONESES. PERNAMBUCO, 1963 | *Pablo Francisco de Andrade Porfírio* | **745**

O LOBBY DOS TRABALHADORES NO PROCESSO CONSTITUINTE DE 1987-88: UM ESTUDO SOBRE A ATUAÇÃO DO DIAP | *Lucas Nascimento Ferraz Costa* | **767**

COLABORAÇÃO ESPECIAL

ARQUIVOS DO COMUNISMO E PERSPECTIVAS DE PESQUISA 25 ANOS APÓS A “REVOLUÇÃO DOS ARQUIVOS”: UM BALANÇO GLOBAL | *Bernhard H. Bayerlein* | **787**

ENTREVISTA

ENTREVISTA COM MICHAEL HALL | *Paulo Fontes e Francisco Macedo* | **813**

TESES E DISSERTAÇÕES

TESES E DISSERTAÇÕES DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA, POLÍTICA E BENS CULTURAIS (PPHBC) DO CPDOC/FGV DEFENDIDAS EM 2016 | **847**

TABLE OF CONTENTS

WORLDS OF LABOR | *The Editors* | **583**

ARTICLES

THE HISTORICAL PROCESS OF THE WORKING CLASS FORMATION: SOME CONSIDERATIONS | *Alexandre Fortes* | **587**

BLACK WORKERS AND THE "PARADIGM OF ABSENCE": CONTRIBUTIONS TO THE SOCIAL HISTORY OF LABOR IN BRAZIL | *Álvaro Pereira Nascimento* | **607**

THE PEN AS A WEAPON: WORK, INTIMACY AND ROUTINE IN THE LETTERS OF SÃO PAULO'S POLICEMEN (1870-1915) | *Andre Rosemberg* | **627**

"ALL FREEDOMS ARE EQUAL": THE SALESMEN AND THE WORKERS' FIGHTS FOR RIGHTS BETWEEN THE EMPIRE AND THE REPUBLIC | *Fabiane Popinigis* | **647**

THE REGULATION OF WOMEN'S WORK IN A MALE POLITICAL SYSTEM, BRAZIL: 1932 TO 1943 | *Teresa Cristina Novaes Marques* | **667**

PEDRO MANETA AND THE LITERARY CONTEST HELD BY THE MINISTRY OF LABOR, INDUSTRY AND COMMERCE IN 1942 | *Adriano Luiz Duarte* | **687**

THE LAWYER AND THE "SLUMS' WORKERS": ANTOINE DE MAGARINOS TORRES AND THE POLITICAL PRACTICE IN RIO'S SLUMS IN THE 1950S AND 1960S | *Mauro Amoroso e Rafael Soares Gonçalves* | **707**

WEAVING EVERYDAY LIFE: THE EXPERIENCES OF YOUNG AND FEMALE WORKERS IN THE TEXTILE INDUSTRY OF BLUMENAU (1958-1968) | *Cristina Ferreira* | **725**

THE CHRISTMAS BONUS: DEMAND FOR LABOR LAW AND THE KILLINGS OF PEASANTS. PERNAMBUCO, 1963 | *Pablo Francisco de Andrade Porfírio* | **745**

THE WORKER'S LOBBY IN THE CONSTITUENT PROCESS OF 1987-88: A STUDY ABOUT DIAP'S PERFORMANCE | *Lucas Nascimento Ferraz Costa* | **767**

SPECIAL CONTRIBUTION

COMMUNISM ARCHIVES AND PROSPECTS OF RESEARCH 25 YEARS AFTER THE "ARCHIVES REVOLUTION": A GLOBAL OVERVIEW | *Bernhard H. Bayerlein* | **787**

INTERVIEW

INTERVIEW WITH MICHAEL HALL | *Paulo Fontes and Francisco Macedo* | **813**

THESIS AND DISSERTATIONS

THESIS AND DISSERTATIONS OF THE PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA, POLÍTICA E BENS CULTURAIS (PPHPBC) DO CPDOC/FGV SUBMITTED IN 2016 | **847**

MUNDOS DO TRABALHO

ANGELA MOREIRA, MARCO AURÉLIO VANNUCCHI
E PAULO FONTES
EDITORES

Chega a ser surpreendente que *Estudos Históricos* não tenha tido, até este momento, um número específico dedicado aos mundos do trabalho. Temática cara à tradição acadêmica do CPDOC/FGV, os estudos sobre o trabalho e os(as) trabalhadores(as) foram centrais para algumas das obras e pesquisas mais importantes da instituição. Por outro lado, no entanto, esta edição chega em um momento particularmente rico para os estudos dos mundos do trabalho no Brasil em uma perspectiva histórica e interdisciplinar. O campo da história social do trabalho no Brasil vive, já há alguns anos, um período de criatividade, renovação e diversificação. Gerações recentes de historiadores, historiadoras e cientistas sociais em geral têm expandido o escopo da área, incluindo novas e pouco exploradas temáticas, como gênero, etnicidade, trabalho informal, bem como as conexões entre trabalho escravo, forçado e o chamado “trabalho livre”. Mesmo temas considerados clássicos, como sindicalismo, conflitos sociais, participação política dos trabalhadores e a relação entre os mundos do trabalho e o Estado e empresários têm sido abordados de formas inovadoras e inventivas, ampliando em muito o entendimento sobre o papel dos setores subalternos nos processos de desenvolvimento econômico e social e na construção da cidadania e da democracia na história do país.

Além disso, a produção historiográfica nesta área teve uma evidente ampliação geográfica, ultrapassando em muito as análises antes bastante confinadas ao eixo Rio-São Paulo.

Angela Moreira, Marco Aurélio Vannucchi e Paulo Fontes são professores da Escola de Ciências Sociais da Fundação Getúlio Vargas (CPDOC/FGV).

A multiplicação de estudos sobre outras regiões, sobre o mundo urbano e rural e sobre os mundos do trabalho em pequenas, médias e grandes cidades permite hoje uma visão muito mais complexa, sofisticada e “nacional” dos processos de formação de classe e das relações sociais brasileiras. Por outro lado, a produção no campo tem se internacionalizado crescentemente. Ao lado de suas congêneres indiana e sul-africana, a historiografia do trabalho brasileira tem sido amplamente reconhecida como um dos polos de renovação e dinamismo da chamada “História Global do Trabalho”.

Este número de *Estudos Históricos* dialoga diretamente com esse momento de vitalidade da história social do trabalho no Brasil. De um lado, apresenta vários estudos de grande qualidade sobre os mundos do trabalho no país em diferentes períodos, regiões e situações. De outro, também aponta os limites e desafios colocados para este campo de estudos. É o caso dos dois artigos que abrem a revista. Alexandre Fortes, em *O processo histórico de formação da classe trabalhadora: algumas considerações*, revisita a obra de E. P. Thompson procurando demonstrar como ela, a partir dos desafios atuais e confrontada com outros autores mais contemporâneos, ainda pode inspirar uma necessária atualização conceitual sobre o processo de formação de classe no Brasil. Já Álvaro Pereira Nascimento, em seu provocativo artigo *Trabalhadores negros e o “paradigma da ausência”: contribuições à história social do trabalho no Brasil*, faz um balanço da (in)visibilidade dos sujeitos negros na produção historiográfica dos mundos do trabalho. O autor aponta os vários problemas trazidos pela ausência desses sujeitos históricos nos estudos da história social do trabalho e sugere alguns caminhos metodológicos para superá-los.

Exemplo da ampliação que vem ocorrendo com o conceito de trabalho e trabalhadores(as), o artigo de André Rosemberg, *A pena como arma: trabalho, intimidade e rotina nas cartas dos policiais paulistas (1870-1915)*, surpreende ao abordar os policiais como trabalhadores, utilizando uma fonte pessoal e íntima como a correspondência trocada por esses personagens. Já Fabiane Popinigis, em *“Todas as liberdades são irmãs”: os caixeiros e as lutas dos trabalhadores por direitos entre o Império e a República*, retoma temas clássicos como o da “transição” do trabalho escravo para o trabalho livre e a construção da cidadania, a partir das experiências dos empregados do comércio carioca.

A regulação do trabalho feminino em um sistema político masculino, Brasil: 1932-1943, de Teresa Cristina Novaes Marques, inova ao abordar o polêmico processo de regulação do trabalho dos anos 1930 e 40 a partir de uma perspectiva de gênero, procurando compreender como a questão do trabalho feminino foi abordada por diferentes atores e movimentos políticos e sociais. Uma outra abordagem inédita sobre os mundos do trabalho durante a Era Vargas

é feita por Adriano Duarte em *Pedro Maneta e o concurso literário promovido pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio em 1942*. Nesse artigo, ao analisar o romance *Pedro Maneta*, premiado em concurso promovido pelo Ministério do Trabalho, o autor reflete sobre as intrincadas relações entre história, literatura e sociedade. Assim, a partir de novas perspectivas, rediscute a centralidade adquirida pelos mundos do trabalho durante o Estado Novo.

Tanto o papel das biografias e trajetórias de ativistas quanto as relações entre o universo do trabalho e da moradia são abordados no texto de Mauro Amoroso e Rafael Soares Gonçalves. *O advogado e os "trabalhadores favelados": Antonie de Magarinos Torres e a prática política nas favelas cariocas dos anos 1950 e 1960* analisa a ação do famoso advogado Magarinos, em particular na favela do Borel, e seu papel de estímulo ao associativismo de seus moradores. Temas clássicos da história do trabalho, como o cotidiano fabril e os processos de dominação nos locais de trabalho são abordados por Cristiana Ferreira a partir das experiências de mulheres e jovens em *Códigos de solidariedade na experiência de jovens e mulheres na indústria têxtil de Blumenau (1958-1968)*.

A mobilização dos trabalhadores rurais na crucial conjuntura do pré-1964 em um estado nordestino é o tema de Pablo Francisco de Andrade Porfírio em *O tal de natal: reivindicação por direito trabalhista e assassinatos de camponeses. Pernambuco, 1963*. O artigo analisa como, além do uso da violência, articulou-se uma narrativa visual e escrita para classificar, qualificar e construir significados para a ação reivindicatória dos camponeses. Por fim, *O lobby dos trabalhadores no Processo Constituinte de 1987-88: um estudo sobre a atuação do DIAP*, de Lucas Nascimento Ferraz Costa, mostra as diferentes estratégias e alianças políticas articuladas pelo Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (DIAP) para defender os interesses dos trabalhadores na Constituinte na segunda metade da década de 1980.

A seção *Contribuição Especial* apresenta o texto da palestra promovida pelo Laboratório de Estudos dos Mundos do Trabalho e Movimentos Sociais (LEMT) do CPDOC/FGV, proferida pelo historiador alemão Bernhard H. Bayerlein em julho de 2016. O artigo traça um panorama da situação e possibilidades de pesquisa nos arquivos mais importantes para os estudos históricos sobre o comunismo em diversas partes do globo. O arquivo da Internacional Comunista na Rússia e o projeto *Comintern Online* são analisados em particular. Por fim, o autor aborda o impacto que a abertura de novos acervos teve para a historiografia sobre comunismo, para as políticas de memória e para a história do século XX em geral.

Finalmente, este número traz uma rara entrevista com Michael Hall, um dos decanos da história do trabalho no Brasil. Professor do Departamento de História da Unicamp por mais de 30 anos, Michael Hall foi orientador de diversas gerações de historiadores. Foi ainda

um dos fundadores do Arquivo Edgard Leuenroth (AEL), o maior arquivo especializado em história do trabalho na América Latina. Nesta entrevista, concedida a Paulo Fontes e Francisco Macedo, Michael Hall fala sobre sua trajetória profissional e sua produção intelectual, analisa o desenvolvimento da historiografia do trabalho brasileira desde os anos 1960 e opina sobre os desafios contemporâneos desse campo de estudos.

<http://dx.doi.org/10.1590/S2178-14942016000300001>

O PROCESSO HISTÓRICO DE
FORMAÇÃO DA CLASSE TRABALHADORA:
ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

The historical process of the working class
formation: some considerations

ALEXANDRE FORTES

<http://dx.doi.org/10.1590/S2178-14942016000300002>

Alexandre Fortes é mestre e doutor em História pela Universidade Estadual de Campinas, e professor associado da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (fortes.ufrj@gmail.com).

Artigo recebido em 24 de agosto e aprovado para publicação em 11 de outubro de 2016.

RESUMO

O artigo enfoca a necessidade de atualização conceitual no debate sobre o processo histórico de formação da classe trabalhadora. Parte da análise das referências que influenciaram o desenvolvimento da história do trabalho no Brasil a partir dos anos 1980. Examina aspectos ainda pouco explorados da obra de E. P. Thompson e discute em que medida ela permanece atual. Por fim, sistematiza contribuições de diversos autores que vêm buscando reformular as abordagens sobre o tema de modo a enfrentar novos desafios políticos e conceituais.

PALAVRAS-CHAVE: formação de classe; trabalhadores; E. P. Thompson.

ABSTRACT

The article focuses on the need of a conceptual update in the debate about the historical process of formation of the working class. It starts from the analysis of the references that influenced the development of labor history in Brazil in the 1980s. It examines aspects still little explored in the works of E. P. Thompson and discusses in what extent they remain updated. Finally, it systematizes contributions by several authors that search to redefine approaches of the issue in order to face new political and conceptual challenges.

KEYWORDS: class formation; workers; E. P. Thompson.

RÉSUMÉ

L'article met l'accent sur la nécessité d'une mise à jour conceptuelle du débat sur le processus historique de formation de la classe ouvrière. Il part de l'analyse des références qui ont influencé le développement de l'histoire du travail au Brésil à partir des années 1980. Il examine des aspects encore peu explorés de l'oeuvre de E. P. Thompson et discute dans quelle mesure elle reste actuelle. Enfin, il systématise les contributions de plusieurs auteurs qui ont cherché à reformuler les approches de la question afin de répondre aux nouveaux défis politiques et conceptuels.

MOTS-CLÉS: formation de classe; ouvriers; E. P. Thompson.

O conceito de classe social ocupou lugar de destaque nos modelos analíticos construídos pelas principais correntes teóricas das ciências sociais a partir da Revolução Industrial. O auge da classe como paradigma explicativo pode ser situado no período entre o final do século XIX e o imediato pós-guerra, marcado pelo aumento da força dos movimentos políticos baseados em organizações de trabalhadores, chegando em alguns casos à conquista de poder por via eleitoral ou insurrecional. Esse processo político global foi coroado pela combinação entre o surgimento de um bloco de países socialistas e a formação de um Estado de Bem-Estar Social na Europa Ocidental. Assim consolidou-se, no campo marxista, a perspectiva teleológica esboçada no século anterior, que identificava classe como a única chave explicativa objetiva para o conflito e a “evolução” social, descartando outros fatores como “resíduos”, “ilusões ideológicas” ou “contradições secundárias”.

A partir do final da década de 1960, porém, o poder explicativo do conceito de classe passou a sofrer crescentes questionamentos. Inicialmente, a emergência de novos movimentos sociais identitários vinculados, entre outros elementos, a gênero, raça e geração, colocou em xeque a centralidade absoluta da lógica classista no campo da esquerda (Melucci, 1980; Offe, 1985; Laclau, 1986; Melucci, 1989; Touraine, 1989). A ressurgência do fator religioso na articulação de identidades políticas coletivas, que chamou a atenção do mundo a partir da Revolução Iraniana de 1979 e assumiu novo caráter após os atentados de 11 de setembro de 2001, também contribuiu para a marginalização das análises sócio-políticas articuladas em termos de classe. Esse processo se aprofundou à medida que o desmoronamento do bloco soviético, a crise do Estado de Bem-Estar Social e a desindustrialização nos países capitalistas centrais desencadearam uma crise do pensamento marxista.

O presente artigo pretende sistematizar algumas reflexões sobre a renovação do debate conceitual referente ao processo de formação da classe trabalhadora. Ele parte da análise das referências teóricas que influenciaram a reformulação das abordagens sobre a história do trabalho brasileira e das suas condições de recepção nos anos 1980. Num segundo momento, tecemos algumas considerações sobre as reflexões referentes aos conceitos de “classe”, “formação de classe” e “luta de classes” na obra de E. P. Thompson e de outros marxistas britânicos. Por fim, dialogamos com diversos outros autores que têm oferecido contribuições inovadoras buscando atualizar e ampliar o escopo das análises sobre os processos de formação de classe.

REPENSANDO CLASSE NO BRASIL DOS ANOS 1980: CONTEXTO E PARADIGMAS¹

O Brasil ocupa um lugar peculiar no quadro traçado acima. O final da década de 1970 foi marcado pelo fenômeno do “novo sindicalismo”, que se desdobrou posteriormente num protagonismo de lideranças gestadas nos movimentos de trabalhadores na política nacional. Essa política de base classista, contudo, coexistiu desde o início com a expansão de um leque diversificado de movimentos sociais. O debate acadêmico sobre o conceito de classe social na década seguinte expressa em grande medida as particularidades desse ambiente político-social.

O aumento do interesse pelos estudos históricos sobre o processo de formação da classe operária pode ser mapeado pela própria datação das primeiras edições brasileiras de alguns trabalhos clássicos. A coletânea *Os trabalhadores*, de Eric Hobsbawm, publicada originalmente em 1965, foi lançada no Brasil em 1981, apesar de diversos outros trabalhos do autor terem ampla circulação no país desde o início da década de 1970. Já no caso de *Mundos do trabalho*, apenas três anos se passaram entre o lançamento da edição original e o de sua tradução brasileira, em 1987. No mesmo ano, chegava ao alcance do leitor brasileiro o clássico *A formação da classe operária inglesa*, de E. P. Thompson, cuja edição original 24 anos antes revolucionara o debate sobre o tema.

Os britânicos, porém, não eram os únicos historiadores a influenciar o debate brasileiro. Em círculos mais especializados, os trabalhos dos norte-americanos David Montgomery e Herbert Gutman tiveram um impacto significativo. Montgomery (1979) chamou a atenção para o tema do “controle operário”, que ofereceu novas perspectivas para a análise da relação da resistência do trabalho artesanal e/ou especializado frente ao processo de expropriação do saber operário inerente aos modelos tayloristas e fordistas de organização da grande indústria. Trabalhos posteriores do mesmo autor enfocando a ascensão e refluxo do movimento operário organizado norte-americano entre o final da Guerra Civil e meados da década de 1920 (Montgomery, 1987) ou as lutas dos trabalhadores pelos direitos de cidadania ao longo do século XIX (Montgomery, 1993) também trouxeram contribuições relevantes para os historiadores do trabalho no Brasil. Herbert Gutman, outro pioneiro norte-americano, despertou interesse tanto pela combinação de estudos sobre trabalhadores escravizados e livres (Gutman, 1977) quanto pelas contribuições inovadoras ao estudo do tema da cultura operária (Gutman, 1976). Da rica historiografia francesa, merece destaque a contribuição de Michelle Perrot (1988), cuja ênfase nas conexões entre as experiências de operários, mulheres e transgressores da lei frente à ordem burguesa ajudou a superar visões dicotômicas e reducionistas sobre o processo de formação de classe.

Duas outras vertentes de estudos também contribuíram para moldar as abordagens sobre o processo de formação de classe no campo dos estudos do trabalho no Brasil.

Em primeiro lugar, os trabalhos dos autonomistas franceses e italianos. Cornelius Castoriadis (1985) destacou o aspecto político da luta ocorrida no interior das fábricas, na qual diversas estratégias são desenvolvidas pelos trabalhadores para impedir a plena extração da mais-valia. Outro líder do grupo "Socialismo ou Barbárie", Claude Lefort (1983), tornou-se igualmente influente nos debates sobre a relação entre autonomia dos movimentos sociais e democracia. Félix Guattari (1981), importante elo de ligação entre experiências autonomistas na França e na Itália, além de expoente da filosofia pós-estruturalista em suas colaborações com Gilles Deleuze, tornou-se conhecido no período no Brasil por suas teses sobre a "revolução molecular" expressa nos novos movimentos sociais. Mas o principal centro das formulações teóricas sobre a "autonomia operária" era a Itália sacudida pelo *Autunno Caldo* de 1969. Na visão de Mário Tronti (1976), os acontecimentos italianos teriam expressado essa autonomia tanto em relação ao ciclo do capital (greves em período recessivo), quanto na relação entre operários e suas organizações históricas (confronto entre uma nova configuração de classe, formada por migrantes recentes contra sindicatos e partidos integrados aos sistemas institucionais do pós-guerra). Toni Negri (1980) partiu do conceito de "operário massa" de Tronti para formular a ideia de que, como a reprodução ampliada do capital disseminava-se no capitalismo contemporâneo para muito além da fábrica, outros segmentos protagonistas das novas lutas poderiam ser vistos como "operários sociais". A descrição e contextualização do processo italiano de conexão entre movimentos sociais e novas formulações teóricas tornou-se mais conhecida no Brasil com a publicação de duas entrevistas com Massimo Canevacci realizadas pelo coletivo da revista *Desvios* (Mattos, 1985 e 1986).

Outros autores também deram contribuições decisivas para aguçar a sensibilidade dos pesquisadores brasileiros sobre a complexidade das lutas no chão de fábrica e as teias de poder que perpassam o processo de trabalho. Robert Linhart (1983 e 1986) tornou-se uma referência importante tanto pelo detalhado relato, perpassado por exercícios analíticos, de sua experiência como operário na empresa automobilística Citroën, quanto pela obra subsequente sobre os dilemas da relação entre leninismo e taylorismo no processo de industrialização da Rússia pós-revolucionária. A crítica política do processo de trabalho também se beneficiou do provocativo ensaio de Marglin (1980) que questionava "Para que servem os patrões?". Outro trabalho, geralmente mal compreendido, foi *Adeus ao proletariado*, de André Gorz (1987), que analisava os potenciais das novas tecnologias produtivas e defendia uma nova utopia, na qual apenas os itens necessariamente padronizados fossem produzidos com poucas horas de trabalho de cada cidadão em unidades industriais,

deixando-se o restante da vida material a cargo de um setor artesanal descentralizado. Mas é provável que a obra do período de repercussão mais duradoura tenha sido *Manufacturing consent*, na qual Michael Burawoy (1979) aplicou as formulações gramscianas sobre hegemonia às entranhas da produção fabril, além de oferecer perspectivas inovadoras sobre o papel da ludicidade na experiência operária.

Esse rápido e incompleto apanhado sobre trabalhos e autores em circulação entre os pesquisadores que processavam o impacto do novo sindicalismo no Brasil na década de 1980 visa apenas indicar que, por mais relevante e duradoura que tenha sido a influência de E. P. Thompson, a expansão e diversificação da história do trabalho que se seguiu não pode ser explicada apenas pela leitura de um prefácio de seis páginas que afirmava que a classe operária “estava presente ao seu próprio fazer-se” (Thompson, 1987a: 9).

Se as formulações mais conhecidas de Thompson são ainda hoje identificadas como síntese das mudanças ocorridas nos estudos do trabalho no Brasil a partir dos anos 1980, é necessário vê-las como a ponta de um iceberg, e entender que sua recepção e impacto não podem ser compreendidos fora do contexto cujos contornos buscamos esboçar acima. A circulação e apropriação desse conjunto de referências possibilitou, em primeiro lugar, a superação de paradigmas teleológicos e vanguardistas, tanto vinculados à teoria da modernização (com seu foco na adaptação do trabalhador vindo de um mundo “tradicional” ao universo urbano-industrial) quanto na vertente leninista (baseada na memória seletiva de movimentos e militantes “exemplares”, na denúncia da “falsa consciência” das massas operárias e na instrumentalização da história do movimento operário para a luta política).

A ênfase na dimensão processual da formação de classe contribuiu também para a afirmação do tema no campo disciplinar da História, um quadro significativamente diverso daquele marcado pelo pioneirismo da sociologia nos anos 1960 e das contribuições da ciência política na década de 1970. Nos anos 1990-2000, esses novos paradigmas contribuíram também para uma ruptura de limites e dicotomias expressa na definição do escopo do GT Mundos do Trabalho da ANPUH, que se propôs congregar pesquisadores dedicados ao estudo dos trabalhadores escravizados e “livres”, urbanos e rurais, “organizados” e “não-organizados”, do mercado formal e informal.

O avanço das pesquisas e da reflexão sobre os processos político-sociais contemporâneos exige, contudo, um esforço permanente de atualização dos debates teórico-metodológicos. Nos próximos itens, buscaremos contribuir nesse sentido em dois momentos. Inicialmente, reexaminando aspectos da problemática da formação de classe na obra de Thompson e de outros historiadores marxistas britânicos. Posteriormente, pelo diálogo com contribuições inovadoras de outros autores.

REVISITANDO THOMPSON (MAIS UMA VEZ)

Passados quase 30 anos da publicação da versão brasileira de *A formação da classe operária inglesa*, a obra de Thompson permanece como referência teórica fundamental a inspirar o que já foi classificado como “o boom da história do trabalho no Brasil” (French, 2002). Entretanto, como frequentemente ocorre com trabalhos que exercem forte influência no debate intelectual num determinado momento histórico, as ideias de Thompson são muitas vezes descontextualizadas e se tornam objeto de generalizações abusivas. Em outros momentos, já nos dedicamos a releituras da obra de Thompson visando explicitar aspectos pouco explorados e refletir sobre a atualidade de suas contribuições.

No primeiro desses exercícios, destacamos que a visão thompsoniana sobre o direito, os “costumes” e as noções de justiça presentes na cultura popular, abordada de forma mais direta em trabalhos sobre o século XVIII britânico, já estava anunciada em *A formação*. Chamávamos atenção para que, no primeiro grande clássico do autor, a luta por direitos estrutura a própria periodização da narrativa, na qual os trabalhadores, a partir de uma multiplicidade de experiências, constituem uma identidade e reivindicações coletivas em âmbito nacional, plantando e nutrindo a “árvore da liberdade” legada às futuras gerações (Fortes, 1995).

Posteriormente, examinamos os argumentos que buscam estabelecer uma incompatibilidade entre as ideias de Thompson e o conceito de populismo, demonstramos que o autor não apenas utiliza o conceito em diversos momentos, mas atribui a ele um papel fundamental no processo de formação de classe. Destacamos que, para Thompson, entre 1795 e 1820 a Inglaterra viveu uma contrarrevolução, na qual “o movimento radical manteve um caráter largamente operário, tendo como teoria um populismo democrático avançado” (1987c: 411-412), e que esse processo desembocou, na década seguinte, em “uma consciência de classe, no sentido marxista tradicional” (1987c: 304). De onde se conclui que, para o autor, o conceito de populismo tanto é operacional quanto não implica nenhum questionamento da agência histórica dos trabalhadores ou da sua autoconstituição enquanto classe (Fortes, 2010).

Recentemente, analisamos como a denúncia do utilitarismo liberal constitui um fio condutor fundamental no trabalho de Thompson, estabelecendo a possibilidade de conexão da sua obra com a de Karl Polanyi, conforme voltaremos a comentar abaixo. Analisamos ainda a vinculação entre essa crítica ao utilitarismo e a visão do autor sobre as profundas diferenças entre os dois ramos constitutivos da “tradição marxista cindida”: o campo de investigação aberto do materialismo histórico e o dogmatismo doutrinário do marxismo como sistema teórico fechado sobre si mesmo. Recorrendo a diversos trechos de Thompson, demonstramos a ausência de fundamento para qualquer tentativa de vinculá-lo a concepções políticas derivadas do paradigma leninista, em particular o trotskismo (Fortes, 2013).

Mas foi num exercício de análise sobre a metanarrativa de *A formação* que oferecemos considerações mais abrangentes sobre a temática do presente artigo, que podem ser sintetizadas na seguinte autocitação:

A formação permanece instigante, dentre outros motivos, por não oferecer uma teoria das classes sociais e por não apresentar os trabalhadores como sujeitos predestinados da redenção da humanidade, mas sim por oferecer uma narrativa na qual seres humanos explorados e oprimidos por forças econômicas e políticas avassaladoras vivenciam a destruição do seu modo de vida e dos seus valores e, por vias diversificadas e não raro contraditórias, pouco a pouco constroem uma nova cultura, estabelecem sua presença coletiva e diferenciada como um novo divisor de águas no cenário nacional de uma potência capitalista hegemônica e legam à posteridade valores políticos revolucionários de impacto duradouro (Fortes, 2006: 208).

Tecemos agora algumas breves considerações sobre dois aspectos complementares da obra de Thompson: a) classe como “fenômeno histórico” e como “categoria heurística”, e b) a relação entre classe e cultura.

Em seu artigo com o provocativo título “Luta de classes sem classes?”, Thompson refere-se a seu trabalho anterior como uma análise sobre “um momento particular do processo de formação de classe” (1989: 33-34). O autor rebate as críticas sobre a suposta “ingenuidade” de suas afirmações de que “a classe é definida pelos homens ao viver sua própria história”, enfatizando que classe é uma categoria histórica, derivada da observação sobre comportamentos coletivos. Portanto, tanto a visão de que ela representa uma mera expressão de relações de produção pré-existentes quanto a ideia de que possa ser reduzida a um agregado quantitativo de indivíduos em determinadas ocupações não correspondem à realidade. Thompson critica a incorporação de uma visão estática e positivista de classe por certas correntes marxistas, que estaria na base da visão leninista do papel da vanguarda “substituta” que “sabe melhor do que a própria classe quais devem ser seus verdadeiros interesses” (1989: 35). Voltando à perspectiva histórica, Thompson distingue entre duas dimensões: a empírica e a heurística. No primeiro caso, trata-se de um fenômeno “presente na própria evidência”, pois a partir do século XIX é possível observar “na Inglaterra, França ou Alemanha industriais, instituições de classe, partidos de classe, culturas de classe, etc.”. No segundo, trata-se de abrir uma perspectiva mais ampla em que é possível aplicar o conceito a “sociedades anteriores à Revolução Industrial”, em que “classe não era um conceito acessível dentro do próprio sistema cognitivo das pessoas”. É justamente nesse caso que se torna mais evidente a anterioridade da “luta de classes”, “um conceito prévio e muito mais universal” em relação à “classe como realidade empírica”:

As pessoas se encontram em uma sociedade estruturada de modos determinados (crucialmente, mas não exclusivamente, em relações de produção), experimentam a exploração (ou a necessidade de manter o poder sobre os explorados), identificam pontos de interesse antagônico, começam a lutar por essas questões e no processo de luta se descobrem como classe, e chegam a conhecer essa descoberta como consciência de classe. A classe e a consciência de classe são sempre as últimas, não as primeiras, fases do processo histórico real (1989: 37).

A percepção da década de 1830 como momento de afirmação de “classe” no sentido “empírico” coincide com as observações de outros expoentes do marxismo britânico. Como comenta Hobsbawm (1990: 17-46), naquele momento histórico o uso do termo passou a ser compartilhado tanto pelo emergente movimento trabalhista e socialista quanto por expoentes do pensamento liberal. Já Raymond Williams (2007: 86-87), em sua detalhada análise da evolução do vocabulário das ciências sociais em língua inglesa, destaca que o desenvolvimento de classe no “sentido social moderno (...) pertence essencialmente ao período entre 1770 e 1840, que é também o período da Revolução Industrial e da reorganização decisiva da sociedade”. Observa ainda que o uso do termo para substituir “designações mais antigas para as divisões sociais tem relação com a consciência cada vez maior de que a posição social é construída e não simplesmente herdada”.

A segunda dimensão do conceito de classe apontada por Thompson (1989: 34-39), contudo, remete ao fato de que essa categoria específica para a denominação de uma nova consciência das relações sociais no século XIX lança luzes sobre processos de polarização em formações sociais anteriores. De fato, a ideia de que a experiência comum da exploração e a identificação de interesses sociais contraditórios produzem identidades e transformam a consciência coletiva pode ser aplicada a uma gama muito mais ampla de fenômenos e contextos. Particularmente se entendermos “exploração” como toda forma de percepção sobre a ilegitimidade da desigualdade social, e “interesse” para além de uma dimensão estritamente material.

A dimensão cultural do processo de formação de classe é outro aspecto a ser destacado na obra de Thompson. O autor manteve com o conceito de “cultura” uma relação tensa. De um lado, no capítulo conclusivo de *A formação*, identificou “o radicalismo popular” da década de 1820 como uma “cultura intelectual” que gerou “uma nova forma de consciência dos trabalhadores em relação aos seus interesses e à sua situação enquanto classe” (Thompson, 1987c: 303). Essa formação cultural tinha como base um grande esforço de autoinstrução:

Um sapateiro, que aprendera a ler pelo Antigo Testamento, ia se aperfeiçoar com a Idade da Razão; um mestre-escola, cuja instrução não o levava muito além de homilias religiosas, tentaria Voltaire, Gibbon, Ricardo; aqui e ali, líderes radicais locais, tecelões, livreiros, alfaiates reuniriam

pillas de periódicos radicais e aprenderiam a usar as publicações oficiais do Parlamento; diaristas analfabetos nem por isso deixavam de ir, todas as semanas, a um bar onde lia-se em voz alta e discutia-se o editorial de Cobbett (Thompson, 1987c: 304).

A atuação dos “cantadores de baladas”, dos “homens dos calendários”, além do teatro e dos cartuns, ampliava o alcance dessa cultura centrada nos artesãos radicais (Thompson, 1987c: 333). O resultado foi uma “autoconsciência coletiva” que Thompson identificou como “o grande ganho espiritual da Revolução Industrial”, gerando “a cultura popular mais destacada que a Inglaterra conheceu” (1987c: 438, 440).

Apesar de todo esse destaque a questões culturais em *A formação*, na introdução de *Costumes em comum*, Thompson alertou contra os riscos inerentes ao conceito de cultura, “com sua invocação confortável de um consenso”, que “pode distrair nossa atenção das contradições sociais e culturais, das fraturas e oposições existentes dentro do conjunto”. Adotou, porém, o termo “cultura plebeia” num sentido descritivo, “mais concreto e utilizável”, situado em “um equilíbrio particular de relações sociais, um ambiente de trabalho de exploração e resistência à exploração, de relações de poder mascaradas pelos ritos do paternalismo e da deferência” (Thompson, 2005: 17). Nela, seria possível distinguir “o delineamento das subseqüentes formações de classe” (2005: 21). Thompson destaca que a existência de certa margem de autonomia cultural por parte da plebe era uma particularidade do século XVIII inglês. A *gentry* exercia uma hegemonia laica, e a lei, ao contrário da hegemonia religiosa, “não penetra nos lares rurais, não aparece nas preces das viúvas, não decora as paredes com ícones, nem dá forma à perspectiva de vida de cada um” (2005: 19).

Esta breve recapitulação teve como objetivo sistematizar as múltiplas facetas nas quais a obra de E. P. Thompson redefiniu o debate sobre o conceito de classe. Na próxima seção, analisaremos as críticas e limitações presentes em alguns aspectos da formulação thompsoniana original, assim como as contribuições de diversos autores para a sua superação.

ALARGANDO AS FRONTEIRAS DA CLASSE

Em que pese a persistente força inspiradora do modelo thompsoniano de formação de classe, ao longo das últimas décadas novas indagações e desafios se colocaram para os pesquisadores. Comentarei aqui três aspectos desse debate: a) a relação entre classe e questões “identitárias”, tais como gênero, raça, etnicidade, nação e religião; b) a tensão entre “mercantilização” e “não-mercantilização” do trabalho; c) a problematização da relação entre cultura, direito e cidadania quando confrontada com contextos históricos de caráter colonial e fenômenos transnacionais.

Algumas das mais importantes críticas às limitações da abordagem de Thompson estão relacionadas a questões de gênero. Joan Scott (1999) destacou que em *A formação* as mulheres não apenas estão sub-representadas, mas aparecem geralmente em funções secundárias (bordando bandeiras das associações operárias, por exemplo) ou por meio de personagens “históricas” (como a líder messiânica Johanna Southcott). Embora seja possível identificar no livro de Thompson exemplos que relativizam algumas dessas críticas, é verdade que a desigualdade de gênero não aparece nele como uma dimensão intrínseca ao processo de formação de classe.

A incorporação da temática racial é outro desafio central. Conforme aponta David Roediger (1991: 9),

As perspectivas neomarxistas que nos últimos vinte anos vieram a dominar o estudo da classe trabalhadora, personificadas nos Estados Unidos por Herbert Gutman e na Grã-Bretanha por E. P. Thompson, deveriam nos ajudar a colocar em questão qualquer teoria que sustente que o racismo simplesmente escorre para baixo na estrutura de classes a partir das altitudes dominantes onde ele é criado.

A fim de integrar classe e raça, Roediger (1991) recorre à formulação de W. E. B. Du Bois sobre os “salários de brancura”, ou seja, o fato de que “status e privilégio conferidos pela raça podem ser usados para mascarar relações de classe alienantes e exploradoras” para os trabalhadores brancos. Esse repensar sobre raça também incide no reexame do tema das relações étnicas no processo de formação da classe trabalhadora norte-americana. Para o autor, “a separação rígida entre raça-enquanto-genes e etnicidade-enquanto-cultura” tende a obscurecer o fato de o quanto os dois elementos estão historicamente imbricados, tanto pelas concepções que constroem hierarquias “biológicas” dos grupos de imigrantes quanto pelo fato de que “raça dizia respeito tanto a ‘sangue’ quanto a cultura – hereditariedade e ambiente – no início do século XX” (Roediger, 2005: 32).

Roediger critica as duas visões mais usuais dos marxistas sobre o tema. A primeira, de que “os interesses materiais estruturam as tendências excludentes dos trabalhadores brancos”, tenderia a “mitigar o histórico de racismo” desses trabalhadores e seus sindicatos. A segunda, de que “a experiência comum da exploração de classe unifica os trabalhadores cruzando as linhas raciais”, revela-se uma generalização otimista abusiva. O avanço da historiografia mais recente estaria justamente em evitar essa polarização, analisando de forma concreta “os fatores específicos encorajando a unidade interracial de um lado e aqueles que encorajam a exclusão de outro lado” (Roediger, 1997: 81-82). Leon Fink também identifica a análise “da complexidade, das divisões e da hierarquia interna percebidas, e mesmo da subordinação explícita de pessoas

por raça e gênero dentro das ‘comunidades’ trabalhadoras” como uma contribuição fundamental da “Nova História do Trabalho”, baseada “na premissa da capacidade essencial das pessoas comuns para agir (para o bem ou para o mal) por si mesmas” (Fink, 2012: 16).

Em trabalho mais recente em parceria com Elizabeth Esch, Roediger analisa a centralidade da questão racial nas origens dos modernos sistemas de gestão industrial, apontando a complexa e contraditória relação entre dois objetivos centrais do capital: de um lado, “produzir a diferença e a divisão” dos trabalhadores, por meio da classificação racial, étnica e de gênero; de outro, criar um sistema de “movimentos padronizados e intercambiáveis realizados por todos os trabalhadores” (Roediger e Esch, 2012: 8).

É interessante observar como reflexões de alguns dos autores clássicos no campo podem também contribuir para esse debate. Hobsbawm e Ranger já apontavam que a naturalização de desigualdades com recurso à “ciência” desencadeada a partir do final do século XIX poderia se vista como uma forma de conter o potencial efeito subversivo da igualdade jurídica. As tradições inventadas “reintroduziam o *status* no mundo do contrato social, o superior e o inferior, num mundo de iguais perante a lei” (Hobsbawm e Ranger, 1984: 18). Como comenta Arno Mayer, as novas desigualdades se combinavam à persistência das antigas. De um lado, “os axiomas do iluminismo” eram “obrigados a se adaptar à preexistente concepção de mundo do antigo regime autocrático, que primou em distorcê-los e neutralizá-los”. De outro, o darwinismo social lhes proporcionava “apoio pseudocientífico para as antigas classes dominantes e governantes” em cuja “mentalidade elitista [...] a ideia de desigualdade estava profundamente enraizada” (Mayer, 1990: 267, 276).

Como, então, conceber o processo de formação de classe perpassado por múltiplos vetores de identidade e por desigualdades internas? Eley e Nield reconhecem a contribuição das correntes historiográficas que destacam o papel da linguagem, que por meio da “fala ininteligível da interpelação” estabelecem múltiplas formas de auto-reconhecimento:

como cidadãos, trabalhadores, consumidores, pais, seres sexuais, entusiastas de esportes e hobbies, públicos para música e cinema, pessoas que acreditam em credos religiosos e outros, gerações, objetos de políticas públicas e vigilância, sujeitos de raça e nação etc. (Eley e Nield, 2013: 160).

Diante dessa multiplicidade de identidades possíveis, é necessário reconhecer que a articulação com base na classe implica muitas vezes “silêncios e exclusões”. Há uma tensão permanente entre “a qualidade fragmentária, complexa, não-fixa de posições de identidade ou sujeito” e a ação política como “o esforço de domesticação da infinitude da identidade” (Eley e Nield, 2013: 160). Para Kirk (1998: 228), não se trata de “conceber a classe trabalhadora

como uma totalidade cultural fechada”, mas sim de vê-la como “um espaço de mudanças [...] marcado pela tensão permanente entre elementos integradores e desintegradores”.

Outro aspecto fundamental das revisões teóricas sobre o processo de formação da classe trabalhadora diz respeito à tensão entre mercantilização e “desmercantilização” do trabalho. Marcel van der Linden (2005: 13) propõe um alargamento da concepção de Marx, que via como única forma de relação de trabalho “verdadeiramente capitalista” aquela na qual “um indivíduo livre” que “não tem outra mercadoria para vender” pode apenas “dispor da sua força de trabalho como sua própria mercadoria”. Criticando essa visão teleológica, Linden constrói um modelo que diferencia as condições de “portador” e de “possuidor” da força de trabalho, e identifica situações “autônomas” e “heterônomas” em que o trabalhador “vende a sua própria força de trabalho” ou “não vende a sua própria força de trabalho”. Assim, é possível analisar situações tão variadas quanto a escravidão de plantel, o trabalho infantil contemporâneo e o trabalho “por conta própria” com relações “plenamente capitalistas”. Do ponto de vista do ciclo econômico, a visão marxista clássica implicava também a ideia de que os trabalhadores “trocaram a sua força de trabalho por dinheiro” para então consumir alimentos e outros bens de consumo, reproduzindo assim “sua força de trabalho, que podem então vender novamente ao empregador”. Linden (2005: 22-23) questiona essa visão abstrata, que “sugere que o consumo dos salários recebidos pelo empregado não requer trabalho” e recorre à crítica feminista para destacar que “o trabalho assalariado não pode existir sem o trabalho de subsistência”.

As contribuições de Mike Savage também se coadunam com esse alargamento do entendimento sobre a condição de classe dos trabalhadores. Para “o traço distintivo da vida operária” está na *insegurança estrutural* decorrente da “retirada dos meios de subsistência das mãos dos trabalhadores”, que os obriga a desenvolver estratégias para lidar com “a aguda incerteza da vida diária”. Essa condição comum não implica necessariamente a “união do operariado, em detrimento de suas rivalidades internas” (Savage, 2004: 33). Para que a formação de classe ocorra, é necessária uma “dinâmica dual” entre “redes sociais de largo alcance, ligando membros da classe através de lugares diferentes” e “vínculos densos que permitem a criação de identidades solidárias e comunais” (Savage, 2011: 19).

É possível identificar pontos de contato entre o conceito de estratégia em Savage e a busca de superação de visões teleológicas opondo lógicas sociais “tradicionais” e “modernas” por parte de Giovanni Levi. Conforme aponta Levi (1988: XV),

os sistemas normativos, tanto aqueles estabelecidos há muito tempo quanto aqueles em formação, deixam lacunas, interstícios nos quais tanto grupos quanto indivíduos colocam em ação suas próprias estratégias consequentes. Essas estratégias deixaram marcas duradouras na realidade política. Elas não evitaram as formas de dominação, mas as condicionaram e modificaram.

O autor vincula sua abordagem à “sugestão de Karl Polanyi de classificarmos as economias de acordo com as formas prevalentes de integração”, ou seja, à proposta de inserir a economia “no âmbito das relações entre o fluxo material dos bens e as esferas político-culturais e das relações sociais gerais” (Levi, 2000: 155).

A obra de Polanyi, de fato, tem se sido revisitada por autores que buscam complementar a visão marxista sobre a formação da classe trabalhadora a partir da mercantilização do trabalho com a tendência diametralmente oposta, ou seja, a resistência à redução do trabalho à condição de mercadoria. Para Polanyi, a definição do trabalho (assim como da terra e da moeda) como mercadoria é uma ficção criada pela ideologia do mercado auto-regulável associada ao utilitarismo liberal do século XIX. O autor argumenta que o “trabalho é apenas um outro nome para atividade humana que acompanha a própria vida” e que, ao contrário das “mercadorias reais”, essa atividade “não pode ser destacada do resto da vida, não pode ser armazenada ou mobilizada” (Polanyi, 1980: 94). Comenta ainda que, fosse de fato uma mercadoria, o comportamento natural do trabalho seria “recusar-se a vender abaixo do preço que o comprador pode se permitir pagar”, e isso significaria que a sua “principal obrigação” seria “estar em greve quase que continuamente” (Polanyi, 1980: 269).

Para Beverly Silver, a abordagem de Polanyi possibilita analisar a trajetória dos movimentos de trabalhadores como um “movimento pendular” em que o avanço da mercantilização do trabalho no século XIX provoca “movimentos fortes de demanda de proteção” na forma de “uma militância trabalhista crescente”. Após duas guerras mundiais e a Grande Depressão, o pêndulo teria oscilado na direção da desmercantilização com a criação do Estado de Bem-Estar Social e a expansão dos direitos sociais (Silver, 2005: 33). Burawoy elaborou, a partir da conceituação de Polanyi, um esquema gráfico de três ondas de mercantilização do trabalho (1795-1914; 1914-1973; 1973-?), com os respectivos contra-movimentos de defesa dos direitos de trabalhadores (Burawoy, 2014: 40). Outro influente autor que recorre a Polanyi (e a Thompson) como inspiração para a superação do “discurso teleológico marxista da luta de classes” é James Scott, conhecido por seus trabalhos enfatizando o conceito de resistência e as “armas dos fracos” (Scott, 2010: 7). Ecos da visão de Polanyi sobre a autoproteção da sociedade contra a tendência de subordinação à lógica de mercado podem ser identificados nas análises de Naomi Klein sobre os pontos de convergência de uma infinidade de movimentos sociais rotulados de “antiglobalização”:

À medida que nossos espaços comunais – praças, ruas, escolas, fazendas, plantas – são deslocados pela expansão do mercado, um espírito de resistência está ganhando forma por todo o mundo. As pessoas estão reivindicando pedaços da natureza e da cultura e dizendo ‘isso vai ser espaço público’ (Klein, 2001: 82).

A complexa relação entre elementos “capitalistas” e “pré-capitalistas”, “modernos” e “tradicionais”, também pode ser analisada de outra perspectiva. Conforme destaca Hobsbawm, ao contrário do que imaginam as abordagens funcionalistas, elementos fundamentais da ordem capitalista, como a própria disciplina fabril, não foram produzidos pela indústria moderna, mas por valores sociais de uma ordem anterior. O avanço da mercantilização da vida social, nesse sentido, também pode solapar o funcionamento do sistema:

O capitalismo tomou como certa a atmosfera em que operava, e que herdara do passado. Em outras palavras, o capitalismo venceu porque não era apenas capitalista. Maximização e acumulação de lucros eram condições necessárias para o seu sucesso, mas não suficientes (Hobsbawm, 1996: 336).

O terceiro e último tópico no qual podemos identificar contribuições recentes para a renovação da compreensão sobre os processos de formação de classe diz respeito, de um lado, à relação entre cultura, direitos e cidadania no interior de um espaço nacional delimitado e, de outro, aos desafios colocados a essa conexão diante de contextos históricos de caráter colonial e de fenômenos transnacionais.

Comentamos no item anterior que a conexão entre cultura e direitos desempenha um papel fundamental na narrativa de Thompson sobre o processo de formação de classe. A margem de autonomia cultural da plebe britânica do século XVIII num contexto de exercício da hegemonia da *gentry* com base no direito explicaria tanto a lógica da “economia moral” dos motins marcados pela mimetização de procedimentos jurídicos quanto a tradição de reivindicação de direitos com base na identidade coletiva de “ingleses nascidos livres”. Processos de exclusão e inclusão na comunidade política nacional, ou seja, na cidadania, estabelecem alguns dos marcos fundamentais desse processo. É o que ocorre com a reforma eleitoral de 1832, ponto final da narrativa de “A formação”, implementada com a finalidade de incorporar a classe média ao sistema político enquanto os trabalhadores eram mantidos à margem dos processos decisórios.

A aparente universalidade desse modelo, entretanto, pode ser enganosa. Dipesh Chakrabarty, membro do grupo indiano dos “estudos subalternos”, critica os excessos ocorridos na transposição de noções europeias como “cidadania” e “trabalho” para o exame da história de grupos sociais dominados em países periféricos. Em seu modo de ver, a irredutibilidade das diferenças culturais aos padrões dos dominantes é condição para o desenvolvimento de ações políticas que produzam fissuras nas estruturas de dominação vigentes, ao invés de reproduzi-las e legitimá-las. Há sempre o risco de que, ao se “traduzir” processos históricos particulares para inseri-los em metanarrativas globais, como a “história do trabalho” ou a “conquista da cidadania”, o traduzido perca aquilo que define a sua identidade. O próprio

Chakrabarty (1997: 54) pondera, entretanto, que lidar com o fosso existente entre a particularidade e a conquista de direitos faz parte da experiência subalterna, já que “não se pode discutir com a burocracia moderna e outros instrumentos de governabilidade sem o recurso ao tempo secular e às narrativas da história e da sociologia”.

Numa outra perspectiva, Peter Linebaugh também criticou o “nacionalismo metodológico” dos historiadores oriundos do grupo de História do Partido Comunista Britânico. Para ele, Hobsbawm identificou um “atraso” no desenvolvimento do capitalismo industrial britânico no século XVII, enquanto Thompson apontou para uma lacuna de 150 anos nos debates sobre a democracia entre a classe operária inglesa (meados do século XVII a fins do século XVIII). Para Linebaugh (1983: 43-44), contudo, o que “de um ponto de vista europeu pode aparecer como um ‘atraso’, de uma perspectiva atlântica poderia aparecer como a generalização oceânica da teoria e prática da democracia antinômica”, que tinha como uma de suas bases a “recusa generalizada ao trabalho assalariado”. O desenvolvimento dessa perspectiva atlântica do processo de formação de classe esteve na base da empreitada posterior de Linebaugh em parceria com Markus Rediker em *A hidra de muitas cabeças* (2000). Outra linha de desenvolvimento de uma abordagem do processo de formação de classe de natureza transnacional pode ser identificada nos esforços de Beverly Silver, juntamente com Giovanni Arrighi, para integrar a perspectiva dos historiadores marxistas britânicos com a teoria do sistema-mundo (Arrighi, 2001). Conforme destaca Burawoy (2003: 240-241), as abordagens de Silver e Arrighi “trazem Gramsci para a análise de sistema-mundo de Polanyi de forma particularmente interessante”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo buscou explorar os desafios colocados à atualização das análises sobre o processo histórico de formação da classe trabalhadora. Partimos de algumas considerações sobre o contexto político e intelectual no qual se configuraram as bases da expansão das pesquisas sobre história do trabalho no Brasil a partir da década de 1980. Num segundo momento, resgatamos alguns elementos que consideramos ainda pouco explorados da abordagem thompsoniana, tais como as duas dimensões de classe (como “fenômeno histórico” e como “categoria heurística”) e a relação entre classe e cultura.

Por fim, elencamos as contribuições recentes de diversos autores visando oferecer respostas inovadoras a temas como: a) a relação entre classe, gênero, raça e outros elementos identitários, b) a tensão constitutiva entre mercantilização e desmercantilização do trabalho no processo de formação de classe, e c) as conexões entre cultura, direitos, cidadania e classe

nos contextos nacionais e a necessidade de relativização dessas conexões em contextos coloniais e transnacionais.

Dialogamos com um conjunto variado de autores, sem pretender esgotar o universo de contribuições substantivas e pertinentes. A primeira constatação é que, se os desafios são grandes e multifacetados, as bases para o seu enfrentamento são ricas e sólidas. Basta adotarmos uma visão histórica flexível e abrangente, baseada na definição de formação de classe como processo de produção de identidades geradas a partir da distribuição desigual de bens materiais e simbólicos. Ele envolve, no polo dominante, a naturalização dessa desigualdade por meio da construção de hierarquias sociais baseadas tanto na exploração objetiva do trabalho alheio quanto em estereótipos de base biológica ou cultural. A luta de classe, no sentido “mais universal” proposto por Thompson, implica portanto todas as formas de contestação às múltiplas expressões dessa ordem social desigual. Essa definição permite articular dimensões culturais e institucionais, formais e informais, de âmbito local, nacional e transnacional. Permite também integrar as lutas por aumento de poder de barganha dos trabalhadores submetidos à mercantilização da sua força de trabalho e as lutas de resistência contra esse processo de mercantilização. Reconhecer a dinâmica intercambiável do fluxo entre bens materiais e simbólicos nas relações de classe não implica reduzir questões como gênero e raça à dimensão de classe, mas indica que as formações históricas de classe não podem ser compreendidas desconsiderando o papel fundamental dessas e de outras formas de naturalização da desigualdade.

Longe de oferecer respostas conclusivas para as questões indicadas, buscamos esboçar um mapa do terreno atual e identificar pistas sobre novos territórios férteis para a exploração pela produção historiográfica atual e futura.

NOTA

1 Por razões de espaço, nos limitamos aqui a mapear um conjunto de autores e conceitos relevantes para o tópico. Para a análise de como essas influências se expressaram na historiografia brasileira, ver Negro e Gomes (2006), Chalhoub e Silva (2009) e Fortes e French (2013).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARRIGHI, Giovanni. *Caos e governabilidade no moderno sistema mundial*. Rio de Janeiro: Contraponto/Editora UFRJ, 2001.

BURAWOY, Michael. *Manufacturing consent: changes in the labor process under monopoly capitalism*. Chicago: University of Chicago Press, 1979.

_____. For a sociological marxism: the complementary convergence of Antonio Gramsci and Karl Polanyi. *Politics & Society*, 31(2), 2003, p. 193-261.

_____. Marxism after Polanyi. In: Williams M. & Satgar V. (org.) *Marxisms in the 21st century: crisis, critique & struggle*. Johannesburg: Wits University Press, 2014, p. 35-52.

CASTORIADIS, Cornelius. *A experiência do movimento operário*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

CHAKRABARTY, D. Time of history and time of gods. In; LOWE, L. & LLOYD, D. (org.). *The politics of culture in the shadow of capital*. NC/London: Duke University Press, 1997, p. 48-54.

CHALHOUB, Sidney & SILVA, Fernando Teixeira da. Sujeitos no imaginário acadêmico: escravos e trabalhadores na historiografia brasileira desde os anos 1980. *Cadernos AEL*, v.14, n.26, 2009, p.13-45.

ELEY, Geoff & NIELD, Keith. Adeus à classe trabalhadora? *Revista Brasileira de História*, 33, 2013, p. 35-179.

FINK, Leon. A grande fuga: como um campo sobreviveu a tempos difíceis. *Revista Brasileira de História*, 32, 2012, p. 15-25.

FORTES, Alexandre. O direito na obra de E. P. Thompson. *História Social*, 2, 1995, p. 89-111.

_____. "Miriades por toda a eternidade": a atualidade de E. P. Thompson. *Tempo Social*, 18(1), 2006 p. 197-215.

_____. Formação de classe e participação política: E. P. Thompson e o populismo. *Anos 90*, 17(31), 2010, p. 173-195.

_____. Razão e paixão na construção de uma historiografia engajada: uma homenagem a Eric J. Hobsbawm e E. P. Thompson. *Projeto História*, 48, 2013, p. 1-23.

_____ & FRENCH, John D. Sobre encanadores e filósofos: fazendo história do trabalho no Brasil. In: FORTES, Alexandre; PETERSEN, Silvia; LIMA, Henrique Espada; XAVIER, Regina Célia (org.). *Cruzando fronteiras: novos olhares sobre a história do trabalho*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2013, pp. 17-28.

FRENCH, John. A história latino-americana do trabalho hoje: uma reflexão autocrítica. *História-Unisinos*, 6(6), 2002, p. 11-28.

GORZ, André. *Adeus ao proletariado: para além do socialismo*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1987.

GUATTARI, Félix. *Revolução molecular: pulsações políticas do desejo*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

GUTMAN, Herbert G. *Work, culture, and society in industrializing America: essays in American working-class and social history*. New York, Knopf: distributed by Random House, 1976.

_____. *The black family in slavery and freedom, 1750-1925*. New York: Vintage Books, 1977.

HOBBSAWM, Eric. *Os trabalhadores: estudos sobre a história do operariado*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

_____. A formação da cultura da classe operária britânica. In: _____ (org.). *Mundos do trabalho*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. O fazer-se da classe operária, 1870-1914. In: _____ (org.) *Mundos do trabalho*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. *Mundos do trabalho. Novos estudos sobre história operária*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

_____. *Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

_____. *Era dos extremos: o breve século XX, 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

_____. *Ecos da Marselhesa: dois séculos revêem a Revolução Francesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

- _____. & RANGER, Terence (org.) *Invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.
- KIRK, Neville. *Change, continuity and class. Labour in British society (1850-1920)*. Manchester/New York: Manchester University Press, 1998.
- KLEIN, Naomi. Reclaiming the commons. *New Left Review*, 9, 2001, p. 81-89.
- LACLAU, Ernesto. Os novos movimentos sociais e a pluralidade do social. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 2(1), 1986, p. 41-47.
- LEFORT, Claude. *A invenção democrática: os limites da dominação totalitária*. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- LEVI, G. *Inheriting power: the story of an exorcist*. Chicago: University of Chicago Press, 1988.
- _____. *A herança imaterial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- LINDEN, Marcel van der. Globalizando a historiografia das classes trabalhadoras e dos movimentos operários: alguns pensamentos preliminares. *Trajeto – Revista de História da UFC*, 1(2), 2002, p. 9-24.
- _____. Rumo a uma nova conceituação histórica da classe trabalhadora mundial. *História (São Paulo)*, 24, 2005, p. 11-40.
- _____. História do trabalho: o velho, o novo e o global. *Revista Mundos do Trabalho*, 1(1), 2009, p. 11-26.
- LINEBAUGH, Peter. Todas as montanhas atlânticas estremeçeram. *Revista Brasileira de História*, 3(6), 1983, p. 7-46.
- _____. & REDIKER, Markus. *The many-headed hydra: sailors, slaves, commoners, and the hidden history of the revolutionary Atlantic*. Boston: Beacon Press, 2000.
- LINHART, Robert. *Lenin, os camponeses, Taylor*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.
- _____. *Greve na fábrica*. São Paulo: Paz e Terra, 1986.
- MARGLIN, S. Origem e funções do parcelamento das tarefas. Para que servem os patrões? In: GORZ, André (org.). *Crítica da divisão do trabalho*. São Paulo: Martins Fontes, 1980.
- MATTOS, Olgária. A experiência da autonomia operária na Itália. Depoimento de Massimo Canevacci – Parte I. *Desvios*, 4, 1985, p. 124-133.
- _____. A experiência da autonomia operária na Itália. Depoimento de Massimo Canevacci – Parte II. *Desvios*, 5, 1986, p. 126-134.
- MAYER, Arno. *A força da tradição – A persistência do Antigo Regime (1848-1914)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- MELUCCI, Alberto. 1980. The new social movements: a theoretical approach. *Social Science Information*, 19(2), 1980, p. 199-226.
- _____. Um objetivo para os movimentos sociais? *Lua Nova*, 17, 1989, p. 49-66.
- MONTGOMERY, David. *Workers' control in America: studies in the history of work, technology, and labor struggles*. Cambridge/New York: Cambridge University Press, 1979.
- _____. *The fall of the house of labor: the workplace, the State, and American labor activism, 1865-1925*. New York/Cambridge: Cambridge University Press, 1987.
- _____. *Citizen worker: the experience of workers in the United States with democracy and the free market during the nineteenth century*. Cambridge/New York: Cambridge University Press, 1993.

NEGRI, Antonio. *Del obrero-masa al obrero social: entrevista sobre el obrerismo*. Barcelona: Anagrama, 1980.

NEGRO, Antonio Luigi & GOMES, Flávio. Além de senzalas e fábricas: uma história social do trabalho. *Tempo social*, vol. 18, n. 1, 2006.

OFFE, Claus. New social movements: challenging the boundaries of institutional politics. *Social Research*, 52(4), 1985, p. 817-868.

PERRON, Michelle. *Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

POLANYI, Karl. *A grande transformação – as origens de nossa época*. Rio de Janeiro: Campus, 1980.

ROEDIGER, David. *The wages of whiteness: race and the making of the American working class*. London/New York: Verso, 1991.

_____. What if labor were not white and male? Recentring working-class history and reconstructing debate on the unions and race. *International Labor and Working-Class History*, 51, 1997, p. 72-95.

_____. *Working toward whiteness: how America's immigrants became white: the strange journey from Ellis Island to the suburbs*. New York: Basic Books, 2005.

_____. & ESCH, Elizabeth. *The production of difference: race and the management of labor in U.S. history*. New York: Oxford University Press, 2012.

SAVAGE, Mike. Classe e história do trabalho. In: BATALHA, Cláudio; SILVA, Fernando e FORTES, Alexandre (org.). *Culturas de classe: identidade e diversidade na formação do operariado*. Campinas: Editora UNICAMP, 2004, p. 25-48.

_____. Espaço, redes e formação de classe. *Revista Mundos do Trabalho*, 3(5), 2011, p. 28.

SCOTT, James. James Scott on agriculture as politics, the dangers of standardization and not being governed. *Theory Talks*, 2010. Disponível em: <http://www.theory-talks.org/2010/05/theory-talk-38.html>. Acesso em 13 de agosto de 2016.

SCOTT, Joan. Women in the making of the English working class. *Gender and the politics of history*. New York: Columbia University Press, 1999, p. 68-90.

SILVER, Beverly. *Forças do trabalho: movimentos de trabalhadores e globalização desde 1870*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2005.

THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária inglesa*, v. I, *A árvore da liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987a.

_____. *A formação da classe operária inglesa*, v. II, *A maldição de Adão*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987b.

_____. *A formação da classe operária inglesa*, v. III, *A força dos trabalhadores*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987c.

_____. La sociedad inglesa del siglo XVIII: ¿lucha de clases sin clases? In: *Tradicón, revuelta y consciencia de clase: estudios sobre la crisis de la sociedad preindustrial*. Barcelona: Editorial Crítica, 1989.

_____. Introdução: Costume e cultura. *Costumes em comum – Estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005, p. 13-24.

TOURAINÉ, Alain. Os novos conflitos sociais. Para evitar mal-entendidos. *Lua Nova*, 17, 1989, p. 5-18.

TRONTI, Mario. *Operários e capital*. Porto: Afrontamento, 1976.

WILLIAMS, R. *Palavras-chave. Um vocabulário de cultura e sociedade*. São Paulo: Boitempo, 2007.

TRABALHADORES NEGROS E O “PARADIGMA DA AUSÊNCIA”:¹ CONTRIBUIÇÕES À HISTÓRIA SOCIAL DO TRABALHO NO BRASIL

Black workers and the “paradigm of absence”:
contributions to the social history of labor in Brazil

ÁLVARO PEREIRA NASCIMENTO

<http://dx.doi.org/10.1590/S2178-14942016000300003>

Álvaro Pereira Nascimento é mestre e doutor em História pela Universidade Estadual de Campinas e professor associado do campus de Nova Iguaçu da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (alvaropn@uol.com.br).

Artigo recebido em 23 de agosto e aprovado para publicação em 29 de setembro de 2016.

RESUMO

O artigo reabre o debate em torno do “paradigma da ausência” na produção historiográfica dos mundos do trabalho. Os historiadores que analisaram os trabalhadores pobres e o movimento operário raramente dialogaram com especialistas em escravidão. Mesmo quando investigam o século XX, pouco incluem sujeitos negros – mulheres, crianças, homens – em suas pesquisas. Foram os especialistas em escravidão e pós-abolição os que mais avançaram em direção ao debate e contribuíram para a visibilidade desses sujeitos históricos. O artigo aponta ainda os problemas trazidos por essa ausência e sugere alguns caminhos metodológicos de mudança.

PALAVRAS-CHAVE: historiografia; mundos do trabalho; cor; século XX.

ABSTRACT

The article reopens the debate about the “paradigm of absence” in the historiography of the worlds of labor. Historians who have studied the poor workers and the labor movement have rarely dialogued with experts in slavery studies. Even when investigating the XX century they scarcely include black people – women, children, men – in their studies. Experts in slavery and in the post-abolition period were those who advanced more towards a debate and contributed to the visibility of these historical actors. The article also points out the problems brought by this absence and suggests some methodological paths for change.

KEYWORDS: historiography; worlds of labor; colour; XX century.

RÉSUMÉ

L'article réouvre le débat sur le “paradigme de l'absence” dans l'historiographie des mondes du travail. Les historiens qui ont étudié les ouvriers pauvres et le mouvement ouvrier ont rarement dialogué avec ceux qui ont étudié l'esclavage. Même lorsqu'ils étudient le XXème siècle ils font peu d'attention aux noirs – femmes, enfants, hommes – dans leurs études. Ce sont les spécialistes en l'esclavage et en la période qui a suivi son abolition qui ont fait plus de progrès dans le sens du débat et ont contribué à la visibilité de ces sujets historiques. L'article souligne aussi les problèmes créés par cette absence et suggère des chemins méthodologiques pour changer ce cadre.

MOTS-CLÉS: historiographie; mondes du travail; couleur; XXème siècle.

INTRODUÇÃO

Este artigo surge de uma inquietação. A historiografia que investiga trabalhadores pobres e o movimento operário na República tende a não incluir o componente cor dos indivíduos pesquisados em suas páginas. Essa ausência torna-se ainda maior nas pesquisas voltadas para os séculos XX e XXI, quando a cor dos trabalhadores é frequentemente invisibilizada. No tocante àquelas que exploram as últimas décadas da escravidão e as cinco primeiras décadas republicanas, período abordado neste artigo, o leitor perceberá a ausência da participação do negro em boa parte delas, mesmo quando concepções de raça, caráter nacional e bom trabalhador ganham evidência em centros de pesquisa (Schwarcz, 2005:18), nas esferas do Estado e nos mundos do trabalho (Chalhoub, 1986).

Analisar a transformação das relações sociais e econômicas experimentadas em mais de trezentos anos de escravidão em relações pretensamente livres, sem considerar a cor das pessoas que viveram esse longo e conflituoso processo histórico, nos afasta das reflexões que essa transformação engendra e exige. Que dificuldades citam os historiadores para não incluir essa urgente discussão em suas pesquisas?

Alguns se defendem culpando as fontes que não trazem a cor dos trabalhadores ou alegando que não conseguiram tempo para "ir atrás", como ouço em debates nas mesas de congressos e simpósios. Amparados pela frágil argumentação da "transição do trabalho escravo para o livre", outros propõem e seguirão objetivos que não abrangem o período anterior a 1888.² Reconhecemos as dificuldades enfrentadas em alguns trabalhos, mas, perguntamos, será que dialogamos com colegas da escravidão e do pós-abolição para buscarmos outras fontes e ferramentas teóricas e metodológicas sensíveis à participação da experiência de negros e negras na formação do mundo do trabalho e do próprio movimento operário, nas escalas local, regional, nacional e transnacional?

Estas questões, para não irmos ainda mais longe, estão distribuídas no tempo nas inquietações da sociologia de Oracy Nogueira (Maio, 2000), Florestan Fernandes (2008) e seus orientandos, ao incluírem a herança da escravidão e o racismo na centralidade das suas análises, passam pela crítica refinada e cirúrgica de Carlos Hasenbalg (1979) à geração anterior, e alcançam alguns historiadores posteriormente, principalmente na década de 1980, quando

Sheldom Maram (1979), Emilia Viotti da Costa (1982), Sidney Chalhoub (1986), Gladys Ribeiro (1990), Lúcio Kowarick (1987) e outros incluem trabalhadores negros e negras nos debates acerca do trabalho livre. Muito há que ser feito, e parte relevante dos que investigam a história do trabalho na República permanece *embranquecendo* o debate.

O questionamento desse posicionamento dos colegas foi parar em artigos que apontam os problemas historiográficos e raciais provocados pela insistência na “tese da ‘substituição’ do escravo pelo trabalho livre”, como definiu Silvia Lara (1998: 27).³ Artigos que procuram *escorar* o que Chalhoub e Silva (2009: 15) ironicamente chamaram de “muro de Berlim historiográfico”.

Sem questionamentos por parte de orientadores(as) e membros das bancas de exame de qualificação, até jovens pós-graduandos podem passar batidos pela questão, quando suas dissertações e teses, mesmo que (in)diretamente ligadas à história dos(as) trabalhadores(as) negros(as), não descrevem os conflitos e os males provocados pelo preconceito racial. Parecem não entender que “a transformação de uma sociedade que agia, pensava e se entendia enquanto escravista, numa outra cuja produção viria, teoricamente, pelo pagamento do trabalho realizado, foi extremamente tensa” (Nascimento, 2016: 2).

Essa ausência leva-nos à reafirmação da história única, marcada pela superioridade cultural e racial dos imigrantes que se avolumaram no Sudeste e Sul do país no fim da escravidão. Retira-nos o conhecimento de uma sociedade cuja diversidade racial era imensa, reduzindo-a à branquidade e à mestiçagem (Sovik, 2004: 376), estando a primeira nos melhores ofícios e posições e a segunda nos limites da pobreza e da sujeição. Impede-nos, ainda, a compreensão dos males provocados pelo racismo para a sobrevivência e ascensão socioeconômica da população negra e indígena do século XIX até os dias atuais.⁴

Essa é também uma questão importante para uma área da história mais comprometida com a realidade dos negros no pós-abolição. Como diria Hebe Mattos (2014: 259), a História Pública pode possibilitar “reparação moral, reforço da autoestima” e outras conquistas aos negros contemporâneos, que sofrem até hoje com as mazelas provocadas pelo racismo. Ao abster-se do debate, o historiador faz justamente o contrário: não contribui para o combate ao racismo e reproduz as mesmas lacunas deixadas por autores no passado, recente ou não.

Para dar conta destas questões, dividirei este artigo em duas partes, que se juntarão ao final. A primeira discutirá a relação entre trabalho escravo e trabalho livre no Brasil em parte da historiografia. Tentarei ainda provocar os pesquisadores indicando sugestões para esse grave e recorrente problema na historiografia. Na segunda, mostrarei alguns dos problemas derivados desse “paradigma da ausência”.

NUM CONGRESSO DA ANPUH NÃO TÃO DISTANTE

Comecemos então, em julho de 2001, no congresso da Associação Nacional de Professores Universitários de História (Anpuh), na mesa redonda *E. P. Thompson no Brasil*. Nessa rica oportunidade, Sidney Chaloub (2001: 78) falou sobre o conteúdo impactante do seu provocante resumo:

A luta dos escravos pela liberdade na segunda metade do século XIX foi o primeiro capítulo da história do movimento operário no Brasil. Os escravos organizaram-se coletivamente para obter a liberdade, negociaram condições de trabalho, fizeram greves, recorreram à justiça para conseguir alforrias e para confrontar os senhores de diversas formas. Enfim, articularam uma cultura política complexa que ajudou a enterrar a sociedade senhorial-escravista. Num contexto de produção historiográfica e sociológica que pressupunha a impossibilidade de cultura política entre trabalhadores escravos, a obra de E. P. Thompson ajudou na revisão de conceitos e na renovação dos estudos sobre a história da escravidão no país. Ainda assim, pouco se sabe sobre a importância da herança das lutas dos escravos pela liberdade na configuração dos movimentos sociais das décadas posteriores à Abolição. (grifos meus)

Em um mesmo parágrafo, Chaloub lançava para os negros parte do protagonismo nas ações que configuraram as marcantes lutas do operariado nas primeiras décadas do século XX, e que durante muito tempo haviam sido creditadas unilateralmente aos militantes imigrantes e nacionais sem cor definida.

Os colegas da história do trabalho no século XX pouco discutiam (e pouco discutem) o legado de lutas da população negra e os problemas raciais que ela enfrentava. Identificavam as pessoas como nacionais e imigrantes, trabalhadores e trabalhadoras, sertanejos, nordestinos e urbanos, para analisar suas condições de vida cotidiana, seus valores e costumes, as formas de lazer, as hierarquias entre os ofícios, as diferenças de gênero, as formas de recrutamento e disciplinamento das empresas, a imprensa operária, as diferentes organizações de trabalhadores(as) e, finalmente, se as pessoas teriam tido a consciência necessária para compor uma classe *em si* ou *para si*.

De lá para cá, muitos trabalhos cresceram e vieram demonstrando como os debates em torno de classe e consciência de classe, no caso brasileiro, mais emperraram as investigações dos historiadores ligados ao movimento operário e à cultura operária do que os auxiliaram no diálogo com o passado. Se, como afirmou Batalha (1999: 66), a classe iniciou sua "formação" no século XIX, esses historiadores aventuraram-se muito pouco em buscar este *fazer-se*.

Foram os historiadores da escravidão e da pós-abolição que mais investigaram mulheres e homens negros no processo. Encontraram-nos/as nas fábricas enquanto operários/as

em meio a imigrantes e nacionais livres brancos/as (Andrews, 1998: 154-172), viram-nos carregando sacas de café nos portos, fundando sindicatos e realizando greves históricas (Cruz, 2005), abrindo estradas de ferro (Souza, 2010), caçando baleias (Castellucci Junior, 2008), servindo patrões e sinhás nos sobrados das capitais (Graham, 1992; Damasceno, 2011), desenvolvendo ofícios liberais nas áreas de medicina, advocacia, engenharia, jornalismo (Gomes & Domingues, 2013) etc., montando e atuando nas companhias de teatro ligeiro (Bongiovanni, 2014), gravando seus lundus e sambas em versão fonográfica (Abreu, 2010), dançando nas noites dedicadas aos Orixás (Reis, 2008). Negros e negras também esbordoaram ou enfiaram a faca naqueles que os preteriram na disputa pelo cargo melhor remunerado ou por vagas de emprego (Ribeiro, 1990; Chalhoub, 1986); fizeram seus grupos musicais e tocaram no Brasil e no exterior (Hertzman, 2013); utilizaram os tipos que imprimiram as folhas dos Homens de Cor (Santos, 2003; Pereira, 2010; Pinto, 2014), jogaram futebol e infernizaram as elites dos clubes (Pereira, 2000); enfrentaram as formas de disciplinamento de oficiais brancos na Marinha de Guerra (Nascimento, 2016). Percebe-se a riqueza e a diversidade de histórias reveladas através da investigação das trajetórias individuais e coletivas dessas pessoas no processo que extinguiu juridicamente a escravidão.

Então, onde estavam seus colegas do trabalho livre? Ao lado deles nas linhas de montagem das fábricas? Junto às costureiras nas fábricas de roupas? Certamente lá estavam. Mas quanto a formação racial dos trabalhadores nas empresas dos diferentes estados do país é levada em conta e torna-se questão *sine qua non* em obras da história dos trabalhadores no século XX? E antes, quanto esses historiadores querem investigar o legado das lutas negras após a escravidão?

Como disseram Flávio Gomes e Petrônio Domingues (2013: 20) recentemente,

Para o alvorecer do século XX, esta gente – exatamente a primeira geração de ex-escravos e filhos destes – foi expulsa das fábricas, não só em São Paulo, mas também no Rio de Janeiro e em lugares como São Luís, Recife, Pelotas, Porto Alegre e Salvador. Pode ser um equívoco apostar que os mandantes foram os industriais que optaram pelos imigrantes europeus e utilizaram a polícia para transformar todo o resto em desordeiros, malandros, preguiçosos sambistas. Em parte foi a própria historiografia do movimento operário que escolheu determinadas fotografias e processos, só vendo italianos, espanhóis, anarquistas e sindicatos. Não entrou propriamente nas fábricas e, portanto, não conseguiu encontrar milhares de trabalhadores brasileiros de diversas origens, trajetórias e experiências.

Parte desse discurso foi construída e reproduzida em diversas obras sobre a formação da classe operária entre as décadas de 1970 e 80. Nesse período, que Paulo Sérgio Pinheiro e Michael Hall (1979: 16) denominaram a “primeira infância” da história “da classe operária

no Brasil", os cientistas sociais estavam preocupados em compreender o que lhes surgiu inesperadamente: a "emergência dos trabalhadores" nas "greves de massa" de 1978, com diferentes formas de organização e não subservientes ao Estado (Paoli, Sáder & Telles, 1984: 130). Embora Viotti da Costa, como veremos a seguir, já questionasse em 1982, numa das raras revistas acadêmicas de história à época, a ausência do "preto" e do "mulato" no movimento operário, os pesquisadores resistiam imensamente em *enegrecer* a classe.

Contrariamente, entendiam que entre os trabalhadores nacionais havia "muitos antigos escravos ou integrantes de uma geração para a qual a escravidão tem ainda culturalmente um peso considerável", como assinalou Bóris Fausto (1977: 127). Alimentado por uma sociologia que acreditava, sobretudo, na herança degenerativa do homem sob a escravidão, e não no poder destruidor do racismo contra negros e negras, Fausto e muitos dos seus colegas contemporâneos e posteriores criam no déficit negro e a eles(as) negavam qualquer protagonismo no tocante às lutas dos "verdadeiros proletários" (Hardman & Leonardi, 1982: 111).

Francisco Foot Hardman e Víctor Leonardi (1982: 109) chegaram a defender que a formação da classe no Brasil foi "entrevada" ou "dificultada" por ter o proletariado surgido em meio à "sociedade escravista". Diferentemente dos primeiros "proletários modernos" europeus e mesmo de países latino-americanos como Argentina, Chile e Uruguai, que aboliram a escravidão décadas antes (1982: 111), o Brasil das primeiras fábricas sofria o impacto de ter, "ao lado dos operários, um bom número de escravos". Esta frase resume os referenciais conceituais dos autores, que não entendiam o *trabalhador escravizado* enquanto "operário", mesmo que ambos trabalhassem lado a lado em fábricas. Não é difícil percebermos que para eles, no Brasil, as "verdadeiras fábricas modernas" só se tornaram realidade quando empregaram "maquinaria importada e operários livres", na década de 1840 (1982: 33). Havia na concepção desses autores uma ideia da incapacidade das pessoas escravizadas, que não lhes conferia o direito de serem chamadas de operárias, rótulo que até as crianças livres empregadas nas fábricas recebiam.

A própria cor dos trabalhadores geralmente passava *em branco* nas páginas das obras. Em termos metodológicos, os autores abraçavam-se a categorias profissionais, étnicas e nacionais, mas quase nada discutiam acerca dos conflitos e solidariedades no tocante à cor dos trabalhadores, chave fundamental para incluir o racismo como um problema histórico na historiografia dos mundos do trabalho.

Em 1982, Emília Viotti da Costa publicou um artigo até hoje raramente citado. Era uma resenha elogiosa ao livro de Paulo Sérgio Pinheiro e Michael Hall (1979), que trouxe aos historiadores do movimento operário brasileiro a compilação de diversos "documentos" relativos à vida na fábrica e ao cotidiano do trabalhador em variados espaços. E foi a partir da análise

desses documentos que a autora chamou às falas os historiadores que estudavam a classe e o movimento operário:

Provavelmente por causa da identificação que fazem entre movimento operário e imigrante, *os que têm estudado a história do movimento operário na Primeira República raramente mencionam a presença de pretos e mulatos*. Em geral se repete que depois da Abolição os imigrantes substituíram os ex-escravos na força de trabalho, tendo aqueles sido marginalizados nesse processo. Até que ponto essa *impressão* corresponde à realidade? (Costa, 1982: 224). (grifos meus)

Como ela mesma mostrava, o estado de São Paulo, diferente da maior parte dos estados nacionais, com exceção do Rio Grande do Sul, recebera a maior parcela de imigrantes, e mesmo assim, em 1920, 60% dos trabalhadores registrados na indústria “eram brasileiros”. As fontes que Pinheiro e Hall publicaram mostraram a Costa que nas listas das federações anarquistas havia sobretudo nomes assemelhados às origens portuguesa e espanhola.

Segundo Costa (1982: 223-224), aquelas e outras fontes já levantavam, à época, a possibilidade de o papel dos brasileiros no movimento operário estar sendo “subestimado” pelos historiadores. Afinal, como defender a ideia de uma “inexperiência política do trabalhador brasileiro” e, ao mesmo tempo, “explicar o sucesso do anarquismo entre eles?”. Ora, “de onde lhes vinha sua experiência política? Finalmente, qual a participação dos pretos no movimento operário?” Essa continuidade de perguntas leva-nos ao que Chalhoub disse 20 anos depois no simpósio da Anpuh, e foi apoiado por outros autores posteriormente.

Percebemos hoje a limitação das fontes e bibliografias viáveis nas décadas de 1970 e até pelo menos meados da de 1980 quando comparadas às possibilidades de investigação atuais e mesmo às questões que importavam aos pesquisadores em suas contemporaneidades, como foi aquela surgida nas greves operárias de 1978.

Não à toa, o jovem estudioso de hoje deve se sentir convidado a suspender a *parede* que impediu os *operários da historiografia* do longínquo passado de trabalhar por décadas numa linha de produção fundamental: a que construiria a história da participação do negro na formação dos mundos do trabalho na República.

O EUROCENTRISMO COMO UM PROBLEMA NOS MUNDOS DO TRABALHO

Pesquisadores de diferentes países pós-coloniais há décadas questionam e combatem a centralidade das epistemologias e dos referenciais civilizatórios assumidos a partir dos prismas europeu e norte-americano. Frantz Fanon, Rajnarayan Chandavarkar, Edward Said,

Walter Mignolo, Nelson Maldonado-Torres e Chimamanda Adichie são alguns entre aqueles que vêm denunciando os perigos da história única.⁵ Revelam que há "um legado epistemológico do eurocentrismo que nos impede de compreender o mundo a partir do próprio mundo em que vivemos e das epistemes que lhes são próprias" (Porto-Gonçalves, 2005: 3). A partir dos escritos de Dipesh Chakrabarty, José Henrique Bortoluci (2009: 58-59) mostra como o autor indiano "aponta uma tendência de que todas as histórias de nações periféricas particulares se tornam variações de uma *narrativa mestra* – a própria narrativa da história da Europa –, que alocaria cada uma dessas histórias nacionais em uma posição de subalternidade".

No caso da formação da classe operária na cidade indiana de Bombay, Chandavarkar já tecia críticas aos historiadores que seguiam um "esquema evolutivo", no qual "os padrões de mudança social e o desenvolvimento econômico" da Índia moviam-se em geral nos trilhos do industrialismo, ou moderno capitalismo, familiar na experiência ocidental. A Inglaterra, representando o Ocidente, tornava-se a "fonte" das bases conceituais e das teorias sociais necessárias à compreensão da formação da "classe operária indiana" (1994: 11-12).

Para Marcel van der Linden, os historiadores precisam encarar "uma nova fase da História Social do Trabalho, caracterizada pela tentativa de superação do nacionalismo metodológico e do Eurocentrismo" (2009: 19). Convida-nos ele para uma perspectiva global do entendimento da classe trabalhadora e de sua história, nos diferentes países, "caracterizada por certo pluralismo teórico e pelo interesse temático no estudo transnacional e mesmo transcontinental das relações de trabalho e nos movimentos sociais de trabalhadores no sentido mais amplo da palavra" (2009: 11).

Chandavarkar e Linden trazem reflexões para além da experiência dos trabalhadores europeus, surgidas com o fenômeno da industrialização, como ainda muitas vezes teimamos em fazer. Afinal, quando somente procuramos greves, criação de sindicatos, imprensa operária, a origem do movimento operário etc., estamos realizando esse tipo de abordagem. Mantemo-nos eurocêntricos, partindo dos paradigmas de implantação da industrialização e do capitalismo na Europa, para trabalharmos o movimento operário e o surgimento da classe aqui, quando a realidade de países que experimentaram a escravidão moderna ou viveram dentro de hierarquias raciais, étnicas e de gênero complexas exigia e exige muito mais reflexões a partir de diálogos interseccionais que aqueles imaginados enquanto essencialmente brancos e europeus.

Para abarcar os trabalhadores numa relação global, que envolva as experiências dos trabalhadores indianos, brasileiros, argentinos e outros, há também que se pensar "nas diversas formas de trabalho livre e não-livre, remunerado e não remunerado, organizações formais e informais, em um recorte cronológico mais amplo" (Linden, 2009: 11).

Essa perspectiva vem se tornando marcante nos *Seminários Internacionais Mundos do Trabalho*, que ocorreram nos últimos biênios, cuja organização pertence ao Grupo de Trabalho do mesmo nome em parceria com instituições internacionais como a *re-work*. Neles, podemos encontrar centenas de pesquisadores estrangeiros e brasileiros apresentando as histórias dos trabalhadores em seus países, refletindo numa perspectiva transnacional e transcontinental. Os brasileiros de diferentes temáticas do trabalho escravo e compulsório também se apresentam nesses seminários.

Mas, por incrível que pareça, até nesses eventos percebemos problemas que impedem um diálogo mais aberto entre os pesquisadores de diferentes áreas do trabalho. A própria organização das mesas no último Seminário Internacional em Salvador, no campus da UNEB, em 2015, estancou essa possibilidade quando montou as mesas. Ou seja, aqueles que desenvolveram pesquisas sobre a pós-abolição apresentaram seus trabalhos no último dia do simpósio – um sábado –, sendo mantidos bem distantes dos colegas que analisavam o chamado trabalho livre na República. Sintomático de como esse diálogo é difícil. Os resultados disso são perceptíveis em artigos publicados em revistas diversas.

Um deles, sobre a vila operária de Marzagão, na atual Sabará, Minas Gerais, é um exemplo disso (Ávila, 2009). A industrialização, o capitalismo e o trabalho livre surgem dissociados de mais de trezentos anos de trabalho escravo e de todas as bases que essas sociedades anteriores à República experimentaram nas relações de trabalho do século XX.

Ao analisar a construção da fábrica, que iniciou suas atividades em 1883, ou seja, na última década da escravidão, o autor, através do artigo de Domingos Giroletti, descreve somente que seus sócios preocupavam-se em utilizar a “mão de obra autóctone, no sentido de resgatá-la da escravidão (ou do infortúnio) e de incorporá-la econômica e socialmente à nova sociedade capitalista que se desenvolvia” (Ávila, 2009: 78). Nada há sobre a composição do que chama de operariado. Não surgem suas cores, sua condição social e o gênero, mesmo a província abrigando a maior população escrava do Brasil em 1884 (Conrad, 1975: 352). Quem construiu aquela fábrica e quem foram seus primeiros operários(as)? Onde estavam os negros daquela região?

Noutro texto mais recente também percebemos o problema. Embora o Rio Grande do Sul seja um estado que até pouco tempo atrás era desenhado como eminentemente branco, a presença de negros no campo e nas cidades vem sendo trazida à tona pela historiografia (entre outros Weimer, 2013). Evangelia Aravanis (2010) nos brindou com um instigante trabalho acerca da organização da produção e das condições de trabalho na industrialização naquele estado, discutindo temas silenciados anteriormente, como o trabalho feminino.

São visíveis, porém, os sinais que levam à ausência da questão racial na região. Embora já em 1873 existisse indústria têxtil em cidades gaúchas, o recorte temporal escolhido pela

autora foi posterior: as três primeiras décadas republicanas, quando a escravidão não surgiria como um problema a ser enfrentado na pesquisa. Esse traço recorrente entre muitos daqueles que estudam o movimento operário, por sinal, é solucionado através de cirúrgicos recortes temporais: 1890-1930, 1889-1930, 1890-1920. Além disso, a cor dos(as) trabalhadores(as) não é problematizada no texto. A própria pesquisa somente em jornais operários e da grande imprensa limita a investigação sobre a cor dos indivíduos. Não sabemos nem se foi preocupação da autora perceber a questão racial nos próprios anúncios que solicitavam empregados(as), como algumas pesquisas já demonstraram (Damasceno, 2011).

Outro texto recente que não aborda a questão da cor dos trabalhadores no processo é o de Olivia Cormineiro (2009). É louvável notar que esse instigante texto acerca dos trabalhadores livres e pobres antes da abolição e mesmo depois dela, no estado de Goiás, já tem como referência o sempre citado texto de Sílvia Hunold Lara (1998), que questiona os recortes temporais que tomam a escravidão como fim, a exemplo do que vimos com o trabalho de Aravanis. No entanto, a autora recai em outro problema conceitual no que tange ao sertanejo.

Em outras palavras, se o trabalhador escravo é opacizado na história do trabalho, o trabalhador livre que viveu antes de 1888, principalmente nas regiões mais afastadas do "litoral", também o é. De fato, foi consolidado pela historiografia que após 1888 ocorreu um período de transição da escravidão para o mercado de trabalho livre, ficando-nos a impressão que trabalhadores livres e escravos não existiram fora do marco estabelecido para sua aparição na historiografia. Não é esta a perspectiva assumida neste artigo. Aqui procuramos pensar este jogo de relações observando que desde antes da emancipação os trabalhadores livres e pobres, aqui denominados sertanejos pobres, empreendiam estratégias que não significavam nada menos que modos de luta contra a exploração. É necessário reconhecer que não estamos analisando aqui as percepções de tempo e trabalho de "operários", que desde antes do início do século XX buscavam organizar uma luta contra a dominação e a exploração (Cormineiro 2009: 173). (grifos meus)

Então, nos cabe a pergunta: qual ou quais as cores dos sertanejos pobres? Mary Karasch (1996, 2010) vem realizando ampla pesquisa sobre os negros ex-escravos que fundaram irmandades desde a colônia e mesmo acerca dos quilombos cujos descendentes até hoje mantêm-se trabalhando na região. Há também trabalhos mais recentes que demonstram as dificuldades enfrentadas por libertos e escravos entre os séculos XVIII e XIX (Loiola, 2008). Enfim, há estudos diversos, desde pelo menos o ano de 1996, mostrando que sertanejos goianos tinham cor e também poderiam ser negros. E esta constatação pode levar a uma enorme mudança no resultado das pesquisas.

Outro artigo abordou a migração de famílias retirantes do Ceará para trabalhar nas fazendas cafeeiras paulistas no ano de 1878, bem próximo à chegada dos imigrantes

estrangeiros. A questão é extremamente rica. Por um lado, levanta o problema racial em São Paulo presente nos discursos diversos que surgiram na imprensa da região, por parte de proprietários, políticos e cientistas (Azevedo, 1987). Do outro, temos a própria situação política, social e econômica no Ceará, agudizada entre 1877 e 1878, uma província que passava por crises trazidas pela seca e a diminuição das receitas com o tráfico interprovincial para regiões como a própria São Paulo (Martins, 2012: 31-37). Foi justamente nestes anos que Denise Moura (1997) localizou a migração de sertanejos cearenses para as fazendas cafeeiras paulistas.

Chama atenção a falta de problematização da cor destes sertanejos. Assim como fizera Olivia Cormineiro no caso goiano, os cearenses podem passar por brancos, mestiços ou qualquer outra cor. E este é um elemento importante na análise destas pessoas. Poderiam ser estas famílias formadas por produtores rurais falidos, trabalhadores pobres urbanos e todos mais fugidos da seca de 1877 com diferentes cores.

Contudo, a história destes cearenses migrados em 1878 não pode ser pensada e analisada sem levarmos em conta os escravos provenientes do Ceará, vendidos para as fazendas do interior paulista anteriormente. Ora, não há como pensarmos em possíveis reencontros? Torna-se ainda mais plausível este argumento quando lemos que uma das fontes utilizadas por Denise Moura é uma carta trocada entre migrantes amigos, indicando fazendas para serem alojadas mulheres e homens. Ou seja, havia reencontros, contatos, conhecimentos esperados entre migrantes. Os cearenses libertos migrados para São Paulo tinham a esperança de rever seus familiares, anteriormente escravos? E as famílias escravas, também poderiam se reencontrar? E (por que não?) escravos vendidos anteriormente no tráfico interprovincial ao lado de ex-senhores cearenses falidos ou pobres na mesma lida da cafeicultura? Como se pode ver, esta história poderia tornar os "rastros deixados por esses retirantes", como diz Moura, muito mais reveladores dos últimos anos da escravidão, e não somente pessoas diversas encapsuladas sob a categoria sertanejo pobre.

Sinais positivos de mudança nas pesquisas têm sido cada vez mais visíveis. No *Dicionário do Movimento Operário*, organizado por Cláudio Batalha, percebemos a intenção de ressaltar a cor dos militantes e trabalhadores, quando citada nas fontes analisadas pelos(as) colaboradores(as) do trabalho. Por outro lado, trabalhadores aqui não são os clássicos operários das atividades fabril e industrial, definidos como "os verdadeiros" por Hardman e Leonardi. Na obra de Batalha, ele é "todo e qualquer indivíduo que tenha que vender sua força de trabalho para sobreviver" (2009: 14-15).

Mesmo neste importante livro, feito marcante para a História do Trabalho e dos Trabalhadores no Rio de Janeiro, difícilimo de realizar pela extensa quantidade de informação

acerca de cada militante e associação operária, percebe o leitor que o intento relativo à cor foi mínimo.

Poder-se-á folhear dezenas de verbetes sem encontrar uma sinalização da cor do trabalhador. Um exemplo de que a investigação ou mesmo interesse em citar a cor não foi priorizado por colaboradores(as) é o verbete do marmorista, vereador, militante e candidato à presidência da República pelo Bloco Operário e Camponês (BOC) nas eleições de 1930, Minervino de Oliveira. Em nenhum momento se diz que Minervino de Oliveira era negro (Batalha, 2009: 119).

Recentes coletâneas mostram duas gerações de historiadores enfrentando a questão. Na mais recente, percebemos o maior movimento de historiadores experientes e especialistas em escravidão migrando para acompanhar as trajetórias e contribuições de ex-escravos, libertos e pretos livres no pós-abolição (Gomes & Domingues, 2014). Mesmo historiadores especializados em história política do período Vargas fornecem valiosas contribuições. Encontramos dois autores do movimento operário que apresentam a ampliação das suas reflexões incluindo o negro entre os séculos XIX e XX. Noutra coletânea, há jovens historiadores(as), que já iniciaram suas pesquisas tendo a história do negro no pós-abolição como questão (Abreu & Pereira, 2011).

O artigo de Aldrin Castellucci (2010) alcançou marcante resultado de pesquisa.⁶ Seu propósito foi demonstrar que, diferentemente de São Paulo, os negros ocupavam posição dominante no mercado de trabalho formal baiano. A participação de valores e costumes construídos, dinamizados e transformados nas experiências cotidianas de escravos, senhores e pessoas livres no Brasil marca presença nas páginas de Castellucci, ao contrário de boa parte das obras que discutem as formas de luta dos trabalhadores nos mundos do trabalho do século XX.

Foi através do Centro Operário da Bahia que Castellucci mostrou a relevância desta participação. O historiador interessado no famoso movimento operário e na formação da classe geralmente desconhece fontes comuns entre os que pesquisam relações de compadrio, festas, morte, escravidão e pós-abolição. Estes sabem buscar a cor, pois entendem que o resultado das suas pesquisas é enriquecido quando sabemos mais sobre o indivíduo e seus antepassados. E foi esse o mergulho de Castellucci.

O segundo passo que demos foi, de posse daquela lista [de todos os membros ex-membros do Centro Operário], com um total de 1.176 nomes, verificar para quantos deles seria possível reunir informações suficientes para desnudar a real composição social do Centro Operário da Bahia. Fizemos, portanto, uma detalhada busca na Seção Judiciária do Arquivo Público do Estado da Bahia, onde conseguimos localizar inventários *post mortem*, testamentos e outros documentos notariais para 197 integrantes do Centro Operário (2010: 92).

Fica aí uma ótima sugestão metodológica de análise. As irmandades religiosas e terreiros de candomblé, onde Castellucci encontra parte importante das lideranças operárias, eram locus importante para a construção de identidades, com sociabilidade, regras e formas de ajuda mútua marcantes entre os irmãos. Associações como o Centro Operário da Bahia foram constituídas por pessoas que viveram ou viviam em irmandades, terreiros, senzalas, bairros e cidades negras. Nas assembleias, reuniões e visitas cotidianas a estes espaços, creio eu, estes mesmos homens constituíram vínculos pessoais, dividiram opiniões políticas e trabalhistas, que eram forjadas no cotidiano dos mundos do trabalho. Toda esta experiência levou-os a se entenderem como um grupo de pessoas unidas em oposição a outros homens. Seria esta a consciência de classe? Por que não? Ela é parte de um discurso teórico que nos é fundamental, mas que deveria ser mais negro e bem menos eurocêntrico.

Há de se perceber também os valores e costumes possivelmente negros que estavam em jogo no momento do conflito. As sociabilidades e experiências constituídas nas seletivas e hierarquizadas irmandades católicas e casas de candomblé, por exemplo, podem trazer à luz parte do legado das formas de organização e lutas negras para os/as trabalhadores/as do século XX. Ao nos afastarmos destas possibilidades corremos o sério risco de, num vacilo, associarmos motins à fome como tanto combateu E. P. Thompson (1998: 151).

CAMINHOS PARA REFLEXÃO

Como poderíamos mudar esta história? Em primeiro lugar, quando vou a bancas, comento mesas e recebo novos estudantes para orientação, por vezes percebo a inabilidade do candidato com uma história mais ampliada dos Mundos do Trabalho. Quando ele é especialista em escravidão, geralmente pouco folheou os livros que invadem a Primeira República. O pesquisador do trabalho livre, por seu turno, revela espantoso silêncio frente à cor dos trabalhadores nas últimas décadas do século XIX e por toda a República. Esses currículos dos cursos de graduação e pós de História, criando especialistas nas “migalhas” das nossas sub-áreas de conhecimento, levam estudantes a se tornarem cada vez mais isolados em torno do seu próprio *métier*.

Orientadores(as) de graduação e pós devem insistir na ampliação da bibliografia obrigatória dos seus orientandos(as) quando o tema se insere nos mundos do trabalho do século XIX e vai até a História do Tempo Presente. Procurar entender com as abordagens teóricas e metodológicas presentes em textos clássicos e recentes sobre escravidão e racismo, de um lado, e cotidiano e lutas dos trabalhadores, de outro, passando ainda pelas relações de gênero, é um primeiro grande passo. Representa exercício transitório para a consolidação de uma

História Social do Trabalho vibrante, perceptível enquanto processo histórico. Ultrapassaremos, assim, a empobrecedora linearidade intercalada por cirúrgicos acontecimentos, que interrompem abruptamente os passos do homem no tempo e reforçam o ainda imponente muro de Berlim historiográfico descrito por Chalhoub e Silva.

O segundo caminho refere-se às fontes disponíveis. É incrível como poderíamos aprender mutuamente trocando informações acerca das fontes existentes em cada área, sejam elas recursos *on line*, como a hemeroteca digital da Biblioteca Nacional ou o *Family Search* (que disponibiliza milhões de registros paroquiais e cartoriais), sejam fontes localizadas fisicamente em arquivos, como os inventários *post mortem*, livros notariais, testamentos, processos criminais, trabalhistas e cíveis e correspondências, além de inúmeras outras, que nos ajudam a encontrar a origem do indivíduo, suas famílias, crenças, sociabilidades, parentescos, cores, o cotidiano laboral e pessoal, além da condição social. Os dados dos registros de contratação dos trabalhadores das empresas, suas licenças e regulamentos de funcionamento, as biografias dos seus proprietários, as homenagens recebidas, as entrevistas com descendentes de antigos escravos e trabalhadores diversos também revelam sugestivas possibilidades de investigação.

Um terceiro caminho profícuo para acompanhar estas pessoas, quando os mais usuais se esgotam, é a análise do nome. As práticas de nomeação revelam muito mais do que imaginamos.

Por práticas de nomeação entende-se as maneiras pelas quais os homens, em sociedade, atribuem, para si e para outrem, formas de denominação pessoal; as maneiras pelas quais manipulam, ocultam ou evidenciam em diversos contextos sociais tais denominações; as formas pelas quais, através de nomes, prenomes e apelidos, os indivíduos relacionam-se com a história e com tradições herdadas; as formas pelas quais os nomes são operados no sentido de reiterar hierarquias sociais, afirmar estatutos, ou mesmo contestá-los (Weimer, 2013: 323).

Este recurso de pesquisa vem sendo utilizado por diversos historiadores da escravidão, do pós-abolição e mesmo de pessoas comuns para buscar as crenças, relações de parentesco e arranjos sociais, familiares e patrimoniais firmados no costume, as variações socioeconômicas, deslocamentos espaciais, a cor das gerações de famílias ao longo do tempo, entre outras possibilidades.

Ana Lugão Rios, Hebe Mattos e Martha Abreu mostram-nos como isto pode ser explorado também pelos historiadores dos Mundos do Trabalho do século XX e XXI. Ao entrevistar descendentes de escravos da região do Vale do Paraíba e cruzar seus nomes em diferentes registros notariais e paroquiais, estas autoras produziram trabalhos individuais, comunitários e coletivos, em diferentes formas de mídia, que nos mostraram as trajetórias de famílias negras

desde os primórdios do século XIX até os dias atuais, descreveram suas migrações, perceberam a preservação de suas músicas e danças, analisaram os problemas e conflitos enfrentados por elas em torno de suas terras e meios de sobrevivência no meio urbano. Finalmente, foram parceiras das comunidades no que tange à demarcação de terras, construção de recursos ligados à preservação da memória e divulgação da história do lugar.⁷

Fábricas empregaram gerações inteiras de famílias e podem ser analisadas como fizeram as autoras acima. Estes trabalhos poderão mostrar, entre outros resultados possíveis, se os membros destas famílias transformaram, ou não, suas condições materiais de existência durante toda a República. Pesquisadores que investigam os trabalhadores na segunda metade do século XX podem cruzar a História Oral e a nomeação para acompanhar as trajetórias individual e familiar dos trabalhadores. Fundamental será explorar a participação da cor, origem e gênero nas formas de recrutamento, cargos ocupados, critérios de promoção, advertências, saúde e carreira. Em parte isto já vem sendo realizado, mas ainda carecemos da discussão mais sensível às questões raciais e gênero (Fontes, 2008). Afinal, temos muitos descendentes de escravos em comum.

POR UMA HISTÓRIA PÚBLICA DO NEGRO NA PRIMEIRA REPÚBLICA

Por que todas essas histórias são importantes nos dias de hoje? Na prova do vestibular da Unicamp de 2001, uma questão causou grande embaraço aos avaliadores: “O que aconteceu com o negro depois da escravidão”. As respostas descreviam os negros como seres patológicos frente a uma sociedade branca, asséptica e superior. Diziam que as negras prostituíram-se, os homens tornaram-se vagabundos, bêbados, presidiários e favelados, por terem sido coisificados na escravidão e, por isso, se terem tornado incapazes de se integrar à sociedade de classes (Nascimento, 2005). A culpa e a anormalidade, que os levava às margens da sociedade, recaíam uma vez mais sobre os próprios negros.

Bom, se prostituir-se foi uma necessidade para negros e negras brasileiras, se roubaram, mendigaram e tiveram de construir telhados de zinco, eles e elas não estavam sozinhos na história. Não são poucos os exemplos na trajetória da humanidade que apresentam grupos, independentemente da sua cor, sem direitos a privilégios ou a uma refeição diária, que se viram forçados a isso (Geremek, 1995; Goldman, 2014; Guy, 1991; Bresciani, 1994). Entendo a maior parte destas ações como formas de sobrevivência para abocanhar o que lhes foi usurpado enquanto direitos, mesmo quando infelizmente a violência foi usada. Para se alcançar o fantasioso “mérito”, na maior parte das vezes, é preciso investimento, amizades com alguma influência, ser o mais branco possível e ter uma boa dose de heteronormatividade.

Não há como negar que a maior parte dos negros(as) foi "bem comportada": trabalhou duro, foi explorada, humilhada em charges de jornais, classificada com os mais torpes xingamentos, estudou em escolas mequetrefes, viu sua ingenuidade expirar-se ainda na infância, sofreu algum tipo de assédio sexual, teve seus punhos atados pelas algemas da polícia, contentou-se em ser representada por Grande Otelo ou Mussum como *escadas* de Oscarito e Renato Aragão, perdeu entes queridos por um péssimo diagnóstico médico, foi preterida no emprego. Mas esta população negra também rodava no santo nos terreiros, desfilava seu carnaval, ia à coroação dos Reis do Congo, sambava como um mestre sala dos mares, lutava por um pedaço de terra, trabalhava nas fábricas e indústrias do Mundo do Trabalho

Assim como Caetana Damasceno destrinchou os "segredos da boa aparência", os historiadores do movimento operário e dos trabalhadores também deveriam pautar os problemas raciais enfrentados na República. Ver com desconforto as condições enfrentadas pela população negra, assim como Florestan Fernandes e outros sociólogos fizeram na década de 1960. Suas tentativas para explicar as diferenças raciais entre brancos e negros, verificadas em estatísticas sociais e raciais do meado do século XX, podem hoje ser questionadas, mas eles se incomodaram, e os historiadores, muito pouco.

NOTAS

1 Ver Sidney Chalhoub e Fernando Teixeira da Silva (2009: 15): ausência "do diálogo necessário entre os historiadores e os estudiosos das práticas políticas e culturais dos trabalhadores urbanos pobres e do movimento operário".

2 Ver os esclarecedores argumentos de Sílvia Lara (1998) e Chalhoub (1990: 19-20).

3 Ver também Nascimento (2005), Negro & Gomes (2006) e Gomes (2004).

4 Instituto Ethos & Ibope. *Perfil social, racial e de gênero das 500 maiores empresas do Brasil e suas ações afirmativas – Pesquisa 2010*. São Paulo, 2010. http://www1.ethos.org.br/EthosWeb/arquivo/0-A-eb4Perfil_2010.pdf, acesso em 7 de agosto de 2016.

5 https://www.ted.com/talks/chimamanda_adichie_the_danger_of_a_single_story/transcript?language=pt-br, acesso em 28 de agosto de 2016. Um balanço da contribuição de parte desses autores pode ser encontrada em Bortoluci (2009) ou em vários artigos da coletânea organizada por Lander (2005).

6 Ver também os instigantes trabalhos de Loner (2011) e Cicalo (2015).

7 Ver <http://www.labhoi.uff.br/escravidao>.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, M. O "crioulo Dudu". *Topoi*, v. 11, n. 20, jan.-jun. 2010.

_____, RIBEIRO, G. S. & CHALHOUB, S. Trabalho escravo e trabalho livre na cidade do Rio de Janeiro. *Revista Brasileira de História*, São Paulo v. 5, n. 8 e 9, 1984/85.

_____ & PEREIRA, M. S. (orgs.). *Caminhos da liberdade*. Niterói: PPGHistória –UFF, 2011.

ANDREWS, G. R. *Negros e brancos em São Paulo (1888-1988)*. Bauru: Edusc, 1998.

ARAVANIS, E. A industrialização no Rio Grande do Sul nas primeiras décadas da República. *Revista Mundos do Trabalho*, v. 2, n. 3., jan-jul 2010.

ÁVILA, R. P. de. A centralidade do trabalho na formação social da Vila de Marzagão. *Revista Mundos do Trabalho*, v.1, n. 1, jan-jun 2009.

AZEVEDO, C. M. M. de. *Onda negra medo branco: o negro no imaginário das elites século XIX*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

BATALHA, C. Sociedades de trabalhadores no Rio de Janeiro do século XIX. *Cadernos AEL*. Campinas, Unicamp, 1999.

_____ (org.). *Dicionário do movimento operário*. São Paulo: Perseu Abramo, 2009.

BONGIOVANNI, L. *Entre modernidades desarticuladas, tradições e nação*. Seropédica, Dissertação (Mestrado em História), 2015.

BORTOLUCI, J. H. Para além das múltiplas modernidades: eurocentrismo, modernidade e as sociedades periféricas. *Plural*, São Paulo, v. 16, n. 1, 2009.

BRESCIANI, M. S. *Londres e Paris no século XIX: o espetáculo da pobreza*. 8ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

CARDOSO, H. H. P. Disciplina e controle no espaço fabril. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 6, n. 11, set. 1985-fev. 1986.

CASTELLUCCI, A. Classe e cor na formação do Centro Operário da Bahia (1890-1930). *Afro-Ásia*, 41, 2010.

CASTELLUCCI JUNIOR, W. *Pescadores e roceiros*. São Paulo/Salvador: Fapesb/AnnaBlume, 2008.

CHALHOUB, S. *Trabalho, lar e botequim*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

_____. *Visões da liberdade*. São Paulo: Cia das Letras, 1990.

_____. O primeiro capítulo da história do movimento operário no Brasil. *Livro de Resumo – XXI Simpósio Nacional de História*. Niterói: UFF, 2001.

_____ & SILVA, F.T. da. Sujeitos no imaginário acadêmico: escravos e trabalhadores na historiografia brasileira desde os anos 1980. *Cadernos AEL*, Campinas, v. 14, n. 26, 2009.

CHANDAVARKAR, Rajnarayan. *The origins of industrial capitalism in India*. Cambridge: Cambridge University Press, 1994.

CICALO, André. Campos do pós-abolição: identidades laborais e experiência “negra” entre os trabalhadores do café no Rio de Janeiro (1931-1964). *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 35, n. 69, p. 101-130, jun 2015.

CONRAD, R. *Os últimos anos da escravatura no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

CORMINEIRO, O. M. M. Percepções do tempo e trabalho. *Revista Mundos do Trabalho*, v. 1, n. 2., jul-dez 2009.

- COSTA, E. V. da. A nova face do movimento operário na Primeira República. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 2, n. 4, set. 1982.
- CRUZ, M. C. V. e. Cor, etnicidade e formação de classe no porto do Rio de Janeiro. *Revista da USP*, São Paulo, n. 68, dez-fev 2005.
- DAMASCENO, C. *Segredos da boa aparência*. Seropédica: Edur, 2011.
- FAUSTO, B. *Trabalho urbano e conflito social (1890-1920)*. São Paulo/Rio de Janeiro: Difel, 1977.
- FERNANDES, F. A integração do negro na sociedade de classes. [1ª ed. 1964] São Paulo: Globo, 2008.
- FONTES, P. *Um nordeste em São Paulo*. Rio de Janeiro: FGV, 2008.
- GOLDMAN, W. *Mulher, estado e revolução*. São Paulo: Boitempo, 2014.
- GOMES, A. de C. Questão social e historiografia no Brasil do pós-1980. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 34, jul-dez 2004.
- GOMES, F. & DOMINGUES, P. (orgs.). *Experiências da emancipação*. São Paulo: Selo Negro, 2011.
- _____. & _____. *Da nitidez à invisibilidade*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2013.
- _____. & _____. *Políticas da raça*. São Paulo: Selo Negro, 2014.
- GRAHAM, S. L. *Proteção e obediência: criadas e seus patrões no Rio de Janeiro, 1860-1910*. Trad. Viviana Bosi. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- GUY, D. *Sex and danger in Buenos Aires*. Lincoln/London: University of Nebraska Press, 1991.
- HARDMAN, F. F. & LEONARDI, V. *História da indústria e do trabalho no Brasil*. São Paulo: Global, 1982.
- HASENBALG, C. *Discriminação e desigualdades raciais no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- HERTZMAN, M. *Making samba*. Dunham: Duke, 2013.
- KARASCH, M. O quilombo do ouro na capitania de Goiás. In: REIS, J. J. & GOMES, F. dos S. (orgs.). *Liberdade por um fio*. São Paulo: Cia. das Letras, 1996.
- _____. Construindo comunidades: as irmandades dos pretos e pardos. *História Revista*, Goiânia, v. 15, n. 2, jul-dez 2010.
- KOWARICK, L. *Trabalho e vadiagem*. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- LANDER, Edgardo (org). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais*. Buenos Aires, Colección Sur Sur, CLACSO, 2005.
- LARA, S. Escravidão, cidadania e história do trabalho no Brasil. *Projeto História*, São Paulo, n. 16, 1998.
- LINDEN, M. V. der. História do trabalho. *Revista Mundos do Trabalho*, v. 1, n. 1, jan-jun 2009.
- LOIOLA, M. L. *Trajétórias atlânticas*. Goiás, Dissertação (Mestrado em História), UFG, 2008.
- LONER, B. A. Antonio: de Oliveira a Baobad. In: GOMES, F. & DOMINGUES, P. (orgs.). *Experiências da emancipação*. São Paulo: Selo Negro, 2011.
- MAIO, M. C. O Projeto Unesco: ciências sociais e o "credo racial brasileiro". *Revista USP*, São Paulo, n. 46, jun-ago 2000.

- MARAM, S. *Anarquistas, imigrantes e o movimento operário no Brasil (1890-1920)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- MARTINS, P. H. de S. *Escravidão, abolição e pós-abolição no Ceará*. Niterói, Dissertação (Mestrado), UFF, 2012.
- MATTOS, H. Por uma história pública dos africanos escravizados no Brasil. *Revista Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 27, n. 54, p. 255-273, jul-dez 2014.
- MATTOS, M. B. *Escravidados e livres*. Rio de Janeiro: Bom Texto, 2008.
- MOURA, D. S. de. Andantes de novos rumos. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 17, n. 34, 1997.
- NASCIMENTO, Á. P. do. *Qual a condição social dos negros no Brasil depois do fim da escravidão?*. Rio de Janeiro: Museu da República, 2005.
- _____. "Sou escravo de oficiais da Marinha". *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 36, n. 72, set. 2016.
- NEGRO, A. L. & GOMES, F. Além de senzalas e fábricas: uma história social do trabalho. *Tempo Social (revista de sociologia da USP)*, v. 18, n. 1, jun 2006.
- PAOLI, M. C., SÁDER, E. & TELLES, V. da S. Pensando a classe operária. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 3, n. 6, 1984.
- PEREIRA, A. A. *O mundo negro*. Niterói, Tese (Doutorado em História), UFF, 2010.
- PEREIRA, L. *Footballmania*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.
- PINHEIRO, P. S. & HALL, M. *A classe operária no Brasil*. São Paulo: Alfa Ômega, v. 1, 1979.
- PINTO, A. F. M. *Fortes laços em linhas rotas*. Campinas, Tese (Doutorado História), Unicamp, 2014.
- PORTO-GONÇALVES, C. W. Apresentação. In: LANDER, Edgardo (org). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais*. Buenos Aires, Colección Sur Sur, CLACSO, 2005.
- REIS, J. J. *Domingos Sodré, um sacerdote africano*. São Paulo: Cia das Letras, 2008.
- RIBEIRO, G. S. *Mata galegos*. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- ROSA, Z. de P. Fontes orais de famílias negras. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 8, n. 16, 1988.
- SANTOS, J. A. dos. *Raiou a alvorada*. Pelotas: Ed. Universitária, 2003.
- SCHWARCZ, L. M. *O espetáculo das raças*. [1ª ed. 1993] São Paulo: Cia das Letras, 2005.
- SLENES, R. Escravos, cartórios e desburocratização. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 5, n. 10, 1986.
- SOUZA, R. S. Organização e disciplina do trabalho ferroviário baiano no pós-abolição. *Revista Mundos do Trabalho*, v. 2, n. 3, jan-jul 2010.
- SOVIK, Liv. Aqui ninguém é branco: hegemonia branca no Brasil. In: WARE, Vron (org.). *Branquidade: identidade branca e multiculturalismo*. Rio de Janeiro: Garamond, 2004, p. 363-386.
- THOMPSON, E. P. *Costumes em comum*. São Paulo: Cia das Letras, 1998.
- WEIMER, R. de A. *A gente da Felisberta*. Niterói, Tese (Doutorado em História) UFF, 2013.

**A PENA COMO ARMA: TRABALHO,
INTIMIDADE E ROTINA NAS CARTAS
DOS POLICIAIS PAULISTAS (1870-1915)**

The pen as a weapon: work, intimacy and routine in
the letters of São Paulo's policemen (1870-1915)

ANDRE ROSEMBERG

<http://dx.doi.org/10.1590/S2178-14942016000300004>

Andre Rosemberg é mestre e doutor em História Social pela Universidade de São Paulo e pesquisador do Observatório da Segurança Pública do campus de Marília da Universidade Estadual Paulista (arosem1910@gmail.com).

Artigo recebido em 23 de agosto e aprovado para publicação em 29 de setembro de 2016.

RESUMO

Por meio da análise das cartas escritas por policiais, pretendemos desvelar facetas pouco iluminadas da polícia de São Paulo no contexto histórico da virada do século XIX para o XX. Nas linhas desse instrumento tão pessoal, como são as cartas, vislumbram-se fragmentos da intimidade dos policiais, a presença da família, a porosidade entre os “mundos” civil e institucional. Desvelam-se na correspondência epistolar, pouco frequente numa estrutura burocrática, as estratégias desses trabalhadores na sua relação cotidiana com a instituição – o manejo pela sobrevivência num universo de pobreza e de iniquidades hierárquicas; enfim, as coxias do trabalho e da rotina policial.

PALAVRAS-CHAVE: polícia; mundo do trabalho; história da polícia.

ABSTRACT

Through the analysis of letters written by policemen, we intend to shed light on little known aspects of the São Paulo Police in the beginning of the XX century. This very personal mode of communication allows us to catch a glimpse of the intimacy of policemen’s lives, the presence of family, the porosity between both civil and institutional “worlds”. The epistolary form, so uncommon in a bureaucratic structure, uncovers the strategies of these workers in their daily relationship with the institution – the struggle for survival in a universe of poverty and hierarchical inequities; in short, a behind-the-scenes look into police work and routine.

KEYWORDS: police; labour; police history.

RÉSUMÉ

Par l’analyse de lettres écrites par des policiers, nous avons l’intention de dévoiler des aspects peu connus de la police de São Paulo dans le contexte historique du tournant du XIXème siècle. La nature personnelle de cet instrument permet d’entrevoir des fragments de l’intimité des policiers, la présence de la famille, la porosité entre les “mondes” civil et institutionnel. Ces documents épistolaires, peu communs dans une structure bureaucratique, dévoilent les stratégies de ces travailleurs dans leur relation quotidienne avec l’institution – la lutte pour la survie dans un univers de pauvreté et d’iniquités hiérarchiques; enfin, les coulisses du travail et de la routine policière.

MOTS-CLÉS: police; monde du travail; histoire de la police.

Em 24 de fevereiro de 1909, o secretário de Segurança Pública e de Negócios Jurídicos de São Paulo, Washington Luiz, recebeu em sua mesa de trabalho uma carta do tenente da Força Pública Joaquim José de Araújo, da 1ª Companhia do 3º Batalhão. O oficial, de 52 anos, casado e pai de três filhos, encontrava-se então lotado na capital do estado. A missiva trazia “em coleção um pequeno histórico” dos mais de 18 anos que havia dedicado aos serviços policiais.

Em 1877, teve a dura necessidade de abandonar o meu estado natal, Ceará, motivado por uma grande seca, fazendo esse trajeto todo a pé, atravessando diversos estados, passando privações horríveis, porque o meu estado de pobreza assim permitia, até que cheguei em Minas Gerais passando na cidade Januária. Só Deus sabe como... [...]. São decorridos 18 anos e meses de fadigado trabalho, falando somente neste estado [...]. Pois bem, como V. Exa vê do exposto que não basta somente a idade avançada como ao mesmo tempo as moléstias adquiridas no decorrer desses longos anos de luta, como sejam: reumatismo, retenção de urina, faltas de ar, finalmente sinto-me com os músculos cansados. No entanto, não estou impossibilitado de prestar o meu serviço ao estado, acreditando piamente no vosso elevado espírito de justiça e coração humanitário, [...] peço-vos portanto me dispensar das instruções adotadas [...].¹

Duas considerações devem ser feitas a respeito desse episódio: a primeira é o instrumento escolhido pelo tenente Araújo para se comunicar com seu superior, uma carta; a segunda, decorrente da anterior, é o tom afetivo assumido pela narrativa. Constitui, sem dúvida, fato raro em relação ao conjunto da documentação policial a presença de cartas pessoais. Em sendo a polícia uma organização pautada na burocracia (Monjardet, 2001), e uma instituição que se pretende “total” – para emprestarmos o conceito de Goffmann (2003) –, a interlocução inter-hierárquica não deve prescindir das formalidades, da linguagem enquadrada e da estrutura precisa. Disso cuida a praxe policial, ao informar as normas de elaboração de ofícios e portarias.

O presente texto pretende trazer à luz parte do material epistolar coligido nas latas de polícia do Arquivo Público do Estado de São Paulo entre os anos de 1870 e 1915,² analisando-o sob uma perspectiva dupla: observando a prática epistolar em si mesma, que subsume o realce personalíssimo do “eu” – melhor dizendo, da “escrita de si” (Gomes, 2004) – num âmbito cerradamente institucional (a polícia de inclinação militar), e ao mesmo tempo lançando mão

das *sensibilidades* de uma “história biográfica” que funciona como instrumento para realçar as subjetividades do homem comum, decalcando as individualidades da massa anônima, à qual costumam ser relegadas “as classes subalternas” nos estudos correspondentes (Loriga, 2007: 209).

Um estudo “epistológico” que tenha como base documental as fontes policiais, além de levar em conta as especificidades de método, deve questionar-se sobre quais os significados específicos que envolvem a eleição da carta como veículo de interlocução. Em geral, o uso das cartas como fonte implica a valorização do indivíduo em realce com o contexto, numa relação marcada pelas manifestações em primeira pessoa, “na qual o indivíduo assume uma posição reflexiva em relação à sua história e ao mundo onde se movimenta” (Malatian, 2009: 195). A carta configura-se no movimento dialético de afirmação do sujeito perante a instituição; aquele intercede nas ranhuras da capa normativa que se pretende inconsútil, impermeável às intencionalidades (Levy, 2009). Trata-se, a carta, de um duto de divulgação de demandas ou de descontentamentos e um meio de acionar canais alternativos de negociação. Ela põe em marcha uma afetividade, controlada – bem entendido –, a qual, ainda que escape por entre as tramas da rede da burocracia, se vê premida a submeter-se às regras de sociabilidade e à hierarquia que comandam as conexões operantes fora das (ou mesmo imbricadas às) redes mantidas pelo rigor institucional. E, assim, ela mobiliza repertórios alheios à normativa oficial, acionando operadores que vigoram no mundo de fora da polícia e que devem se curvar às expectativas vigentes – atender, enfim, a um código epistolar.

Em outro âmbito, a correspondência abre uma perspectiva metodológica bastante importante ao fazer emergirem a “voz” do policial – principalmente o de baixa patente – e as condições em que essa “voz” foi produzida. O acesso ao discurso do *petit peuple* é o graal de uma historiografia que se debruça sobre os “subalternos”. Na maior parte das vezes, ele emerge escamoteado pela transcrição monocórdia de notários judiciais ou irremediavelmente obstado pela barreira da alfabetização.

Desvelar essa massa documental permite perfilar os policiais na mesma prosápia daqueles que normalmente se colocam como o público-alvo da ação policial, comungando com trabalhadores de todos os matizes, inseridos nos critérios os mais complacentes que lhes pespega uma condição comum, nas agruras de um cotidiano de faina, pobreza e luta pela sobrevivência. Este artigo faz parte de uma série mais longa que confere aos policiais o ingresso no “mundo do trabalho” (Rosemberg, 2015; 2015a; 2012; 2012a; 2010; 2009), numa proposta de estender-lhes uma identidade que lhes é normalmente negada – a de trabalhador –, em nome de outra, reificada, restritora e meramente especular, tachados que são como o problema a ser confrontado (Rosemberg, 2012: 19-20).

No mesmo diapasão, o presente texto dialoga com uma historiografia que, desde os anos 1980, reconhece o complexo lugar do policial nas dinâmicas sociais, compartilhando com outras ocupações – de forma tensionada e muitas vezes contraditória – a composição do universo do trabalho a partir do início do século XIX. Tal processo foi verificável em várias partes da Europa, dos Estados Unidos e da América Latina, em que pesem ritmos de implantação e “modelos” burocráticos diferentes, seja em âmbitos rurais ou urbanos.³

Veja-se o efeito a ser produzido pela lamentação do tenente Araújo ao descrever sua trajetória desditosa. Da pobreza nordestina à dignidade adquirida nas fileiras militares, a devoção de quase duas décadas à Força Pública, galgando patentes, forjado em disciplina férrea. Ao que parece, contudo, uma fé de ofício imaculada, de lisura irrepreensível, não serviria de adjutório para o oficial obter a dispensa das instruções, caso fossem seguidas as medidas prescritas pelos canais competentes. Apelou às intimidades, cevadas junto aos dirigentes nos anos de convivência, a fim de mover a máquina burocrática a seu favor.

Cabe ressaltar que a Força Pública, em 1909, estava sob os auspícios da Missão Francesa, contratada três anos antes aos pés do Exército francês com o fito de treinar a polícia paulista no modelo das escolas de Saumur e Saint Cyr. Os ventos que insuflaram no Quartel da Luz, sede principal da Força Pública, previam um programa completo de modernização e profissionalização da corporação, em destacado contraste com as práticas vigentes, associadas, ainda, ao arcaísmo do Império (Amaral, 1968).

O tenente Araújo, do alto de seus 52 anos e do rol imodesto de moléstias de que afirmava padecer, talvez pretendesse se esquivar da nova ordem que passara a imperar sobre a rotina da milícia, enquadrando os oficiais num regime de trabalho mais puxado e especializado em relação ao anterior, consubstanciado, ao longo de décadas, no improvisado do erro-e-acerto. A presença estrangeira também subvertia os arranjos hierárquicos que vigoravam até então, ao reforçar nexos relacionais pautados na estrita formalidade burocrática – como o mérito e a antiguidade –, descartando, ao mesmo tempo, critérios tradicionais sustentados em referenciais alheios (quando não em oposição) às normas a serem implementadas. A fim de escapar da liça novidosa, o tenente pôs em prática um expediente estranho aos novos princípios. Em vez de acionar os meios regulamentares – um ofício impessoal, enviado ao superior imediato, baseado em argumentos protocolares –, resolveu lançar mão de uma estratégia temerária, ao recorrer diretamente à última instância decisória por meio de uma *rationale* repleta de afetividade.

A prática de atalhar os trâmites normais, previstos na regra burocrática, para solicitar diretamente aos postos supremos da escala hierárquica, foi estratégia manejada especialmente pelos policiais de base. Espelhava, é verdade, um certo *zeitgeist* que regia as dinâmicas da

sociedade imperial, assimetricamente hierárquica sob o peso da escravidão, e que se arrastou já no período republicano, em que a pessoalidade e o paternalismo ditavam o tom das relações, tanto na esfera privada como no âmbito público. Aspectos da boa convivência – seja no plano horizontal como no vertical – baseavam-se na habilidade de se dispor corretamente de recursos que jogavam com o privilégio, o prestígio, a proteção e a amizade (Chalhoub, 1998). Saber colocar-se numa posição otimizada perante o interlocutor, em relação de assimetria, consistia em arte a ser dominada pelo subalterno para lograr alguma vantagem. A leitura das cartas de policiais mostra uma tática roteirizada em que estes apelam para as mazelas de uma vida de pobreza, ao mesmo tempo em que se colocam em posição de subserviência, a atestar inequivocamente que o benefício requerido não se encontrava entre os direitos e deveres prescritos em normas universais, mas sim cabiam ao beneplácito de um “padrinho”.

As fórmulas de endereçamento e de saudação escapam daquelas exigidas pela imposição burocrática – “Deus guarde V. Exa” no tempo do Império e “saúde e fraternidade”, a partir do 15 de Novembro.⁴ Combinam, no lugar, uma fieira de substantivos e adjetivos que exaltam a figura do destinatário ao passo que rebaixam a posição do remetente, como no caso da carta escrita pelo praça Bento José Alves, “obediente e respeitador e subordinado de sua Excia”, que vinha “juelhar-me nos peiz de sua Excia por me ver me em estado tão emfelig desgradaçadamente jugado no fundo desta prisão [...]”.⁵

A carta do soldado Renato Ferreira Gonçalves enviada ao chefe de polícia em maio de 1901 talvez sumarie com precisão o ponto que quero apresentar:

Villa Americana 11 de maio de 1901

Ilustra dissimo e Dignissimo

Dr. Chefe de Polícia

Primeiramente ajoelho aos vossos pés, implorando o perdão por eu ter a ouzadia de vos escrever, sem ter corrido os canaes competentes e bem assim não estar na minha terra onde recebi o baptismo soffrendo as alguras da vida, sem ter um pae extremado e uma me [mãe] carinhoza!!⁶

Veem-se, nessa missiva, o apelo desesperado, o desvio dos trâmites prescritos, a linguagem subserviente. O soldado prefere estabelecer a conexão a partir de operadores alheios ao mundo institucional. Sua estratégia persuasiva não está nem mesmo qualificada no feixe discursivo avalizado pela esfera oficial. De fato, levadas as regras a ferro e fogo, seria descartado *a priori*, uma vez que não se compunha com a fórmula válida. Entretanto, a instituição mostra-se porosa a influências externas, e é acionada por vários repertórios que se interacionam. A “escrita de si”, no sentido que lhe empresta Foucault (2012) – a carta como

elemento que impõe uma presença quase física do signatário diante do destinatário, uma troca simultânea de olhares –, é absorvida pela linguagem praxista e mostra-se um expediente eficiente nas mãos de praças no intuito de fazer mover a burocracia a seu favor.

À parte o teor das cartas, a apreciação holística do texto deve relevar os aspectos materiais e as condições gerais de produção do suporte em que a mensagem vem inscrita. Da qualidade do papel à precisão ortográfica, passando pelo capricho da caligrafia, percebe-se ao mesmo tempo o esforço despendido pelos policiais no exercício do convencimento e as limitações concretas para fazer chegar sua demanda ao destinatário final. Uma carta escrita de próprio punho tinha que transpor um obstáculo renitente: o da instrução básica. Nos regulamentos policiais saber ler e escrever não servia de critério excludente para o ingresso de recrutas, salvo na Companhia de Urbanos e, depois, na Guarda Cívica da Capital. É usual o fato de os policiais subscreverem cartas e abaixo-assinados “a rogo”.

Muitos daqueles policiais que sobrestavam os impeditivos mais elementares viam-se obrigados a pelejar contra o vernáculo, a fim de dobrar as complexas regras ortográficas e sintáticas para fazerem entender as solicitações. Não é incomum depararmo-nos com caligrafias tensas, que se debatem para manter a retidão das frases na pauta. As letras, algumas vezes tortuosamente desenhadas, se esforçam para alinhar um raciocínio persuasivo, seja apelando para argumentos formais, seja na tentativa de comover o destinatário.

MOTIVOS

Pelo fato de lidarmos com uma série rarefeita e intermitente de cartas, não nos é possível estabelecer uma tipologia exaustiva das motivações que levavam os policiais a lançar mão da correspondência epistolar. Ainda assim, algumas situações são mais assíduas na documentação pesquisada. Abrangendo um arco cronológico considerável, elas não se interrompem com as reformas de regulamento nem com a mudança do regime. Essas permanências, inclusive, passam a transgredir a normativa da polícia, que, no Regulamento 437, publicado em 20 de março de 1897, proíbe a manifestação pública dos policiais.⁷ Não obstante, tal prática – por meio de abaixo-assinados e missivas pessoais – não é abandonada pelos policiais.

Assim, podemos classificar os pedidos e demandas de policiais em quatro categorias. A primeira são queixas e reclamos contra superiores diretos que cometem injustiças ou perseguições. A segunda são pedidos de transferência, normalmente justificados pela distância da família e flagelos que afligiam parentes. A terceira refere-se a pedidos de baixa ou de licença, cuja justificativa devia obedecer aos estritos critérios regulamentares. A quarta categoria

baseia-se em pedidos de perdão de praças presos correccionalmente ou condenados em Conselho de Justiça por faltas as mais diversas.

QUEIXAS E RECLAMAÇÕES

Se queixas e delações contra superiores diretos vincaram uma tática dos policiais de baixa patente para contornar abusos ou injustiças cometidas por comandantes imediatos, respaldada pela estrutura institucional que regulava estritamente os limites de competência e de ação de cada função, ao mesmo tempo, elas podiam funcionar como instrumento de pequenas nêmesis e compensações que regulavam as assimetrias hierárquicas que projetavam, de certa forma, as relações vigentes extramuros. Nesse caso, a instituição, longe de servir de anteparo ao mundo exterior, absorvia e emulava as mesmas práticas da esfera social. Quanto à forma, as manifestações podiam ser individuais ou coletivas, reveladas ou anônimas.

Além disso, um paradoxo se estabelece: o sistema oficial é utilizado como um meio de garantir que a relação superior-subordinado fosse respeitada. Se o comandante aplica obstinadamente o regulamento, arrisca-se a ferir práticas costumeiras de convivência regradas por uma rede normativa muito mais complacente. O contrário igualmente é possível: a conduta *hors norme* por parte do superior pode implicar reivindicação da parte do policial prejudicado no sentido de enquadrar a postura do superior dentro dos parâmetros regimentais.

Em 1872, uma carta anônima chegava à vista do chefe de polícia, denunciando o procedimento irregular do sargento comandante do destacamento de Tatuí. Lamentava que “não haverá um meio de corrigir o sargento comandante do destacamento desta cidade que vive roubando dos cofres públicos quantias superiores a que devia tirar para pagamento das praças que tem no destacamento e deixando de pagar a um pobre polícia como eu e outros mesmo as praças que aqui estiveram destacadas [...] fazendo tudo isto sem que haja um muito de ser corrigido por que o Delegado assina tudo quanto o sargento manda”.⁸ A delação aparentemente rendeu frutos, uma vez que um inquérito policial foi aberto para averiguar a malversação do sargento, corroborada por duas testemunhas, policiais, que confirmaram o desvio do dinheiro recebido na coletoria de Sorocaba para o pagamento do soldo do destacamento.

Outra fonte comum de queixas eram os maus tratos de praças por parte de superiores diretos. Agiam, comandantes e delegados, de forma a desrespeitar as penas disciplinares estabelecidas no regulamento da corporação, infundindo para dentro do cerne institucional o comportamento arbitrário e sem mesuras acatado na arena social mais ampla. Em resposta, a reação não seguia necessariamente um cálculo utilitarista, prevendo a maximização do

resultado. Ao contrário, as articulações mostravam-se complexas, remontando a lógicas multívocas e multicausais por trás da resposta do ofendido, variando da insubordinação violenta, que rebatia – olho por olho – a agressão sofrida, ao manejo sagaz dos mecanismos burocráticos, alternativa que a instituição lhes oferecia e cujos registros nos servem de fonte. Se a carta pessoal ou o abaixo-assinado não seguem *ipsis literis* o padrão prescrito pela normativa, ao menos servem de gatilho para desencadear a engrenagem hierárquica, desde o topo, em favor da reparação da injustiça.

De Araras, por exemplo, um abaixo-assinado enviado ao chefe de polícia por oito praças, em 1883, dava conta dos desmandos do cabo comandante do destacamento, que “vive bêbado toudos os dias e tem maltratado seus sobaternos sem motivo algum tem tirado a falda para brigar com o soldado José Francisco Rodrigues [...] por causa de prostituta [...]”.⁹ Nesse episódio, os policiais contaram com o apoio do delegado local que ratificou as queixas, afirmando que o cabo “tem se comportado de um modo de todo irregular [...] de sorte que elle se tem tornado incapaz de preencher as funções de seu cargo”.

O expediente do abaixo-assinado foi o instrumento de que lançou mão o destacamento de Ribeirão Preto, em fevereiro de 1888, para chamar a atenção do chefe de polícia em relação à conduta do comandante local:

Ilmo. Exmo Sr. Dr. chefe de polícia

Todas as praças pertencentes in este destacamento vem respeitozamente a V. Ex^a graça de dar providência sobre este pedido. 1^º Este sargento trata as praças muito peor que negro captivo. 2^º Pune as praças fora do prescrito regulamento; 3^º sem saber os mottivo. As punições são as seguintes. Elle faz dobrar os pobre soldado na guarda 10 a 15 dias; faz marimbar 8 a 10 oras e ainda mais que elle provoca e maldi-las com palavras intolerables [...] Neste destacamento acha-se 10 pracas boa attivos ao servicio e ubedientes ao comte do destacamento [...] Se no per força succederão grande novidade com este sarcendo o que se ficará incorrigibel ou desertar tudos.

P. Benigno Defferimentos.

Somente que si assigna tudas as praças

A verdade de Deus¹⁰

Analisando-se as queixas aventadas contra o sargento, a que abre o rol das três parece ser a mais contundente: o tratamento pior do que o de negro cativo. Às vésperas da abolição, a homologia entre as circunstâncias de escravidão e o abuso disciplinar parecia ser um opróbrio inaceitável para os policiais, principalmente para os estrangeiros, provavelmente condição do subscritor. Durante o processo de constituição do Corpo Policial Permanente como a força policial paulista por excelência durante o último quartel do regime imperial, houve sempre um

esforço retórico e funcional para distanciar o lugar social a ser ocupado pelo policial daquele impingido ao soldado do Exército (Rosemberg, 2010), que se via impregnado, nas várias esferas de representação, de uma situação análoga à dos escravos (Beattie, 2009). A exigência do engajamento voluntário (ao contrário do recrutamento compulsório inerente à tropa de linha) e a interdição explícita em regulamento da prestação de serviços pessoais visavam a afastar os praças de polícia do estigma do trabalho escravo. Agindo de forma atrabiliária, o sargento contraditava essa ordem de valores e dava vezo ao argumento incontestável: afinal o “espírito” institucional via-se ameaçado por essa aproximação indevida.

Outra carta coletiva, porém anônima, demonstra que as rusgas inter-hierárquicas não se arrefeceram no regime republicano, já sob a égide da Missão Francesa de Instrução. É de dezembro de 1908 a missiva que chega de Santos, da parte do piquete de cavalaria, ao secretário Washington Luiz:

Queixa

[...] Nós viemos destacado aqui em Santos no dia 16 [...] somos constantemente perseguidos; somos privados de sahir a rua a qual quer hora do dia ou da noite [...] Pela minima coisa que se fassa esse inferior manda por na sella e tambem já de se baixou o sabre dentro do esquadrão para agredir uma praça [...] O senhor alferes do piquete disse às praças que elle tinha deixado 15 praças de infantaria de prontidão armados de clavina e baioneta calada para nos agredir sem que para isso houvesse motivo [...] ¹¹

Percebe-se que a despeito dos ares de profissionalização trazidos com os franceses, embalados pela litania republicana, a relação no dia-a-dia do quartel carregava aspectos passadistas, inerentes a um contexto “decaído” que se pretendia superado – ao menos no discurso oficial, que se jactava, conforme atesta o desejo de Albuquerque Lins, governador paulista em 1909, de formar um “pequeno exército” estadual.

Essas práticas obtusas e arcaicas, proscrias segundo o discurso das autoridades, são diagnosticadas também em Santos pelo praça Alonço Marques, do 2º Batalhão, que, por carta, presta testemunho do descalabro que acometia a companhia daquela cidade. Lembrava ele as ordens que proibiam a presença de “oficiais, inferiores e praças no botequim, taverna etc”.¹² Na missiva, repisava o episódio da delação do 2º sargento João de Jesus, flagrado ao entrar na taverna de um espanhol pelo cabo Ernani de Souza, que deu parte ao oficial. Como represália, o sargento Jesus e seus colegas de patente arrumaram 45 dias de detenção para o cabo. “E hoje”, complementava, “todos os sargentos sorrindo de contente de ter vingado ao infeliz cabo, o quanto o comte do destacamento não valle porque anda dominado pelos inferiores”.

Todavia, as diatribes de praças não se resumiam a queixumes envolvendo necessariamente circunstâncias específicas de trabalho. A convivência diuturna com colegas e superiores

extravasava da liça do serviço para absorver aspectos privados da rotina dos policiais, afirmando não apenas a porosidade da redoma institucional a elementos estranhos, como também, e mais importante, a falibilidade de que se constituía a estrutura normativa que organizava as relações dos indivíduos na e para com a instituição.

Em 1909, o policial da Força Pública Joaquim José de Oliveira, preso por crime de deserção, escreveu ao secretário da Justiça, Washington Luiz, denunciando o comportamento desabonador do sargento Juvenal Dutra de Oliveira, comandante do destacamento de Dois Córregos, que se aproveitara da prisão do subordinado para seduzir sua esposa. Com sofreguidão e humildade, pelejando a cada frase, expunha seu desespero alertando para a reincidência dessa atitude abominável do sargento, “que envergonha a força pública”.

Excelentissimo Senhor doutro peço-vos desculpas da minha ignorança [...] as famílias da praça deste destacamento aondi minha mulher foi a primeira; eu mi achando prezo a ordem de sinhor tenente coronel commandante e esti enfiliz sargento foi em minha caza as 10 horas da noite e perguntou aqui que mora a mulher do soldado Joaquim; minha mulher respondeu é aqui mesmo. o que o sinhor dezeja elle respondeu para ella seu marido está prezo a sinhora quer que solti elle... mais a sinhora tem que dormir comigo: e como ella não aceito as condição delli elli pegou a mi perseguir [...] ainda elli disse que a mulher do soldado que não dormir com elle que preciguia os maridos dellas [...]¹³

Tal relato, além de apontar para o ambivalente processo de formação de solidariedades e rivalidades entre os membros da corporação, ajuda a dar a medida de aspectos laterais do universo institucional, despegados do seu objetivo-fim, mas que compunham o quadro mais amplo de conexões entre os “mundos” interno e externo. No caso, tratamos da vida familiar dos policiais e de suas copiosas alusões na documentação pesquisada, ainda que, oficialmente, o discurso institucional, acompanhado dos regulamentos, leis e portarias, permanecessem silenciosas quanto ao imbricamento muitas vezes conflituoso das duas esferas institucionais – a polícia e a família. Encontramos algumas prescrições idealizadas, porém não sistemáticas, que asseveravam o benefício ou o malefício da vida familiar para o bom andamento do serviço. Em muitas ocasiões, havia dificuldade de se arremeter voluntários, pois a administração da polícia não podia garantir a proximidade com a família durante o tempo de serviço (Rosemberg, 2010).

Em alguns casos, a família acompanhava o soldado, sob o condicionante do lastro financeiro de cada um, uma vez que o soldo diminuto dificultava o sustento de muitas bocas. Caso contrário, a solução estava em se apelar para o beneplácito dos superiores ou acionar um pistolão bem colocado, solicitando-se transferência para perto dos seus ou a manutenção em destacamento mais conveniente, a despeito da exigência legal.

Aureliano de Oliveira, em 1901, também destacado em Ribeirão Preto, escreveu ao chefe de polícia solicitando seu recolhimento para a capital, pois alegava se encontrar enferma sua “ansiana mãe”, “a quem não ha outros meios para regar a sua vida, se não for o meu soldo, mais achando-me assim tão retirado della não poderei socorrer como tenho obrigação nas suas necessidades [...]”¹⁴

Se inquietações familiares davam cor à correspondência epistolar, dificuldades em torno do trem de vida dos policiais açularam a pena e a tinta. Sabe-se que o policial militar esteve equiparado, em relação aos estípidios, à base dos trabalhadores sem qualificação (Rosemberg, 2010). O salário baixo e as exigências severas do serviço faziam da opção pela farda uma ocupação intermitente, que não provia expectativas de carreira duradoura e dificultava o preenchimento, pela administração, do contingente legal previsto (Rosemberg, 2009). Nas missivas, a ladainha que deplorava a carestia que oprimia se transformava em expediente de persuasão.

Num exemplo raro disponível na documentação, encontra-se uma carta do soldado Demerval Ribeiro do Prado escrita de Campinas à sua mãe, residente em Areias, no Vale do Paraíba. Datada de 4 de julho de 1907, a missiva dá o tom da vida dura:

Minha presada mamãe

[...] ahi vai 10.000 dez mil reis para a sra; não mando mais porque a sra sabe que aqui tudo é muito caro, pois so de uma sala pago trinta mil réis por meiz. tenho mulher e filhos para sustentar conforme a sra é sabedora. sei que dez mil reis não chega para nada, mas o que hei de fazer [...]

sem mais lembrança nossas, seu estimado filho¹⁵

A carta de Demerval estava apensada a outra da lavra de Joanna Maria da Conceição, a dita genitora, em que esta dizia – talvez com auxílio alheio – lutar “com grandes sacrifícios para a sua subsistencia, devido a sua já adiantada idade e viver constantemente enferma”. Solicitava a transferência do filho para junto de si, em Areias, no Vale do Paraíba. Não obstante os apelos, sua solicitação foi indeferida.

Implicações de ordem econômica também moveram o alferes João Bastos de Souza a escrever carta pessoal ao chefe de polícia, em 1893, solicitando sua transferência para o interior do estado, “em vista de eu me achar bastante atrasado em meus debitos queiro economizar para assim poder satisfazer o meu credito sua exa. sabe que aqui a vidda esta cara por demais”¹⁶. Para desgosto do alferes, a despeito de atender ao protocolo da submissão pessoal, do afeto e da intimidade, postura deslocada da praxe burocrática, sua solicitação entrou na fila, aguardando uma “oportunidade”.

Como visto, mover a máquina da burocracia implicava, de um lado, o domínio de vários repertórios que envolviam o conhecimento das regras e prescrições oficiais. De outro, quando os canais adequados não estavam disponíveis, impunha-se articular estratégias alternativas estranhas ao sistema formal, mas que configuram a faceta opaca, nebulosa do funcionamento de toda organização, em especial da polícia (Monjardet, 2001).

PEDIDOS DE BAIXA

Outra das motivações que animavam os policiais a recorrer à correspondência epistolar em vez dos meios oficiais eram os pedidos de baixa. Isso porque, uma vez engajado, a liberação do serviço policial acontecia em casos muito específicos: legalmente, a baixa se dava em decorrência do termo do prazo de engajamento (normalmente de quatro anos), da apresentação de substituto idôneo (condicionada à anuência da administração), do desligamento por motivo de saúde (a ser aferido pelo médico da corporação), ou ainda “sem declaração de motivo”, quando a justificativa para a concessão partia das prerrogativas do chefe de polícia ou do secretário da justiça, dependendo da competência legal. A rubrica do “sem motivo” era a preferida dos policiais, já que não manchava a fé de ofício com um desabono de comportamento ou uma tacha no histórico médico. Pois afora as circunstâncias lícitas, a baixa se impunha quando a conduta disciplinar do praça extrapolava os limites do tolerável, levando à sua exclusão por “incorrigível”. Conquistar a baixa do serviço, portanto, configurava uma tarefa importante e complexa da vida institucional do policial de menor patente, considerando-se que raramente o recruta ingressava na polícia com a expectativa de uma carreira promissora (Rosemberg, 2009).

As cartas funcionavam como uma espécie de reforço para as demandas, ao mobilizar recursos privilegiados cuja eficácia mostrava-se mais certa do que a dos meios comuns. Muitas vezes as recomendações partiam de “padrinhos” bem relacionados com as autoridades, que enviavam bilhetes em pomposos papéis de carta ou garatujavam algumas linhas no verso de um cartão de visitas, invocando amizades de longa data ou a promessa de favores trocados. Nesses casos, a abordagem, francamente íntima, tomava a autoridade em pé de igualdade, em posição muito diferente da subserviência prestada pelos praças, com reflexos flagrantes de linguagem, como se pode observar na carta abaixo, enviada, em maio de 1909, por um certo João Baptista de Mello Peixoto ao secretário da Justiça, Washington Luiz, para quem dispensa, aliás, as formalidades de tratamento nos pronomes pessoais empregados:

Minhas atenciosas saudações. Não tenho remédio senão incomodá-lo com histórias de soldados. Eles prendem-se a famílias do lugar, estas apertam-me e não há jeito senão amolar os amigos. Lá vai mais um caso. O soldado Ernesto Alves Pereira, 137, da 4ª companhia do

2ª batalhão (creio), destacado em S. Carlos, desertou por doente ou cousa que o valha: o tal não presta para soldado; sofre de fígado e é frouxo. Foi preso e recolhido ultimamente ao xadrez em S. Paulo e aí aguarda conselho. A família muito pobre e numerosa pelas ligações nesta cidade, não me sai da porta: não haverá um meio sem ofensa da lei e da disciplina de sapecar esse sujeito e o largarem?¹⁷

Em outras ocasiões cabia aos policiais escrever – de próprio punho ou a rogo – aos superiores aludindo a relações familiares, de amizade ou geográficas, próximas ou mais distantes, não sem antes, como dito, dar especial esmero ao tratamento empolado, que não raro descambava para uma formalidade canhestra, muito por causa da afetividade dramática do conteúdo, e da marcação, bem esclarecida, da posição social de cada um.

José Antonio da Cruz, cabo enfermeiro destacado em Santos, enviou ao secretário de Justiça seu pedido de baixa em 16 de dezembro de 1907, junto com uma carta do delegado de Campinas, corroborando a solicitação. Escrevia ele: “A justificativa do meu pedido para vos tão insignificante tem para mim valores exuberantes”, uma vez que “colho o quasi insuficiente para subsidio daquelles que enfim o fazem render [...]”.¹⁸

O aperto financeiro do enfermeiro justificava o pedido de baixa antecipada em dois anos. Apoiado na recomendação do comandante do Corpo de Bombeiros, que não via qualquer inconveniente, a baixa lhe foi concedida.

Já o sargento Guilherme Prazeres optou por recorrer a um intermediário a fim de obter sua baixa do serviço. Escreveu em outubro de 1908 a seu “protetor”, um certo Alvaro de Queiroz, para que intercedesse junto ao secretário de justiça, por encontrar-se “bastante doente dos intestinos e necessitar de retirar-me para fora deste Estado; não só isto, pois tenho também a minha mulher sofrendo gravemente do útero, devido a um parto prematuro [...]”. Contratemporos financeiros também oprimiam o inferior, cuja esposa vivia em estado “paupérrimo”.¹⁹

Os pedidos de baixa quase sempre se respaldavam em dramas financeiros ou familiares. De Ribeirão Pires, cidade nos bordos da capital, o anspeçada Arthur Mello Oliveira escreveu ao secretário da Justiça e Segurança Pública, Washington Luiz, em 1907, requerendo sua exclusão com o fito de retornar a Minas Gerais, onde era arrimo de família. Juntava, à guisa de reforço, uma carta que recebera da irmã Zulmira em setembro de 1907, que de Itajubá relatava as dificuldades provenientes desde o passamento do pai e relembrava ao irmão que era solteira e carregava em sua companhia três irmãos menores:

Sendo voce bem voce bem sabes que es o unico irmão homem da família [...] vendo assim, çe podes tiral a farda fará e vim cuidar em nossas irmãzinhas pequeninas que nessesitam de amparo acceite muitas lembranças de Adelina e de todo nos d” casa.

Sua Irmam que vos estima²⁰

Nessa missiva familiar, destaca-se o papel que passava a cumprir, após a morte do pai, Arthur, o primogênito, único homem entre os irmãos. Se, como mostra a literatura, as experiências das dinâmicas familiares não se esgotavam no padrão imposto pela cartilha patriarcal, as representações coletivas espelhavam as exigências da norma: o cumprimento tal-e-qual dos papéis atribuídos a cada um pela expectativa majoritária (Corrêa, 1981). Na carta de Zulmira, a distribuição das funções aparece muito bem cristalizada, nos limites do modelo idealizado, a reproduzir o construto do discurso dominante. O lugar do irmão homem, que substitui o pai morto; a irmã solteira, impedida pelo bom tom de chefiar a família. Como obstáculo para o retorno de Arthur, erguia-se a farda. E, ao que parece, o apelo de Zulmira sensibilizou o secretário, que, incontinenti, decretou a baixa do policial.

POLICIAIS NA PRISÃO

No infortúnio de se ver enredado com a severidade do regulamento disciplinar ou de pisar os calos de chefes intransigentes, a detenção na carceragem da polícia era destino indefectível. Nesses casos, apelava-se aos superiores mais distanciados, implorando-lhes pela revisão do caso e o alívio no tempo de martírio. Alegava-se a injustiça do ato prisional, atrelando-o à perseguição de comandantes e ao abuso de autoridade.

Em maio de 1908, os policiais Arthur Leandro de Queiroz, Fernando Damas de Souza, Leocadio Ribeiro, Clementino da Silva, Pedro de Almeida, Marçal Veríssimo de Almeida e José Francisco da Silva enviaram uma carta conjunta ao presidente do estado, Albuquerque Lins, em que vinham “mui respeitosa e aos pés de V. Exa por meio desta pedir-vos o vosso digno apoio no sentido de nos perdoar de uma prisão em que se achamos por parte de nossa ignorância”.²¹ Em apuração do pedido, o comandante do 2º Batalhão, Domingos Quirino Teixeira, informava os crimes cometidos pelos praças, que iam de insubordinação à deserção, desaconselhando a mercê.

Em outras ocasiões, o pedido de comiseração vinha de um familiar do soldado preso. Em 1906, Maria Rosa, “pobre mulher mãe de tres filhos” residente em Guaratinguetá, no Vale do Paraíba, dirigiu-se em carta ao chefe de polícia, implorando, “em baixo de lagrimas”, pela soltura de seu marido, o policial Manoel Thomas de Souza, “porque meus sofrimentos e bastante com os meus pobre filinhos que me vejo acharor por faltar o pão”.²² Não se sabe bem por que meios – já que houve interferência de um certo Augusto de Meireles Reis, que procede aos pedidos – o soldado detido na capital foi transferido para Guaratinguetá, atendendo-se às súplicas da esposa em flagelo.

Em agosto de 1884, o guarda da Companhia de Urbanos Benedicto Antonio Pinto, preso havia seis dias no xadrez da estação de urbanos de Santa Cecília, escreveu ao chefe

de polícia clamando por perdão, uma vez que sua mulher e filhos estavam “enfermos”, sem condições de comprar remédios: “Porque em V. Exa está a minha sortura, porque eu estou à sua disposição [...] Se eu fiz alguma coisa, V. Exa fará o favor de me desculpar, que é a primeira vez. O suplicante espera de V. Exa ser atendido”.²³

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A polícia junto com a justiça são, por excelência, as instituições responsáveis por inscrever autoritariamente o discurso alheio, organizando-o nos limites de amarras de poder muito bem definidas, em que a posição hierárquica do notário e da testemunha define a legitimidade e a validade da fala (Corrêa, 1983). A maleabilidade natural da oralidade, quando reduzida ao termo da ritualística jurídico-policia, vem enquadrada, de antemão, em fórmulas rígidas de expressão que suprimem o valor espontâneo. Os fragmentos epistolares que vazaram dos arquivos funcionam, em parte, como a subversão desse princípio, pois lançam mão de um expediente proscrito pela burocracia *comme il faut*, que exige em sua constituição de princípios a obediência cega às fórmulas determinadas para a comunicação entre os escalões, seja na transmissão das ordens funcionais, de cima para baixo, seja nas demandas de sentido inverso (Weber, 1947). O caminho na escada burocrática deve ser imediato, sem pular degraus ou desafiar comandos. A carta, além de atalhar o percurso normativo e a distância física que separa o comando da base, rompe, em seu formato, com as formalidades engessadas dos instrumentos de comunicação disponíveis – o ofício.

Ao contrário das palavras ditas, que se esvanecem imediatamente, da tinta que se deita em papel corre-se o risco da perpetuidade, como atestam as cartas de policiais que sobreviveram no Arquivo, corroborando, assim, uma memória que se revela mais renitente ao esquecimento e que desguarnece a carapaça que se almeja inviolável da instituição policial. Temos uma ironia, portanto. A polícia munida de sua aversão à transparência, fiadora do segredo como um insumo capital e essencial ao ofício de que se desincumbe (Brodeur, 2003; Monjardet, 2005), guardou sem muito pundonor – nas cartas de seus agentes – o calcanhar de aquiles de sua vulnerabilidade.

Ao se desvelarem flagrantes materiais da “humanidade” que dá estofo à instituição, passa-se a se considerar a amplitude de relações que se entrelaçam na construção cotidiana de uma instituição, em que concorrem vetores díspares, ambíguos e conflitantes – que têm a ver com as formas propriamente organizacionais, as demandas que fazem funcionar a instituição e os interesses de uma profissão (Monjardet, 2001). No fim das contas, as cartas permitem entrever, numa intimidade embuçada, aspectos recônditos da vida desses policiais-trabalhadores.

O recurso a esse expediente, ainda que rotinizado e inscrito numa tradição que modula a rígida normativa institucional, apresenta-se como exceção, uma vez que as cartas pessoais são insuetas diante da miríade dos documentos meramente protocolares encontrados nas latas de polícia. Verdade que por trás das meras indicações burocráticas, que ditam uma baixa ou um deslocamento, pode ocultar-se uma cadeia de táticas informais que percutem a carapaça organizacional. É justamente a montagem ambivalente do universo da burocracia policial, construído por múltiplas redes de interdependência, no intestino da hierarquia policial e entre os indivíduos e a instituição, o ponto que gostávamos de apontar com este trabalho.

NOTAS

1 Carta de Joaquim José de Araújo ao Secretário de Segurança Pública e do Negócio Jurídico de São Paulo, em 24 de fevereiro de 1909. Arquivo Público do Estado de São Paulo (AESP), co3169.

2 As balizas do recorte cronológico compreendem, em seu início, a data da reorganização das polícias de São Paulo pós-Guerra do Paraguai, quando a Guarda Nacional, até então igualmente responsável pelo policiamento, adquire função meramente decorativa (Castro, 1979). Na outra ponta, o termo está atrelado à descontinuidade da série documental no AESP, que se interrompe em 1915. O lapso temporal de 45 anos, com uma mudança de regime no meio, permite acompanhar as quebras e permanências das práticas policiais inscritas nas cartas.

3 Devemos o pioneirismo dessa história social da polícia aos ingleses. Entre outros, ver Storch (1975, 1976); Emsley (1996, 2000); Schpayer-Makov (2002); Brogden (1991); Klein (2010). Para a França, ver Houte (2010); Deluermoz (2012); Bérlière; Levy (2010). Em Bérlière; Denys; Kalifa; Milliot (2008), há artigos que se referem a outros países europeus [ver Cadeschi (2008); Weinbauer (2008); Leßmann-Faust (2008); Theodorson (2008), Dunnage (2008)]. Para os Estados Unidos e Canadá, ver Miller (1999); Monkkonen (2004); Marquis (1987). Para a América Latina, ver Bretas (1997, 1997a); Mauch (2011); Galeano (2015); Cárdenas (2013).

4 A atualização da fórmula de tratamento calava fundo na administração policial. Deixar no passado modelos obsoletos, por mais simbólicos que fossem, fazia parte das preocupações da Secretaria de Segurança Pública. Em 1906, a mesma secretaria admoestou em ofício o delegado de polícia de Capivari para que “encerrasse os seus ofícios com a fórmula ‘saúde e fraternidade’ e não outra qualquer desusada na correspondência oficial do Estado”. Ofício do chefe da 3ª Seção da Secretaria de Justiça e Segurança Pública ao secretário de justiça, em 30 de outubro de 1906. AESP, co3098.

5 Carta de Bento José Alves, anexa a ofício do comandante do Corpo Policial Permanente ao Presidente da província de São Paulo, em 20 de janeiro de 1888. AESP, co2343.

6 Carta de Renato Ferreira Gonçalves ao Chefe de Polícia de São Paulo, em 11 de maio de 1901. AESP, co2971.

7 São Paulo. Decreto 437, de 20 de março de 1897, art. 379: “Os officiaes e praças da brigada policial não podem fazer representações collectivas e devem evitar, quanto possível, as manifestações collectivas de agrado aos seus superiores, por enfraquecerem de algum modo a disciplina militar”.

8 Carta de soldado anônimo ao chefe de polícia, em 10 de setembro de 1872. AESP, co2548.

- 9** Abaixo-assinado dos praças do destacamento de Araras anexo a ofício do comandante do CPP ao chefe de polícia, em 21 de dezembro de 1883. AESP, co2623.
- 10** Abaixo-assinado do destacamento de Ribeirão Preto ao chefe de polícia, em 25 de fevereiro de 1888. AESP, co2691.
- 11** Carta anônima ao Secretário de Segurança Pública e do Negócio Jurídico de São Paulo, em 21 de dezembro de 1908. AESP, co3151.
- 12** Carta de Alonço Marques ao Secretário de Segurança Pública e do Negócio Jurídico de São Paulo, em 08 de agosto de 1907. AESP, co3138.
- 13** Carta de Joaquim José de Souza ao Secretário de Segurança Pública e do Negócio Jurídico de São Paulo, em 09 de abril de 1909. AESP, co3169.
- 14** Carta de Aureliano de Oliveira ao Chefe de Polícia de São Paulo, em 07 de novembro de 1901. AESP, co2962.
- 15** Carta de Demerval Ribeiro do Prado, anexa à carta de Joanna Maria da Conceição ao Secretário de Segurança Pública e do Negócio Jurídico de São Paulo, em 17 de julho de 1907. AESP, co3127.
- 16** Carta do alferes João Bastos de Souza ao chefe de polícia, em 01 de janeiro de 1883. AESP, co2762.
- 17** Carta de João Baptista de Mello Peixoto, anexa a ofício do comando da Força Pública de São Paulo ao Secretário de Segurança Pública e do Negócio Jurídico de São Paulo, em 05 de maio de 1909. AESP, co3171.
- 18** Carta de José Antonio da Cruz ao delegado de polícia de Campinas, em 16 de dezembro de 1907. AESP, co3121.
- 19** Carta de Guilherme Marques Prazeres a Álvaro de Queiroz, em 22 de outubro de 1908. AESP, co3146.
- 20** Carta de Arthur Mello de Oliveira ao Secretário de Segurança Pública e do Negócio Jurídico de São Paulo, em 08 de outubro de 1907. AESP, co3138.
- 21** Carta de Arthur Leandro de Queiroz, Fernando Damas de Souza, Leocadio Ribeiro, Clementino da Silva, Pedro de Almeida, Marçal Veríssimo de Almeida e José Francisco da Silva ao presidente do estado, em 02 de maio de 1908. AESP, co3144.
- 22** Carta de Maria Rosa ao comandante da Força Pública de São Paulo, anexa a ofício de comandante da Força Pública ao chefe de polícia, em 21 de junho de 1906. AESP, co3099.
- 23** Carta de Benedicto Antonio Pinto ao chefe de polícia, em 09 de agosto de 1884. AESP, co2640.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AMARAL, A. B. A Missão Francesa de instrução da Força Pública de São Paulo, 1906-1914. *Separata da Revista do Arquivo Municipal*, São Paulo, 1968.
- BEATTIE, Peter. *Tributo de sangue – Exército, honra, raça e nação no Brasil, 1864-1945*. São Paulo: Edusp, 2009.
- BERLIÈRE, Jean-Marc & LÉVY, René. *Le témoin, le sociologue et l'historien – quand les policiers se mettent à table*. Paris: Nouveau Monde, 2010.

- _____. DENYS, Catherine; KALIFA, Dominique & MILLIOT, Vincent (dir.). *Métiers de police – être policier en Europe, XVIIIe-XXe siècle*. Rennes: PUR, 2008, pp. 97-110.
- BRETAS, Marcos Luiz. *Ordem na cidade – o exercício cotidiano da autoridade policial no Rio de Janeiro: 1907-1930*. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.
- _____. *A guerra das ruas: povo e polícia na cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Editora do Arquivo Nacional, 1997a.
- BRODEUR, Jean-Paul. *Les visages des policiers – pratiques et perceptions*. Montreal: PUM, 2003.
- BROGDEN, Michael. *On the Mersey beat: policing Liverpool between the wars*. Oxford: Oxford University Press, 1991.
- CÁRDENAS, Vania. *El orden gañán. Historia social de la policía: Valparaíso 1896-1920*. Concepción: Ediciones Escapate, 2013.
- CHALHOUB, Sidney. Diálogos políticos em Machado de Assis. In: CHALHOUB, Sidney & PEREIRA, Leonardo Affonso de M. (org). *A História contada*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998, pp. 95-122.
- CORRÊA, Mariza. Repensando a família patriarcal brasileira – Notas para o estudo das formas de organização familiar do Brasil. *Caderno de Pesquisa*, n. 37, maio de 1981, pp. 5-16.
- _____. *Morte em família – representações jurídicas de papéis sexuais*. Rio de Janeiro: Graal, 1983.
- EMSLEY, Clive. The Policeman as worker: a comparative survey c. 1800–1940, *International Review of Social History*, n. 45, 2000.
- FOUCAULT, Michel. A escrita de si. In: *Ditos e escritos – ética, sexualidade e política*. V. 5. Rio de Janeiro: Editora Forense Universitária, 2012, pp. 145-162.
- GALEANO, Diego. O ofício inconfessável: policiais, ordem urbana e mercado de trabalho na cidade de Buenos Aires, 1867-1880, *Revista do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro*, n. 9, 2015, pp. 191-209.
- GOMES, Ângela de Castro. Escrita de si, escrita da História: a título de prólogo. In: _____ (org.). *Escrita de si, escrita da História*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2004.
- HOUTE, Arnaud-Dominique. *Le métier de gendarme au XIXe siècle*. Rennes: PUR, 2010.
- KLEIN, Joanne. *Invisible men – the secret lives of police constables in Liverpool, Manchester and Birmingham, 1900-1939*. Liverpool: Liverpool University Press, 2010.
- LEVY, Giovanni. Usos da biografia. In: FERREIRA, Marieta de Moraes e AMADO, Janaína (org). *Usos & abusos da História Oral*. Rio de Janeiro, 2009, pp. 167-182.
- LORIGA, Sabina. *Soldats – um laboratoire disciplinaire: l'armée piémontaise au XVIIIe siècle*. Paris: Les Belles Letres, 2007.
- MALATIAN, Teresa. Narrador, registro e arquivo. In: PINSKY, Carla Bassanezi & LUCA, Tania Regina de (orgs). *O historiador e suas fontes*. São Paulo: Editora Contexto, 2009, pp. 195-223.
- MARQUIS, Greg. Working men in uniform: the early twentieth-century Toronto Police, *Histoire Sociale – Social History*, vol. XX, n. 40, novembro 1987, pp. 259-277.
- MAUCH, Cláudia. *Dizendo-se autoridade: polícia e policiais em Porto Alegre, 1896-1929*. Tese de Doutorado. Porto Alegre: UFRGS, 2011.

MILLER, Wilbur. *Cops and bobbies – police authority in New York and London, 1830-1870*. Ohio: Ohio State University, 1999.

MONJARDET, Dominique. *O que faz a polícia*. São Paulo: Edusp, 2001.

_____. Gibier de recherche, la police et le projet de connaître, *Criminologie*, vol. 38, n° 2, 2005, pp. 13-37.

ROSEMBERG, André. La grève de la Force publique de São Paulo (13 et 14 janvier 1961), *Vingtième siècle – Revue d'Histoire*, n. 128, outubro-dezembro 2015, pp. 29-44.

_____. Rotina, trabalho e (in)disciplina: uma leitura das Ordens do Dia da Força Pública paulista (1900-1920). In: CARNEIRO, Deivy Ferreira; BRETAS Marcos Luiz; ROSEMBERG, André (orgs). *História, violência e criminalidade – reflexões temáticas e narrativas regionais*. Uberlândia: EDUFU, 2015, pp. 175-196.

_____. A greve pelas oito horas em Santos (1908): em busca do inimigo imaginário, *História & Perspectivas*, n. 49, jul-dez 2012, pp. 17-40.

_____. Retrato policial: um perfil da praça de polícia em São Paulo (1868-1896), *História*, vol. 29, n. 2, 2012a, pp. 95-115.

_____. *De chumbo e festim – uma história da polícia paulista no final do Império*. São Paulo: EDUSP, 2010.

_____. Para quando o calo aperta – os trabalhadores-policiais do Corpo Policial Permanente de São Paulo no final do Império, *Locus: revista de história*, v. 15, n. 1, 2009, p. 77-90.

SHPAYER-MAKOV, Haia. *The making of a policeman: a social history of a labour force in metropolitan London, 1829-1914*. Burlington: Ashgate, 2002.

STORCH, Robert. The Policeman as domestic missionary, *Journal of Social History*, vol. 9, 1976, pp. 471-509.

WEBER, Max. *The theory of social and economic organization*. Nova York: The Free Press, 1947.

**“TODAS AS LIBERDADES SÃO IRMÃS”: OS
CAIXEIROS E AS LUTAS DOS TRABALHADORES
POR DIREITOS ENTRE O IMPÉRIO E A REPÚBLICA**

“All freedoms are equal”: the salesmen and the workers’
fights for rights between the Empire and the Republic

FABIANE POPINIGIS

<http://dx.doi.org/10.1590/S2178-14942016000300005>

Fabiane Popinigis é mestre e doutora em História pela Universidade Estadual de Campinas e professora adjunta do Departamento de História do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (fpopinigis@gmail.com).

Artigo recebido em 3 de agosto e aprovado para publicação em 26 de setembro de 2016.

RESUMO

O objetivo deste artigo é estabelecer um diálogo com a historiografia recente sobre temas clássicos da história do trabalho – como as diversas formas de exploração do trabalho, as lutas por direitos e cidadania e a organização dos trabalhadores – a partir da experiência de uma vasta categoria de trabalhadores urbanos. As lutas dos empregados no comércio por direitos através do associativismo, do teatro, da imprensa e da municipalidade fizeram parte do processo de organização dos movimentos sociais no Rio de Janeiro na década de 1880, e apareceram como modelos de uma cidadania republicana que, por sua vez, excluía outras categorias de trabalhadores.

PALAVRAS-CHAVE: luta por direitos, cidadania, trabalho escravo, trabalho livre, pós-abolição, empregados no comércio.

ABSTRACT

This article looks for a dialogue with the recent historiography dealing with classical themes of the history of work – such as the various forms of work exploitation, the fights for rights and citizenship and the organization of workers – focusing on the experience of a large category of urban workers. The fight of the salesmen for rights held through associations, the theatre, the press and the municipality were part of the organization of social movements in Rio de Janeiro in the 1880's and became a model of a republican citizenship that excluded other categories of workers.

KEYWORDS: fight for rights, citizenship, slave work, free work, salesmen.

RÉSUMÉ

Le but de cet article est d'établir un dialogue avec l'historiographie récente consacrée à des thèmes classiques de l'histoire du travail – tels que les différentes formes d'exploitation du travail, les luttes pour des droits et la citoyenneté, et l'organisation des travailleurs – en examinant l'expérience d'une vaste catégorie de travailleurs urbains. Les luttes des employés du commerce pour leurs droits menées à l'aide de l'associativisme, le théâtre, la presse et la municipalité ont fait partie du processus d'organisation des mouvements sociaux à Rio de Janeiro aux années 1880 et sont devenues des modèles d'une citoyenneté républicaine qui excluait d'autres catégories de travailleurs.

Mots-clés: lutte pour droits, citoyenneté, travail esclave, travail libre, employés du commerce.

INTRODUÇÃO

Data de 1826 a formação da primeira sociedade de auxílio-mútuo de caixeiros (logo após a Independência, que ocorreu em 1822) e de 1852 o primeiro projeto de postura pela regulamentação do horário de trabalho no comércio (logo após a abolição do tráfico atlântico de escravos e da aprovação do código comercial em 1850).¹ Nas décadas de 1880 e 1890 surgiram associações com o objetivo explícito de obter o que ficou conhecido como “fechamento das portas das casas comerciais” em determinados dias e horários, não apenas através de acordos com os patrões, mas também procurando a intervenção dos poderes públicos na questão. Assim, o movimento caixeiral integrou-se ao processo mais amplo de engajamento político nas lutas sociais, como o abolicionismo, o republicanismo e o movimento operário. O teatro e a imprensa, além da comunicação direta com a Câmara, através de cartas e petições, constituíram amplos canais de debate e reivindicação desses trabalhadores aos poderes públicos por direitos e cidadania.

A abordagem aqui proposta implica dialogar com três elementos de interpretação da sociedade brasileira: 1. Do ponto de vista político, o das referências ao liberalismo oligárquico, um sistema em que o coronelismo e as relações de clientelismo teriam transformado os trabalhadores em passivos espectadores do processo político; 2. Da perspectiva econômica, o da “transição do trabalho escravo para o trabalho livre” e sua centralidade para o desenvolvimento capitalista; 3. Da história do movimento operário, como o momento de ascensão e queda de um sindicalismo atuante e autônomo, em detrimento de outras práticas e formas de lutas. Assim, antes de analisar as estratégias dos caixeiros para colocar em pauta as suas reivindicações, faremos um rápido panorama sobre a centralidade desses temas para a história social no Brasil – sem a intenção, obviamente, de dar conta dessa vasta produção nestas poucas páginas.

HISTÓRIA E HISTORIOGRAFIA – SOBRE CIDADANIA E PARTICIPAÇÃO POPULAR NAS LUTAS POLÍTICAS

A partir dos anos 1980 e 1990, sob a influência da história social inglesa e da micro-história italiana, pesquisas sobre os anos finais da escravidão e o período inicial da

Primeira República no Brasil ganharam novo impulso. O cotidiano de homens e mulheres pobres nas cidades e no campo tornou-se tema central de investigação com intensa ênfase na pesquisa histórica sobre suas condições de vida e trabalho, cultura e organização familiar para compreender processos históricos mais amplos. A história da classe trabalhadora – que na produção militante e acadêmica anterior foi muitas vezes caracterizada pela sua incapacidade política – passou a ser enfocada não apenas pelo viés de suas greves e lutas sindicais, mas também através de suas festas, momentos de sociabilidade e condições de moradia como parte essencial de sua experiência, na construção de elementos simbólicos de identidades cruzadas (Silva, 1984; Chalhoub, 2001; Abreu, 1989; Sohiet, 1989).

Em relação direta com a circulação da obra de E. P. Thompson e a criação e ampliação dos programas de pós-graduação em história e com as lutas pela redemocratização no país, os pesquisadores se concentraram em analisar experiências de exploração compartilhadas pelos trabalhadores e suas culturas de classe. Finalmente, os trabalhadores ganharam destaque não por sua ausência de cidadania, mas pela diversidade cultural, por suas práticas associativas e por sua ação política, entendida aqui de forma ampla (Lopes, 1976; Hall & Pinheiro, 1985; Sader et al., 1983; Fortes et al., 1999; Batalha et al., 2004). Quase ao mesmo tempo, uma profícua historiografia da escravidão tratou das experiências de homens e mulheres escravizados como sujeitos históricos: laços familiares, relações de trabalho, condições de moradia, irmandades e festas, construção de identidades e redes de solidariedade. As fugas, as revoltas e as greves foram analisadas lado a lado com outras estratégias cotidianas de negociação e conflito, até mesmo o uso da lei pelos escravos na conquista da liberdade ou por espaços de autonomia (Soares, 2007; Reis, 1986; Chalhoub, 1990; Machado, 1998; Castro, 1998; Slenes, 1999; Gomes, 2005; Reis & Silva, 1989). Assim, procurava-se compreender as lutas de homens e mulheres escravizados, libertos, livres e pobres não mais como meras reações à opressão vinda de cima, mas como ações orientadas por estratégias e projetos dos sujeitos envolvidos nos seus próprios termos. Os trabalhadores, portanto, livres ou escravizados passaram a ser vistos como agentes de sua própria história.

Como resultado desses debates combinados com o intenso trabalho nos arquivos, temas clássicos do recorte político tradicional da Primeira República foram revisitados numa perspectiva de história social: de um lado, o coronelismo reapareceu como espaço de disputas e da luta de classes, no qual a cultura, as estratégias, as motivações sociais em relação aos limites da liberdade tornaram-se objetos de interesse para a compreensão do funcionamento do sistema político; de outro lado, as relações raciais e de gênero passaram a ser pensadas não apenas como empecilhos à formação de culturas de classe, mas como parte integrante e constituinte desse processo (Machado, 2004; Cruz, 2000; Schettini, 2006; Nascimento, 2008;

Abreu & Gomes, 2009). Essas questões, especificamente concentradas nos estudos sobre a Primeira República, foram poucas vezes levadas em conta nas análises de balanço.

A isso se deve, em parte, que a história do trabalho tenha permanecido predominantemente ligada às experiências coletivas dos trabalhadores “livres” qualificados e organizados, enquanto a pesquisa a respeito de grande parte dos trabalhadores escravos no Brasil do século XIX ficou a cargo dos historiadores da escravidão. Desenvolveram-se campos de estudo em paralelo e quase sem diálogo, identificados por diversos balanços historiográficos, que chamaram a atenção para a necessidade de uma maior aproximação entre eles. Mais recentemente, alguns autores têm procurado entrelaçar pesquisas e abordagens que levem em conta as lutas de escravos e libertos ao longo do século XIX para a formação da classe trabalhadora no país (Lara, 1998; Gomes, 2004; Chalhoub & Silva, 2009; Gomes & Negro, 2006; Pereira, 2002; Mattos, 2008).

Ainda há um longo caminho a percorrer nesse sentido, pois um vasto contingente de trabalhadores até o início do século XX, como os empregados no comércio e os trabalhadores domésticos, por exemplo, permaneceu pouco investigado e ausente das análises mais gerais sobre a história do trabalho no Brasil. Atualmente tem havido um significativo aumento do interesse de jovens pesquisadores pela história do serviço doméstico, no compasso das recentes vitórias do movimento sindical das empregadas domésticas na aprovação de leis trabalhistas equiparáveis às de outras categorias. No caso da história do trabalho, esse interesse também sinaliza uma crescente preocupação com a integração das relações raciais e de gênero à história da classe trabalhadora (Salgueiro, 2005; Popinigis & Schettini, 2009; Souza, 2011; Farias, Gomes & Xavier, 2012; Costa, 2015). Para uma compreensão mais acurada da experiência histórica desses homens e mulheres no pós-abolição, portanto, é preciso integrar as dimensões de classe, raça e gênero às análises, não como excludentes ou contraditórias, mas de forma relacional, com sobreposições e intercalações em constante movimento.

A contribuição teórica e metodológica desses estudos, ao investigar as variadas dimensões do trabalho doméstico, remunerado ou não, e dos trabalhadores “não qualificados” – escravos, homens livres pobres e a maior parte das mulheres da classe trabalhadora – contrapõe-se à ideia da existência de uma “transição do trabalho escravo para o livre” expressa na fórmula mais tradicional da “substituição da mão de obra” na crise das sociedades escravistas. Tal interpretação pressupõe que o pleno desenvolvimento do capitalismo e de um mercado de trabalho “livre” era incompatível com o trabalho escravo, e se formaria apenas após a abolição, dando origem à classe operária e à luta de classes. A suposta “atipicidade” da classe operária brasileira viria, nessa interpretação, do fato de que a longa vigência do sistema escravista no Brasil havia impedido a formação de uma classe operária combativa e com

forte identidade de classe, capaz de criar greves e movimentos de contestação significativos capazes de causar sérias ameaças à ordem estabelecida (Kovarick, 1987; Cardoso, 1961).

Esse modelo, que sugere linearidade e previsibilidade no processo de passagem de um modo de produção a outro, e segundo o qual o escravo seria necessariamente substituído pelo assalariado livre, impõe referências externas ao processo histórico ocorrido em várias regiões das Américas e do Caribe, e especificamente do Brasil, onde se verificava uma grande diversidade do emprego da mão de obra intercambiável: homens livres pobres e expropriados, trabalhadores por contrato, parceria, aprendizagem, escravos alugados, africanos livres, escravos vivendo sobre si e recebendo salários. Ou seja, havia um mercado de trabalho formado no Brasil do oitocentos, no qual proprietários, senhores e o próprio Estado buscavam formas alternativas de utilizar diversos tipos de mão de obra barata, sobretudo não assalariada (Mamigonian, 2005).

OS TRABALHADORES E A CÂMARA MUNICIPAL, “ÓRGÃO PROTETOR NATO DO POVO”

Atualmente novas pesquisas no campo da história social permitem avançar na direção de uma compreensão mais complexa e matizada deste importante período de redefinição das relações de trabalho no Brasil no último quartel do oitocentos e no início do século XX. E não é a toa que isso ocorre justamente a partir de estudos que privilegiam as relações estabelecidas entre as Câmaras Municipais e os trabalhadores e/ou outras esferas administrativas. Tal abordagem tem várias vantagens, entre elas a relativa abundância de fontes produzidas (cartas e pedidos enviados, editais, posturas, projetos e correspondência com as outras instâncias) e a possibilidade de encontrar os trabalhadores em ação na reivindicação de seus direitos ou expressando noções do justo com uma considerável margem de ação. Esses estudos recentes têm focado as relações com a municipalidade e trazem uma releitura da ênfase no controle social da vida e do corpo dos trabalhadores e das classes populares mostrando que, se as posturas, determinações e fiscalização da Câmara são parte de um processo de controle e vigilância dos trabalhadores, por outro lado também são espaço de demanda e embates que mobilizam os recursos oferecidos por essas mesmas esferas. Os embates se pautam em argumentos diversos, que vão desde o direito ao trabalho, passando pelo combate aos monopólios e aos atravessadores, pela carestia, o aumento de impostos até a reivindicação de direitos pelos cidadãos (Schettini & Terra, 2013).

Nessa perspectiva, portanto, o Estado não aparece como monolítico, demiurgo ou onipresente, imbuído de políticas e projetos prontos e acabados para as classes populares,

assim como não há uma oposição dicotômica e irreconciliável entre as indefiníveis categorias de “classes populares” e “elites”. A investigação das relações entre trabalhadores, Câmara Municipal e outras esferas administrativas joga luz sobre a complexidade dessas relações e seus sujeitos: posturas, resoluções e editais são campos de disputa, passo a passo construídos a partir de interpretações diversas e objeto de tensões entre as diferentes instâncias administrativas, tensões essas das quais esses grupos souberam se aproveitar para fazer suas reivindicações. Além disso, revisitar o tema das eleições no início da República através do cruzamento das listas de eleitores com outros documentos tem mostrado, ao contrário do que se afirmava, o interesse de homens e mulheres pobres, livres ou libertos, pela política, associado às promessas de democratização e maior participação popular (Magalhães, 2013; Castellucci, 2010; Mac Cord, 2014; Pinto, 2015; Souza, 2015).

O envolvimento da arraia miúda pelos primórdios da política republicana que esses trabalhos têm apontado mostra a necessidade de retomada de um diálogo entre a política das ruas e a política dos gabinetes ou dos grandes homens, a política oficial. É necessário ampliar, portanto, o campo da política em que transitavam esses grupos de trabalhadores, e como suas estratégias e experiências de luta e contestação passavam pela formação de interesses comuns num legado que sem dúvida não se perdeu após a abolição da escravidão (1888) e a Proclamação da República (1889), fazendo parte dos processos que informariam os movimentos sociais posteriores.

OS PATRÕES “OS TRATAM DE UMA MANEIRA QUE NÃO SE TRATAM ESCRAVOS” – TRABALHO LIVRE NO SÉCULO XIX

O perfil dos trabalhadores no comércio a retalho ao longo do século XIX no Rio de Janeiro era de uma maioria de homens brancos, em grande parte de origem portuguesa, e assim continuou pelo menos até o início do século XX. Se o pequeno comércio era, em várias regiões, reservado aos imigrantes europeus e aos brasileiros “brancos”, até meados do século XIX a rua era de negros e negras de ganho vendendo todo tipo de gênero com seus tabuleiros e balaios. No final do século XIX e início do XX havia uma concorrência acirrada entre os vendedores ambulantes e o comércio a retalho, e nesse momento eclodiu em várias cidades a luta dos caixeiros por direitos em novos moldes (Santos, 1974; Duarte, 2000; Popinigis, 2007; Oliveira, 2005; Câmara, 2012; Maciel, 2012).

Ao longo do século XIX, foi frequente a equiparação da situação dos caixeiros à dos escravos, por razões diversas. Em torno de 1850 imigrantes de regiões pobres de Portugal formavam no Rio de Janeiro um proletariado urbano que exercia todo o tipo de funções mal

remuneradas. Muitos deles escapavam à lavoura e se apinhavam no centro urbano do Rio, tendo como destino principal o comércio a retalho (Alencastro, 1998; Ribeiro, 2002). O ano de 1850 foi justamente o da aprovação da lei que proibia o tráfico atlântico de escravos e da aprovação da lei de terras, que comercializava a posse da terra. De um lado, comerciantes e armadores, tendo o capital liberado com o fim do tráfico atlântico de escravos, haviam investido em trabalhadores engajados, e a situação era denunciada como “escravidão branca”; de outro lado, ao longo da segunda metade do oitocentos, tornava-se cada vez mais difícil para homens livres e pobres se estabelecerem como pequenos proprietários (Castro, 2009).²

No “baixo comércio” (sobretudo as casas de secos e molhados, casas de pasto, botequins, armazéns e armarinhos), os caixeiros enfrentavam péssimas condições de trabalho e as ambivalências marcantes de sua posição: trabalhavam até 16 ou 18 horas por dia sem descanso semanal, passando os dias e as noites dentro das próprias casas de comércio, e ficavam sob a vigilância constante do patrão. Esses trabalhadores poderiam receber salários ou soldadas, mas frequentemente passavam anos sem ver a cor do dinheiro, ou porque fossem “aprendizes” ou porque o patrão guardasse seu pecúlio até que fosse suficiente para entrar como capital numa sociedade (finalmente sua “alforria”). Muitas vezes era necessário instaurar um processo pelo não cumprimento do contrato.³

A situação do caixeiro como dependente era tal que aos olhos do poder público ele era tão responsável por si mesmo quanto o escravo, como mostra o texto de uma postura de 1852: “Art. 4º Os contraventores pagarão a multa de 30.000 réis pela 1ª vez, o dobro e oito dias de cadeia nas reincidências. Art. 5º Se o infrator for caixeiro, escravo ou menor paga a multa aquele que o tiver induzido à infração.”⁴ (grifo meu) Para os legisladores, tanto caixeiros como escravos eram regidos pela vontade de seus senhores, e, como dependentes que eram, não estavam aptos a responder por si. Talvez por isso a primeira Constituição Brasileira, de 1824, tenha determinado que apenas os primeiros caixeiros e os guarda-livros podiam votar nas eleições primárias. Os demais eram considerados “criados de servir”, o que os excluía do direito de voto ainda que tivessem a renda exigida de 100 mil réis.⁵ Estavam, nesse sentido, equiparados aos escravos e às mulheres: relegados à esfera da domesticidade, tutelados e politicamente incapazes.

Ao que parece, o que permitiu que o trabalho no comércio tivesse muitas faces foram exatamente suas ambivalências: a submissão a uma disciplina pessoal no âmbito privado que possibilitava uma intensa exploração, de um lado, e a possibilidade de ascensão social pela lenta acumulação, de outro. A situação de dependência, os baixos salários, as longas horas

de trabalho e a falta de regulamentação pelo poder público levava o movimento caixeiral e operário a apontar a situação de penúria em que se encontravam, equiparando-a à condição do escravo. As comparações com a escravidão se alternavam, na Primeira República, com o discurso da militância sobre a proletarianização da "classe caixeiral". O caixeiro não estava *acorrentado* ao trabalho, mas deveria ser exemplo de morigeração, economia, fidelidade ao patrão e existência laboriosa.

A metáfora da escravidão era utilizada em várias situações para remeter a formas inaceitáveis de exploração ou organização do processo de trabalho. No combate à exploração do trabalho sexual, por exemplo, o termo internacionalmente utilizado foi "tráfico de escravas brancas"; nos discursos de militantes do movimento operário fabril, descreviam-se as condições de trabalho opressivas das fábricas, manufaturas e oficinas; no caso dos caixeiros, a referência era sobretudo à constante submissão à vontade do patrão que a domesticidade parecia implicar. Mas havia diferenças substanciais para os significados de utilização desse recurso: enquanto serviu para legitimar a luta dos operários e seu apoio aos empregados no comércio em sua ação política, a metáfora da escravidão tendeu a descrever situações de vitimização e passividade para as prostitutas (Popinigis & Schettini, 2009).

Assim, apesar da experiência da exploração que vivenciavam esses trabalhadores, as posições no comércio a retalho eram disputadas a punhos cerrados por estarem entre os poucos postos de trabalho disponíveis para indivíduos livres com pouca ou nenhuma qualificação (se em muitos anúncios de jornais exigiam-se caixeiros que soubessem ler e escrever até em outras línguas e fazer contas, a maioria aceitava crianças e jovens inexperientes como aprendizes). Além disso, um dos grandes atrativos de ser caixeiro era que o indivíduo poderia ver-se livre do famigerado recrutamento para o Exército. Cobiçados, esses empregos foram motivo da ira de brasileiros contra comerciantes portugueses que só contratavam patrícios, o que frequentemente desembocou em conflitos entre nacionais e estrangeiros no Rio de Janeiro e em Pernambuco ao longo do século XIX (Ribeiro, 1990; Chalhoub, 2008; Câmara, 2012).

No período do pós-abolição, a configuração do mercado de trabalho foi marcada por determinantes raciais e de gênero na construção de hierarquias dentro da própria classe trabalhadora: enquanto as várias atribuições contidas na designação do serviço doméstico continuaram a ser realizadas majoritariamente por afrodescendentes, sobretudo mulheres, e este era desvalorizado e negativado (Souza, 2015), o discurso sobre o comércio despontava como um meio de libertação e modernização no plano coletivo, e de ascensão social no plano pessoal.

“TRABALHEM ELES E VERÃO COMO A CAIXEIRADA SAIRÁ DO INDIFERENTISMO E CERRARÁ FILEIRAS NA CONQUISTA DE SUAS REELEIÇÕES” – ESTRATÉGIAS DE LUTA

Em meados do século XIX descrever-se como caixeiro era acionar o pertencimento a uma categoria que reivindicava sua dignidade através do trabalho. Ao mesmo tempo, era também uma forma de distinguir-se das famosas maltas de capoeiras e grupos de vagabundos perigosos que circulavam pelas ruas da cidade, pela possibilidade de ascensão social (Edmundo, 2003: 40).

Os teatros e seus espetáculos tinham lugar privilegiado nas preferências de lazer dos moços do comércio. Por ser portador de uma “missão civilizadora”, que deveria “ser extensiva a todas as classes”, o teatro servia perfeitamente às suas reivindicações sobre o direito a um “recreio instrutivo e honesto”.⁶ Localizado na freguesia da Candelária, na qual havia uma grande concentração de lojas comerciais, o Teatro São Januário pode ser considerado o teatro dos caixeiros até o fim de seus dias, em 1868. No entanto, a presença constante e maciça dos moços do comércio no Teatro São Januário, segundo Sílvia Martins de Souza, acabou ficando estigmatizada pela crítica, tanto pela suposta falta de educação dos frequentadores, quanto pela própria natureza dos espetáculos encenados, apontados como de menor valor artístico (Souza, 2008).

Além do desagrado com a indisciplina dos rapazes, que estariam deixando de lado o serviço para se divertir, havia também o incômodo com a dimensão política dessas reuniões, como mostra uma reclamação publicada no *Jornal do Commercio* em 1857, afirmando que os caixeiros iam assistir aos ensaios, metiam-se em “intrigas de bastidores” e “formavam partido”.⁷ Francisco Corrêa Vasques, que já fora caixeiro, era um dos mais conhecidos atores do teatro de variedades. Era amigo pessoal de José do Patrocínio, participou ativamente do movimento abolicionista e encenava peças que defendiam a justiça do movimento caixeiral, cuja principal demanda era que os negociantes e proprietários concedessem a folga do domingo para seus empregados (Marzano, 2002: 2).⁸

Já em 1852 o vereador Duque Estrada havia submetido à Câmara Municipal do Rio de Janeiro uma proposta de postura que obrigava ao fechamento das portas das casas de comércio aos domingos, quartas e sextas-feiras santas e Natal.⁹ Ao longo da década de 1860, a movimentação se fortaleceu, com os trabalhadores se mobilizando para arrecadar assinaturas e costurar acordos com os proprietários para fecharem suas portas, conseqüentemente liberando-os para a folga nos domingos após o meio-dia e, mais tarde, nos dias santos. Mas a lei do fechamento não era unanimidade entre os proprietários, e muitos viam com maus

olhos qualquer escapadela daqueles trabalhadores aos seus intermináveis dias de trabalho. Essa questão mobilizava grande parte da imprensa, e era encampada por alguns empresários, atores e autores do teatro.

Ao longo da década de 1870 e 1880 a estratégia mais contundente foi demandar a interferência da Câmara Municipal para formular e aprovar posturas que obrigassem os patrões recalcitrantes a fechar suas portas.¹⁰ Multiplicados os protestos no final da década de 1870, a discussão voltou a ocupar espaço na imprensa, sob a forma de um intenso debate sobre a proposta dos caixeiros, com a exposição de argumentos de apoio ou repúdio à regulamentação. Em 8 de dezembro de 1879, finalmente, o presidente da Câmara Municipal, Adolpho Bezerra de Menezes, propôs um projeto de postura que determinava o fechamento do comércio após o meio dia dos domingos e dias santos, prevendo multa e até prisão (exceção para padarias, hotéis e casas de pasto, bilhares e veículos de condução). A “mascateação” ficava também proibida.¹¹

Aprovada a postura pela Câmara, houve grande disputa pela intervenção do ministro do Interior, quando o gabinete liberal de Sinimbu já estava sob forte pressão da reforma eleitoral. O “motim do vintém”, intenso movimento popular contra o aumento do imposto de um vintém sobre os bilhetes, explodiu em janeiro de 1880. O movimento foi duramente reprimido, mas o imposto foi revogado e o gabinete caiu (Jesus, 2006; Carvalho, 2007; Terra, 2013). Essa atmosfera de reivindicação e participação da população que tomou as ruas se intensificou ao longo da década de 1880, com a ampliação do movimento republicano e abolicionista (Graham, 1991), enquanto a “mocidade do comércio”, como se dizia, ocupava as ruas e fazia suas reivindicações, sem fechar seus canais de diálogo com os poderes públicos (Popinigis, 2007).

Poucos meses depois, entretanto, a Câmara Municipal decidiria pela revogação da postura do fechamento das portas, devido à coleta de assinaturas organizada por um grupo de negociantes da Corte “que se julgavam prejudicados pela postura”.¹² Esses negociantes fundaram a Sociedade União dos Varejistas de Secos e Molhados, com o objetivo explícito de combater a pretensão dos caixeiros. Quase ao mesmo tempo, em 1881, foi fundada a Associação dos Empregados no Comércio (AEC), que aceitava patrões entre os seus sócios. A iniciativa de fundação da AEC foi do imigrante lisboeta, comerciante e ex-caixeiro Vitorino José de Carvalho.

Assim, embora o discurso de seus dirigentes frequentemente corroborasse a ideia da colaboração de classes, o viés classista do movimento estava claro desde o início, quando duas associações – a AEC e a União dos Varejistas – se formaram em torno de objetivos distintos: contra e a favor da regulamentação do horário de trabalho. A AEC se constituiu com o objetivo

primeiro de lutar pelo fechamento das portas, mas também cumpria as funções de auxílio-mútuo. Posteriormente, outras associações, como a União dos Empregados do Comércio e a Phênix Caixeiral, foram fundadas para lutar pela mesma causa. Muitas vezes criticada por aceitar patrões entre seus sócios, e por sua pompa e circunstância, a AEC foi a associação caixeiral que congregou o maior número de membros no período.¹³

A incansável luta pela aprovação da lei prosseguiu nos anos 1880, bem como o gosto dos moços do comércio pela frequência ao teatro. Desde os primeiros anos da década, a renda de alguns eventos, festas, homenagens e apresentações era revertida para a compra de alforrias de escravos, a respeito das quais fazia-se grande alarde e propaganda.¹⁴ Os trabalhadores do comércio também reivindicavam a “liberdade” ao Sr. Ministro, pois argumentava-se que os patrões os tratavam “de uma maneira que não se tratam escravos”.¹⁵

Machado de Assis associou a aprovação da lei do fechamento à liberdade da alforria em sua crônica publicada no jornal *A Gazeta de Notícias* de 10 de novembro de 1888:

Aqui o caso era de um ano, o mesmo que viu a extinção da escravidão. Todas as liberdades são irmãs; parece que, quando uma dá rebate, as outras acodem logo. Aí temos explicado o movimento atual, que, em boa hora, vai sendo praticado em paz e harmonia. Note-se bem que o movimento outrora tinha um caráter meio duvidoso; pedia-se o fechamento das portas aos domingos. O domingo, só por si, sem mais nada, é um dia protestante; e o movimento, limitando o descanso a esse dia, como que parecia inclinar à Igreja inglesa. Daí a frieza do clero católico. Agora, porém, a plataforma (se me é lícito dizer uma palavra que pouca gente entende) abrange os domingos e dias santos. Deste modo não se pede só o dia do Senhor, mas esse e os mais que o rito católico estabelece em honra dos grandes mártires ou heróis da fé, e dos fastos da Igreja desde os primitivos tempos.

Bons dias!

Ao afirmar que “todas as liberdades são irmãs” Machado comparava a liberdade jurídica dos escravos à regulamentação das horas e dos horários de trabalho para os caixeiros. Afirmando que “quando uma dá rebate, as outras acodem logo” o autor parecia sugerir que o movimento dos trabalhadores pelo fechamento das portas se houvesse inspirado no movimento abolicionista. Ele elogiava ainda a “paz e harmonia” do movimento, mas ironizava sua demanda pelos dias santos da tradição católica em pleno vigor do movimento republicano.

A intensificação do movimento caixeiral culminaria na aprovação da postura de 1890 sobre o fechamento das portas aos domingos, com uma alteração no art. 2º, permitindo assim que as tavernas ficassem abertas.¹⁶ “Em homenagem aos honrados e distintos empregados do comércio” realizou-se um Grande Festival em comemoração à aprovação da lei no Teatro

Lucinda.¹⁷ Sucederam-se elogios e críticas à decisão da Intendência, que sofreu forte oposição. Várias posturas se sucederiam entre meados da segunda metade do século XIX e o início do XX, numa queda de braço entre empregados e proprietários que apoiavam a causa e negociantes que se recusavam a fechar suas portas. Estes últimos, apelidados de "carranças" pelos adversários, argumentavam com a "liberdade de comércio" para manter suas portas abertas e se opor à intervenção da municipalidade em seus negócios. Após cada aprovação da postura, o problema era fazer os negociantes contrários a ela cumprirem a determinação, e ficava cada vez mais clara a necessidade da intervenção da municipalidade na formulação de políticas de rígida fiscalização.

Na virada do século tomou corpo novamente o movimento dos empregados no comércio pelo direito ao tempo livre e à instrução. Somando-se às greves que se multiplicavam na primeira década do século XX, em 1906 os caixeiros passaram a percorrer as ruas da cidade em grupos organizados, obrigando os negociantes que mantinham suas lojas abertas a fechá-las. Estavam respaldados pelos acordos feitos com grande parte dos proprietários, através do recolhimento das assinaturas apoiando o fechamento (Popinigis, 2007: 126-137). Os empregados do comércio demonstravam progressivamente seu peso político nas manifestações coletivas em praça pública em que os líderes do movimento e das associações de classe defendiam suas ideias, tão próprias do primeiro período republicano. Em 23 de janeiro de 1911, a *Gazeta de Notícias* noticiou que uma multidão de 2.000 pessoas teria comparecido ao *meeting* do Largo de São Francisco de Paula em defesa do fechamento. Suas estratégias se concentravam fortemente no apoio de homens públicos, aos quais não deixavam de agradecer nas publicações a pedido dos periódicos de grande circulação. Depois, os empregados saíam às ruas para comemorar e homenagear os jornais que os apoiavam em suas sedes. Expunham assim ainda mais suas reivindicações e pressionavam os políticos, como se vê por esta nota dos empregados do comércio "que desejam as horas de lazer concedidas a toda gente": "Trabalhem eles e verão como a caixeirada sairá do indiferentismo e cerrará fileiras na conquista de suas reeleições."¹⁸

Além de republicanos radicais como Silva Jardim e Lopes Trovão, literatos ilustres como o cronista Paulo Barreto (o João do Rio) e Coelho Neto também apoiavam a causa caixeiral. Alguns fizeram da literatura uma frente de luta em prol de causas que consideravam importantes para a transformação social, associando a República ao abolicionismo e ao progresso e a monarquia à escravidão e ao atraso.¹⁹ Nesse sentido, os bravos moços do comércio encaixavam-se perfeitamente num perfil desejável de cidadãos, dignos representantes do "trabalho livre", branco e masculino, construção que opunha o progresso representado pela República ao atraso associado à escravidão. Os empregados no comércio compunham assim

uma minoria instruída, pois tinham que saber ao menos ler, escrever e fazer contas, e por vezes falavam línguas estrangeiras.

A postura abrangia diversas categorias de trabalhadores no comércio, proibindo o trabalho aos domingos e feriados cívicos, limitando ao máximo de 12 horas o trabalho diário e regulamentando os horários de abertura e fechamento do comércio.²⁰ Para as cinco associações de classe que participaram da elaboração do projeto, sua aprovação era uma vitória e uma grande conquista, sobretudo porque possibilitava uma ferramenta legal de luta ao oficializar o limite de horas de trabalho e o horário de fechamento e abertura das portas como direitos sancionados pelo Estado, ainda que na esfera municipal. Assim, as questões políticas e sociais referentes às relações de trabalho no comércio foram irreversivelmente atiradas à esfera pública.

CIDADANIA E DIREITOS

Os caixeiros do comércio a retalho do Rio de Janeiro – que, em sua maioria, integravam um proletariado formado sobretudo por escravos de ganho, libertos e imigrantes portugueses pobres – estiveram entre as primeiras categorias de trabalhadores a se organizar em associações e a exigir a intervenção dos poderes públicos na mediação de suas lutas por direitos. As condições de exploração, tutela, dependência do patrão, e os muitos anos sem receber remuneração compunham o quadro das relações de trabalho no oitocentos, com uma diversidade de arranjos de trabalho entre a escravidão e a liberdade. O fim do tráfico atlântico de escravos em 1850 e o investimento em outras formas de trabalho, como a dos engajados, fizera com que a situação desses jovens portugueses fosse denunciada como “escravidão branca” em incidentes internacionais.

As relações de trabalho nas casas de comércio a retalho, ou o baixo comércio, caracterizavam-se pela situação de dependência e domesticidade que chegava a se equiparar com a dos criados. No entanto, ao longo da segunda metade do século XIX os caixeiros desenvolveram formas de luta coletiva reivindicando diretamente a ação do poder público – a municipalidade – através de cartas e petições, associações, periódicos, peças teatrais e *meetings* nas ruas e praças. Esses trabalhadores, portanto, compartilhavam, além das condições de trabalho e moradia, uma cultura associativa e reivindicativa.

Na década de 1880 os caixeiros participaram ativamente da arena política e o movimento caixeiral ganhou as ruas junto com vários outros, como o republicano e o abolicionista. Assim, os trabalhadores do comércio se organizaram em torno dos direitos da categoria ao tempo livre e à instrução antes que se articulassem os principais canais reivindicativos do

movimento operário e nas primeiras décadas do século XX engrossaram o coro das greves de diversas categorias de trabalhadores. Além disso, influenciaram a organização dos empregados no comércio de outras províncias e estados. Não estavam, portanto, alheios à política, nem aos projetos republicanos.

No contexto do pós-abolição, com a adoção de políticas públicas de ocupação da cidade e projetos imigrantistas norteados pelo racismo científico, as transformações no mercado de trabalho foram fortemente definidas pela sua configuração racial e de gênero. No alvorecer do século XX a comparação com a escravidão era um discurso recorrente dos militantes de várias categorias para denunciar a ausência de legislação social e condições de trabalho inaceitáveis, atrelando assim a República a um passado que se queria apagar. Os “honestos moços do comércio” – homens, livres e brancos – se encaixavam bem no discurso de civilização e modernidade de parte dos projetos de cidadania republicana, buscando desvincular-se das relações de dependência pessoal e domesticidade, e criando possibilidades inexistentes para outros grupos de trabalhadores, como os criados e as trabalhadoras do serviço doméstico.

NOTAS

1 “Estatutos da Comercial Sociedade Caixeiral: Requerimentos sobre ofício de caixeiros”, Rio de Janeiro, 14 de abril de 1826, Arquivo Nacional, Caixa 384, pacote 3; “Fechamento das casas comerciais: proposta do vereador Duque Estrada”, 29 de outubro de 1852, AGCRJ, código 43-3-37.

2 Sobre a denúncia de escravidão dos imigrantes portugueses ver *Correio Mercantil*, 25/26 de fevereiro de 1857.

3 Para ver dois casos ocorridos em 1906: “Joaquim Pereira dos Santos”, Juízo de Direito do Comércio, n.14.817, maço 778, Arquivo Nacional, e “Armando Francisco Ferraz”, Juízo de Direito do Comércio, n.399, caixa 2.020, Arquivo Nacional.

4 AGCRJ, cod. 43-03-37, 29/10/1852.

5 Constituição Política do Império do Brasil, elaborada por um Conselho de estado e outorgada pelo Imperador D. Pedro I em 25.03.1824. Capítulo VI – Das eleições, Art.92, parágrafo III. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao24.htm. Acessado em: 28 de fev. de 2015.

6 *Jornal do Commercio*, 05/06/1855.

7 “A classe caixeiral”, *Jornal do Commercio*, 25 /09/1957.

8 “O Advogado dos caixeiros”, *A Vida Fluminense*, 05/02/1870.

9 Proposta datada de 29/10/1852. AGCRJ, cod. 43-03-37.

10 “Fechamento das casas commerciaes: aos domingos e em dias santificados, representação dos caixeiros das casas commerciaes da praça do Rio de Janeiro, 1870”, AGCRJ, códice 43-3-38.

11 *O Mercantil*, 4/02 e 25/02/1880.

12 *O Mercantil*, 12/06/1880.

13 Em 1900 a AEC tinha em torno de 15.000 associados e seus diretores gabavam-se afirmando que ela era “a mais poderosa e opulenta corporação beneficente existente no Brasil”, segundo notícia publicada num periódico cujo redator-chefe era Ruy Barbosa: *A Imprensa*, 22/09/1900.

14 “Esther de Carvalho entrega carta de liberdade oferecida pela classe comercial”, *Gazeta de Notícias*, 08/12/1882; “Grande festa bazar em benefício de um escravo”, *Gazeta de Notícias*, 03/03/1883.

15 “Fechamento das portas – ao Exmo. Snr. Ministro do Império”, *Gazeta de Notícias*, 21/02/1880.

16 Código de posturas: leis, decretos, editais e resoluções da intendência municipal do Distrito Federal – Compilação feita por ordem da Prefeitura, pela repartição do Arquivo Geral – Prefeito: Dr. Henrique Valadares – Ed. de 1894, AGRJ; *Gazeta de Notícias*, 15/11/1890.

17 Título do vaudeville representado por Vasquez na ocasião. *Gazeta de Notícias*, 23/11/1890.

18 *Gazeta de Notícias*, 14/06/1909.

19 Antônio da Silva Jardim, “Fechamento das portas: conferência pública na cidade do Rio de Janeiro, em 27 de outubro de 1880, no Imperial Teatro São Pedro D’Alcântara”, in *Discursos, opúsculos, manifestos*. Introdução de Barbosa Lima Sobrinho. Rio de Janeiro, UFF, 1973; Homenagem a Paulo Barreto, *Gazeta de Notícias*, 29/09/1909. O cronista, que era “ilustre sócio benemérito” da União dos Empregados do Comércio, foi, segundo o anúncio publicado no jornal, “iniciador da propaganda pelo fechamento das portas”. *Gazeta de Notícias*, 03/06/1911.

20 AEC, “Recepção em homenagem ao Exmo. Snr. Prefeito do Districto Federal e ao Conselho Municipal em 20 de Janeiro de 1912 para comemorar a lei do Fechamento das portas”, Biblioteca Nacional, sessão de obras gerais, II-164, 4, 28, n.10.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, M. *Meninas perdidas: os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro da Belle Époque*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

ABREU, M.; GOMES, A. C. A nova “Velha” República: um pouco de história e historiografia. *Revista Tempo*, Niterói, UFF, v. 13, n. 26, 2009.

ALENCASTRO, L. F. de. Proletários e escravos: imigrantes portugueses e cativos africanos no Rio de Janeiro, 1850-1872. *Novos Estudos – Cebrap*, São Paulo, n. 21, 1988, p. 30-56.

BATALHA et al. *Culturas de classe – identidade e diversidade na formação do operariado*. Campinas: Ed. da Unicamp, 2004.

CÂMARA, B. A. D. O retalho do comércio: a política partidária, a comunidade portuguesa e a nacionalização do comércio a retalho – Pernambuco (1830-1870). Tese de doutorado, UFPE, 2012.

CARDOSO, F. H. Situação e composição social do proletariado brasileiro, *Sociologie du Travail*, n. 4, 1961.

CARVALHO, J. M. de. A Guerra do vintém. *Revista de História*, 09/09/2007. Disponível em: http://www.revista-dehistoria.com.br/secao/capa/a-guerra-do-vintem#enviar_amigo. Acesso em: 01/10/2014.

CASTELLUCCI, A. A. S. Política e cidadania em Salvador. *Revista de História*, n. 162 (1ª semestre de 2010), 205-241.

CASTRO, H. M. de. *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no sudeste escravista, Brasil século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

———. Raça e cidadania no crepúsculo da modernidade escravista no Brasil. In: GRINBERG, K. e SALLES, R. (org.). *O Brasil Imperial, vol. III: 1870-1889*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

CHALHOUB, S. *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

———. *Trabalho, lar e botequim – o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque*. 2a ed. Campinas: Ed. da Unicamp, 2001.

——— e SILVA, F. T. da. Sujeitos no imaginário acadêmico: escravos e trabalhadores na historiografia brasileira desde os anos 1980. *Cadernos AEL*, 14.26 (2009).

COSTA, C. E. Revisitando ‘Família e Transição’: família, terra e mobilidade social no pós-abolição: Rio de Janeiro (1888-1940). *Revista Brasileira de História*, v. 35, n. 69, São Paulo, jan./jun. 2015.

CRUZ, M. C. V. Tradições negras na formação de um sindicato: Sociedade de Resistência dos trabalhadores em trapiche e café, Rio de Janeiro, 1905-1930. *Afro-Ásia*. CEAO/FFCH/UFBa, 24 (2000).

DUARTE, P. C. B. Clube Caixeiral de Pelotas. A luta pelo fechamento de portas e a construção de uma identidade coletiva – 1879-1900. *Histórica*. Porto Alegre, n. 4, 2000, p. 159-166.

EDMUNDO, L. *O Rio de Janeiro do meu tempo*. Brasília: Ed. do Senado Federal, 2003, p.40. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/1071/653819.pdf?sequence=4>.

FARIAS, J., GOMES, F., e XAVIER, G. *Mulheres negras no Brasil escravista e do pós-emancipação*. São Paulo: Ed. Selo Negro, 2012.

FORTES et al. *Na luta por direitos-Estudos recentes em História social do Trabalho*. Campinas: Ed. da Unicamp, 1999.

GOMES, Â. de C. Questão social e a historiografia no Brasil do pós 1880: notas para um debate. *Estudos Históricos*, 34 (2004), p.157-186.

GOMES, F. dos S. *A hidra e os pântanos: mocambos, quilombos e comunidades de fugitivos no Brasil (séculos XVII-XIX)*. São Paulo: Ed. Unesp, 2005.

GOMES, F. e NEGRO, A. Além das senzalas e das fábricas: uma história social do trabalho. *Tempo Social*, 18, n.1, 2006.

GRAHAM, S. L. O motim do vintém e a cultura política no Rio de Janeiro – 1880. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v.10, n.20, mar./ago. 1991.

HALL, M. M. & PINHEIRO, P. S. Alargando a história da classe operária. *Remate de Males*, v.5, p. 96-120, 1985.

JESUS, R. P. de. A Revolta do Vintém e a crise na monarquia. *História Social*, Campinas, n. 12, 2006.

KOVARICK, L. *Trabalho e vadiagem – a origem do trabalho livre no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

LARA, S. Escravidão, cidadania e história do trabalho no Brasil. *Projeto História*, n.16, 1988, p. 25-38.

LOPES, J. S. L. *Vapor do diabo: o trabalho dos operários do açúcar*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

MAC CORD, M. Imperial sociedade dos artistas mecânicos e liberais: mutualismo, cidadania e a reforma eleitoral de 1881 no Recife. In: *Organizar e proteger – trabalhadores, associações e mutualismo no Brasil (séculos XIX e XX)*. Campinas: Ed. da Unicamp, 2014.

MACIEL, O. B. A. M. A perseverança dos caixeiros: o mutualismo dos trabalhadores no comércio em Maceió (1879-1917). Recife: EDUFPE, 2012.

MACHADO, M. H. P. *O plano e o pânico: os movimentos sociais na década da abolição*. São Paulo: Cia. Das Letras, 1998.

MACHADO, P. P. *Lideranças do Contestado: a formação e atuação das chefias caboclas (1912-1916)*. Campinas: Ed. da UNICAMP, 2004.

MAGALHÃES, M. de S. Tensão e conciliação na política: o poder de veto e a questão do funcionalismo municipal (Capital Federal, 1892-1902). *Revista Mundos do Trabalho*, v.5, n. 9 (2013).

MAMIGONIAN, B. Revisitando o problema da 'transição para o trabalho livre' no Brasil: a experiência de trabalho dos africanos livres. In: FLORENTINO, Manolo (ed.). *Tráfico, cativo e liberdade: Rio de Janeiro, séculos XVII-XIX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005, p. 389-417.

MARZANO, A. O ator Vasques, a crônica teatral, a massificação da cultura e a aceitação de um comico nos meios intelectuais no Rio de Janeiro (1839-189). *X Encontro Regional de História*, Anpuh-RJ, UERJ, 2002, p.2.

MATTOS, M. B. *Escravidados e livres – experiências comuns na formação da classe trabalhadora carioca*. Rio de Janeiro: Bom Texto, 2008.

NASCIMENTO, Á. *Cidadania, cor e disciplina na revolta dos marinheiros de 1910*. Rio de Janeiro: Mauad/ Faperj, 2008.

OLIVEIRA, L. E. de. Os empregados no comércio de Juiz de Fora e sua luta pelo descanso dominical (1880-1905). *Anais do Colóquio do LAHES*. Juiz de Fora, 13 a 16 de 2005.

PEREIRA, L. A. de M. Barricadas na academia: literatura e abolicionismo na produção do jovem Coelho Netto. *Tempo*, Rio de Janeiro, n.10, 2000, p. 15-37.

———. *As barricadas da saúde – vacina e protesto popular no Rio de Janeiro da Primeira República*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

- PINTO, A. F. M. Caminhos da cidadania: trabalhadores de baixo prestígio e alistamento eleitoral na freguesia da Sé em São Paulo, 1890-1892. *Revista do AGCRJ*, 2015.
- POPINIGIS, F. *Proletários de casaca – empregados no comércio carioca (1850-19011)*. Campinas: Ed. da UNICAMP, 2007.
- e SCHETTINI C. (orgs.) Dossiê: Perspectivas de gênero nos mundos do trabalho. *Revista Mundos do Trabalho*, v.1, n.2, 2009.
- REIS, João José. *Rebelião escrava no Brasil. A história do levante dos malês (1835)*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- e SILVA, E. *Negociação e conflito. A resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo: Cia das Letras, 1989.
- RIBEIRO, G. S. *Mata galegos: os portugueses e os conflitos de trabalho na República Velha*. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- . *A liberdade em construção: identidade nacional e conflitos antilusitanos no Primeiro Reinado*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.
- SADER, E., PAOLI, M. C. e TELLES, V. Pensando a classe operária: os trabalhadores sujeitos ao imaginário acadêmico. *Revista Brasileira de História*, n. 6, 1983.
- SALGUEIRO, M. A. (org.). *A república e a questão do negro no Brasil*. Rio de Janeiro: Museu da República, 2005.
- SANTOS, M. A. da S. *Os caixeiros da Bahia: seu papel conservador na Primeira República*. Dissertação de Mestrado, Salvador, Ufba, 1974.
- SCHETTINI, C. *“Que tenhas teu corpo” : uma história social da prostituição*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2006.
- e TERRA, P. (orgs.) Dossiê “Trabalhadores e poder municipal”. *Revista Mundos do Trabalho*, v.5, n.9, 2013.
- SILVA, M. O. L. da. *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- SLENES, R. *Na senzala, uma flor. Esperanças e recordações na formação da família escrava — Brasil Sudeste, século XIX*. 2ª ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2011.
- SOARES, L. C. O *“povo de Cam” na capital do Brasil*. Rio de Janeiro: FAPERJ, 2007.
- SOIHET, R. *Condição feminina e formas de violência. Mulheres pobres e ordem urbana (1890-1920)*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989.
- SOUZA, F. “Negro não pode ser conservador”: a política nos talhos do mercado público do Recife nas décadas finais da escravidão. Dossiê: “Negociações municipais: trabalho na cidade”, *Revista do AGCRJ*, 2015.
- SOUZA, F. F. de Os intendentess municipais, os criados de servir e a criação da matrícula geral do serviço doméstico (Capital Federal, 1895-1896). *Revista do ACRJ*, 2015/1.

SOUZA, R. S. *Tudo pelo trabalho livre! Trabalhadores e conflitos no pós-abolição (Bahia 1892-1909)*. Salvador/São Paulo: Ed. UFBA/Fapesp, 2011.

SOUZA, S. M. de. Cultura e política no Rio de Janeiro: os caixeiros e o teatro de São Januário na segunda metade do século XIX. *LPH Revista de História*. Departamento de História (DEHIS), Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Ouro Preto, ano 18, n.18, 2008.

TERRA, P. C. *Cidadania e trabalhadores: cocheiros e carroceiros no Rio de Janeiro (1870-1906)*. Rio de Janeiro: Prefeitura do Rio/Casa Civil/Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, 2013.

A REGULAÇÃO DO TRABALHO
FEMININO EM UM SISTEMA POLÍTICO
MASCULINO, BRASIL: 1932-1943

The regulation of women's work in a male
political system, Brazil: 1932 to 1943

TERESA CRISTINA NOVAES MARQUES

<http://dx.doi.org/10.1590/S2178-14942016000300006>

Teresa Cristina Novaes Marques é mestre em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, doutora em História pela Universidade de Brasília e professora adjunta da Universidade de Brasília (tcnovaes610@gmail.com).

Artigo recebido em 18 de julho e aprovado para publicação em 3 de outubro de 2016.

RESUMO

O artigo discute a ação de vários grupos políticos que se envolveram com a questão do trabalho feminino – os grupos feministas, os políticos católicos e os integrantes do governo Vargas. Toma por hipótese que a integração da mulher no mercado de trabalho deve ser examinada concomitantemente à ideia de família, uma vez que, historicamente, assim os dois assuntos foram tratados. A construção das diferenças de gênero, no Brasil, expressou-se na legislação do trabalho feminino, que tomou a ordem pública e a ordem privada como indissociáveis.

PALAVRAS-CHAVE: trabalho feminino; feminismo; Vargas; maternidade.

ABSTRACT

The article examines the activity of several political groups who debated women's labor – such as feminist groups, catholic politicians and members of Vargas government. It assumes that the integration of women in the labor market needs to be examined together with the idea of family, once that was the way both subjects were treated historically. The construction of gender differences, in Brazil, also expressed itself in the labor legislation related to women's work, to which public and private order were intermingled.

KEY-WORDS: women's work; feminism; Vargas; maternity.

RÉSUMÉ

L'article examine l'action de différents groupes politiques qui se sont mobilisés autour de la question du travail féminin – les groupes féministes, les politiciens catholiques et les membres du gouvernement Vargas. On part de l'hypothèse que l'intégration de la femme au marché du travail doit être examinée simultanément à l'idée de famille, puisque, historiquement, c'est ainsi que les deux sujets ont été traités. La construction des différences de genre, au Brésil, s'est exprimée dans la législation concernant le travail féminin, qui a considéré l'ordre public et l'ordre privé indissociables.

MOTS CLÉS: travail féminin; féminisme; Vargas; maternité.

INTRODUÇÃO

As drásticas mudanças introduzidas no sistema político brasileiro nos anos 1930 trouxeram para o centro do poder novos titulares, que propuseram fazer do Estado o mediador dos conflitos entre o capital e o trabalho (Gomes & Silva, 2013: 19). Para tanto, Getúlio Vargas e seus apoiadores forçaram a sindicalização oficial dos trabalhadores e reprimiram com meios policiais os ativistas sindicais resistentes. Ao mesmo tempo que essas medidas significaram a supressão política das lideranças operárias e o esquecimento das lutas vividas nas décadas anteriores, os anos Vargas vincularam o pertencimento à esfera pública à condição de ser trabalhador, em um movimento que modulou a cidadania possível naqueles anos, especialmente a partir de 1935, quando as liberdades individuais passaram a sofrer crescentes restrições.

Este ensaio explora as diferenças de gênero que marcaram o debate em torno da definição das relações de trabalho e do reconhecimento político de homens e mulheres, considerando que os homens se habilitavam a exercer direitos políticos se cumprissem o requisito de serem economicamente ativos, isto é, se fossem trabalhadores e militarmente recrutáveis. Para as mulheres, o reconhecimento dos direitos políticos esteve associado à maternidade, tomando-se o lar como a esfera de atuação por excelência das mulheres e o mundo do trabalho como um universo hostil à presença feminina.

Durante o intenso debate público que se deu naqueles anos, grupos feministas se apresentaram à cena pública para reivindicar inicialmente o direito de votar e, uma vez conquistado esse direito em 1932, pressionar os homens públicos para avançar na agenda da igualdade jurídica com os homens. Nesse esforço, reivindicaram ter voz também na regulamentação dos ofícios exercidos por mulheres.

Com tantos se apresentando ao debate público como tutores da classe trabalhadora – Vargas, seus colaboradores no Ministério do Trabalho, além das próprias feministas –, propo-nho examinar as conquistas das feministas na arena política e as derrotas que elas amargaram naqueles anos. Mesmo que não tenham conseguido aprovar todas as propostas que apresentaram, as ativistas tiveram o mérito de trazer ao debate público a questão da presença das mulheres no mercado de trabalho.

Este ensaio explora duas questões decisivas para a inserção da mulher no mercado de trabalho que foram amplamente discutidas naqueles anos: o acesso a oportunidades e o tratamento dado à maternidade. Para tanto, examino três ciclos decisórios inseridos no longo tempo em que Getúlio Vargas ocupou o centro político do país. Esses ciclos se deram, primeiro, durante os debates na Assembleia Constituinte, entre 1933 e 1934. Segundo, durante os trabalhos legislativos regulares, entre 1935 e 1937, e por fim, já na fase autoritária do Estado Novo, durante a movimentação interna no governo para consolidar a legislação do trabalho do país, entre 1940 e 1943.

O tema proposto não tem recebido a atenção merecida dos historiadores, talvez porque ao final dos anos 1930 as mulheres representassem dez vezes menos o contingente de homens associados a sindicatos, sendo que os formuladores da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) assumidamente visaram os trabalhadores ligados a sindicatos, como afirmou um de seus elaboradores (Sussekind, 1993: 126).¹ Ainda assim, as mulheres eram majoritárias em alguns setores da economia, como o serviço doméstico, a indústria de vestuário, o magistério, além de estar presentes no emprego da indústria têxtil.

É notável que, no Censo de 1940, em comparação com os 889 mil homens empregados na indústria de transformação, havia apenas 188.500 (17,5%) mulheres. Já no serviço doméstico, os recenseadores registraram 468.955 mulheres em todo o país, ou 85,23% do setor.² Logo, pelos dados do Censo de 1940, as mulheres ocupadas no serviço doméstico tinham uma participação semelhante à dos homens no trabalho industrial. Homens e mulheres estavam, assim, em polos extremos do reconhecimento legal, de salários e de proteção previdenciária.

Este artigo busca contribuir para essa discussão historiográfica ao examinar como (e quais) os parlamentares e juristas viam a participação feminina no mercado laboral. Constatou-se que os contemporâneos tinham clareza da importância do trabalho doméstico para a população pobre, mas não conseguiram estabelecer um consenso sobre a regulamentação da atividade, nem mesmo sobre a conveniência de fazê-lo.

Por essas razões, ao insistir em tomar o sistema sindical para avaliar o peso da presença das mulheres na força de trabalho, perde-se a dimensão da realidade marcada por escassas oportunidades de emprego disponíveis às mulheres fora das tradicionais ocupações que envolvem servir, cuidar e limpar. Por diversos fatores, ao tempo da elaboração da CLT, a presença feminina no mundo do trabalho era menos visível do que a dos homens, empregados nos ofícios estratégicos para o projeto de desenvolvimento industrial, enquanto a maior parte das mulheres se ocupava com atividades de baixo prestígio social, e talvez por essas mesmas razões fossem desprovidas de voz política.

O artigo se alinha com a discussão historiográfica acerca dos elementos que vincaram o mundo do trabalho, considerando, entre eles, o modo como as representações de gênero definiram espaços de atuação masculinos e femininos, com reflexos sobre a legislação dos direitos sociais elaborada no Brasil e em muitas outras partes, a exemplo de estudos realizados sobre a Europa e as Américas, como as obras de Wikander, Kessler-Harris e Lewis (1995).

Neste particular, é preciso tecer algumas considerações sobre os sentidos históricos de “trabalho feminino”, “ofício” e “serviço”, e como é possível conciliar essas noções com a perspectiva de gênero. Adota-se esta perspectiva porque supõe-se que a conformação normativa do mercado de trabalho foi fortemente influenciada pelas representações simbólicas acerca dos papéis sociais masculinos e femininos, mas o artigo põe em relevo a expressão “trabalho feminino” porque essa era a expressão corrente no vocabulário político do período.

Reconhece-se que a expressão sugere haver um conjunto de atividades convencionalmente desenvolvidas apenas por mulheres, e por essa razão está inscrito na lógica do sexo biológico, que tanto os pensadores sociais têm buscado evitar atualmente. Entretanto, no pensamento e na ação política de feministas ativas nos anos 1930 e 1940, o trabalho feminino compreendia as numerosas atividades, remuneradas ou não, que as mulheres desenvolviam no lar e em espaços públicos, as quais as ativistas desejavam ver reconhecidas e valorizadas socialmente. Ao desenvolver tal linha de argumentação, as feministas ligadas à Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (FBPF) acabavam por politizar a categoria “Mulher”, na ânsia de construir uma identidade aglutinadora, capaz de reunir esforços para dar visibilidade política à população feminina e sustentar seus projetos de poder.³

Enfim, na prática política que as ativistas desenvolviam no período aqui examinado, defender o trabalho feminino era defender o reconhecimento jurídico das numerosas atividades produtivas que as mulheres realizavam, coerentemente com a pauta da igualdade jurídica que motivava as lideranças feministas a ocupar espaços públicos.

Outro era o entendimento dos contemporâneos sobre o termo “ofício”, que surge nos debates parlamentares e nos pronunciamentos de juristas como equivalente à atividade profissional que requer conhecimento específico para ser realizada, treinamento, e por tudo isso constitui uma identidade profissional. Já a palavra serviço vem associada à atividade cuja realização não exige mister e, por consequência, não goza de prestígio social. Como se vê, poucas mulheres exerciam ofícios, embora muitas trabalhassem e prestassem serviços.

Uma última consideração necessária diz respeito à historiografia da ação política dos grupos feministas na primeira metade do século XX. Entre os estudos historiográficos importantes sobre o assunto, destacam-se as contribuições de Soihet (2006) e de Saffioti (1976). A pesquisa que resultou neste artigo se beneficiou das considerações aduzidas por ambas as

autoras, mas propõe examinar o feminismo da FBPF à luz das resistências impostas por seus adversários, as quais restringiram as possibilidades de ação das suas afiliadas. Faz-se isso a partir do exame aprofundado do debate político em torno da regulação do mercado de trabalho, ocorrido durante a elaboração da Carta de 1934 e nos anos imediatamente posteriores à sua promulgação.

A CONSTITUINTE DE 1933-1934

Em 1932, as mulheres foram habilitadas a votar e serem votadas. Nas eleições realizadas em maio de 1933, pela primeira vez as mulheres foram às urnas no Brasil em um pleito de âmbito nacional. As lideranças feministas que negociaram com Getúlio Vargas a franquia do voto apresentaram-se à cena política como porta-vozes das mulheres trabalhadoras e pressionaram o governo e o Congresso Constituinte (1933-1934) para assegurar a proteção da mulher trabalhadora nas seguintes situações: na maternidade (licença pós-parto e garantia de emprego após a gestação), igualdade salarial com os homens pelo mesmo trabalho realizado, igualdade de acesso a carreiras públicas por intermédio de concurso e fim das restrições ao trabalho de mulheres casadas.

Muitas reivindicações das feministas da FBPF relativas ao trabalho foram acolhidas pela Assembleia Constituinte, mas é necessário ressaltar que as feministas não estiveram sozinhas nessa causa, uma vez que puderam contar com o apoio de parlamentares, especialmente da numerosa bancada católica, uma importante força política no Brasil de então, empenhada em inscrever na Constituição propostas da doutrina social da Igreja (Todaro, 1971: 335ss). Também concorreram para o texto final da Carta, no tocante aos direitos do trabalho, muitos parlamentares classistas e aqueles ligados à chamada bancada “tenentista”. Vejamos os passos da negociação.

Enquanto, nos bastidores da Constituinte, entre janeiro e fevereiro de 1934, uma comissão de três deputados refinava o projeto de texto substitutivo ao anteprojeto, a FBPF fez chegar aos deputados relatores um documento contendo sugestões ao texto em preparação. No tocante ao trabalho, o documento das feministas insistia no direito das mulheres à subsistência, restringido por práticas de mercado (e institucionais) que vinham limitando seu acesso a vários ofícios.⁴

Com o propósito de abrir novas oportunidades de emprego às mulheres, a FBPF uniu forças com a Aliança Nacional de Mulheres (ANM), entidade liderada por Natércia da Silveira, para pleitear o pleno acesso a carreiras públicas.⁵ Havia urgência em assumir uma posição política sobre o assunto, porque nos primeiros meses de 1934 grandes empresas públicas, como

o Banco do Brasil, preventivamente se apressaram em selecionar funcionários exclusivamente masculinos, temendo os resultados da Constituinte.⁶

Também chama a atenção que no documento produzido pela cúpula da FBPF e apresentado à comissão de redação do substitutivo reivindicava-se tornar as organizações feministas “organizadas” uma voz necessária na elaboração de qualquer política concernente à família e ao trabalho exercido por mulheres.⁷

Ao fim do intenso primeiro semestre daquele ano, as feministas comemoraram o bom resultado de seu esforço de persuasão dos constituintes.⁸

TRABALHO NOTURNO

Mais tortuoso foi o caminho da pauta de abolição das restrições ao trabalho feminino. Nesse particular, Bertha Lutz se posicionava ao lado dos grupos feministas europeus e norte-americanos que desde a Primeira Guerra vinham defendendo a necessidade de se elevar o *status* econômico das mães, de modo que as mulheres pudessem viver sem depender exclusivamente dos homens. Essa forma de pensar era difundida na corrente chamada de feminismo social, que se opunha ao feminismo igualitarista (Bolt, 2004: 115ss).

Tratava-se de assunto capaz de gerar forte controvérsia no meio político feminista internacional, onde havia desde as defensoras do igualitarismo radical, que viam nas medidas em favor da maternidade um reforço ao confinamento das mulheres no mundo doméstico. Em linhas gerais, esse grupo defendia que os trabalhos perigosos e insalubres fossem ser regulados, não cabendo restringir às mulheres oportunidades de trabalho nessas ocupações (Alberti, 1989: 177). Tais restrições eram consideradas fontes de discriminação por sexo.

As divergências internas nos grupos feministas causavam grande desgaste entre as ativistas, mas tinham pouca repercussão externa, uma vez que o militarismo dos anos da guerra fortaleceu entre os homens a convicção de que as mulheres deveriam ser mantidas fora do espaço público, visto como hostil e ameaçador à integridade da família. Esse espírito presidiu as negociações que levaram ao tratado de paz que seria firmado em Paris em junho de 1919.

Com a proximidade da Conferência de Paz, grupos feministas enviaram ativistas a Paris para acompanhar os trabalhos e tentar dialogar com os delegados à conferência (Rupp, 1997: p. 211). Nesse particular, a frustração das ativistas foi imensa, uma vez que os diplomatas ignoraram seus apelos para dialogar. Ao final, as negociações dos conferencistas resultaram no compromisso dos signatários do Tratado de Versalhes de executar políticas em prol da maternidade, incluindo restrições ao trabalho feminino, especialmente o trabalho noturno. Essas restrições, apesar de afetarem uma parcela pequena da força de trabalho feminina ocupada,

abrim o precedente de se tratar todas as mulheres como trabalhadoras sob proteção, por serem, similarmente aos menores, consideradas frágeis e inferiores em sua capacidade de trabalho (Kessler-Harris, 1995).

O Tratado de Versalhes assinado pelo Brasil continha as convenções de números 3 e 4, discutidas e aprovadas na Conferência Geral da Organização Internacional do Trabalho (OIT) realizada em outubro de 1919. A primeira convenção proibia o trabalho da mulher até seis semanas após o parto, ao passo que a segunda proibia o trabalho noturno feminino em qualquer estabelecimento industrial.⁹

Quando as decisões da Conferência da OIT foram noticiadas na imprensa brasileira, o jornal *A Noite* entrevistou Bertha Lutz, então jovem e já bem relacionada, a fim de traduzir o significado político dos dispositivos.¹⁰ Ao jornal, Bertha elogiou as resoluções que protegiam a mulher do trabalho em indústrias onde houvesse contato com chumbo, além daquela que previa o descanso antes e depois do parto. Nada disse, porém, sobre a resolução que proibia o trabalho da mulher durante a noite.

Sabe-se que, naquele mesmo ano, o presidente Epitácio Pessoa chegou a encaminhar as resoluções para exame na Câmara dos Deputados,¹¹ entretanto apenas no governo provisório de Vargas seriam baixados decretos relativos ao trabalho feminino, a repetir, quase integralmente, as convenções assinadas junto à OIT.¹²

Em verdade, Versalhes colocava feministas como Bertha Lutz em situação delicada, uma vez que elas defendiam, por convicção, a adoção de políticas públicas em favor da maternidade – afastamento pós-parto e creches – mas rejeitavam, também por convicção, restrições legais ao trabalho feminino.

A pauta em favor da maternidade também comprometia a defesa de salário igual para homens e mulheres que realizassem a mesma função, isso porque, desde os anos 1920, difundiu-se na imprensa internacional a ideia de que o preço a ser pago pelo usufruto do benefício maternal seria a redução do salário nominal das trabalhadoras (Alberti, 1989: 187). Essa ideia também chegou ao Brasil, como mostra o decreto baixado pelo governo Vargas em 1940, que autorizava a redução do salário mínimo de mulheres, desde que o empregador cumprisse com as prescrições legais de higiene do trabalho.¹³ Coube aos elaboradores da CLT revogar esse dispositivo.

Ainda assim, o episódio revela, primeiro, que a proteção às trabalhadoras sempre custou caro às mulheres, na forma de menores salários, ou na forma da menor oferta de postos de trabalho. Segundo, que, suprimido o Legislativo com o Estado Novo, o Ministério passou a ser a arena de conflitos em torno das normas relativas ao trabalho, como sugerem Ângela Gomes (1987) e Marisa Leme (1978: 148ss).

As posições assumidas pelo Brasil na diplomacia do trabalho comprometiam a coerência política do discurso de ativistas como Lutz, que usualmente invocavam os precedentes diplomáticos como artifício retórico para justificar o alinhamento do Brasil aos países mais desenvolvidos, onde, alegava Lutz, as desigualdades jurídicas entre homens e mulheres vinham sendo superadas. Um exemplo de tal argumentação está no trecho do abaixo-assinado que a FBPF encaminhou ao Senado em dezembro de 1927:¹⁴

Não é neste momento, em que 160.000.000 de mulheres são eleitoras, e em que uma delas preside o Senado da Áustria e outras ingressam, às dezenas, nos Parlamentos, às centenas, nas Assembleias Estaduais, aos milhares, nos Conselhos Municipais, que poderá a América Latina repelir uma das mais nobres conquistas da humanidade.

Se as decisões da OIT representavam princípios a serem seguidos pelo Brasil, qual convenção de 1919 convinha defender? A que amparava a maternidade, ou a que restringia o trabalho feminino? Por que defender uma e rejeitar a outra se foram elaboradas de modo que ambas se complementassem?

Tais dificuldades estiveram presentes na atuação feminista nos anos que se seguiram à ascensão de Vargas, quando as ativistas alimentaram a expectativa de assegurar garantias às mulheres trabalhadoras no texto da Constituição a ser elaborada, apesar de não terem conseguido eleger uma representante à Assembleia (Lutz, 1937: 17).

A Carta de 1934 acolheu as teses das feministas da FBPF e derrubou as restrições ao trabalho feminino à noite, mas também limitou o trabalho em indústria insalubre.¹⁵ Entretanto, antes de a Constituição começar a vigorar, em 26 de abril de 1934, o governo Vargas ratificou a convenção da OIT relativa ao trabalho noturno feminino (OIT: 2016) e, em complemento, em novembro de 1935 aprovou o decreto¹⁶ pelo qual ficava proibido o trabalho feminino à noite em estabelecimentos industriais, contrariando a Constituição em vigor.

Ao assumir o seu mandato na Câmara dos Deputados em julho de 1936, Bertha Lutz criticou iniciativas do governo que cerceavam as oportunidades de trabalho disponíveis às mulheres (1937: 23):

Este decreto [o de maio de 1932], feito sem a colaboração da Mulher, embora ela reclamasse o direito de participar da sua elaboração, é indubitavelmente bem intencionado, mas deixa de corresponder a algumas das suas aspirações fundamentais.

Em primeiro lugar, adota um tom antes de proibição do que de garantia. Em seguida, é insuficiente a garantia dada à maternidade, em face do direito constitucional brasileiro e das resoluções da última Conferência Regional do Trabalho dos Estados Americanos. Amplia excessivamente o quadro das indústrias consideradas insalubres pela OIT, e não estende ao trabalhador homem, como o desejaria a sua companheira, a proteção dada à mulher.

Simultaneamente, Lutz se empenhava em regulamentar os dispositivos da Constituição que diziam respeito aos direitos das mulheres, e ao apresentar emendas ao projeto de lei criando a Justiça do Trabalho, que então se discutia na Câmara. A esse projeto, a deputada apresentou numerosas emendas, todas rejeitadas, sendo que uma delas retomava a ideia da necessária participação de mulheres na mediação de questões envolvendo trabalhadoras.¹⁷

Sobre o trabalho noturno realizado por mulheres, Lutz (1937; 21) defendia que todos os dispositivos baixados pelo governo fossem reformados porque colidiam, a seu ver, com o texto constitucional. A despeito de sua insistência, esse esforço foi em vão.

Anos depois, quando o governo Vargas se preparava para rever a legislação do trabalho em vigor no país, as feministas tentaram novamente ser ouvidas. Dessa vez, Natércia da Silveira, então integrada aos quadros do Ministério do Trabalho, participou da comissão interna que coligiu as leis em vigor.¹⁸ Apesar disso, o anteprojeto da CLT, publicado em janeiro de 1943, manteve a proibição do trabalho noturno da mulher, com exceção de alguns ofícios já exercidos por mulheres (porque os homens não os queriam): as telefonistas, as enfermeiras, as atendentes em bares e restaurantes.

Como informou o relatório da comissão responsável por redigir o anteprojeto da CLT, o Ministério recebeu uma centena de sugestões vindas de entidades civis e de juristas.¹⁹ Encontrar tais sugestões seria crucial para entender quais ideias acabaram preponderando no texto final da CLT, mas a despeito do meu esforço de pesquisa não as consegui localizá-las.²⁰ Pode-se, no entanto, perceber que o esforço para derrubar as barreiras do acesso de mulheres aos ofícios não teve êxito, porque a versão definitiva da CLT preservou a proibição do trabalho noturno à mulher, com as mesmas exceções. Observa-se uma única alteração nos dois textos: a idade mínima para as categorias autorizadas a trabalhar à noite passou de 21 anos para 18.

Igualmente contrária às propostas feministas foi a disposição da CLT de proibir o trabalho da mulher na mineração e em construções, limitando o campo de atuação das poucas engenheiras que se formavam nas universidades naqueles anos, como está disposto no artigo 387 da lei (Brasil, MTIC, 1949).

Por todos esses elementos, vê-se que, à única proibição imposta pela Constituição de 1934 – relativa ao trabalho em indústria insalubre –, a CLT acrescentou novas vedações às mulheres trabalhadoras. Confirmava-se, assim, a diferenciação de gênero no âmbito das relações de trabalho ao se admitir que mulheres exercessem preferencialmente trabalhos que constituíssem extensões dos papéis sociais femininos convencionais. Sequer a conquista do acesso a cargos públicos resistiu às mudanças institucionais que vieram com o Estado Novo.

A retórica da igualdade de oportunidades, ensaiada pelas feministas da FBPF e da ANM na primeira metade da década de 1930, esbarrou no entendimento de que havia esferas

de atuação exclusivas de homens e outras exclusivas de mulheres. Para entender como essa ideia se construiu, é necessário voltar ao debate da Constituinte em 1934, quando os parlamentares expuseram seus pensamentos sobre a participação da mulher no mundo do trabalho.

O TRABALHO POR NECESSIDADE E POR CAPRICHOS

Quando o assunto era trabalho, uma ideia percorria o debate público naqueles anos: a diferença entre as mulheres que trabalhavam por necessidade e aquelas que trabalhavam por desejo.

Nesse particular, um deputado constituinte se destacou por seu conservadorismo, antiquado até para os parlamentares mais conservadores da Assembleia. Trata-se do deputado catarinense Aarão Rebelo, que defendeu ideias de Comte e, com base no Positivismo, rejeitou o sufrágio feminino e definiu o lar como o lugar em que as mulheres deveriam permanecer. Desde a primeira década republicana não se via um homem público que usasse da palavra para se afirmar positivista, embora as representações positivistas sobre a mulher estivessem ainda bem vivas no imaginário dos articulistas da imprensa contemporânea. Ainda assim, os colegas de parlamento de Rebelo não iam ao extremo de rejeitar o sufrágio feminino como este fazia, simplesmente porque o direito de voto era uma questão superada para grande parte do Congresso Constituinte. Acompanhavam-no, entretanto, na crítica ao trabalho da mulher-mãe, ato admissível apenas por necessidade imperiosa.

A despeito de não representarem a média das opiniões na Assembleia, os discursos de Aarão Rebelo tiveram grande repercussão na imprensa, ávida por noticiar matérias caricatas e curiosas sobre os trabalhos da Constituinte. Nesse diapasão, Rebelo acusava o feminismo de causar o relaxamento dos costumes e até mesmo o desemprego, pois a falta de trabalho para os homens chefes de família resultava "da infiltração das mulheres nas atribuições dos homens" (*Anais*, vol. XIII: 187). Completava o pensamento com a máxima positivista da mãe-educadora: "Deixemos a mulher no lar, onde sempre esteve, e onde sua influência foi benéfica na educação dos filhos, na preparação das gerações futuras" (*Anais*, vol. XIII: 187).

Numerosas vezes durante a Constituinte, Rebelo defendeu que a sustentação econômica das mulheres se resolvia com o casamento. Seus colegas de plenário fizeram-no lembrar das muitas mulheres que trabalhavam por necessidade, ao que ele respondeu que estas não pleiteavam o direito de votar, sequer se preocupavam com o assunto. A demanda do voto, disse ele, partia de um grupo reduzido de mulheres, que buscavam a independência por capricho e, pior, recusavam o casamento (*Anais*, vol. XIII: 188).

Ideias deste teor foram combatidas por Natércia e Bertha, além de outras mulheres influentes. Mesmo assim, associar o trabalho à esfera de atuação masculina persistiu no tempo, como se lê no jornal *A Manhã*, veículo de divulgação dos atos do governo Vargas no Estado Novo. O articulista insiste em distinguir entre trabalho por necessidade e por vontade: “A mulher que trabalha, na grande maioria, *por necessidade*, é credora da mesma consideração que devem os homens a toda mulher, quer no seio da família, quer no ambiente da própria sociedade”.²¹

Para ser rigorosa, até mesmo os documentos elaborados pelas feministas recorrem a esse repertório de ideias. Neste trecho das representações entregues pela FBPF aos elaboradores do Anteprojeto, em fevereiro de 1934, as feministas abandonam a retórica do trabalho como fonte de autonomia feminina e justificam a mulher-mãe trabalhar em função da contingência da vida moderna:²²

Ora, todos nós sabemos que, se a mulher trabalha hoje é porque as condições econômicas do mundo (devido à revolução industrial e sequente emprego de máquinas, à guerra mundial e outros fatores) tornam de mais em mais difícil a um chefe de família, mesmo digno e esforçado, prover só a subsistência de todos os seus. Acresce ainda serem inúmeros os casos em que o trabalho feminino é o único arrimo do lar. Nenhuma mãe deixará voluntariamente os seus filhos pequenos horas a seguir, noite ou dia, senão para ganhar-lhes o pão.

Por tais razões, é incontornável examinar o trabalho feminino simultaneamente à ideia de família. Para o homem trabalhador o trabalho integra o universo do público, que se distingue das relações privadas – afetivas e familiares. Mulheres trabalhadoras, com o agravante de serem mães, não eram tratadas da mesma forma que os homens. Chegamos, então, à questão da maternidade, o principal foco de discordância entre os que opinavam sobre a participação da mulher no mercado de trabalho.

ASSISTÊNCIA À MATERNIDADE: QUEM PROVÊ?

Nos anos que se seguiram à convenção da OIT, deu-se o debate no Brasil sobre a duração do tempo de afastamento após o parto, a responsabilidade da criação de berçários para manter os bebês durante o período de amamentação e a fonte de financiamento do salário da mulher afastada do trabalho.

Vejamos inicialmente a questão da maternidade pela ótica da única deputada eleita para a Constituinte em 1933, a médica paulista Carlota Pereira de Queiroz. Eleita que foi com apoio da Liga Eleitoral Católica (coligada na Chapa Única), Carlota apoiou as pautas católicas

sobre a assistência à infância durante a Constituinte. No seu discurso inaugural, sustentou que a presença da mulher no mundo do trabalho era decorrência da mecanização da produção e dos baixos salários dos chefes de família. A tecnologia “tirou a mulher do lar e a levou para o mundo do trabalho, onde passou a colaborar com a economia” (*Ação da bancada*, 1935: 280). A saída do lar, no entanto, não era definitiva, porque o compromisso maior da mulher era com o bem-estar da prole. Na impossibilidade de a mulher assistir a criança, a exemplo da mulher operária, cabia ao Estado (e ao empregador), “amparar” as mães pobres e seus filhos.

O pensamento político de Carlota se voltava, portanto, para a proteção prioritária da criança, coerentemente com a sua visão profissional. Em 14 de abril de 1934, a deputada foi à tribuna se manifestar em defesa de assistência a “parturientes pobres e aos filhos de mães operárias, garantindo abrigo higiênico e alimentação adequada, na falta de assistência materna” (*Ação da bancada*, 1935: 441).

Outros seriam os papéis a serem assumidos pelas mulheres de classe média, a quem caberia prestar assistência social aos necessitados, em troca do direito de votar. Para a deputada Carlota, a professora, a médica, a advogada e a engenheira deveriam prestar serviço à comunidade, na forma de projetos de alfabetização e de assistência social propriamente dita (*Ação da bancada*, 1935: 442).

Especificamente sobre o tratamento à trabalhadora gestante, houve uma ampla aliança entre deputados eleitos com apoio católico, deputados classistas e deputados ligados ao tenentismo para aprovar uma emenda ao capítulo da Ordem Econômica e Social. Por fim, aprovou-se o benefício a trabalhadoras de empresas privadas, mediante igual contribuição da União, do empregador e do empregado.²³

O capítulo da Ordem Econômica foi uma inovação da Carta de 1934 (Gomes, 1986: 67) que o deputado classista e empresário Euvaldo Lodi relatou. A emenda, assinada por 60 deputados, exceto por aqueles da bancada de São Paulo, foi acolhida por Lodi, e corrigia a redação vaga do substitutivo ao mencionar a possibilidade de o benefício vir a ser estendido a trabalhadoras no serviço doméstico, por via da legislação ordinária: “Ao artigo 159, letra f. Onde se diz gestante operária, diga-se, à gestante.”²⁴

A emenda é complementada pela justificativa: “Desde que se proteja a gestante operária, por que não estender a toda mulher que trabalha a mesma proteção? A empregada doméstica, ou comercial e a trabalhadora rural, são tão necessitadas quanto a trabalhadora industrial.”

Apesar de a emenda mencionar a possibilidade de outras categorias receberem o igual benefício, coisa bastante discutida na imprensa durante a Constituinte, nenhum deputado propôs uma emenda que clara e indiscutivelmente estendesse às empregadas domésticas o direito de descanso antes e depois do parto. A julgar pela experiência das feministas da

FBPF, o que não estivesse redigido de forma explícita no corpo da Constituição, ou mesmo na legislação ordinária, constituía letra morta. Em verdade, viu-se que nem mesmo os direitos previstos na Carta estavam assegurados, e sua efetiva implementação exigia mobilização política permanente dos interessados, coisa que dificilmente a ampla, mas desarticulada categoria das domésticas, poderia levar adiante.

A partir da experiência dos católicos na Constituinte, restou a imagem de duas esferas de atuação das mulheres: numa delas, as mulheres de classe média podiam fazer jus a direitos, mediante o compromisso com o bem-estar coletivo; noutra, as mulheres pobres eram objeto de proteção e de assistência paternalista.

Essa forma de pensar ressurgiu vigorosamente no esforço da Igreja Católica de interferir na formulação das leis do trabalho, já avançando na fase abertamente autoritária de Vargas. Em 1941, o Instituto de Direito Social, uma entidade ligada à Igreja, reuniu juristas à nata das autoridades do Ministério do Trabalho para discutir a doutrina social católica (*Anais do Primeiro Congresso*, 1943).

Salta aos olhos a ausência de teses específicas sobre o trabalho feminino entre as discutidas no congresso de 1941. Comenta-se a mulher trabalhadora apenas nas teses da comissão de assistência social, e nelas a infância desassistida é atribuída à família desajustada e principalmente às mães sem capacidade moral e formação doméstica. Mais uma vez, recupera-se a ideia de que o trabalho da mulher-mãe é uma consequência danosa dos baixos salários dos chefes de família, e de que a assistência social é uma tarefa moral das mulheres de classe média.²⁵

Do Congresso de 1941, surgiram teses aproveitadas pela comissão responsável por redigir a CLT dois anos depois, conforme sustentou um de seus integrantes (Sussekind, 1993: 120). Com exceção da proposta de se criarem sindicatos confessionais, tão repetida durante o Congresso e que não foi acatada pelo governo Vargas, percebe-se haver muitos pontos em comum entre as propostas então discutidas e o texto final da CLT, no que concerne ao trabalho do menor e à assistência à maternidade. Por exemplo, durante o Congresso, defendeu-se que a oferta de creche para abrigar os bebês em fase de amamentação devesse ser um compromisso moral do empregador. Já no texto da CLT, as empresas que empregassem mais de 30 mulheres em idade fértil seriam obrigadas a prover um local para abrigar as crianças de nutrizas, até seis meses de idade.²⁶ Entretanto, a oferta de serviço de educação pré-escolar, necessária para as crianças com mais de seis meses, é tratada como um gesto benemérito do empregador, a ser premiado e reconhecido pela autoridade pública.²⁷ Não consistia em uma obrigação. Aliás, tampouco se atribuiu ao Estado a obrigação de prover escolas integrais para crianças em idade pré-escolar, em âmbito nacional. Para a mulher se manter no mercado, quem haveria de cuidar de seus filhos após o período de amamentação?

No lado dos empregadores, não faltaram oportunidades para negociar apoio do Estado a fim de cumprir as exigências constitucionais de assistência ao trabalhador. No início dos anos 1940, estava em discussão nos corredores dos ministérios a criação do sistema de capacitação da mão de obra industrial, contando, inclusive com a participação de Euvaldo Lodi nas comissões ministeriais (Leme: 1978: 154ss). Estipulou-se que as unidades fabris tivessem refeitórios para os operários, mas não se cogitou implantar creches. Em verdade, sugere Barbara Weinstein, os industriais contornaram os custos de licenças-maternidade contratando mulheres apenas para posições temporárias e de baixa qualificação (Weinstein: 1997: 94).

Ainda assim, em claro discurso em prol da natalidade, Vargas dirigira-se à nação pelo rádio no Natal de 1939, quando conclamou empregadores e entidades privadas a colaborar com o Estado, movidos pelo sentimento filantrópico, numa campanha em prol da assistência à mulher no momento da maternidade e às crianças em fase de amamentação.²⁸ Claramente, o discurso do presidente sugeria que as mães contariam com a boa vontade dos empregadores de oferecer escolas aos filhos em idade pré-escolar.

A alternativa habitual à falta de tais escolas era recorrer a formas improvisadas de assistência a crianças pequenas, como atribuir a filhas mais velhas e a vizinhas a responsabilidade dos cuidados. Sempre houve, porém, a possibilidade de a mulher deixar o mercado de trabalho formal e ganhar a vida nas ocupações semidomésticas costumeiras.

ASSISTÊNCIA À MATERNIDADE: QUEM PAGA?

O tema discutido na seção anterior nos leva ao último item a ser examinado neste artigo: a questão da origem dos recursos necessários para financiar a licença-maternidade. Ainda em 1934, durante os debates sobre o capítulo da Ordem Econômica e Social, houve muita controvérsia em torno do custo da assistência ao trabalhador. Deputados empresários, como Horácio Lafer, discursaram contra a oneração do trabalho, alertando para possíveis efeitos adversos aos interesses dos próprios trabalhadores, inclusive o aumento do desemprego (*Ação da bancada*, 1935: 365).

Apesar de seu discurso ter sido vivamente contestado pelos deputados socialistas, Lafer obteve apoio da bancada de São Paulo para conter a proposta de auxílio-desemprego, apresentada pelos deputados do Partido Autonomista e deputados classistas.

Em 13 de abril de 1934, o deputado fluminense João Guimarães apresentou uma emenda que foi a base do acordo das lideranças das grandes bancadas e dos líderes da maioria, tendo sido acolhida quase na íntegra pelo relator do capítulo, o deputado Euvaldo Lodi.²⁹

Além do dispositivo em favor da licença maternidade, já comentado, outro artigo da Carta de 1934 previu a destinação de 1% das receitas de arrecadação fiscal da União, Estados e Municípios para atender aos serviços públicos a serem criados com tal propósito. Com base nisso, o governo Vargas criou, no âmbito do Ministério da Saúde, uma divisão de Assistência à Maternidade e à Infância, a fim de executar políticas para este fim, conduzidas por médicos.

Os dispositivos constitucionais, somados às políticas públicas correspondentes, não atendiam plenamente às expectativas das feministas da FBPF, a defender que as mulheres tivessem voz ativa na definição e na condução de políticas voltadas para a maternidade. Durante o exercício do mandato parlamentar, como já se comentou, Bertha Lutz apresentou projetos com o propósito de instituir políticas públicas de alcance federal para a infância e a maternidade, sob a coordenação feminina.

Ao longo do ano legislativo de 1937, Lutz esteve à frente da Comissão Especial do Estatuto da Mulher, cuja finalidade era elaborar projetos visando a regulamentar matérias relativas a direitos das mulheres no texto da Constituição. Com muita insistência, a deputada Lutz defendeu a necessidade de se criar um sistema de "Seguro Maternal", a ser administrado pelo Estado. O seguro seria custeado pelos empregadores e pelos empregados, e seria administrado por um órgão de alcance nacional a ser criado: o Departamento da Mulher e da Infância, onde as mulheres teriam proeminência.³⁰

A Comissão do Estatuto da Mulher debateu o assunto intensamente e, ao fim, o relator da matéria, deputado Prado Kelly, e a deputada Carlota Queiroz abandonaram os trabalhos da comissão, por discordarem da posição de Lutz. Ambos apoiavam a ideia de se criar um sistema de "amparo" às mães trabalhadoras, como defendia Carlota, contanto que fosse conduzido por médicos e administrado pelos quadros do Ministério da Educação e Saúde.

Já Bertha defendia a criação de escolas de serviço social, mirando-se nas agências estatais dos Estados Unidos, de modo que tais profissionais conduzissem a política de assistência à maternidade e à infância. Os médicos, inexistentes nos quadros da FBPF, desempenhariam papel complementar. Tais ideias eram inadmissíveis para a médica Carlota, ciosa do espaço de poder da sua categoria profissional. Além do mais, Lutz defendia a supervisão pública de entidades caritativas que recebessem subvenção do Estado, outro ponto de divergência irreconciliável com Queiroz.

A movimentação política ocorrida na primeira metade da década de 1930 reuniu esforços em prol da maternidade da mulher empregada na indústria, excluindo as demais trabalhadoras ainda na informalidade, a exemplo das empregadas domésticas. Havia, porém, uma consequência adversa que muitos eram capazes de prever: o impacto da proteção à maternidade sobre a empregabilidade das mulheres (Sussekind, 1993).

É certo que a partir de 1943 o empregador não podia mais demitir uma mulher por motivo de casamento, mas não era obrigado a empregá-la. Apenas nos governos militares, na década de 1970, o custo do benefício da maternidade passou à responsabilidade do sistema de Previdência Social. Conforme comentou o jurista Arnaldo Sussekind (1993: 121), “a maior fonte de discriminação do trabalho feminino, antes, era a obrigação do empregador pagar diretamente o salário-maternidade”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A falta de oportunidades profissionais representava uma grande dificuldade para as mulheres alcançarem maior autonomia econômica, especialmente as que estivessem formalmente vinculadas a um homem pelo matrimônio. As restrições impostas pela instituição do casamento as impediam de se beneficiar dos avanços dos direitos sociais, quer dizer, da legislação trabalhista, uma vez que as mulheres casadas não eram consideradas capazes de acionar a Justiça sem a anuência do marido. Na hipótese extrema, o próprio exercício de atividade profissional remunerada estava submetido ao arbítrio do cônjuge, capaz, legalmente, de impedir a mulher de atuar profissionalmente.

Esses entraves foram superados no ciclo decisório que teve início em 1930, a partir da ascensão de Vargas ao poder, completando-se com a sistematização das leis trabalhistas em 1943. Nesse período, o trabalho feminino motivou forte debate público em torno de grandes questões: a conveniência de proteger a maternidade e a forma de fazê-lo, a condução política do serviço de assistência social à maternidade e à infância, além da conveniência de se restringir o acesso de mulheres a ofícios considerados perigosos ou contrários à natureza feminina.

O artigo examina os principais momentos desse debate, além dos argumentos levantados por defensores e opositores da maior integração da mulher no mercado de trabalho. Conclui-se que essa integração foi lenta e parcial, por não ter sido acompanhada por um compromisso social de tornar a maternidade e os cuidados com as crianças em idade pré-escolar uma responsabilidade pública.

NOTAS

1 Segundo apurado em 1939, em comparação com os 259.575 homens associados a sindicatos de empregados, havia apenas 25.385 mulheres [Brasil. IBGE. Anuário Estatístico do Brasil, 1939-1940: 707].

2 A se considerar os trabalhadores empregados na indústria de transformação desprovidos de diploma (i.e., de baixa escolaridade), e com mais de 10 anos de idade [Brasil. Recenseamento de 1940 (1950), Série Nacional, Vol. II, Tabela 29].

3 A FBPF surgiu em 1918, no Rio de Janeiro, com o nome de Liga para a Emancipação Intelectual da Mulher. Em agosto de 1922 foi reformulada em seus propósitos e assumiu a denominação definitiva, com a qual perdurou até o início dos anos 1970. Bertha Lutz, Jerônima Mesquita, Maria Eugênia Celso, Mirtes Campos e outras ativistas estiveram associadas à entidade feminista desde o início de suas atividades.

4 Sugestões encaminhadas pela FBPF aos Constituintes em 5 de fevereiro de 1934 [1933/1934, lata 895, maço 4, pasta 3; Arquivo da Câmara dos Deputados].

5 Natércia da Silveira: advogada, nascida no Rio Grande do Sul em 1905. Mudou-se para o Rio de Janeiro em 1930 e apoiava Getúlio Vargas. Ingressou na FBPF, mas logo se desentendeu com Bertha Lutz, deixando a organização para criar a sua própria entidade feminista, a Aliança Nacional de Mulheres. A partir de 1931, passou a integrar o Ministério do Trabalho, onde fez carreira administrativa.

6 *O País*, 23/2/1934, p. 2.

7 Ver nota 4.

8 Art. 121, § 3º da Constituição de 1934: Os serviços de amparo à maternidade e à infância, os referentes ao lar e ao trabalho feminino, assim como a fiscalização e a orientação respectivas, serão incumbidos de preferência a mulheres habilitadas. Art. 168: Os cargos públicos são acessíveis a todos os brasileiros, sem distinção de sexo ou estado civil, observadas as condições que a lei estatuir.

9 Organização Internacional do Trabalho (2016), Convenções ratificadas pelo Brasil.

10 A hora é das mulheres, *A Noite*, 27/12/1920, p. 6.

11 Idem.

12 Decreto-lei nº 21.417-A, de 17 de maio de 1932.

13 *Diário Oficial da União*, Suplemento ao n. 3, 5/1/1943, p. 2.

14 Representação nº 47/1927, 12/12/1927, p. 3.

15 Art. 121 da Constituição de 1934: A lei promoverá o amparo da produção e estabelecerá as condições do trabalho, na cidade e nos campos, tendo em vista a proteção social do trabalhador e os interesses econômicos do país. (...) d) proibição de trabalho a menores de 14 anos; de trabalho noturno a menores de 16, e em indústrias insalubres, a menores de 18 anos e a mulheres.

16 Decreto n. 423, art. 3º, de 12/11/1935.

17 *Diário do Poder Legislativo*, 7/8/1937, pp. 37.617ss.

18 Boletim do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, abril de 1940, p. 71.

19 *Diário Oficial*, Seção I, Suplemento, 5/1/1943, p. 3.

20 Instituições investigadas: Arquivo Nacional – Rio de Janeiro, Arquivo Nacional – Brasília, Ministério do Trabalho – Brasília.

21 *A Manhã*, 22/8/1941, p. 6.

22 Sugestões encaminhadas pela FBPF aos constituintes em 5 de fevereiro de 1934. [1933/1934, lata 895, maço 4, pasta 3; Arquivo da Câmara dos Deputados]

23 Anais da Assembleia Constituinte, vol. XIX, p. 306ss.

24 *Diário da Assembleia Nacional (Suplemento)*, 6/5/1934, p. 75.

- 25 Guiomar Urbina Teles, Desenvolvimento do Serviço Social em São Paulo, in *Anais do Primeiro Congresso de Direito Social*, 1943, p. 235.
- 26 Decreto-lei, n. 5.454, 1/5/1943, art. 389, Parágrafo único.
- 27 Decreto-lei, n. 5.454, 1/5/1943, art. 399.
- 28 *Correio da Manhã*, 27/12/1939, p. 3.
- 29 *Diário da Assembleia Nacional*, Suplemento, 14/4/1934, pp. 99-100.
- 30 Projeto 623/1937.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

A HORA é das mulheres. Os direitos da mulher e a Liga das Nações. Uma palestra interessante com a senhorita Bertha Lutz, secretária do Museu Nacional. *A Noite*, 27/12/1920, p. 6.

Ação da bancada paulista "Por São Paulo Unido" na Assembleia Constituinte. O programa da Chapa Única e a nova Constituição. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1935.

ALBERTI, Johanna. *Beyond suffrage. Feminists in war and peace, 1914-1928*. London: The MacMillan Press, 1989.

BRASIL. *Boletim do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio*. Nº 68 (abr/1940). Ano VI. Rio de Janeiro: Serviço de Estatística, 1940.

_____. *Boletim do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio*. Nºs 102 (fev/1943), 103 (mar/1943), 104 (abr/1943). Ano IX. Rio de Janeiro: Serviço de Estatística, 1943.

BRASIL. Câmara dos Deputados. *Anais da Assembleia Nacional Constituinte*, vol. XII. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1935.

_____. *Diário da Assembleia Nacional* (Suplemento), nº 97, 6/5/1934.

_____. *Diário do Poder Legislativo*, 21/7/1937, 29/10/1937.

_____. Deputada Bertha Lutz, Projeto nº 623/1937.

BRASIL. IBGE. *Anuário Estatístico do Brasil, 1939-40*. Rio de Janeiro: Conselho Nacional de Estatística, 1940.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Diretoria Geral de Estatística. *Recenseamento Geral do Brasil*. Realizado em 1 de setembro de 1940. Série Nacional, vol. II. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do IBGE, 1950.

BRASIL. Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. *Anais do Primeiro Congresso Brasileiro de Direito Social – São Paulo, Instituto de Direito Social*. Rio de Janeiro: Serviço de Estatística da Previdência e Trabalho, 1943. 4 vol.

_____. *Legislação trabalhista. Consolidação das Leis do Trabalho*. 3ª ed. Rio de Janeiro: A. Coelho Branco, 1949.

BRASIL. Senado Federal. *Representação nº 47/1927*.

BOLT, Christine. *Sisterhood questioned? Race, class, and internationalism in the American and British women's movements, c. 1880s-1970s*. New York: Routledge, 2004.

Decreto-lei nº 3.078, de 27/2/1941. Disponível em: < <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decllei/1940-1949/decreto-lei-3078-27-fevereiro-1941-413020-norma-pe.html> > Acesso em 18/4/2016.

Diário Oficial, Suplemento, 5/1/1943.

GOMES, Ângela C. Confronto e compromisso no processo de constitucionalização (1930-1935). In: FAUSTO, B. (dir.). *História geral da civilização brasileira*. Tomo III, 3ª vol. São Paulo: Difel, 1986.

_____. Silêncio e orações: as relações Estado, Igreja e classe trabalhadora no Brasil no pós-34. *Religião e Sociedade*, ISER/CER, 14/2, 1987, pp. 88-111.

_____. & SILVA, Fernando T. da (org.). *A Justiça do Trabalho e sua história: os direitos dos trabalhadores no Brasil*. Campinas: Editora da Unicamp, 2013.

KESSLER-HARRIS, Alice. The paradox of motherhood: night work restrictions in the United States. In: WIKANDER, Ulla; KESSLER-HARRIS, Alice & LEWIS, Jane (ed). *Protecting women: labor legislation in Europe, the United States, and Australia, 1880-1920*. Illinois: University of Illinois Press, 1995.

LEME, Marisa Saenz. *A ideologia dos industriais brasileiros (1919-1945)*. Petrópolis: Vozes, 1978.

LUTZ, Bertha. *O trabalho feminino. A mulher na ordem econômica e social*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1937.

MARQUES, T.C.N. Entre o igualitarismo e a reforma dos direitos das mulheres: Bertha Lutz na Conferência Interamericana de Montevideú, 1933. *Estudos Feministas*, v. 21, n. 3, 2013.

_____. & MELO, H. Os direitos civis das mulheres casadas no Brasil entre 1916 e 1962. Ou como são feitas as leis. *Estudos Feministas*, v. 16, n. 2, 2008.

MEIRELES, Cecília. O trabalho feminino no Brasil. *O Observador Econômico & Financeiro*, nº 17, 1937.

_____. O trabalho feminino no Brasil. *O Observador Econômico & Financeiro*, n. 42, julho/1939.

_____. Cenas do trabalho feminino. *O Observador Econômico & Financeiro*, n. 50, março/1940.

O Presidente Getúlio Vargas falou à Nação na noite de Natal, *Correio da Manhã*, 27/12/1939, p. 3.

Organização Internacional do Trabalho (OIT). *Convenções ratificadas pelo Brasil*. Disponível em: <<http://www.oitbrasil.org.br/convention>> Acesso em: 6/6/2016.

REBELO, Aarão. Discurso, *Anais da Assembleia Nacional Constituinte, 1933-1934*. Vol. XIII, pp. 175-190.

REPRESENTAÇÕES da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino à Assembleia Nacional, 5/2/1934 a 6/5/1934 [Arquivo da Câmara dos Deputados; 1933/1934, l.895, m. 4, p. 3].

RUPP, Leila J. *Worlds of women. The making of an International Women's Movement*. Princeton: Princeton University Press, 1997.

SAFFIOTI, Heleieth B. *A mulher na sociedade de classes. Mito e realidade*. Petrópolis: Vozes, 1976.

SOIHET, Rachel. *O feminismo tático de Bertha Lutz*. Florianópolis: Editora Mulheres, 2006.

SUSSEKIND, A. Entrevista com Arnaldo Sussekind. *Estudos Históricos*, v. 6, n. 11, 1993, pp. 113-127.

TODARO, Margaret P. *Pastors, prophets and politicians: a study of the Brazilian Catholic Church, 1916-1945*. Tese de Doutorado: Columbia University, 1971.

WEINSTEIN, Barbara. Unskilled workers, skilled housewife. Constructing the working-class woman in Sao Paulo, Brazil. In: FRENCH, John & JAMES, Daniel (ed.). *Gendered worlds of Latin American women workers*. Durham: Duke University Press, 1997.

WIKANDER, Ulla; KESSLER-HARRIS, Alice & LEWIS, Jane (eds.). *Protecting women: labor legislation in Europe, the United States and Australia, 1890-1920*. Urbana, IL: University of Illinois Press, 1995.

*PEDRO MANETA E O CONCURSO LITERÁRIO
PROMOVIDO PELO MINISTÉRIO DO TRABALHO
INDÚSTRIA E COMÉRCIO EM 1942*

*Pedro Maneta and the literary contest held by the
Ministry of Labor, Industry and Commerce in 1942*

ADRIANO LUIZ DUARTE

<http://dx.doi.org/10.1590/S2178-14942016000300007>

Adriano Luiz Duarte é mestre em Sociologia pela Universidade de São Paulo, doutor em História Social pela Universidade Estadual de Campinas, e professor do Departamento de História da Universidade Federal de Santa Catarina (adrianold@uol.com.br).

Artigo recebido em 18 de julho e aprovado para publicação em 7 de outubro de 2016.

RESUMO

O presente artigo tem o objetivo de analisar o romance *Pedro Maneta*, premiado no primeiro concurso nacional de romance e teatro promovido pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio em 1942. Refletindo sobre a relação entre história, literatura e sociedade, o estudo toma o romance, simultaneamente, como produto e produtor do seu tempo e contexto. Assim, coloca em foco o Estado Novo e a centralidade adquirida pelo mundo do trabalho no momento de seu ápice, ao mesmo tempo em que seu fim se anunciava.

PALAVRAS-CHAVE: trabalho, literatura, Estado Novo, Segunda Guerra Mundial.

ABSTRACT

This paper intends to analyze the novel *Pedro Maneta*, that won the first national contest of novels and plays promoted by the Ministry of Labor, Industry and Commerce in 1942. Reflecting on the relation between history, literature and society, it takes the novel both as a product and a producer of its time and its context. Thus, the paper focuses on the *Estado Novo* and the central role played by the world of labor at the apex of this political regime, at the same time it foreshadowed its end.

KEYWORDS: labor, literature, *Estado Novo*, World War II.

RÉSUMÉ

Cet article analyse le roman *Pedro Maneta*, qui a reçu le premier prix du concours littéraire et théâtral national organisé par le Ministère du Travail, de l'Industrie et du Commerce en 1942. En réfléchissant sur la relation entre histoire, littérature et société, l'article considère le roman simultanément comme produit et comme producteur de son temps et de son contexte. Ainsi, il met en évidence l'*Estado Novo* à son sommet, quand le monde du travail occupait la place centrale, alors même que la fin du régime s'annonçait.

MOTS-CLÉS: travail, littérature, *Estado Novo*, Deuxième Guerre Mondiale.

Ainda que seja possível, ao estudar o passado, isolar os aspectos específicos da vida como se fossem únicos e independentes, é óbvio que isso é apenas o modo em que podem ser estudados, não como foram vivenciados. Examinamos cada elemento como um precipitado, mas na experiência vivida do tempo, cada elemento estava em solução, era uma parte inseparável de um todo complexo. E parece ser certo, pela natureza da arte, que o artista retrata essa totalidade, que é na arte, principalmente, que o efeito total da experiência vivida é incorporado e expresso (Williams, 1987: 18).

O CONCURSO

Em 12 de fevereiro de 1942, a portaria nº 794, assinada pelo ministro do Trabalho Indústria e Comércio, instituiu o Concurso Nacional de Romance e Comédia para operários.¹ A iniciativa deu início a uma série de promoções culturais e esportivas dirigidas aos trabalhadores que culminaram na criação, em setembro de 1943, do Serviço Nacional de Recreação Operária, o qual, por sua vez, promoveria os concursos da canção e da cartilha do trabalhador, excursões, torneios de futebol e sessões de cinema.² O concurso de 1942 foi parte de uma série de ações que se desdobrariam até 1945 e deve ser pensado como componente fundamental do que se denominou a *invenção do trabalhismo*, a assunção de que a simples força da repressão e do controle direto estariam com seus dias contados (Gomes, 1988). Desde dezembro de 1941, Alexandre Marcondes Filho era o ministro do Trabalho. De um lado, sua gestão representou o ápice do projeto estadonovista, com um forte empenho em definir e controlar os meios através dos quais seriam discutidos os problemas relacionados à organização da produção e do trabalho. De outro lado, o envolvimento de todo o continente com a guerra, a partir de dezembro de 1941, evidenciou os limites desse projeto e colocou no horizonte o seu fim. As ações relativas aos trabalhadores e ao mundo do trabalho assumiram aspectos centrais na redefinição do próprio regime, expressa, a partir de junho de 1942, com o acúmulo por Marcondes Filho dos Ministérios do Trabalho e da Justiça.

O Concurso Nacional de Romance e Comédia foi aberto para todos os interessados; a linguagem deveria ser simples, para tornar-se “acessível aos meios proletários”, mas sem perda de um “alto padrão estético e educativo”. Os problemas abordados deveriam ter um claro

sentido construtivo de um “sadio otimismo e animação das virtudes humanas”. Os originais seriam enviados, com pseudônimo, para a sede do MTIC e seriam recebidos até 1º de setembro de 1942. O romance vencedor seria publicado em edição popular e distribuído para todos os sindicatos do território nacional. Seriam impressos dez mil exemplares de um livro reunindo os vencedores nas duas categorias: romance e teatro; além destes, seriam impressos outros mil exemplares em papel *vergé*, sendo os dois primeiros marcados com as letras A e B e os 98 seguintes numerados de 1 a 98 e colocados fora de circulação; embora não se especificasse sua destinação, supõe-se que tenham sido distribuídos pelo Ministério.

O concurso previa três prêmios: o primeiro lugar receberia 20 mil contos de réis; o segundo e terceiro, 5 mil cada um. Além dos prêmios em dinheiro, haveria também três menções honrosas para cada categoria, traduzidas em medalhas de ouro. Todos os prêmios homenageavam os responsáveis pela construção e consolidação do MTIC: o primeiro prêmio, na categoria romance, Getúlio Vargas; na categoria teatro, Darcy Vargas. Os segundo e terceiro prêmios, respectivamente, Lindolfo Collor e Salgado Filho, Agamenon Magalhães e Waldemar Falcão. As medalhas de ouro homenageariam os seis institutos de aposentadoria e pensões: dos bancários, comerciários, estivadores, industriários, marítimos e transportadores de carga.³

Em 24 de agosto de 1942, uma nova portaria tornou pública a comissão julgadora, constituída por 11 membros: Oswaldo Orico e Viriato Corrêa, indicados pela Academia Brasileira de Letras; Mário Nunes e Rafael Barbosa, pela Associação Brasileira de Imprensa; Benjamin Lima e José Lins do Rego, pelo Sindicato Nacional de Empresas Editoras de Livros e Publicações Culturais; Luiz Peixoto e Henrique Pongetti, pela Sociedade Brasileira de Autores Teatrais; e finalmente A. G. de Oliveira Neto e Brígida Timóteo, indicadas pelo gabinete do MTIC para secretariar cada uma das duas comissões, cuja presidência caberia ao próprio ministro.⁴

Paulo Lício Rizzo foi o vencedor com o romance *Pedro Maneta*. Rizzo nasceu em Campinas em 23 de outubro de 1922, filho do pastor presbiteriano Miguel Rizzo e de Maria Lício Rizzo. *Pedro Maneta* foi escrito em dez dias, durante as férias escolares de julho, enquanto ajudava na escola dominical da congregação, no bairro paulistano da Mooca. Entre 1942 e 1946 Rizzo cursou a Faculdade de Teologia da Igreja Presbiteriana do Brasil, em Campinas, e em janeiro de 1946 foi ordenado ministro. Quatro meses depois, seguiu para o Seminário Presbiteriano de Princeton, para aprimorar sua formação. Atuou como jornalista editando o periódico bimestral *Aurora Evangélica*, dirigido à comunidade de língua portuguesa da cidade de New Bedford, onde também foi pastor na Christ Presbyterian Church. Em 1948 e 1949 trabalhou na Escola de Línguas do Exército estadunidense, na Califórnia.⁵ Em 1950, a família Rizzo retornou ao Brasil. Paulo Rizzo foi pastor da Igreja Presbiteriana Filadélfia até sua morte prematura em 1957, aos 34 anos.⁶

O ROMANCE

O enredo de *Pedro Maneta* está centrado na vida da família Martinez, de 1910, quando esta deixa a Espanha, ao início dos anos 1940, quando finalmente seus direitos sociais são reconhecidos pelo Estado Novo. Em São Paulo, a família instala-se no bairro operário da Mooca, onde as moradias eram mais baratas e as fábricas têxteis cada vez mais numerosas. Aos 40 anos, João, um tecelão muito experiente, começava vida nova no Brasil.⁷ A trama começa, de fato, no início dos anos 1920, quando seu filho Pedro, aos dez anos de idade, é levado pelo pai para trabalhar como aprendiz de tecelão. Os Martinez não eram exceção, a proletarização era uma experiência que envolvia toda a família; era comum que todos os membros trabalhassem na mesma fábrica, de tal modo que as ações e comportamentos de uns afetavam todos os demais. Assim, a experiência fabril tornava-se uma referência para todo o núcleo doméstico e um balizamento para a constituição da identidade tanto individual quanto coletiva.⁸

O recorte temporal feito pelo romance destaca as transformações operadas na sociedade brasileira entre os anos 1920 e 1940. Esse eixo divide o romance em duas partes simétricas: de um lado, ausência de direitos; de outro, sua realização supostamente plena. Assim, o romance problematiza um amplo conjunto de temas acerca da sociedade brasileira desde o advento da República: as políticas imigratórias; a intricada composição étnico-cultural da sociedade; as relações de trabalho, com seus complexos jogos de força; as multifacetadas e difíceis relações entre trabalhadores nacionais e estrangeiros; as relações entre patrão e empregado; o papel da representação política; os dilemas econômicos; os impasses sociais acerca da modernidade; a tessitura do sistema corporativo e suas várias ambiguidades entre campo e cidade; os percalços para a constituição do “homem novo”; as várias faces da cultura popular entravando ou potencializando o advento do progresso. Cada personagem é construído com características universalizadoras capazes de retratar, simbolicamente, os dissabores da sociedade liberal brasileira, que a construção do Estado Nacional viria resgatar.

TRABALHO E MUNDO DO TRABALHO

Os irmãos Martinez haviam começado a vida como operários têxteis ainda em Barcelona; contudo, Augusto, aos poucos, fora se distanciando da fábrica e, aproveitando a presença de parentes na Argentina, contrabandeava peles de carneiro e sementes de cebola. Insatisfeito com esse “comércio”, João tomou a decisão de confrontar o irmão perguntando quando afinal sairiam os dois em busca de emprego. “Que arranjar emprego, que nada! Nós

vamos ganhar dinheiro comerciando” (p. 18), disse o irmão. João respondeu lamentando que havia muito tempo não tecia.

– Ora tecer! Com os ordenados que dão por aí... E depois, além de ser difícil um lugar, aqui não há fábricas de caxemiras. Você precisa aprender a lidar com algodão e juta. Coisas baixas! (...) quanto ganhamos neste meio mês de vida? 250\$000... São 500\$00 em um mês... Quando ganharíamos isso na fábrica? (p. 18).

Entretanto, João Martinez, “operário com coração de aço” (p. 19), recusou a proposta de se tornar “comerciante”. Sempre fora operário e somente assim era capaz de perceber seu lugar no mundo. João acabou expulsando Augusto de casa, usando palavras exemplares que norteariam o futuro de Pedro: “Eu pagarei minhas dívidas, suando. Crescerei com dinheiro limpo (...) Dinheiro! Vocês só querem saber disso! Eu trabalharei. E depois: *no tira el mucho dinero la mancha de la verguena*” (p. 19-20). João era um homem com princípios morais incontornáveis, cuja orientação básica era “obedecer aos superiores” (p. 24), princípio que Pedro herdaria, como se fosse uma característica genética, tanto quanto a habilidade como tecelão. Pedro foi exposto a duas alternativas claras: o orgulho operário do pai e o desejo de evasão da condição operária, através da ascensão social, do tio. Pedro Martinez tinha então dez anos de idade, mas a lição do pai o marcaria para sempre e determinaria sua relação com o trabalho fabril.

Pedro foi levado à Silva & Sales pelo pai em agosto de 1910, aos dez anos, e seu primeiro dia de trabalho foi descrito como uma tortura interminável: “aquela manhã fora um suplício horrível (...) as quatro horas de prisão sem fazer quase nada (tudo o que fazia achavam que estava errado), as risadas dos colegas e do próprio mestre, como essas coisas o deprimiam” (p. 26). Tudo pareceu pior quando Pedro se recordou da noite anterior em que dormira na “cama gostosa, alta e quente de seus pais” (p. 24), afundando a cabeça nos “travesseiros de fronhas claríssimas e bem bordadas” (p. 24). Ao longo do dia, a única coisa em que conseguia pensar era nos “seus planos de fuga arquitetados em momentos de revolta durante as horas de trabalho” (p. 29). Quando voltou para casa, não contou aos pais nenhuma das agruras do dia; ao contrário, inverteu completamente a lógica da jornada e transformou em vitórias todas as pequenas derrotas e humilhações que sofrera. Essa mesma inversão orientou o comportamento de João Martinez, que não contou ao filho que conseguira apenas um emprego como faxineiro numa fábrica próxima à Silva & Sales. Assim, a infelicidade da condição operária no chão da fábrica foi mascarada por ambos. Talvez pelo orgulho operário, talvez pela teimosia espanhola.⁹

Catorze anos depois, em 1924, Pedro se tornou mestre na Silva & Sales, onde teve a oportunidade de mostrar seus dons para o comando e a liderança sobre os operários, obtendo

o respeito dos chefes e dos colegas. No mês de julho, São Paulo, mais especificamente a zona leste da cidade – onde se encontrava a maior concentração fabril – fora devastada pelos confrontos entre rebeldes e legalistas. As fábricas foram devastadas e por mais de 20 dias as máquinas ficaram paradas e a população, quando pôde, fugiu para áreas mais seguras da cidade.

Terminado o conflito, os operários retomaram a rotina e foram informados pelo Sr. Mendonça, um dos proprietários da Silva & Sales, que os 20 dias parados no mês de julho não seriam pagos; o máximo que a empresa oferecia era uma ajuda proporcional aos salários. Se quisessem receber o salário no mês seguinte, os operários precisariam deixar a fábrica em condições de funcionar. “Ninguém tugiou nem mugiu” (p. 33), apenas Pedro Martinez, em nome dos operários, perguntou qual seria a proporção da ajuda oferecida; mas a isso o patrão respondeu que só saberiam depois de a fábrica estar em ordem. Sobre a vontade do patrão não cabia discussão! Pedro organizou e dirigiu os trabalhos de remoção dos entulhos, do ferro retorcido, do conserto dos buracos nas paredes etc.

Por semanas os operários estiveram envolvidos na remoção do entulho. Encontrava-se de tudo: cartuchos detonados, baionetas, fuzis, estilhaços de granadas. Numa tarde, um dos operários começou a desencavar o que parecia ser uma das máquinas da fábrica e encontrou um pedaço de tira de aço azul, “encaixada num pequeno talho de ferro fundido” (p. 38); parecia uma laranja com uma pequena argola. Decidido a desenterrar a “máquina”, tentou puxá-la pela argola, mas a ação não surtiu efeito. Continuou cavando e “notou uns gomos quadrados na parte de ferro” (p. 38). Embora fosse um operário experiente, não conseguia identificar aquela máquina, apoiou a chave inglesa entre as gretas dos gomos e forçou. Para facilitar seus movimentos, ajoelhou-se e com a mão direita segurou a peça enquanto com a esquerda escavava o entulho à sua volta. De repente, alguém gritou: “é uma granada, vai explodir!” O operário que cavava ficou estático, os outros correram. Sem pestanejar, Pedro pegou o artefato com a mão direita e o jogou sobre os entulhos. Um forte estrondo sacudiu a fábrica e uma espessa nuvem de calíça cheirando a pólvora obscureceu tudo. Quando a calígem baixou, os operários viram uma poça de sangue que tingia os monturos imundos junto à parede, e o corpo de Pedro Martinez sem o braço direito.

O acidente representou uma clivagem no romance. A perda do braço foi o momento de inflexão que colocou em cena a dimensão do desamparo e da desesperança às quais estavam submetidos os operários fabris de São Paulo e, por extensão, do Brasil. O acidente catalisou o mundo privado das relações familiares e dos afetos e o mundo público da experiência fabril. A terceira visita recebida por Pedro na Santa Casa de Misericórdia foi a de sua noiva Julieta (as anteriores haviam sido as do pai e do Dr. Juca Brito), que sem delongas terminou o noivado, tornando ainda mais penosa a sua recuperação. Sem amparo legal, a perda do braço jogou

Pedro na incerteza; sem recursos materiais e sem sua noiva, ele cogitou, por diversas vezes, o suicídio.

A precariedade da vida operária se revelou em toda a sua crueza depois do acidente. Pedro, cujo salário era de 200 mil réis mensais, conseguira guardar, ao longo de dez anos, a irrisória quantia de 600 mil réis. Sem garantia de emprego e sem direitos trabalhistas, esse montante se esgotou rapidamente. Os operários da Silva & Salles encaminharam um abaixo-assinado para o Sr. Mendonça, pedindo uma indenização para o mestre Pedro. Como o patrão não se dignou a responder, ameaçaram uma paralisação, a primeira greve na história da fábrica. O empresário argumentou que já pagara as despesas com a Santa Casa de Misericórdia; os operários não cederam. Então, “generosamente”, ele ofereceu um mês de salário como ajuda; os operários recusaram, e Mendonça elevou a sua oferta a 400 mil réis, exatos dois meses de salário. Os operários organizaram também uma cotização que alcançou 323 mil réis, para a compra de um braço.

O trabalho e o mundo do trabalho são tão centrais na narrativa de *Pedro Maneta* que, passados cinco meses de sua mutilação e estando totalmente recuperado fisicamente, Pedro “sentia um imenso vazio”, como se lhe faltasse a própria vida; “seu rosto magro permanecia pálido e seco” (p. 70), mas não era um problema de saúde, o vazio vinha da alma e só uma coisa seria capaz de preenchê-lo: “era o trabalho (...) o tear... Mas trabalho e tear pareciam incompatíveis com o aleijão... Que fábrica haveria de aceitar um maneta como operário?” (p. 70). É nesse estado de espírito que Pedro irá recorrer aos conselhos, sempre judiciosos, do Dr. Juca Brito, que intermediará o contato dele com o “seu” Assunção, o empresário bondoso e sensível, antítese do Sr. Mendonça. Logo no primeiro encontro, num gesto simples, mas decisivo, “seu” Assunção estende a mão esquerda para cumprimentá-lo. Ninguém, até então, havia tido esse gesto delicado, mas, ao mesmo tempo, de grande aiosidade. Não se tornaram amigos, afinal, havia um desnível hierárquico entre ambos, uma distância sob todos os aspectos intransponível, mas com esse gesto simples “seu” Assunção pavimentou o caminho que, doravante, o uniria a seu novo empregado. Pedro foi contratado como porteiro – a mesma função que seu pai exercia havia mais de 20 anos.

O retorno de Pedro à função de tecelão aconteceu em 25 de julho de 1927, três anos depois do acidente. No momento de reconduzi-lo à antiga função, “seu” Assunção não perdeu a oportunidade de reafirmar os laços de dependência mútua entre patrões e operários: “eu preciso de seu concurso (...) a fábrica precisa de homens hábeis que sejam capazes de apresentar tecidos perfeitos mesmo quando as condições de trabalho não forem perfeitas. Nós não sabemos o que pode vir por aí...” (p. 106-108). Seu retorno restabeleceu a harmonia natural na fábrica e na sua vida; afinal, ele estava de volta ao “lugar para o qual nascera”.

Entretanto, essa condição era atravessada por uma insatisfação que beirava a revolta iminente; embora Pedro estivesse feliz com a “nova” função, a fábrica não deixava de ser uma terrível prisão, uma espécie de portal do inferno:

Afinal essa vida de ir à fábrica, sair da fábrica, carimbando o cartão de presença sempre à mesma hora tornava-se uma rotina esmagadora... Com o tempo a gente nem acredita mais na morte. Fica-se pensando que esse vai e vem há de ser eterno, ou pelo menos que não parará antes que termine o toc-tô-toc das máquinas, que lhes serve de compasso e acompanhamento (p. 143).

Pedro expressa essa constatação em diversos momentos da narrativa. Uma das mais tocantes é aquela em que relata a morte do pai, João, em paralelo com o seu dia de trabalho (outra forma de morte) e a marcação do tempo no relógio anunciando o fim do expediente:

O relógio de ponto, ao registrar as horas nas quatro colunas de sua ficha vermelha, parecia cravar em meu rosto uma ruga de apatia. Tiririn! Sete horas – uma ruga horizontal na testa. Tiririn! Onze horas – um pé de galinha na empapuçada órbita ocular. Tiririn! Doze e trinta – um tríplice crivo dispéptico entre as sobrancelhas. Tiririn! Dezoito e trinta – rugas profundas na maçã do rosto. Ia mal seu Martinez! Todo mundo via. (...) Um padre com rugas na maçã do rosto, ministra-lhe os últimos sacramentos. Era hora de sair da fábrica, para o descanso do lar... (p. 143-144).

O espaço fabril é descrito reiteradamente como o espaço privado da vontade patronal, tanto nos argumentos de Mendonça, a expressão do mau patrão, quanto nas falas do Assunção, seu antípoda. A diferença central entre os dois é que Assunção reconhece a fábrica como uma unidade de partes inseparáveis, obviamente sob seu comando: “todos os empregados estão aí, porque me são necessários, muito necessários...” (p. 80), enquanto Mendonça ainda não alcançou essa noção corporativa.

O Estado Novo se constituiu com a promessa da transcendência e integração dos elementos abstratos da realidade nacional. A novidade nos anos de 1930, sobretudo depois de 1937, é que a discussão acerca da identidade nacional estava umbilicalmente vinculada ao mundo do trabalho. A Constituição de 1937 estabeleceu o trabalho como um dever social e, conseqüentemente, criminalizou o não trabalho. Não trabalhar nas condições e formas reconhecidas e estabelecidas pelo Estado significava permanecer à margem da sociedade. Afinal, “pelo trabalho o homem conquista a prosperidade econômica, a cultura intelectual, o respeito e proteção do Estado” (Andrade, 1941: 21). Ou seja, na esfera do trabalho, o homem encontraria paz, felicidade e prosperidade; fora dela, haveria o limbo social. Os direitos de cidadania emergiam subordinados ao universo do trabalho e regulados por ele. O pertencimento à esfera profissional, legalmente reconhecida pela burocracia estatal, fundaria os atributos do cidadão

(Santos, 1979:75). Fica evidente que o mundo do trabalho é central para a configuração da noção de direitos e de cidadania que se desenhou nas décadas de 1930 e 1940.

Num certo sentido, *Pedro Maneta* pode ser descrito como um longo processo de re-
denção, cuja catarse ocorreu em 10 de novembro de 1940, durante o desfile comemorativo do terceiro aniversário do Estado Novo: “a imensa peça de morim com dois metros de altura era sustentada por três mastros de madeira, um a quatro metros do outro. O da direita era levado por um desconhecido, o do meio pelo Felipe, e o da esquerda, quase não acreditei, pelo Assunção...” (p. 177). No estandarte do sindicato dos trabalhadores da indústria têxtil, lia-se: “harmonia social”. Um ex-comunista, Felipe, também redimido, aparecia irmanado com seu patrão. Essa composição foi tão impactante que produziu transformações físicas. Ao iniciar-se o desfile, Pedro disse: “Peguei Encarnação nos meus braços (sic) e fiz Augusto e Manoela se aproximarem o mais possível do cordão de isolamento. A massa popular pesava atrás de nós” (p. 175). No dia seguinte ele foi o primeiro a chegar ao trabalho: “Nunca trabalhei com tanto vigor como nesse dia. À medida que o tecido se formava rapidamente, sentia-me cada vez mais elevado a atmosferas de felicidade indescritível. Como era bom tecer! Como os desenhos da obra dirigida por minhas próprias mãos (sic) me embriagavam! (...) você descobriu o paraíso no dia em que alcançou a significação profunda de viver no seu próprio lugar” (p. 179). No paraíso, as deficiências físicas desapareciam! Somente o trabalho podia, agora, se constituir em medida para a valoração social dos indivíduos; somente o trabalho podia ser o critério para a distribuição da justiça social e o definidor dos contornos e limites da cidadania. O concurso literário de 1942 e a premiação do livro *Pedro Maneta* foram momentos significativos na consolidação desses princípios.

RELIGIÃO

O orgulho, inveja, arrogância e presunção tomaram conta de Pedro depois do acidente. O personagem foi da depressão, beirando o suicídio, à violência física contra a esposa e os colegas de trabalho. Mas toda vez que a angústia se avolumava, era na religião que ele encontrava refúgio. A fé era a “vitória que vence o mundo” (p. 76). O narrador era enfático: era essa força na alma que deveria ser empregada no trabalho e que o impulsionava nas dificuldades. Profundamente em acordo com o ideal estadonovista, o narrador ponderava: “é crime trabalhar sem amor à tarefa que lhe foi confiada. É crime contra a fábrica. É crime contra o social porque prejudica a ação harmoniosa do conjunto” (p. 76). A fé aparece como sinônimo de envolvimento com o que se faz, do amor e da dedicação com que se desempenham as tarefas às quais cada qual está destinado. É aí que se encontra a harmonia que equilibra o conjunto

social, pois cada indivíduo é uma peça importante para que o “mecanismo fabril funcione com eficiência, e as peças pequenas também são necessárias” (p. 76), reitera o narrador. Cada elemento é fundamental para o bom desempenho do conjunto. O corpo fabril, parte fundamental do corpo social, é composto dos menores e aparentemente mais insignificantes elementos.

Tanto pode ser feliz um são como um doente, um rico como um pobre, um sábio como um ignorante. Mas aí desses cuja primeira coisa a fugir-lhes da alma é a fé, a coragem! Quem tem fé constrói a felicidade, usando qualquer coisa. O desacorçoado veste tudo de preto (p. 76).

Depois dessa digressão feita pelo Dr. Juca Brito, seguia seu bordão: “ânimo, ânimo e sempre ânimo”, atribuído a Danton. Havia um otimismo religioso no comportamento de Pedro; mesmo nos momentos mais difíceis, era sua fé em Deus, mas também ou talvez, sobretudo, sua fé na esperança que o mantinha caminhando.

Já se argumentou que o Estado Novo sacralizou a política, utilizando referências, símbolos e mesmo liturgias católicas como instrumentos e mecanismos para a ordenação social (Lenharo, 1986). *Pedro Maneta* nos mostra que a inspiração dessa sacralização não era exclusivamente católica. O calvinismo desenvolveu uma concepção teológica na qual a ideia de predestinação está diretamente relacionada ao mundo do trabalho, pois é por meio dele que se alcança a ascese (Gasda, 2010: 350). O trabalho e o uso comedido do bem-estar que a riqueza produz constituem o modo principal de render louvor a Deus. Nessa condição, os valores materiais não se oporiam aos espirituais, pois se orientariam pelas virtudes da sobriedade, justiça e piedade (Gasda, 2010: 356). O homem não pode mudar seu destino, mas uma vida virtuosa e próspera anuncia a possibilidade da salvação, e o trabalho morigerado, árduo e feito com amor é o testemunho dessa possibilidade. O trabalho é um dever e, mais do que isso, é um sinal moral de que se está entre os eleitos. Max Weber já havia chamado a atenção para o fato de que, desde o início do movimento da reforma, seria possível constatar o nascimento de uma “concepção espiritual do trabalho”, dando origem a uma “ética profissional”. Mas é com Calvino que o homem se converte em instrumento da vontade divina. Esse é o pressuposto pelo qual o trabalho ganha uma conotação moral específica e converte o êxito econômico em sinal da salvação. Essa seria a origem do ascetismo laico, noção que dava sentido à vida e às ações de Pedro Martinez (Weber, 1967: 122-124). É o ascetismo laico que distingue os bons dos maus, sejam operários ou patrões.

O sentido do romance *Pedro Maneta* é o restabelecimento do ascetismo laico como fundamentação da vida social, que o mundo moderno teria esgarçado. Nesses termos, patrões e operários compartilhariam os mesmos princípios, e a mesma ascese seria esperada de ambos. Greves, conflitos trabalhistas, disputas orientadas por diferentes interesses simplesmente

não teriam lugar. Nesse sentido, *Pedro Maneta* é um romance pastoral. O nome do protagonista não foi escolhido por acaso: originado do aramaico *Cephas* (rocha, pedra), Pedro foi o apóstolo mais próximo de Jesus e o principal pilar da Igreja. A história de *Pedro Maneta* dá forma literária à ideologia do trabalho no Estado Novo, encenando-a num enredo ordenado no qual a redenção social e a salvação da alma andam *pari passu* com a ausência de conflitos sociais. Do ponto de vista do regime não se tratava, simplesmente, de transformar o ascetismo laico em fundamentação para os mundos social e político; tratava-se, antes de mais nada, de ser pragmático: estabelecer os fundamentos da harmonia social e consolidar uma sociedade una, indivisa, coesa e harmônica.

A quebra da bolsa de valores de Nova York em 1929 aparece no romance como um drama pessoal, que abre a possibilidade de retorno ao ascetismo laico como fundamentação do mundo. A iminência da morte é a oportunidade para a remissão de Augusto, que assume seu erro ao substituir o trabalho pela especulação. Afinal, vale lembrar, essa escolha teria sido contrária à natureza, pois os Martinez nasceram para as fábricas. Essa constatação leva João Martinez a concluir que “todos têm um braço quebrado nesse mundo” (p. 115); sempre que um homem desempenha uma função contrária à sua natureza ele é maneta.

Sem dúvida, o ascetismo laico como fundamentação do mundo pode configurar um mundo no qual as relações entre patrões e operários são harmônicas, não havendo lugar para os conflitos. Mas é também um princípio que pode educar os patrões, porque limita seu poder ao chão da fábrica, subordinando-o à lógica do respeito e da reciprocidade desconhecida por uma classe habituada a mandar sem limites. Nesse sentido, domesticam-se os operários e civilizam-se os patrões! Seria meia verdade concluir que *Pedro Maneta* é um romance apenas conformista. A despeito de expressar um conjunto de valores morais convencionais, embasados na ética capitalista do trabalho, o romance também expressa uma crítica à sociedade ao subordinar o lucro a um uso comedido, exigência fundamental para que não contradiga os ganhos espirituais, dando vezo ao triunfo final das qualidades humanas sobre o dinheiro e o poder. Esta certamente não é uma das ambiguidades menores do romance.

COMUNISMO

Logo no primeiro dia de trabalho na fábrica do “seu” Assunção, Pedro se desentendeu com Felipe, que havia muito desejava o cargo de porteiro para controlar o relógio de ponto “e se vingar dos colegas” (p.78). Desde o início Felipe tratara Pedro com sarcasmo e desdém. Foi ele quem o apelidou de chaleira, pelo que recebeu um potente cruzado de esquerda no queixo, que quase custou o emprego a ambos. O desentendimento entre os dois possibilitou que Assunção

mostrasse toda a sua bondade. Ele reuniu os brigões e alertou: “na minha fábrica não há favores. Todos os empregados estão aí, porque me são necessários, muito necessários. É por isso que não os mando embora nesse instante. Eu preciso do senhor (...) o senhor é um elemento essencial para a boa ordem do serviço” (p. 81). Há dois aspectos a destacar no trecho transcrito: o primeiro diz respeito à percepção da fábrica como espaço privado da vontade patronal; nesse caso, para sorte dos operários, tratava-se de um homem generoso, capaz de reconhecer a importância de cada operário e de valorizá-los por isso; o segundo reitera a noção de corpo fabril harmônico, em que todos são necessários, pois cada um tem um papel específico e fundamental para o desenvolvimento do todo. Não há lugar para o conflito entre os operários, muito menos entre eles e o patrão, cujo papel fundamental é o de arbitrar os conflitos.

Pedro tornou-se uma liderança entre os operários, não só da fábrica em que trabalhava, mas em todo o bairro da Mooca; liderança obtida por suas qualidades no trabalho, por suas habilidades, probidade e energia. Num momento de admirável honestidade, em que reflète sobre essa liderança, o personagem levanta uma séria dúvida sobre as razões pelas quais agia: “Fazia isso com prazer, não sei bem ao certo se por uma vaidadezinha muito humana, se arrastado pelo exemplo de Juca Brito ou se impulsionado pelo princípio do Bem, que luta em todos os corações contra as forças do Maligno” (p. 119).

Em 1935, fora a vaidade, ele reconheceu, que o levava a se envolver “numa aventura que por pouco não se tornou desastrosa” (p. 119). Certa noite, a convite de Felipe, Pedro compareceu, sem saber bem ao certo do que se tratava, a uma reunião na venda do Gimenez. Logo percebeu que era uma reunião do diretório da Aliança Nacional Libertadora (ANL) do Bairro da Mooca. “Vi a sala cheia de fumo e cerca de vinte homens sentados...” (p. 120). Nenhum dos presentes lhe era estranho, conhecia todos das fábricas e ruas do bairro. Alguns, ele não via desde a década de 20. Um a um foram apresentando relatórios das suas respectivas fábricas. Concluída a exposição, discutiram o encadeamento para o levante. Ao recém-chegado, Pedro, caberia uma tarefa simples: neutralizar o “seu” Assunção – com o uso da força, caso necessário – e, com seu prestígio, sublevar a fábrica. O futuro governo revolucionário seria dividido em três comissariados, de alimentação e saúde, divertimento e esportes e moral e instrução, presididos pelo “camarada Martinez”.

Obviamente, a adesão de Pedro ao “levante” não resultou de uma conversão política consciente ou da deliberação de construir um caminho alternativo para as difíceis condições de vida de seus companheiros de trabalho. A distância de Pedro do comunismo é dada, por exemplo, nas avaliações irônicas e mordazes que lhe passam pela cabeça quando lhe são apresentados os futuros comissários. O camarada Gimenez cuidará da alimentação e saúde: “o maldito dono da venda – comentei comigo. Quando a revolução vencer, vamos passar a

feijão carunchado e arroz com areia!” O inepto camarada Felipe cuidará dos divertimentos e esportes. O bígamo Garciez cuidará de moral e instrução. Em resumo, os revoltosos são retratados como espertalhões, incompetentes, despudorados, aventureiros, violentos e ladrões.¹⁰ Entretanto, ele pondera:

Homens cheios de entusiasmo (...) está aí uma oportunidade de se melhorar as condições de vida desse povo (...) minha mente povoou-se de fotografias da Rússia espalhadas pelos propagandistas do credo vermelho. Vilas para operários com higiene absoluta... Creches onde até o leite materno tornava-se comunitário... Navios carregados de trabalhadores em viagem de recreio... Campos de esporte para todos os sexos e idades... Saúde! Progresso! Entusiasmo! (p. 123)

Certamente, nessa digressão, há mais do que uma ambígua ingenuidade. Há também admiração e arrebatamento pela possibilidade de uma revolução social. No seu devaneio, Pedro reconhece que a única possibilidade concreta de melhorar a vida dos seus companheiros está no potencial transformador da revolução.

Agora me apresentam como elemento de confiança para dirigir a execução de tudo isso aqui no meio de meus queridos! Aqui na Mooca, que se tornou a minha própria vida. Sim! Arrasar aqueles cortiços insalubres e erguer arranha-céus para meus colegas! (...) que grande oportunidade de fazer o bem! Não deveria perdê-la (p. 123).

De todo modo, sua “adesão” é autoritária e marcada pela vaidade: “é verdade que o comissariado é constituído de ineptos. Mas eu posso agir sem consultá-los (...) a tentação tornou-se forte demais...” (p. 123). Num certo sentido, trata-se de uma antiadesão: “Afinal, era só fazer o Assunção ‘dormir’ com um soco. O resto, segundo me afirmaram, estava perfeitamente tramado em todo o Brasil. Se eu recusasse e o movimento vencesse, iria para a parede de fuzilamento. Isso era inevitável” (p. 123).

Esse foi o único momento no romance em que o patrão foi retratado como um inimigo; mesmo que a “adesão” de Pedro fosse equivocada e inconsistente, esse foi o momento em que sua revolta contra as desigualdades sociais veio à tona, e o momento da radicalização política na sociedade brasileira orientou a radicalização do personagem.

O AUTOR

As simpatias comunistas do personagem coincidem com as do autor. Não é difícil compreender as possíveis simpatias comunistas de Paulo Rizzo.¹¹ O rápido crescimento do PCB no pós-guerra pode ser atribuído ao prestígio da URSS durante o conflito; à consideração pessoal de Prestes, que teria crescido em proporção direta ao aumento das simpatias pela

URSS, após a invasão alemã na operação Barbarossa, em junho de 1941. O estudante Rizzo entusiasmou-se com a agitação cívica provocada pelo PCB e seu combate ao nazifascismo. Mais do que isso, ele acompanhou a gestação dessa efervescência: conhecia os problemas do bairro da Mooca, as longas jornadas de trabalho, os problemas de moradia, as carências materiais etc.; esse foi o contexto da sua formação política e da redação do *Pedro Maneta*.

Sua “simpatia” pelo PCB, bem como seus comentários políticos, num claro viés cristão, foram assentados no anseio muito concreto por justiça social e consolidados durante a guerra. Assim, Paulo Rizzo pode ser considerado um “companheiro de viagem” do PCB (Aaron, 1961: 9), por isso mesmo alguém que via com muita simpatia a legislação de proteção aos trabalhadores posta em prática durante o Estado Novo. *Pedro Maneta* foi escrito depois do ataque a Pearl Harbor e um mês antes do rompimento brasileiro com o Eixo, portanto, no clima da “união nacional pela paz e democracia”, com Vargas. Foi essa “estrutura de sentimento” (Williams, 1979: 133), juntamente com o combate ao nazifascismo, que levou intelectuais de matizes políticos muito diversos a se aproximar do Estado Novo e colaborar em jornais e revistas que defendiam ideologicamente o regime, mesmo que, pessoalmente, não o fizessem. O nacionalismo, nesse contexto, não foi apenas um mero álibi.

Quando o jornal oficial do Estado Novo, *A Noite*, informou os resultados finais do concurso, em 4 de novembro de 1942, descobriu-se que Paulo Rizzo havia se inscrito no concurso com o pseudônimo “Paris, 42”.¹² Em junho de 1940, Paris fora ocupada pela Wehrmacht, mas fora relativamente poupada. Nos dias 16 e 17 de julho de 1942 (quando Rizzo escrevia *Pedro Maneta*), aproximadamente 13 mil judeus foram presos e deportados para diversos campos de concentração, no que ficou conhecido como o *Rafle du Vélodrome d’Hiver*, a maior prisão em massa de judeus na França ocupada. Acredita-se que menos de cem pessoas tenham sobrevivido à deportação.¹³

Pedro Maneta é, sobretudo, um romance humanista. É bem possível que deva ser lido como parte de um debate interno da Igreja Presbiteriana. O romance enfatiza preceitos muito caros ao protestantismo clássico: liberdade de consciência, livre arbítrio. Já se argumentou que, no momento da sua chegada ao Brasil, o protestantismo se apresentava como uma força renovadora, indo além do simples ajustamento às condições sociopolíticas existentes. A organização democrática de suas igrejas, seu esforço educacional liberal, sua ênfase na separação entre Igreja e Estado, bem como suas denúncias das consequências político-sociais retrógradas do domínio católico sugerem que era forte seu empenho em uma transformação profunda nas condições do país. No entanto, desde os anos 1940, teriam sido deflagrados novos mecanismos de controle interno e de contenção das ações liberais, ligados a tentativas de reordenar aspectos institucionais, teológicos e sociais específicos da Igreja, afastando-a

dessa tradição democratizante e empurrando-a cada vez mais para uma posição conservadora. Do ponto de vista institucional, quanto mais as igrejas católicas caminhavam na direção da esquerda, na elaboração do que seria a teologia da libertação, mais e mais as igrejas protestantes se convertiam ao conservadorismo:

O discurso sobre a liberdade e consciência deu lugar ao discurso sobre a obediência e a conformidade ao pensamento herdado do passado. Tais mecanismos encontraram um poderoso aliado nas transformações político-ideológicas que se seguiram, de sorte que o reformismo religioso passou a ser identificado com contestação política (Alves, 1979: 12).¹⁴

O romance *Pedro Maneta*, portanto, pode ser lido como uma tomada de posição nesse debate, por sua defesa da legislação de proteção ao trabalho, da sociabilidade operária, da liberdade de consciência, num claro posicionamento ao lado dos trabalhadores contra os excessos do capitalismo. Era também uma tomada de posição nos debates internos da Igreja Presbiteriana, uma defesa da tradição de organização democrática, de liberdade de consciência e de livre arbítrio que caracterizava a presença das igrejas protestantes ao lado dos “de baixo”.

Mas *Pedro Maneta* é também um romance de paradoxos. Há o paradoxo do trabalho fabril: a fábrica é um infortúnio, uma desventura, uma infelicidade aterradora para todos os que nela são obrigados a trabalhar; mas, ao mesmo tempo, é apenas por meio dela que se pode construir uma visão positiva do trabalho, orientada pela noção de ascese laica que dá sentido ao orgulho de ser operário. Há também o paradoxo do comunismo: simultaneamente percebido como caminho para a libertação feminina e para a conquista de melhores condições de vida e de trabalho para os operários, e como gerador da desagregação social, pois, ao se organizar sob a lógica do conflito, impede a construção da harmonia entre operários e patrões, e a ascese laica que ela supõe. Não é difícil entender por que *Pedro Maneta* foi agraciado no concurso literário cujo objetivo era assegurar legitimidade a um regime no momento em que ficava evidente o seu fim próximo.¹⁵ Mas também não é difícil entender como, marcado pelas ambiguidades políticas do contexto, ele pode ser lido, em muitos aspectos, como o oposto do que pretendia o regime que o premiou.

O mais surpreendente talvez seja o fato de um livro premiado pelo Estado Novo poder dizer o contrário do que ansiava o regime: *Pedro Maneta* censura a cupidez sem freios dos patrões, elogia as conquistas materiais e morais do comunismo, defende a liberdade e a emancipação das mulheres, critica as penosas condições de trabalho, rejeita as fábricas insalubres, justifica a legislação de proteção aos trabalhadores, ataca as inseguranças e precariedades a que estão submetidos os operários etc. Talvez esse seja o risco, sempre que se pensa que a literatura (e as artes em geral) possam servir mansamente a algum planejamento político.

HISTÓRIA E LITERATURA

A relação entre história e literatura (ou melhor, entre historiadores e críticos literários) nem sempre tem sido fácil. A relação pode se constituir de muitas formas diferentes, com diferentes desdobramentos da fatura crítica. Na perspectiva da história social, da relação entre literatura e sociedade, à qual este texto se reporta, a literatura é tomada essencialmente como uma

reorganização do mundo em termos de arte; a tarefa do escritor de ficção é construir um sistema arbitrário de objetos, atos, ocorrências, sentimentos, representados ficcionalmente conforme um princípio de organização adequado à situação literária dada, que mantém a estrutura da obra (Candido, 2002: 179).

E o *princípio organizativo* de Pedro Maneta é o *trabalho*. É ele que define o mérito dos homens diante de deus, seu lugar social, sua importância na família, seus direitos na sociedade. É o *mundo do trabalho* que estrutura a narrativa, que organiza o tempo, que produz a coesão social e cuja negação ou ausência desestrutura as relações no âmbito da família, da fábrica e da política. É aqui que *texto e contexto* se fundem dialeticamente: “o *externo* (no caso, o social) importa não como causa, nem como significado. Mas como elemento que desempenha um certo papel na constituição da estrutura, tornando-se, portanto, *interno*” (Candido, 2002: 179, grifos no original). Problematizar o modo especificamente literário de expressão do contexto sócio-histórico me parece ser a maneira mais produtiva de pensar a difícil relação entre história e literatura. Essa é chave de uma leitura materialista e dialética, como aponta Roberto Schwarz:

Que a literatura faça parte da sociedade, ou que se conheça a literatura através da sociedade e a sociedade através da literatura, são teses capitais do século XIX, sem as quais, aliás, a importância especificamente moderna da literatura fica incompreensível. Elas estão na origem de visões geniais e dos piores calhamaços. Em seguida se tornaram lugar-comum que sustenta a historiografia literária convencional. Dentro desse quadro, o traço que distingue a crítica dialética, e que a torna especial, é que ela desbanaliza e tensiona essa inerência recíproca dos polos, sem suprimi-la. O que for óbvio, para ela não vale a pena. Se não for preciso adivinhar, pesquisar, construir, recusar as aparências, consubstanciar intuições difíceis, a crítica não é crítica. Para a crítica dialética o trabalho da figuração literária é um modo substantivo de pensamento, uma via *sui generis* de pesquisa, que aspira à consistência e tem exigência máxima. O resultado não é a simples reiteração da experiência cotidiana, a cuja prepotência se opõe, cujas contradições explícita, cujas tendências acentua, com decisivo resultado de clarificação. Em suma, em termos de método, o ponto de partida está na *configuração da obra*, com as luzes que lhe são próprias, e não na sociedade (Schwarz, 2012: 281).

Ou, como sugeriu Theodor Adorno (1970: 154), “o conteúdo de verdade das obras de arte funde-se com o seu conteúdo crítico”, conteúdo que não se encontra “fora da história, mas constitui a sua cristalização nas obras”. Assim:

a arte nega as determinações categorialmente impressas na empiria e, no entanto, encerra na sua própria substância um ente empírico. Embora se oponha à empiria através do momento da forma – e a mediação da forma e do conteúdo não deve conceber-se sem a sua distinção – importa, porém, em certa medida e geralmente, buscar a mediação no fato de a forma estética ser conteúdo sedimentado (Adorno, 1970: 17, grifos no original).

Enfim, para o historiador social cabe, sobretudo, tomar *Pedro Maneta* como testemunho do seu tempo, historicizando

a obra literária – seja ela conto, crônica, poesia ou romance –, inseri-la no movimento da sociedade, investigar as suas redes de interlocução social, destrinchar não a sua suposta autonomia em relação à sociedade, mas sim a forma como constrói ou representa a sua relação com a realidade social – algo que faz, mesmo ao negar fazê-lo. Em suma, é preciso desnudar o rei, tomar a literatura sem reverências, sem reducionismos estéticos, dessacralizá-la, submetê-la ao interrogatório sistemático que é uma obrigação do nosso ofício (Chalhoub e Pereira, 1998: 7).

NOTAS

1 Boletim do MTIC n. 91, março de 1942, ano VIII, p. 74-77.

2 Sobre o S.R.O., ver Bretas (2010).

3 Boletim do MTIC n. 91, março de 1942, ano VIII, p. 74-77.

4 Boletim MTIC n. 97, setembro de 1942, ano IX, p. 80-81.

5 Sobre sua passagem pelos EUA ver Duarte (2013: 229-254).

6 Cecília Borges Rizzo, em entrevista concedida ao autor em 20 de janeiro de 2005. Paulo Rizzo escreveu também *Pan-americanismo: de Nabuco e do senador Gillette*, premiado pela UNESCO em 1939; *Como reconstruir um mundo fraternal do qual as guerras não façam parte*, premiado pelo concílio mundial das igrejas de Genebra, em 1941; *Nabuco e pan-americanismo*, em 1949; *Manual da mocidade*, em 1949; *Antes que desça a noite*, que recebeu menção honrosa da Sociedade Paulista de Escritores em 1950 (Melo, 1954: 531). Além desses, escreveu os romances *Duas cruzes e um cifrão* e *Bebedouro dos diabos*. O único trabalho que viu editado foi *Pedro Maneta* (Menezes, 1969: 1093).

7 Para mais informações ver Klein (1994: 35-64).

8 “O que parece ocorrer não é a proletarização de indivíduos, mas a proletarização de toda a família, através do assalariamento de todos os seus membros válidos. Compelidos ao mercado de trabalho, os membros da

família trabalhadora parecem ter adaptado suas formas referenciais de organização familiar às características do mercado de trabalho comandado pela indústria, e isso se deu de forma diferenciada, segundo as características de cada mercado de trabalho regional” (Paoli, 1992: 21).

9 Em uma conferência de 1941, em Marselha, a pensadora Simone Weil, que havia abandonado a Sorbonne para viver a experiência como operária de fábrica na Renault, colocou-se a pergunta: o que é exatamente a condição operária? Percebeu que havia nela um desenraizamento, um exílio, uma tristeza, que não se tornava um conceito, não se explicitava como um problema. Pois a primeira reação à infelicidade era o desejo de evadir-se (Weil, 1979:129).

10 Quando terminaram os arranjos para o levante no bairro da Mooca, os camaradas “começaram a abrir garrafas e mais garrafas de vinhos relativamente caros e até *champagne* (...) mais tarde vim a saber que aquilo tudo era roubado pelos empregados em fábrica de bebida ou em casas importadoras de vinhos finos” (p. 124).

11 Em entrevista concedida ao autor em 20 de janeiro de 2005, Cecília Borges Rizzo relatou que, de fato, Paulo Rizzo nunca fora membro do PCB, e sim simpatizante, e que durante o período de legalidade do partido, de 1945 a 1947, contribuiu financeiramente para sua organização. Segundo ela, Rizzo sempre foi um homem de esquerda, preocupado com as desigualdades e injustiças sociais.

12 *A Noite*, 4 de novembro de 1942, p. 2.

13 Michel Laffitte, The Vélodrome d’hiver round-up: july 16 and 17, 1942, *Online Encyclopedia of Mass Violence*, p.1-12. http://www.massviolence.org/IMG/article_PDF/The-Vel-d-Hiv-round-up.pdf. Acesso em dezembro de 2014.

14 O seminário teológico de Campinas onde Paulo Rizzo estudou foi uma das referências de resistência a essa guinada à direita do protestantismo. Rubem Alves sugere que essa perspectiva, digamos, mais à esquerda, foi derrotada, e as igrejas protestantes se tornaram mais conservadoras, o que se tornou ainda mais evidente depois de 1964.

15 Essa busca de legitimidade por regimes fortes parece ter se repetido. Ver Pinto (2008).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AARON, Daniel. *Writers on the left: episodes in American literary communism*. New York: Harcourt, Brace & World, Inc., 1961.

ADORNO, Theodor. *Teoria estética*. Lisboa: Edições 70, 1970.

ALEM, Sívio. *Os trabalhadores e a “redemocratização”: 1942/1948*. Dissertação (Mestrado) IFCH/UNICAMP, Campinas, 1981.

ALVES, Rubem. *Protestantismo e repressão*. São Paulo: Ática, 1979.

ANDRADE, Almir de. 1941 A evolução política do Brasil. *Cultura Política: Revista Mensal de Estudos Brasileiros*, Rio de Janeiro, ano I, n. 1.

BOLETIM do MTIC n. 91, março de 1942, ano VIII.

BOLETIM do MTIC n. 97, setembro de 1942, ano IX.

- BRETAS, Ângela. *Nem só de pão vive o homem: criação e funcionamento do Serviço de Recreação Operária, 1943-1945*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2010.
- CANDIDO, Antonio. *Literatura e sociedade: estudos de teoria e história da literatura*. 8ª ed. São Paulo: T.A. Queiroz, 2002.
- CHALHOUB, Sidney & PEREIRA, Leonardo. Apresentação. In: *A história contada: capítulos de história social da literatura no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.
- DUARTE, Adriano. O enigma Paulo Rizzo nos arquivos do FBI, 1949-1950: de estudante premiado a "pastor comunista". In: FORTES, Alexandre et al. *Cruzando fronteiras: novos olhares sobre a história do trabalho*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2013.
- GASDA, Helio Estanislau. *El Sentido del trabajo. Los impactos de la reconfiguración del capitalismo contemporáneo sobre los trabajadores: por una nueva comprensión del trabajo en la Teología Moral*. Tese (Doutorado) – Universidad Pontificia Comillas, Madrid, 2010.
- GOMES, Ângela de Castro. *A invenção do trabalhismo*. São Paulo/Rio de Janeiro: Vértice/luperj, 1988.
- KLEIN, Herbert. *A imigração espanhola no Brasil*. São Paulo/Sumaré: FAPESP, 1994.
- LAFFITTE, Michel. The Vélodrome d'hiver Round-up: July 16 and 17, 1942. *Online Encyclopedia of Mass Violence*. Disponível em http://www.massviolence.org/IMG/article_PDF/The-Vel-d-Hiv-round-up.pdf. Acesso em dezembro de 2014.
- LENHARO, Alcir. *A sacralização da política*. Campinas: Papirus, 1986.
- MELO, Luís Correia. *Dicionário de autores paulistas*. São Paulo: Comissão do IV Centenário da Cidade de São Paulo, 1954.
- MENEZES, Raimundo de. *Dicionário literário brasileiro*. São Paulo: Saraiva, 1969.
- PAOLI, Maria Célia. A família operária: notas sobre sua formação histórica no Brasil. *Tempo Social Revista de Sociologia*, v. 4, n. 1-2, São Paulo, jan.-dez. 1992.
- PINTO, Rui Pedro. *Prêmios do espírito: um estudo sobre prêmios literários da secretaria de propaganda nacional do Estado Novo*. Lisboa: ICS, 2008.
- SANTOS, Wanderley Guilherme dos. *Cidadania e justiça*. Rio de Janeiro: Campus, 1979.
- SCHWARZ, Roberto. Na periferia do capitalismo (Entrevista). *Martinha versus Lucrecia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- WEBER, Max. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. São Paulo: Livraria Fronteira, 1967.
- WEIL, Simone. Experiência da vida de fábrica. In: *A condição operária e outros estudos sobre a opressão*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- WILLIAMS, Raymond. *Marxismo e literatura*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.
- _____. *Drama from Ibsen to Brecht*. London: Hogarth Press, 1987.

O ADVOGADO E OS “TRABALHADORES FAVELADOS”: ANTOINE DE MAGARINOS TORRES E A PRÁTICA POLÍTICA NAS FAVELAS CARIOCAS DOS ANOS 1950 E 1960

The lawyer and the “slums’ workers”: Antoine de Magarinos Torres and the political practice in Rio’s slums in the 1950s and 1960s

MAURO AMOROSO E RAFAEL SOARES GONÇALVES

<http://dx.doi.org/10.1590/S2178-14942016000300008>

Mauro Amoroso é mestre em História pela Universidade Federal Fluminense, doutor em História pela Fundação Getúlio Vargas e professor da Faculdade de Educação da Baixada Fluminense da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, (amoroso.mauro@gmail.com).

Rafael Soares Gonçalves é mestre em *Dynamiques comparées des sociétés en développement*, doutor em *Histoire et civilisations* pela Université Paris-Diderot e professor do Departamento de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, (rafaelsgoncalves@yahoo.com.br).

Artigo recebido em 18 de julho e aprovado para publicação em 3 de outubro de 2016.

RESUMO

Este artigo pretende analisar a trajetória do advogado Antoine de Magarinos Torres, ator político de relevante atuação nas favelas do Rio de Janeiro nos anos 1950 e 1960. Tendo como base principal a favela do Borel, foi um dos criadores da União dos Trabalhadores Favelados (UTF), entidade original por pretender reunir associações de moradores de diferentes favelas. Através de sua trajetória e de sua prática política, é possível analisar os conflitos, os diferentes interesses e os atores que implementaram distintos projetos políticos e formas de intervenção nesses espaços, objeto central de nossa reflexão.

PALAVRAS-CHAVE: Antoine de Magarinos Torres; União dos Trabalhadores Favelados; favelas; Rio de Janeiro; direito à cidade.

ABSTRACT

This article analyzes the trajectory of the lawyer Antoine de Magarinos Torres, a political actor who had a significant activity in the slums of Rio de Janeiro in the 1950's and 1960's. Having as a main base of operations the slum of Borel, he was one of the creators of the Slums Workers Union, an original entity as it intended to gather residents' associations from different slums. Through its story and political practice, it is possible to analyze the conflicts, different interests and actors that have implemented different political projects and forms of intervention in these spaces, which are the central object of our reflection.

KEYWORDS: Antoine de Magarinos Torres; Slums Workers Union; slums; Rio de Janeiro; right to the city.

RÉSUMÉ

Cet article analyse la trajectoire de l'avocat Antoine de Magarinos Torres, acteur politique qui a joué un rôle important dans les bidonvilles de Rio de Janeiro aux années 1950 et 1960. Ayant le bidonville du Borel comme principale base d'opération, il a été un des créateurs de l'Union des Travailleurs des Bidonvilles, une entité originale puisque destinée à réunir les associations de résidents de différents bidonvilles. En suivant son histoire et sa pratique politique, il est possible d'analyser les conflits, les différents intérêts et les acteurs qui ont mis en œuvre des différents projets politiques et modes d'intervention dans ces espaces, objet central de notre réflexion.

MOTS-CLÉS: Antoine de Magarinos Torres; Union des Travailleurs des Bidonvilles; bidonvilles; Rio de Janeiro; droit à la ville.

Antoine de Magarinos Torres é uma rica fonte para o entendimento da mobilização política nas favelas cariocas na década de 1950, bem como das disputas e contradições envolvendo tal campo. Filho de desembargador, morador do bairro da Usina, o advogado exerceu uma forte militância política em órgãos de tendência comunista desde o início da década de 1950, e em 1954 foi um dos fundadores e principais articuladores, no Morro do Borel,¹ da União dos Trabalhadores Favelados (UTF).² Existe no Borel uma memória consolidada sobre esse personagem, caracterizada pela sua mitificação.³ A forma como ele é descrito por Manoel Gomes⁴ em seu livro de memórias sobre o movimento associativo do Borel revela a reverência com a qual é tratado: “(...) que morava no Rodo da Usina e chamava-se Doutor Antoine de Magarinos Torres (a quem pedimos os mais respeitosos sentimentos por sua coragem, denodo e bravura)” (Gomes, 1980: 16). Já outras fontes, conforme será explorado posteriormente, apresentam esse personagem histórico com cores consideravelmente mais críticas.

Há poucos estudos aprofundados sobre Magarinos Torres. Retomar sua história é fundamental para o entendimento das favelas como campo para a implementação de projetos políticos e local de batalha de significados ligados à percepção simbólica desses espaços perante a sociedade carioca nas décadas de 1950 e 1960. A releitura desse período através de sua figura se insere em um grande esforço da literatura para compreender as mobilizações políticas nas favelas em um momento crucial da luta por direitos da classe trabalhadora carioca (Lima, 1987; Fischer, 2008; Gonçalves, 2013; Pestana, 2014; Oliveira, 2014 e Amoroso, 2015). O objetivo do presente artigo é analisar as propostas políticas de intervenção em favelas do advogado, a partir de sua trajetória política e pessoal, bem como de organização do movimento associativo desses espaços, e os significados construídos a partir da memória sobre sua presença à frente da UTF a partir de sua atuação, principalmente, nas favelas do Borel e Parque União.

O PROCESSO DE MITIFICAÇÃO: A CONSTRUÇÃO SIMBÓLICA DO “DEFENSOR DAS FAVELAS”

Antoine de Magarinos Torres nasceu no Rio de Janeiro em 1916, filho de Antônio Eugênio de Magarinos Torres e da francesa Victorine Marie Jeanine Planchon Magarinos Torres (Fundo de Polícia Política da Guanabara/APERJ, prontuário 47. 727, folha 1). Seu pai

foi um reconhecido jurista, autor do modelo de nota promissória até hoje adotado no Brasil, desembargador e presidente do Tribunal do Júri durante dez anos. A trajetória profissional do filho é descrita como a postura de “abraçar como um Hércules a causa dos humildes moradores do Borel” (Gomes, 1980: 16). A menção ao herói mitológico serve como exemplo para dar cores à imagem mitificada e hagiográfica que esse discurso específico de memória constrói sobre o advogado. Assim, a forma como sua figura é construída em diferentes depoimentos revela um esforço discursivo para a constituição do que Raoul Girardet (1987) chama de *o mito do salvador*, ou seja, uma representação possuidora de grande magnitude dentro do imaginário político, ainda mais quando se refere a um indivíduo que atuou num intervalo de tempo relativamente curto.

Desse modo, é possível identificar um processo de consolidação da narrativa mistificadora da figura de Magarinos Torres como um autêntico herói, que resolveu “abraçar a causa” dos moradores do Borel, conforme o depoimento, por exemplo, de um antigo morador (Chico da Lapa, 15/02/2011):

Ele [Magarinos Torres] era muito querido. Morreu cedo talvez porque se preocupou muito. Era uma criatura fantástica. Não tinha grandes coisas de confusão, não, quando tinha que tirar tirava tudo. Eles [policiais] não queriam que construísse [sobre moradores construindo barracões na favela], mas quando a pessoa já estava morando não tinha jeito. O pessoal construía em um dia e no outro já estava morando. (...) O Magarinos pra mim foi uma grande criatura, largava as coisas dele e vinha pra cá ajudar.

Nesse relato, Magarinos é visto como um defensor dos moradores do Borel, capaz de se dedicar à sua causa a ponto de “largar as coisas dele e vir pra cá ajudar”. Ou seja, com um ator cujo objetivo, a defesa dos moradores do Borel, orienta sua existência, dentro de uma narrativa coesa e elogiosa própria dessa forma de relato biográfico. Desse modo, sua existência passaria a obedecer a uma cronologia lógica, permeada por um princípio e objetivo de ação, a luta em prol dos favelados. A construção de sua imagem, inserida no quadro de disputas pela posse da terra pelo qual passaram a favela do Borel e seus moradores a partir dos anos 1950, é feita de forma a apresentar “a brusca irrupção de um Salvador à frente do poder, de um herói que capta em torno dele todos os fervores da esperança coletiva” (Girardet, 1987: 66).

A UTF teria se iniciado sob a inspiração de Magarinos Torres após este ter sido contado pelos moradores do Morro do Borel para defendê-los de um processo de despejo movido pela empresa Borel Meuren, que queria lotear as terras onde se encontrava a favela. Apesar de a UTF ser uma entidade cujos membros gozavam de certa autonomia, é possível observar, através dos relatos de suas primeiras reuniões, a forte ascendência de Magarinos Torres sobre os rumos da associação, pela qual foi, aliás, agraciado com a carteira nº 1.

APERJ, Fundo POLPOL, Prontuário GB nº47.727



Os elementos presentes nas narrativas citadas sobre o advogado reforçam uma visão mítica a seu respeito, devendo-se atentar, mais uma vez, para o fato de que o *mito* possui a função de selecionar fatos do passado a fim de torná-los inteligíveis, visando a sua transmissão para gerações futuras e estabelecendo uma ligação com certos ritos de origem, moralidade e conduta (Finley, 1989). Esse é um dos aspectos que embasam a construção mítica da imagem de Magarinos Torres, segundo o discurso de Manoel Gomes,⁵ como o *homem providencial*, a figura de chefe ou guia que consolidaria representações de emoção, esperança e adesão, constituindo um “personagem símbolo” que “através de um e de outro exprime uma visão coerente e completa do destino coletivo” (Girardet, 1987: 70).

MAGARINOS TORRES E SUA ATUAÇÃO NAS DEMAIS FAVELAS CARIOCAS

O PCB vinha tendo forte presença no cenário político local no pós-guerra. As células comunistas tinham uma presença nos bairros, assim como posteriormente uma série de outras estruturas, como os comitês democráticos, as uniões femininas e os comitês pela paz. Paulo Fontes, a partir do caso de São Paulo, analisa que foi no imediato pós-Segunda Guerra Mundial que começaram a proliferar organizações de moradores que tinham como principal referência o território específico de um bairro (Fontes, 2013: 76). Negro e Silva (2003: 55) afirmam que os “comunistas revelaram grande agilidade na organização de dezenas de Comitês Populares e Democráticos, que se envolviam em problemas dos bairros e discutiam temas como habitação, custos dos gêneros de primeira necessidade, instrução e saúde pública, lazer, etc.”

A compreensão da forma de intervenção urbana do PCB é importante para entender melhor a atuação de Magarinos Torres e da própria UTF. Apesar de não termos encontrado registros que comprovem a filiação de Magarinos ao PCB, é notória a sua proximidade com o Partido Comunista. Magarinos Torres foi um importante membro do movimento dos Juristas pela Paz⁶ e chegou a coordenar o Comitê Carioca dos Partidários da Paz, entidades ligadas ao PCB.

Essas experiências certamente tiveram forte influência na estratégia de organização da UTF. Apesar da existência de associações de moradores em muitas favelas, não existia uma estrutura associativa capaz de congregar e federar o conjunto dos movimentos representativos dos favelados na esfera da cidade. Para mediar tal questão, a UTF procurou ampliar suas atividades, estabelecendo núcleos em várias favelas. Inserindo-se nas questões locais, a entidade transformou-se na primeira experiência de estrutura supralocal de favelados que aspirava a congregar todos os moradores dessas áreas da cidade (Lima, 1989: 105). Magarinos Torres ressaltou em um de seus primeiros discursos para os moradores do Borel, segundo as palavras de Manoel Gomes, a necessidade de consolidar o associativismo como a via capaz de assegurar o direito à permanência através da necessidade de "1º – manter-se organizado dentro da associação local; 2º – estender a união dos favelados em todo o âmbito territorial do Rio de Janeiro, onde quer que haja favela" (Gomes, 1980: 24). Essa estratégia de traçar uma solidariedade inter favelas se manifestou, por exemplo, através de uma das condições estabelecidas pela UTF, em 1954, para todas as famílias desejosas de se estabelecer na Favela do Borel: terem sido expulsas da Favela de Santo Antônio,⁷ que estava sofrendo um processo de despejo.

Da mesma forma, os diferentes centros da UTF, disseminados em algumas favelas, esforçavam-se para representar diretamente os favelados junto aos poderes públicos, desempenhando por vezes o papel de associação de moradores. Se bem que a UTF se tenha declarado independente de qualquer partido político, o apoio comunista provou ser, de fato, fundamental para suas atividades, como demonstra a extensiva cobertura dada pelo jornal comunista *Imprensa Popular* às suas iniciativas.⁸ A preocupação da imprensa com a UTF,⁹ e muito especialmente com seu fundador, chamou prontamente a atenção das elites e provocou temores de uma possível manipulação política dos favelados.

Pela sua formação jurídica, Magarinos Torres procurou traduzir a mobilização política em instrumentos jurídicos dentro de um esforço de construção de direitos. Sua atuação se inseriu em uma linha de advogados, de diferentes linhas políticas e formas de atuação, que procuraram traduzir em termos jurídicos mobilizações políticas dos favelados. Esse era o caso, por exemplo, de Geraldo Moreira, muito atuante na favela do Jacarezinho e que chegou a ser eleito vereador do Distrito Federal.

Magarinos Torres elaborou em 1954, no âmbito da UTF, um anteprojeto de lei para os trabalhadores-favelados (Coleção DPS/APERJ, Código nº 1046). Seguindo a mesma retórica trabalhista¹⁰ da época, o preâmbulo desse anteprojeto exigia que os direitos dos trabalhadores fossem também estendidos aos “cidadãos-trabalhadores” das favelas:

Considerando que a população das favelas é composta na sua quase totalidade de trabalhadores, e que é dever do Estado, por disposição Constitucional, zelar pelo bem estar da classe obreira e de sua família, no interesse mesmo de melhorar a produtividade do trabalhador e em consequência os índices de produção do país.

Esse preâmbulo previa também a permissão para que os favelados melhorassem progressivamente suas casas com seus próprios recursos, a proteção do pequeno comércio local e o abandono definitivo de qualquer política de remoção dos favelados. O artigo 2º tinha por objetivo eliminar as práticas clientelistas, obrigando os poderes públicos a executar uma série de intervenções no conjunto das favelas. O anteprojeto previa também não apenas a desapropriação pela Prefeitura dos terrenos ocupados pelas favelas, para oferecê-los aos favelados (Artigo 3º), como a concessão a estes de financiamentos para que pudessem construir suas casas no local (Artigo 4º). Defendia a concessão de subsídios fiscais ao pequeno comércio situado nas favelas (Artigo 5º) e entronizava a UTF como único representante oficial de todos os favelados, à imagem da estrutura sindical. Segundo os artigos 6º e 7º, a Comissão de Favelas deveria ser extinta, e a UTF considerada de utilidade pública, espécie de extensão do poder público, recebendo, inclusive, subvenções para exercer essa função.¹¹

Magarinos Torres foi um ferrenho crítico das violentas e arbitrárias operações policiais nas favelas (Gonçalves, 2013) e das remoções empreendidas pelo governador Carlos Lacerda. A cobertura do *Correio da Manhã* da remoção da favela Getúlio Vargas na Gávea descreve a tentativa do advogado de bloquear a remoção, afirmando que elementos da Secretaria de Serviços Sociais compravam barracos em várias favelas da cidade para instalar pessoas que, na maioria dos casos, eram funcionários subalternos de repartições do governo estadual (*Correio da Manhã*, 1964: 2).

DESCONSTRUINDO O “MITO”: MAGARINOS TORRES E SUAS CONTRADIÇÕES

Há uma dificuldade em se estabelecer diferenças entre a imaginação mitológica e os fatos históricos, sendo necessário o entendimento do processo de transposição da fronteira entre o factual e o mítico, marcado por parcelas de “espontaneidade criadora” e

“construção intencional” (Girardet, 1987: 72). No tocante à vida familiar de Magarinos Torres, é interessante ressaltar alguns fatos, como as dificuldades financeiras oriundas de sua atuação e militância (Amoroso, 2015: 130-132),¹² e o parentesco de sua esposa, Dora Mourão de Magarinos Torres, com o general Olímpio Mourão Filho, um dos principais articuladores do golpe de 1964. Por sua vez, sua cunhada, casada com Hélio Magarinos Torres, era irmã de um dos líderes da UDN e aliado de Carlos Lacerda, Mauro Magalhães. Além de afirmar que essas redes de poder foram usadas no momento do golpe militar para proteger Magarinos Torres, ela chega a afirmar que existia uma convivência amistosa entre o advogado e o general (Depoimento de Maria Helena Magalhães Magarinos Torres, 7/3/2011):

(...) antes de ser preso, ele era muito amigo do Mourão Filho. Mourão passava as noites na casa dele aqui na Usina, jogando xadrez. Eles eram muito amigos e jogavam xadrez sempre, a noite toda. Deu essa confusão, de repente estourou essa revolução toda, e ele pegou o nosso carro, a kombi do meu marido, que não era conhecida assim pela polícia, mas o carro dele era, e saiu pela rua. Ele parava no botequim e ligava para o Mourão e falava: ‘Mourão, seu safado, você me deixou numa dessa, jogou comigo a noite toda e nem me falou nada, que bananosa que eu estou’. Ele desligava e saía, e a polícia batia aqui. Passava um pouco, ele estava em outro bairro e dizia: ‘Mourão, seu isso, seu aquilo, como você faz uma coisa dessa?’ E o Mourão, coitado, também não podia falar. Ele falava: ‘Eu não podia falar, Antoine, o que eu podia fazer?’ O Antoine era o comunista, o Mourão era do governo.

Há outros elementos da memória familiar sobre o advogado que reforçam sua ligação com seus parentes de posição ideológica contrária (Depoimento de Maria Helena Magalhães Magarinos Torres, 7/3/2011):

(sobre o golpe de 1964): Quando ele soube que já se preparava algum movimento, ele estava a par disso, ele morava em uma casa muito grande, e o terreno dele tinha oito quilômetros de terreno para cima. Ele ia até a Estrada do Cristo, então aquela casa tinha aquele terreno que saía lá em cima naquela estrada. Ele ia levando em um saco, ele levava tijolos, levava cimento. Ele construiu uma coisa qualquer dentro daquela mata. Dizia ele: ‘Eu estou fazendo isso aqui porque nós vamos ganhar essa, eu e meus amigos’. O Mauro Magalhães, que era meu irmão, na época era líder da UDN, trabalhava com Carlos Lacerda, e o Antoine dizia: ‘Ele vai ser perseguido pelo meu grupo, e a minha turma é muito mais violenta do que eles. Ele vai ser perseguido, o Mourão também vai ser perseguido, eu estou fazendo um esconderijo, eu vou botar eles lá, que ali dentro da mata da minha casa ninguém vai descobrir. Eu vou lá levar comida para eles, então eu estou fazendo essa casa’. Ele mesmo construiu com as mãos dele, levou tijolo e fez um cômodo escondidinho ali, ele sempre dizia: ‘Olha, vocês têm sorte que vocês ganharam, se a minha turma ganha era uma violência tal que vocês não escapavam’.

Deve-se ter em mente que essa abordagem colocada pela família de Magarinos Torres também revela uma visão que contribui para a construção mítica do advogado. Por vezes, há a descrição de uma atuação política exageradamente idealista, sem muitas informações sobre as práticas corriqueiras de conchavos e articulações, como demonstra a pitoresca história da construção de um esconderijo para Olímpio Mourão Filho e Mauro Magalhães no quintal de sua casa, caso a “sua turma saísse vencedora em 1964”. Porém, a despeito do maior ou menor grau de afetividade dos laços entre o advogado e seus parentes de ideologia contrária, suscetível às variações e sentidos múltiplos típicos da construção da memória, é inegável que tal relacionamento poderia constituir um elemento de tensão na vida pessoal de Magarinos, bem como em seu convívio familiar.

Se a UTF foi extremamente atuante na defesa dos moradores do Borel, ela também suscitou conflitos e tensões, sobretudo pelo fato de ter assumido muitas das funções de regulação interna da favela. Ao nos debruçarmos sobre o livro de Manoel Gomes, temos indícios para melhor refletir sobre o impacto da atuação da UTF entre os moradores, não apenas do Borel, aliás. Manoel Gomes (1980: 34) chega a colocar a necessidade de “não permissão de construção de novos barracões a elementos desassociados da União – só ela exerceria o poder central nos casos relativos à vida interna dos moradores ali localizados”. Tais medidas são descritas por Gomes como uma forma de reforçar a resistência contra as investidas da empresa Borel-Meuron para remover os favelados.

De fato, um dos aspectos da atuação da associação de moradores durante a década de 1950 e parte dos anos 1960, período em que atuou pela UTF, foi a regulação da propriedade e a organização interna do Borel (Amoroso, 2015). Essa questão fica visível no depoimento de antigos moradores (Depoimento de Jacaré,¹³ 6/11/2010):

Quando a gente invadia pra fazer um barraquinho, o presidente dizia que tinha que falar com ele antes. Fui fazer o barraquinho de um amigo meu, aí juntou o pessoal da associação, um tesoureiro e o primo dele e disse que não poderia fazer. Mas eu fiz.

A situação descrita acima levanta a possibilidade de conflitos de interesse movidos pela atuação da União como agente de regulação na favela do Borel. Porém essa situação não existiu apenas no Borel, podendo ser estendida a outras favelas nas quais a UTF atuou junto com Magarinos Torres, entre as quais podemos destacar o Parque União, localizado na região que atualmente se convencionou chamar de Complexo da Maré. A maior ocupação da área foi iniciada a partir de 1959 sob o comando de Magarinos Torres, que coordenou o loteamento e estabeleceu o controle sobre quais indivíduos poderiam se instalar como moradores da favela, podendo ser proprietários de apenas um único terreno, além de defender os

habitantes de tentativas de remoção. Segundo a memória local, o próprio advogado ordenava a destruição dos barracos que eram construídos sem sua autorização (Vaz, 1994). A influência do advogado sobre o Parque União pode ser vista quando chamou seu loteamento inicial de bairro Desembargador Magarinos Torres, em homenagem a seu pai.

É possível identificar uma série de conflitos internos dentro da diretoria da associação local, um diretório da UTF, que revelam uma representação negativa e bem distante daquela descrita em relação ao Borel. No dia 21 de fevereiro de 1962, foi encaminhada uma denúncia à polícia pedindo a apuração de uma situação de conflitos existente no diretório da “União dos Trabalhadores Favelados do Bairro Desembargador Magarinos Torres”. Segundo a denúncia (Fundo Polícia Política/APERJ, pasta 2, dossiê 19, folhas 5 e 6),

Foi presidente dessa associação João Alexandrino da Silva, o qual estaria desservindo os seus companheiros, e, antecipando sua demissão, exonerou-se. (...) Tivemos conhecimento de que Alexandrino tem promovido um ambiente de terror através de porte de arma e de auxílio de seus parentes, que estariam também portando facas e outros instrumentos ofensivos.

Desse modo, dois moradores do Parque, Raquel Souza dos Santos e Albino Manoel dos Santos, teriam sido ameaçado de morte “porque não se submeteram a Alexandrino, que os compelia à assinatura de um papel em branco”. Também foram feitas ameaças ao “soldado da PMEG [Polícia Militar do Estado da Guanabara] Alberto Camilo (...), ameaça feita em presença de indivíduos que se diziam policiais”. Por último, foi solicitada a presença de Magarinos na delegacia local para a prestação de esclarecimentos: “Esteve presente o Dr. Magarinos Torres Filho, que, à minha sugestão, apresentaria um relatório posterior e dos antecedentes, bem como do aspecto legal e contábil da associação” (Fundo Polícia Política/APERJ, pasta 2, dossiê 19, folhas 5 e 6).

O nome de João Alexandrino se envolveria em outro caso de contornos mais dramáticos, revelador da disputa de diferentes atores pela implementação de projetos ligados às favelas naquela região. Em 1962, Magarinos Torres se envolveu em duas pendengas judiciais. Na primeira, foi acusado de obter lucros com a exploração ilegal do terreno promovendo a venda de bens da União, além de se envolver no assassinato do operário Eufrásio Severino da Silva, que teria em seu poder fichas fornecidas pelo SERFHA para um levantamento dos moradores da favela, o que teria sido a causa de seu assassinato. O segundo inquérito tratava da defesa de Magarinos e da exigência de punição de seus detratores, bem como de uma ação de manutenção de posse do terreno movida contra o SERFHA (Amoroso & Gonçalves, 2011).

Em seu depoimento, Magarinos Torres chegou a afirmar (Fundo Polícia Política/APERJ, dossiê 12, folha 66):

que todos os depoentes que figuram neste inquérito, ou foram introduzidos subrepticiamente por aquele João Alexandrino ou foram por atos de violência da polícia, e muitos, inclusive, não moravam sequer no local, como os três signatários da petição que dá origem a este inquérito.

Nosso intento não é averiguar, aqui, a veracidade das informações presentes nesse longo ou intrincado processo, mas entender sua ocorrência dentro do campo de disputas de projetos políticos para as favelas nesse período. Pistas para tal objetivo estão presentes na ação de manutenção de posse comandada por Magarinos. Nela, o advogado faz as seguintes acusações (Fundo Polícia Política/APERJ, pasta 2, dossiê 12, folhas 5 a 8):

Desde princípios de 1961, os possuidores do terreno localizado na Avenida Brasil, 7020 a 7030, *vinham sendo ameaçados de esbulho*, por intermédio do engenheiro Anísio Silva, usando, para ameaçar, guardas e 'memoranda' de intimação do Departamento Estadual de Estradas de Rodagem, marcando prazo aos possuidores para abandonarem a posse (...). Em relação a este processo de homicídio, que corria sob a honrada vigilância de V. Sa., *o governador, avocando-o, entregou-o à delegada de ordem política e social, mandando que o delegado Ventura distorcesse a verdade*, de modo a indiciar o advogado que esta assina como mandante do crime, o que aquele delegado prevaricador e desonesto tem feito, *por meio de depoimentos que sabe falsos, alguns a ele levados por dois "grileiros", Carlos Gonçalves e Felipe Pinto, contra os quais o ora denunciante tem promovido queixas crimes por atos de esbulho e tentativas de despejo e outros crimes, relativamente à posse dos favelados do Borel e da Favela do Mata-Machado, na Estrada das Furnas. (...) junta-se, também, com o seu inegável prestígio, o arcebispo Hélder Câmara, como presidente da Cruzada São Sebastião, telefonando a diretores de jornais e pedindo-lhes que deem curso às caluniosas notícias que propalam a respeito e mandando que padres deponham caluniosamente nos processos forjados, tudo porque, estando acusado pelo ora denunciante e advogado, de haver-se apropriado, indebitamente, de mais de 20 bilhões de cruzeiros destinados a melhoramento em favelas, por intermédio da dita Cruzada, nada realizando ou aplicando do dinheiro que lhe doou o presidente Juscelino, durante o seu governo (grifos nossos).*

A longa passagem acima serve para ilustrar os principais agentes com que a UTF, personificada na figura de Magarinos Torres, disputava a implementação de suas propostas políticas nas favelas ao longo das décadas de 1950 e 1960. Ao mencionar acusações de desvio de verbas públicas contra Dom Hélder Câmara e "seu inegável prestígio", independentemente de as afirmações serem ou não verídicas, Magarinos voltava sua artilharia contra a Igreja, um dos atores que vinham atuando junto aos moradores das favelas desde o final dos anos 1940, com a criação da Fundação Leão XIII, embora seu alvo direto, nesse caso, fosse a Cruzada São Sebastião. É necessário lembrar que a Fundação Leão XIII foi criada com a intenção, entre outras, de disputar a influência sobre os moradores de favelas com o Partido Comunista, com um

projeto de controle ideológico que depois foi sendo revertido em uma atuação de manutenção de serviços, como centros sociais, creches e provimento de redes de água (Leeds & Leeds, 1978 e Rios, 1986). A própria Cruzada São Sebastião surgiu logo após o aparecimento da UTF, em 1956, em um contexto de disputas internas dentro da própria Igreja, com um projeto de promoção da integração a partir do conceito de *desenvolvimento comunitário*, baseado na interpretação dos habitantes de favelas como agentes promotores de sua própria inserção social (Rios, 1986). A crescente aceitação da UTF entre esse segmento social também foi um dos motivos que levaram ao aparecimento da Cruzada dentro de uma disputa política onde as favelas eram o território a ser conquistado (Gonçalves, 2013).

Ao citar Carlos Lacerda, porém, Magarinos Torres mencionava novos atores em disputa em um contexto político que se inaugurou a partir da criação do Estado da Guanabara em 1960. Lacerda foi o primeiro governador do recém-criado estado, e sua política para as favelas pode ser dividida em dois momentos, tendo como marco divisório o ano de 1962. O primeiro momento foi caracterizado pela atuação de José Arthur Rios à frente da Coordenação de Serviços Sociais. Rios já era conhecido pela sua atuação nas favelas, sobretudo por ter coordenado a elaboração do famoso estudo SAGMACS.¹⁴ Após 1962, segundo relato do próprio José Arthur Rios (15/05/2011), a pressão do mercado imobiliário conduziu a uma mudança profunda da política estadual em relação às favelas, e a Coordenação de Serviços Sociais se tornou uma secretaria de estado e passou ao comando de Sandra Cavalcanti.¹⁵ O governo Carlos Lacerda incorporou as remoções de favelados para os distantes conjuntos habitacionais (Leeds & Leeds, 1978) como política de estado.

Com isso, podemos perceber que os agentes citados por Magarinos Torres em sua denúncia eram atores com propostas de implementação de projetos políticos para as favelas, além de, no caso de Lacerda, ser um representante do poder público. Ou seja, eram sujeitos políticos concorrentes da UTF, configurando-se um quadro de disputas que envolvia, inclusive, confrontos no campo dos discursos e na elaboração de distintas representações dos adversários políticos. Esse imbróglio demonstra o esforço para garantir posições de poder, e pode ser observado tanto na troca de acusações exemplificada pela acusação de Magarinos Torres no assassinato de Eufrásio Severino da Silva, quanto nas insinuações supracitadas de corrupção evocadas pelo advogado.

É interessante perceber que temos um quadro de disputas entre atores políticos envolvendo as favelas na esfera do Judiciário. Porém há algumas diferenças de interesse nas "batalhas pela terra" (Fischer, 2008) que abrangem o período dos anos 1930 a 1950, uma vez que elas não visavam ao direito à permanência ou a interesses da "indústria da expropriação" (Gonçalves, 2013). Nesse caso, o objeto de disputa era a legitimação para a implementação de projetos de intervenção em favelas por sujeitos políticos concorrentes.

Com relação aos processos nos quais Magarinos Torres se envolveu, é preciso atentar para outro de seus aspectos: a data de realização, a partir de um acontecimento ocorrido no final de 1961, e cujos desdobramentos jurídicos se estenderam pelo ano de 1962. O final da década de 1950 é tido como de decréscimo da influência comunista nas favelas (Gonçalves, 2013). Em 1959, foi criada a Coligação dos Trabalhadores Favelados do Rio de Janeiro (CTFRJ) a partir das articulações obtidas pela UTF com José Gomes Talarico em sua chapa com Magarinos Torres nas eleições de 1958 (Lima, 1989). Nísia Trindade Lima chega a mencionar os embates da coligação com o Serviço Especial de Recuperação das Favelas e Habitações Anti-higiênicas (SERFHA), já sob o comando de José Arthur Rios, e com a Cruzada São Sebastião, ocorridos desde o I Congresso dos Trabalhadores, evento que deu origem à CTFRJ. Ainda segundo Lima (1989: 124): “A interferência de questões partidárias nas atividades da entidade motivou, segundo algumas lideranças do movimento de favelas, o declínio das atividades da CTFRJ e sua posterior substituição pela FAFEG, em 1963”.

Desse modo, poderíamos considerar o final dos anos 1950 e início dos anos 1960 como um possível período de declínio das ações da UTF. Porém, diante dos processos em que Magarinos se envolveu no decorrer dos anos 1960, há claros indicadores de uma disputa ativa pelo campo de atuação política para a implementação de propostas em favelas. Precisamos nos questionar sobre o grau desse declínio e sobre uma virtual perda de importância da UTF e de seus diferentes diretórios capitaneados pela CTFRJ.

CONCLUSÃO

O livro de Manoel Gomes (1980: 73) se encerra com menções ao golpe de 1964 como uma punição aos que tinham o “desprendimento em defender os injustiçados trabalhadores brasileiros”. Porém há mais elementos não mencionados na história de Magarinos Torres, como suas candidaturas fracassadas ao Poder Legislativo local no Rio de Janeiro em 1958 e 1960. Magarinos foi também atuante no momento do golpe de 1964, quando foi à Rádio Mayrink Veiga, ainda no 1º de abril, fazer um comunicado em nome da UTF (Fundo Polícia Política/APERJ, prontuário nº 47. 727, folha 22):

Trabalhadores favelados, trago, através da Rádio Mayrink Veiga, a rádio que divulga a palavra de ordem do deputado Leonel Brizola, também a palavra de ordem da União dos Trabalhadores Favelados, reunida esta madrugada e que decidiu o seguinte. (...) seus milhares de associados de todas as favelas do estado da Guanabara, se mantenham com seus rádios sintonizados com a Mayrink Veiga, cumprindo ordens do CGT, permaneçam em suas casas, obedientes à greve geral decretada. Organizem-se em grupos de 11, sob a chefia de um chefe e subchefia de outro trabalhador.

Homens e mulheres favelados, escolham o comandante geral e o seu substituto e subchefe. Destes grupos de chefe, escolham o comandante geral de cada favela, que deve levar seu mandato à sede da União dos Trabalhadores Favelados, na rua São Miguel, na Tijuca (...) contra os golpistas, contra a ameaça do governador Carlos Lacerda, em luta contra o domínio fascista que não respeita o lar dos trabalhadores favelados (...). As armas chegarão às nossas mãos em defesa do homem que traz o legado da carta de pensamento de Getúlio (...) atentos à Rádio Mayrink Veiga, que ordens partirão daqui, se usar a força, contra a violência do governador fascista.

Desse modo, vemos que o advogado fez um esforço para agregar a UTF aos “grupos dos onze” de Leonel Brizola,¹⁶ mais uma vez estabelecendo uma série de críticas a Carlos Lacerda, além de atentar para a possibilidade se “se usar a força”. Procurou assim articular questões da política nacional com a situação concreta das favelas cariocas.

E, de fato, com o golpe, o advogado caiu na ilegalidade, chegando a passar uma temporada escondido na casa de seu irmão, o médico Hélio Magarinos Torres. Posteriormente, Antoine de Magarinos Torres chegou a se exilar na embaixada da Bolívia, de onde conseguiu visto para entrar nesse país. Porém acabou retornando para o Brasil, mais uma vez para a casa do irmão. Sua cunhada tentou fazê-lo passar incólume por possíveis olhares denunciadores (Depoimento de Maria Helena Magalhães Magarinos Torres, 07/03/2011):

Eu raspei a barba dele, botei tinta clarinha no cabelo dele, botei ele louro, sem barbicha e louro. Ele ficou diferente, com aquele olhos dele grandes e azuis que não escondiam, eu comprei uns rolinhos e fiz permanente, fiz o cabelo dele igual carapinhas, enrolei o cabelo dele todo, ele ficou diferente. Botei ele no carro e disse: ‘Vamos passear’. (...) mas não é que quando passou no Borel ele gritou: ‘Ei, pessoal! Sou eu, o Margarinos, olha, só estou lá na casa do meu irmão’. Eu disse: ‘Antoine, hoje eu vou te matar agora, Antoine, não faça isso’. Ele: ‘Olha, é que eu pinteí o cabelo. Vocês não tão reconhecendo?’ E deu a ficha toda ali pela rua do Borel (risos).

Antoine de Magarinos Torres faleceu no dia 15 de outubro de 1966 de infarto do miocárdio, problema congênito do qual faleceram seus irmãos, todos por volta dos 50 anos, conforme dito por sua família. O entendimento de sua atuação política deve atentar para sua figura não apenas como o herói descrito por Manoel Gomes, mas como mais um ator em um campo de disputas no qual a favela assume seu lugar como espaço de implementação de propostas políticas para as classes populares. Assim, é preciso compreender a figura de Antoine de Magarinos Torres não como a de um “santo protetor das favelas”, mas como a de um ator pertencente a um projeto político específico, cujos interesses entravam em conflito com outros, e possuidor de contradições inerentes à própria prática política.

Após a sua morte, sua atuação política caiu no esquecimento, em grande medida por causa da repressão da ditadura. A mobilização política, sobretudo em termos jurídicos, ganhou

outros contornos no contexto da democratização e seria conduzida pelos esforços da Igreja Católica e o serviço jurídico da Pastoral de Favelas. A jornalista Guida Nunes retomou, com informações por vezes contraditórias, a memória de Magarinos. Essa retomada se consolidou com a obra já citada de Manoel Gomes e o trabalho pioneiro sobre a mobilização política nas favelas de Nísia Trindade (1987) em sua dissertação de mestrado. No entanto, Magarinos Torres voltou a cair no esquecimento, e mesmo o reflorescimento de estudos sobre favelas no final da década de 1990 não retomou a biografia do advogado. A reflexão sobre sua influência foi retomada com trabalhos mais recentes (Fischer, 2008; Gonçalves, 2013; Pestana, 2013; Oliveira, 2014 e Amoroso, 2015), marcados todos pelo esforço de trazer a discussão das favelas para uma reflexão histórica mais densa.

NOTAS

1 Favela localizada no tradicional bairro da Tijuca, no Rio de Janeiro, e cujo surgimento data da década de 1910.

2 Criada em 1954 no Borel como instrumento de mobilização contra um processo de despejo sofrido pela favela, a instituição pretendia ser um organismo que congregasse o movimento associativo dos moradores de favelas de forma ampla em todo Rio de Janeiro, tendo sido a primeira iniciativa do gênero. A UTF tinha como bandeira a luta pela infraestrutura urbana dessas áreas e pelo acesso a direitos diversos para seus moradores. Para um debate mais aprofundado sobre o tema, ver Lima (1989), Fischer (2008), Gonçalves (2013) e Amoroso (2015).

3 Existem estudos que abordam a questão das memórias das favelas desde a virada dos anos 1970 para os anos 1980, devendo-se fazer menção ao pioneirismo do trabalho de Lygia Segala (1983, 1991) na favela da Rocinha. Nos anos de 1990 e 2000, vemos um novo florescimento de trabalhos e pesquisas sobre memórias em favelas, como a coletânea de depoimentos de moradores e lideranças organizada por Dulce Pandolfi e Mário Grynszpan (2002) e projetos organizados por uma rede de múltiplos envolvidos, como diferentes lideranças e instituições da sociedade civil e do Terceiro Setor, em favelas como o Borel, Morro da Providência, Morro dos Prazeres, Mangueira e algumas das favelas da Maré, além de iniciativas como o *website* “Favela tem memória” da ONG Viva Rio. Esses projetos tiveram um momento de culminância em um seminário organizado pelo Instituto Superior de Estudos da Religião (ISER) em 2003, em que a temática foi debatida por esses diferentes sujeitos, com forte participação da academia. Para um breve debate, ver Amoroso (2015). Atualmente algumas dessas iniciativas ainda persistem, mas o quadro geral é de encerramento ou congelamento de atividades.

4 Antigo morador do Borel e militante pecebista já falecido, Manoel Gomes teve ampla atuação na UTF e em várias ocasiões fez parte de sua diretoria. É autor de um livro de memórias sobre o movimento associativo desse morro, cujo processo de elaboração, significado e impacto são abordados de forma mais aprofundada por Amoroso (2015).

5 No entanto, é preciso esclarecer que essa visão sobre a figura e a atuação do advogado, apesar de sua grande preponderância atual no Borel, não é a única historicamente presente nessa favela. Através de pesquisa documental da época é possível notar as diferenças internas entre grupos de distintos interesses, alguns consideravelmente críticos, inclusive, à atuação de Magarinos Torres dentro da UTF e em outras favelas e às atividades do grupo do próprio Manoel Gomes. É interessante citar um caso no qual Magarinos Torres, durante sua clandestinidade, chegou a ter sua presença denunciada nas proximidades do Borel por um morador

do Morro da Formiga, favela próxima à primeira (Amoroso, 2015: 147). Assim, a memória do autor de "As lutas do povo do Borel" sobre Magarinos e sua atuação deve ser vista como a de um grupo específico que, a partir das dinâmicas internas e próprias de disputa política, conseguiu que seu discurso memorialístico se sobrelevasse localmente sobre outros. Para uma visão mais aprofundada da questão, ver Amoroso (2015).

6 Segundo reportagens dos jornais *O Globo*, de 23/10/1953, e *Correio da Manhã*, de 25/10/1953, Magarinos Torres foi membro da comissão organizadora e delegado brasileiro na conferência continental dos Juristas Democráticos, que se realizou na Guatemala em 1952.

7 Uma das mais antigas favelas do Rio de Janeiro, ao que tudo indica ocupada por ex-militares que combateram no levante de Canudos no final do século XIX, a Favela de Santo Antônio localizava-se na área central da cidade, e sua erradicação ocorreu entre as décadas de 1950 e 1960, sendo que grande parte do material arenoso oriundo de sua demolição, uma vez que o morro também foi erradicado, foi utilizado na construção do Aterro do Flamengo. Em 1954, Magarinos Torres levou moradores dessa favela à Câmara dos Vereadores para cobrar solução perante a ameaça de despejo (APERJ, Fundo DPS, nº 1046).

8 O jornal *Imprensa Popular*, criado em 1948 e fechado em 1958, era vinculado ao Partido Comunista Brasileiro (PCB). Sucedeu ao jornal *Tribuna Popular*, fechado em dezembro de 1947. Com a cassação do registro do PCB naquele ano, "tornou-se necessário criar um novo órgão de imprensa que preenchesse as mesmas funções do primeiro: ou seja, um órgão que funcionasse como um jornal de massa, apresentando formulações mais amplas do que o jornal oficial do partido". Para maiores informações, ver <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/imprensa-popular>. Acesso em setembro de 2016.

9 Os métodos empregados pela UTF, e principalmente por seu fundador, foram constantemente criticados. Segundo o Relatório SAGMACS (Sociedade de Análises Gráficas e Mecanográficas Aplicadas aos Complexos Sociais, 1960:31), famoso estudo sobre o qual serão dados maiores detalhes posteriormente, a UTF queimava as casas de todos os moradores que não pagassem a contribuição obrigatória à associação e também coagia mulheres e crianças a participar das manifestações. Essa visão mostra outra forma de ver a atuação da entidade e de Magarinos Torres, e é fundamental para entender as disputas sobre as favelas e projetos de cidade no período.

10 Deve-se fazer menção ao debate historiográfico acerca das categorias "populismo" e "trabalhismo". A primeira foi elaborada entre os anos 1950 e 1960 a partir do trabalho de intelectuais como Alberto Guerreiro Ramos, Hélio Jaguaribe e Francisco Weffort, entre outros. Categoriza uma política de massas voltada para trabalhadores entendidos como sujeitos passíveis de manipulação em troca de capital eleitoral. A segunda foi elaborada a partir dos anos 1980, a partir de pesquisas de autores como Ângela de Castro Gomes, Lucília de Almeida Neves, Argelina Figueiredo, entre outros. Sua interpretação vê os trabalhadores como um sujeito social dotado de autonomia e capacidade de realização de escolhas políticas de acordo com cálculos conjunturais. Deve-se deixar claro que o debate é extremamente mais complexo e rico que este breve resumo, e a questão do trabalho e dos trabalhadores é abordada por autores de diferentes tendências interpretativas e posições, como Marcelo Badaró Mattos e, mais recentemente, Paulo Fontes e Alexandre Fortes. Para um aprofundamento no histórico do debate entre as duas categorias citadas, ver Ferreira (2001).

11 A Comissão de Favelas foi criada em 1952 e era diretamente ligada ao gabinete do prefeito. Tinha o objetivo de coordenar as diversas políticas municipais em relação às favelas e existiu até 1956, quando foi substituída pelo SERFHA (Serviço Especial de Recuperação de Favelas e Habitações Anti-higiênicas). Sobre a comissão, ver Gonçalves (2013) e Oliveira (2014).

12 Essa questão também foi relatada pela sua filha, Rosa Magarinos Torres, no documentário *Magarinos, o advogado do Morro* (filme de Rafael Soares Gonçalves e Mauro Amoroso e dirigido por Ludmila Curi).

Segundo sua filha, já no final de sua vida não conseguia mais exercer a advocacia e terminou por vender o escritório e a família vivia dos recursos da venda.

13 Nascido em 1931, o depoente já falecido residiu no Borel a partir de 1954.

14 A SAGMACS foi originalmente criada em São Paulo em 1947 pelo frei dominicano francês Louis-Joseph Lebet. O diretor de seu escritório no Rio de Janeiro foi o sociólogo José Arthur Rios, que coordenou um aprofundado estudo sobre as favelas cariocas, inédito em termos de alcance e complexidade. O estudo foi publicado pelo jornal *O Estado de S. Paulo* em dois suplementos especiais em 1960, e no mesmo ano *A Tribuna da Imprensa* reeditou o trabalho em fascículos. Embora seu título fosse “Aspectos humanos das favelas cariocas”, o estudo também passou a ser amplamente conhecido como “Relatório SAGMACS”, e é uma das principais fontes da época para o estudo desse tipo de habitação popular. Para um debate aprofundado, ver Mello, Machado da Silva, Freire & Simões, 2012.

15 Foi a primeira presidente do Banco Nacional de Habitação (BNH) e concorreu às eleições para o governo do estado do Rio de Janeiro em 1982.

16 Movimento criado por Leonel Brizola em outubro de 1963 para militar em prol das reformas de base. Sua denominação vem de sua organização em grupos de 11 pessoas, das quais uma era líder. Após o golpe de 1964, o movimento foi abandonado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMOROSO, Mauro. *Caminhos do lembrar: a construção e os usos políticos da memória no Morro do Borel*. Rio de Janeiro: Ponteio, 2015.

——— & GONÇALVES, Rafael Soares. Memória hagiográfica e movimentos sociais urbanos: a militância política de Antoine de Magarinos Torres nas favelas cariocas. In: Encontro Regional Sudeste de História Oral, 11, 2011. Anais. São Paulo: ABHO, 2011. 1 CD-ROM.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta de Moraes & AMADO, Janáina (orgs). *Usos e abusos da História Oral*. Rio de Janeiro, Ed. FGV, 1996.

BRUM, Mario. *Cidade alta: história, memória e estigma de favela num conjunto habitacional do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Ponteio, 2012.

CORREIO DA MANHÃ. “Advogado preso na mudança da favela”, 18/3/1964.

COUTINHO, N. *Um ensaio de aplicação das técnicas de organização social de comunidade num projeto piloto de conjunto residencial para ex-favelados*. Rio de Janeiro: SESC, 1959.

FINLEY, Moses I. Mito, memória e história. In: *Uso e abuso da história*. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

FISCHER, Brodwyn. *A poverty of rights: citizenship and inequality in twentieth century Rio de Janeiro*. California: Stanford, 2008.

FONTES, Paulo. Trabalhadores e associativismo urbano no governo Jânio Quadros em São Paulo (1953-1954). *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 33, 2013.

GIRARDET, Raoul. *Mitos e mitologias políticas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

GOMES, Manoel. *As lutas do povo do Borel*. Rio de Janeiro: Edições Muro, 1980.

GONÇALVES, Rafael Soares. *As favelas do Rio de Janeiro: História e Direito*. Rio de Janeiro: PALLAS, 2013.

- LEEDS, Anthony & LEEDS, Elizabeth. *A sociologia do Brasil Urbano*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1978.
- LIMA, Nísia Trindade Verônica. *O movimento de favelados do Rio de Janeiro: políticas do Estado e lutas sociais*. Dissertação (Mestrado em Sociologia) -IUPERJ/UCAM. Rio de Janeiro, 1989.
- MELLO, Marco Antonio da Silva; MACHADO DA SILVA, Luiz Antonio; FREIRE, Letícia de Luna & SIMÕES, Soraya Silveira (orgs). *Favelas cariocas: ontem e hoje*. Rio de Janeiro: Garamond, 2012.
- NEGRO, A. L & SILVA, F. T. da. Trabalhadores, sindicatos e política (1945-1964). In: DELGADO, Lucília de Almeida Neves & FERREIRA, Jorge (org.). *Brasil Republicano – o tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- OLIVEIRA, Samuel. *“Trabalhadores favelados”: identificação das favelas e movimentos sociais no Rio de Janeiro e em Belo Horizonte*. Tese (Doutorado) – Rio de Janeiro: PPGHPBC-CPDOC/FGV, 2014.
- PANDOLFI, Dulce & GRYNSPAN, Mário. Favelas e poder público: uma relação delicada. In: OLIVEIRA, Lúcia Lippi (org.) *Cidade: história e desafios*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2002.
- & ——— (orgs). *A favela fala: depoimentos ao CPDOC*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2003.
- PESTANA, Marco. *A União dos Trabalhadores Favelados e a luta contra o controle negociado das favelas cariocas, 1954-1964*. Dissertação (Mestrado em História) – UFF. Niterói, 2013.
- RIBEIRO, Jayme Fernandes. “A “paz vermelha”: a imprensa comunista brasileira e a “campanha por um pacto de paz”. In: Encontro Regional de História, 12, 2006. Anais... Rio de Janeiro: ANPUH-RJ, 2006.
- RIOS, Rute. Amando de modo especial os menos favorecidos, 1945–1954. In: VALLA, Victor (org.). *Educação e favela: políticas para as favelas do Rio de Janeiro, 1940-1985*. Petrópolis: Ed. Vozes, 1986.
- SEGALA, Ligia. *Varal de lembranças: histórias da Rocinha*. Rio de Janeiro: Tempo & Presença/SEC/MEC/FNDE, 1983.
- . *O riscado do balão japonês: identidade social e trabalho comunitário na Rocinha (1977-1982)*. Dissertação (Mestrado). Rio de Janeiro: PPGAS-Museu Nacional/UFRJ, 1991.
- Sociedade de Análises Gráficas e Mecanográficas Aplicada aos Complexos Sociais (SAGMACS). Aspectos humanos da Favela Carioca. *O Estado de São Paulo*. São Paulo: 13 e 15 de abril de 1960.
- VAZ, Lilian. *História dos bairros da Maré: espaço, tempo e vida cotidiana nos bairros da Maré*. Rio de Janeiro: SR-5/UFRJ/CNPq, 1994.

DEPOIMENTOS E FONTES

- Depoimento de Jacaré, 6/11/2010.
- Depoimento de Chico da Lapa, 15/2/2011.
- Depoimento de Antônio Eugênio de Magarinos Torres, 7/3/2011.
- Depoimento de Maria Helena Magalhães Magarinos Torres, 7/3/2011.
- Depoimento de José Arthur Rios, 15/5/2011.
- COLEÇÃO DPS/APERJ, Código nº 1046.
- Fundo de Polícia Política da Guanabara/APERJ, prontuário 47. 727.
- Fundo Polícia Política/APERJ, pasta 2, dossiês 12 e 19.

NAS TRAMAS DO COTIDIANO: EXPERIÊNCIAS DE JOVENS E MULHERES TRABALHADORAS NA INDÚSTRIA TÊXTIL DE BLUMENAU (1958-1968)

Weaving everyday life: the experiences of young and female
workers in the textile industry of Blumenau (1958-1968)

CRISTINA FERREIRA

<http://dx.doi.org/10.1590/S2178-14942016000300009>

Cristina Ferreira é mestre em História do Brasil pela Universidade Federal de Santa Catarina, doutora em História Social pela Universidade Estadual de Campinas e professora titular da Fundação Universidade Regional de Blumenau (cliocris@gmail.com).

Artigo recebido em 26 de agosto e aprovado para publicação em 29 de setembro de 2016.

RESUMO

Este artigo intenciona problematizar as relações entre norma e prática de jovens e mulheres trabalhadores da indústria têxtil de Blumenau, com ênfase na dimensão do cotidiano, repleto de estratégias criativas de atuação no mundo do trabalho. Em um universo de constantes trocas de experiência, a ênfase recaía sobre o trabalho diário e a elaboração de códigos de solidariedade, com atitudes sutis de inversão da ordem disciplinar: consumo de doces no setor de produção, uso de caixas e equipamentos para construir uma área de conversas e brincadeiras durante o expediente, além da criação de gestos que indicavam a presença de mestres e contramestres.

PALAVRAS-CHAVE: jovens; mulheres; trabalhadores; indústria têxtil; cotidiano; Blumenau.

ABSTRACT

The article intends to discuss the relations between codes and practices of young and female workers in the textile industry of Blumenau, with emphasis on the dimension of everyday life, full of creative strategies in the workplace. In a world of constant exchanges of experience, the emphasis fell on the daily work and the development of solidarity codes, with subtle attitudes inverting the disciplinary order: eating cakes in the production sector, using boxes and other equipment to build an area of conversation and play during the working hours, and stipulating gestures and signs that indicated the presence of headmen.

KEYWORDS: young; women; workers; textile industry; everyday life; Blumenau.

RÉSUMÉ

L'article examine la relation entre la règle et la pratique chez des jeunes et des femmes ouvrières de l'industrie textile de Blumenau en mettant l'accent sur la dimension de la vie quotidienne, pleine de stratégies créatives d'action. Dans un univers plein d'échanges d'expérience, l'accent était mis sur le travail quotidien et le développement de codes de solidarité, comprenant des attitudes subtiles qui renversaient la discipline: la consommation de gateaux sur le site de production; l'usage de boîtes et d'autres équipements pour construire une zone de conversation et de jeux au cours de la journée de travail, et la création de gestes et de signes pour indiquer la présence des chefs d'équipe.

MOTS-CLÉS: jeunes; femmes; ouvrières; industrie textile; vie quotidienne; Blumenau.

“EU TINHA VONTADE DE VOLTAR..., MAS TINHA QUE TRABALHAR!”: A INDÚSTRIA TÊXTIL ENTRE O LAR E A FÁBRICA

O processo histórico que engloba o final da chamada “experiência democrática” (1960-1964) e o início da ditadura civil-militar brasileira (1964-1968) ainda constitui temática em fase de investigação na historiografia brasileira recente. Em especial, se o cerne da análise estiver direcionado para o modo como os trabalhadores urbanos atuavam no cotidiano, ângulo de abordagem dos estudos relacionados aos grandes centros urbanos do país, especialmente no eixo Rio-São Paulo. Portanto, a relevância deste estudo consiste na análise das relações cotidianas de jovens e mulheres trabalhadoras em Blumenau (SC),¹ cidade industrial associada ao segmento têxtil, classificada como o décimo polo têxtil nacional, sexto produtor de tecidos de algodão e terceiro produtor de fio de algodão. A cidade ocupava ainda a primeira posição no Brasil na produção de artigos felpudos, de malharia branca, de camisas de malha e de etiquetas bordadas (aproximadamente 63% da manufatura brasileira); e era o segundo produtor de gazes medicinais e de roupas brancas de modo geral.² Esses números contribuíram para que, em 1961, Blumenau figurasse como o primeiro centro industrial de Santa Catarina, com um total de aproximadamente 10 mil trabalhadores (19,2% da mão de obra total do estado), sendo 6 mil somente no ramo têxtil, número equivalente a 67% do trabalho fabril no município.³

Em meados do século XIX, a cidade contou com uma expressiva colonização europeia, predominantemente alemã, e em sincronia com a implementação da indústria no Brasil (1880) surgiram as primeiras indústrias têxteis na região do Vale do Itajaí. Essa condição considerada “pioneira” conduziu a maior parte das análises ligadas às indústrias, com a predominância de vertentes economicistas de abordagem, com foco na idealização dos chamados “capitalistas sem capital” (Mamigonian, 1966), posição que ressalta o empreendedorismo dos empresários e fundadores das empresas locais. Portanto, praticamente são inexistentes os estudos que privilegiam análises voltadas para os próprios trabalhadores, elemento distintivo para o estudo da história social do trabalho na localidade.

Entre 1958-68, a Empresa Industrial Garcia, a Fábrica de Artefatos Têxteis Artex S/A, a Cia. Hering, a Cia. Têxtil Karsten e a Fábrica de Gazes Medicinais Cremer S/A eram

consideradas as quatro maiores empresas da cidade, com uma média de aproximadamente 800 operários cada uma. Na constituição paisagística de Blumenau na década de 1960, as indústrias têxteis estavam escondidas no fundo dos vales, por entre as montanhas, e não concentradas nas áreas específicas destinadas à localização dos parques fabris. Dos 6 mil operários da indústria têxtil, aproximadamente 5.500 moravam em um raio inferior a 3 km de seu local de trabalho (Mamigonian, 1966: 466-469). Essa configuração dos espaços urbanos voltados para um enquadramento civilizatório de Blumenau pode ser equiparada ao sistema paulista de vilas operárias nos arredores das tecelagens.⁴ Sua característica fundamental era a localização das indústrias, residências dos diretores e serviços principais nas avenidas centrais do bairro, enquanto as moradias dos operários ficavam nos pontos de acesso com pouca estrutura.⁵ Isso indicava a extensão da rede de produção nos arredores das fábricas e alertava para a exacerbação de uma “insegurança estrutural” (Savage, 2004: 33), vivenciada por todos os trabalhadores a partir das dificuldades de acesso aos serviços de utilidade para suas demandas cotidianas. Além disso, tal disposição espacial contribuía para que a rotina diária fosse ordenada em torno do trabalho, atividade considerada de enobrecimento e orgulho, que centralizava boa parte da vida dos trabalhadores. Às atividades laborais atribuía-se tanto um valor ético quanto prático, tendo em vista o ideal de realização profissional.

As estreitas ligações com as atividades de trabalho são inerentes à própria existência e seria incabível praticar análises pautadas na dicotomia entre o trabalho fabril e o lar e, salvaguardadas suas diferenças, as responsabilidades diárias realizadas em ambas as esferas direcionavam para uma dúvida constante: qual delas deveria receber maior atenção e dedicação no cotidiano? O dia a dia – *everyday* (Elias, 1998: 71) – tem uma relação de simbiose com a rotina e o trabalho diário propriamente, além de vincular-se à esfera de eventos mundanos, à vida privada, às genuínas experiências e à formulação da consciência de classe.

De uma forma ou de outra, múltiplos elementos se articulavam com a produção fabril, e o trabalho se conectava às formas de convivência associadas à família e à comunidade, na composição das práticas cotidianas dos trabalhadores. Uma série de ações gerava uma constante interrelação entre a diversidade e a paridade, a divisão e a unidade, em uma contínua interação e correlação de forças, longe da estática ou fixidez (Kirk, 2004: 53). Além disso, a vida cotidiana também era forjada nas diferenças e seria incabível sugerir uma unidade capaz de parametrizar ou sistematizar suas nuances. Ainda assim, o medo da ociosidade e o orgulho gerado pela capacidade de trabalhar eram infinitamente mais valorizados, na indústria ou fora dela.

Era inegável o discurso da ética do trabalho disseminado entre os operários por meio dos jornais de circulação interna das fábricas,⁶ especialmente por meio de artigos que

versavam sobre as atitudes consideradas indispensáveis ao “bom trabalhador”. Um ponto fundamental era a publicação de testes voltados para a avaliação dos trabalhadores, com o propósito de verificar se atuavam de acordo com as regras. Em caso negativo, havia um direcionamento sobre as ações necessárias para atingir o perfil desejado, e se o trabalhador não obtivesse sucesso poderia perder o emprego. A norma dos testes era o trabalhador evitar o “desânimo”, procurar em si próprio as falhas que levariam à “improdução” e, com afincos, modificar paulatinamente seu modo de agir em relação aos chefes e colegas.⁷

Por extensão, no afã de transformar o espaço fabril em um lugar familiar, muitos empresários adotaram procedimentos organizacionais que visavam o estabelecimento de uma relação livre de conflitos classistas, por meio de um ideal de reciprocidade nas relações entre patrões e operários. As referências à família compunham um recorrente discurso de unificação entre os ambientes do lar e da fábrica, e por isso persistia no sistema fabril um ideal que atribuía à indústria o apelido de “segundo lar”, ou seja, local de convivência da “segunda família”.

Todavia, o lar e o ambiente de trabalho contrastavam em vários aspectos, a começar pela estrutura do local de trabalho, onde as janelas altas e a falta de ventilação adequada emanavam escuridão e poeira sem fim. Norma Schwabe, funcionária da Empresa Industrial Garcia entre 1957 e 1964, descreveu o espaço industrial como um lugar onde o “pó era demais [...] e tinha aquelas janelas bem em cima, mas era muito calor, eles tinham aqueles ventiladores, mas não adiantava nada”.⁸

As oito horas de trabalho ocupavam normalmente o dia inteiro, e na volta para casa várias tarefas deveriam ser realizadas, resultando em um constante acúmulo de trabalho. Irene Poli, operária da Empresa Industrial Garcia, mencionou que ao chegar à fábrica estava “bem cansada, nem tinha vontade de trabalhar. Eu mesma já não dava muita produção, chegava lá estava tão cansada! Eu tinha vontade de voltar, mas tinha que trabalhar!”⁹ Essa realidade do mundo do trabalho deixava transparecer com nitidez as diferenças entre o lar e a fábrica.

De qualquer modo, era inegável a presença maciça de membros do núcleo familiar que trabalhavam na mesma fábrica. Também era usual a aprendizagem dos filhos dos operários ficar sob os auspícios de seus pais, cujos olhares e ensinamentos estavam eivados de instruções técnicas e padrões comportamentais acumulados ao longo da profissão. Os valores familiares e o respeito à figura paterna eram incentivados a serem reproduzidos no ambiente de trabalho por certas prescrições normativas. Muitas regras eram elaboradas por estruturas típicas de mandamentos,¹⁰ e as narrativas de conduta acionavam esse padrão bíblico, de caráter instrucional, remetendo às formas conhecidas de linguagem ao se relacionar com os

parâmetros dogmáticos da religião cristã. No entanto, cabe atentar para o fato de que mesmo os mais duros sistemas normativos observam com atenção a preferência de seu público, seja para tentar reprimi-lo ou cooptá-lo. Por isso, a estratégia de envolvimento familiar nas relações de trabalho não era forçosamente imputada aos operários, pois havia uma complexidade nesse processo que extrapolava a mera clivagem das hierarquias. O uso consciente ou não de mecanismos instrutivos também dava a entender que havia um acordo entre empresários e trabalhadores na implantação desse modelo de atuação.

Sob outra perspectiva, a formulação de condutas pelo viés da conciliação reforçava a consolidação de um tipo específico de capitalismo, vinculado ao paternalismo e ao incentivo à harmonia entre patrões e operários nas indústrias têxteis. Por isso, eram constantes os discursos acerca do “clima de compreensão e boa vontade recíprocas”, com a profecia de que “não há pois, ambiente para a luta de classes”¹¹ em Blumenau. Algumas matérias dos jornais de fábrica procuravam ditar comportamentos que extrapolavam o ambiente fabril e destinavam-se à vida privada dos trabalhadores, especialmente na coluna “Viver bem em seu lar”, que retratava conselhos para o marido: “Ainda que esteja casado há muito tempo, vez por outra você deve fazer algum elogio sobre as ‘habilidades culinárias’ da esposa”. No final, o autor aconselhava: “Não diga continuamente: – ‘Se não fosse eu nesta casa... tudo iria à falência’ (meu caro, nem todas as verdades podem ser ditas impunemente)”.¹² Tais proposições estavam longe de configurar mera e simples brincadeira e tinham a função de tentar modelar o cotidiano a partir da valorização das relações familiares, higiene e organização doméstica.

“VARRIA A POEIRA E TODA AQUELA BARBARIDADE”: MENORES DE IDADE E FISSURAS DA REDE DISCIPLINAR INDUSTRIAL

Considerada fundamental para o funcionamento da engrenagem fabril, a família servia como parâmetro de medida da atuação dos trabalhadores no cotidiano e, apesar de suas tensões e desigualdades internas, também fomentava um senso de unidade doméstica e metas coletivas. Não era à toa que a taxa de jovens trabalhadores mantinha-se elevada na indústria têxtil e, no universo de 6 mil trabalhadores, aproximadamente 1.175 estavam na faixa etária de 14 a 18 anos, o equivalente a 20% do total.¹³

Era costume que os pais levassem à fábrica seus filhos que haviam completado 14 anos de idade, para iniciar suas atividades como operários. A sobrevivência era o principal fator de motivação para tal procedimento, e os menores de idade não chegavam sequer a completar o ensino básico e já eram recrutados para ajudar no sustento familiar. A partir das

garantias e referências do pai ou da mãe, que também assumiam a responsabilidade perante a lei, o jovem trabalhador iniciava suas funções e tornava-se portador de um “Cartão de Identidade Profissional do Menor”,¹⁴ expedido pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, com dados de identificação: data de nascimento, nome dos pais ou responsáveis, nome e endereço da firma e data de registro na fábrica.

Norberto Gonçalves, tecelão, declarou que seu pai trabalhava na Empresa Industrial Garcia, e era praxe que os funcionários do departamento de pessoal consultassem as fichas dos operários para verificação da faixa etária de seus filhos. O procedimento padrão era chamar os pais e avisar: “Seu filho está completando 14 anos, pode colocar ele para trabalhar na empresa com a gente, tem serviço, tem vaga”. Em geral, o adolescente completava 14 anos em uma semana e na outra já estava empregado na indústria têxtil. No caso específico de Norberto, suas funções iniciais consistiam na troca dos rolos de tecelagem nos teares (torcedor/remetedor). Seu contato com os tecelões, as máquinas e, principalmente, o salário melhor constituíram fatores que o estimularam a escolher a tecelagem como lugar de trabalho, com a intenção de especializar-se como tecelão perito em mecânica de teares.¹⁵

Em geral, os trabalhadores menores de idade desempenhavam as funções de varredores, ajudantes, limpadores de máquinas, enfim, atividades iniciais, que dispensavam qualificação ou técnica. Todavia, a manufatura de fios de algodão no setor de fiação e tecelagem simbolizava a síntese da precarização do trabalho dos menores, em ambiente com péssimo sistema de ventilação, poeira excessiva e outras substâncias nocivas.

Artino Leite também mencionou sua experiência como menor trabalhador, e os mecanismos de lembrança ativados por ele em seu depoimento levaram-no a frisar a “enormidade da fábrica” como aspecto crucial ao assumir suas funções iniciais como operário. Por extensão, suas impressões acerca das dimensões espaciais do setor de tecelagem não eram apenas uma distorção da memória, afinal de contas trabalhar como varredor em um local de aproximadamente 2.000m² exigia forte disposição. Suas palavras indicaram que era uma sala “medonha e eu varria a poeira, o pó e toda aquela barbaridade”.¹⁶ Seu emprego na Empresa Industrial Garcia havia sido obtido por intermédio de seu irmão, portanto seguiu o protocolo habitual de contratação das indústrias têxteis em Blumenau, com a indicação de um responsável, o aceite via carteira do menor e a iniciação em funções sem pré-requisitos técnicos. No seu caso, o trabalho de varredor durou pouco tempo, afinal era uma espécie de teste de contratação. Logo após exerceu a função de limpador de máquinas e, com uma estopa, tirava o pó, a graxa e deixava-as “como se tivesse[m] saído da caixa”. A aprendizagem acontecia na prática e não era usual frequentar cursos no início da vida profissional. Por isso, para se tornar operário, não havia exigências técnicas preliminares, apenas a vontade de aprender.

Artino Leite, ao rememorar sua história de vida, trouxe ao tempo presente aspectos de sua constituição cultural, baseada em discursos públicos, estruturados pela classe e por convergências e divergências culturais, hierárquicas e de gênero. Sua narrativa enfatizou que em poucos meses já havia iniciado na seção de tecelagem o processo de passamento de fio, ainda como substituto, até conseguir sua própria máquina na atuação como tecelão. Seguiu à risca as instruções, subiu muito rapidamente na hierarquia fabril, aos 17 anos, já era proprietário de um “lote de terra” e alegava orgulhosamente: “em primeiro lugar eu pensava na família, no sustento da família”.¹⁷ A meta coletiva era a sobrevivência, por isso, quanto mais os componentes de uma mesma família trabalhassem, mais a renda familiar seria acrescida. Assim, o sistema fabril detinha quase toda a força de trabalho familiar e criava uma espécie de relação de interdependência. A sobrevivência do grupo, em certos casos, adviria da somatória dos proventos individuais.

Não era por acaso que os menores entregavam aos pais o salário por inteiro, e normalmente somente depois de seu casamento passavam a utilizá-lo. Alguns pais também optavam por protelar o casamento dos filhos, a exemplo do que ocorreu com Paula e Mário Kratz: sua festa de casamento estava em fase de preparação, mas o pai da noiva voltou atrás no aceite. Alegou que a filha era “muito nova” e deveria “ajudar um pouco em casa porque tinha muitos irmãos” para sustentar. Tal situação perdurou por um tempo, até que a noiva engravidou e, então, “teve” que casar sem nunca ter recebido a bênção paterna.¹⁸

O casamento também poderia ser sinônimo de autonomia em relação à utilização do salário, todavia, acarretava responsabilidades extras e mostrava as complexas circunstâncias em que eram forjadas as experiências dos trabalhadores. O homem casado deveria atuar como chefe de família, cumprindo suas funções de garantir o sustento da esposa e filhos, sob a ótica de que o poder principal da família caberia ao pai. O sustentáculo da sociedade era a família, e alguns operários consideravam a fábrica extensão da casa, prolongamento do meio familiar e local propício para a conquista de uma espécie de “bem comum”. Norberto Gonçalves, tecelão já citado, explicitava: “Tive que trabalhar para sustentar a família, meu pai ganhava pouco porque trabalhava na tinturaria e meu irmão mais velho saiu de casa com 17 anos, ficou só eu e meu pai”.¹⁹ Logo, na constituição das memórias ativadas pelos trabalhadores, as relações familiares eram centrais na rotina de trabalho, vigoravam como elemento de valoração da vida, e por isso eram um recurso de distinção no dia a dia.

Ainda assim, nas experiências cotidianas dos trabalhadores também estavam presentes atitudes consideradas não condizentes com os parâmetros comportamentais impostos pelo sistema fabril. Para livrar-se da rotina industrial, aliviar o cansaço e simplesmente se divertir, pequenas atitudes fraturavam o disciplinamento, a exemplo do costume

de consumir doces, balas, frutas e lanches durante a execução do serviço, à revelia das regras. O motivo da proibição, segundo justificativas do patronato, era a distração que o barulho do papel de bala causava, a sujeira e as conversas que se iniciavam com esse ato. No entanto, discretamente, os trabalhadores abriam balas e outros doces sem fazer alarde e escapavam da observação dos contramestres, que talvez até soubessem, mas deixavam de lado as punições. Na Empresa Industrial Garcia havia uma estratégia para saber quando o contramestre se aproximava, momento em que os chicletes e as balas deveriam parar de revirar na boca: “Ele usava um perfume muito forte e de longe já sentíamos o cheiro, então uma dava sinal para a outra”.²⁰

Em outra situação vivida em uma seção de fiação foi relatado que em função do acúmulo de poeira da máquina em funcionamento, por recomendação superior, utilizava-se um pedaço de madeira com feltro para passar atrás do fio, retirando-se assim a sujeira acumulada. Por ser cansativo e trabalhoso, esse método era trocado com frequência e, ao invés de seguir à risca as instruções, as trabalhadoras abanavam a máquina com um pedaço de papelão para fazer a poeira voar. Isso tudo era feito na ausência de supervisores no setor e, caso a maçaneta da porta se movesse, a comunicação verbal e visual funcionaria como um alarme. Andília Bernardo contou animadamente que “a sala toda se comunicava”²¹ com sinais e códigos de solidariedade indicativos da presença dos contramestres e mestres.

Também havia uma estratégia para driblar outra atividade proibida, a conversa entre os membros de uma mesma seção. No depósito da Empresa Garcia, os funcionários juntavam quatro grades utilizadas para estender o felpudo e formavam um quadrado, com um vão no centro. A costureira Ruth Missfeld declarou: “Muitas vezes a gente entrava ali e sentava. Não tinha como fazer, [...] pra ele [o gerente] encontrar a gente fazendo talvez uma brincadeira, ou alguma coisa assim”.²² Comumente, os trabalhadores praticavam a “negligência” (Lüdtke, 1995) diante de certos controles empreendidos pelo sistema fabril e isso leva a crer que a agência²³ dos sujeitos envolvidos nesses jogos do cotidiano também não previa ações milimétrica e cuidadosamente planejadas.

Igualmente, brotavam amizades nessas práticas sutis, especialmente por conta da necessidade de união, para que suas brincadeiras fossem bem-sucedidas. Grande parte da cumplicidade era feita por meio de contato verbal, pois durante o trabalho era proibida a comunicação entre as colegas, com recomendação para conversar “somente o necessário”. Por vezes, os instrumentos de trabalho eram utilizados como disfarce para conversar: em sincronia com a colega do lado, duas mulheres se abaixavam para pegar tecido ou trocar alguma peça na máquina e, assim, ninguém “servia de testemunha”.²⁴ Muitas conversas eram articuladas por meio de gestos, outras aconteciam no banheiro, local onde podiam ser interrompidas por

alguma advertência vinda do lado de fora. A desconfiança do tempo de permanência no banheiro era comum aos chefes, que logo tratavam de verificar a situação. O banheiro também era um lugar para descansar o corpo e sentar (caso das operárias que trabalhavam em pé), ou esticar o corpo depois de uma longa permanência sentada. Para evitar que ele fosse utilizado como um refúgio, algumas indústrias apelavam para o recurso da chave, que permanecia na parede, deveria ser retirada e posteriormente colocada no lugar de origem após o uso. Quem estivesse de posse da chave deveria ter clara noção de que outras pessoas estavam aguardando e, por isso, não poderia demorar. Forçosamente cada trabalhador precisaria “pensar em seu colega”²⁵ na constituição das relações de trabalho.

Esses exemplos são evidências de que nem tudo era diferença, disciplina e hierarquia no mundo do trabalho, pois, a despeito das desigualdades gestadas no ambiente fabril, mesmo diante dos mecanismos de controle, os operários estavam atentos às possibilidades de infiltrações para criar fissuras e brechas no sistema de disciplinamento industrial. Os trabalhadores criaram códigos de solidariedade por meio de sinais, palavras e gestos, conforme explica Artino Leite: “Quando um mestre entrava na sala, alguém fazia o sinal para os outros, sem o mestre ver, ou sequer saber. O sinal era botar a mão no queixo. Tinha os códigos dos operários, para todo mundo ficar alerta”.²⁶ Tais sistemas simbólicos eram conhecidos apenas pelos trabalhadores das seções que não possuíam cargos de chefia. Afinal de contas, se os contramestres, mestres e superiores soubessem dos sinais, sua função de aviso e alerta ficaria inutilizada.

Esses códigos de solidariedade dos trabalhadores geravam uma identificação entre os membros da mesma seção, embora tal particularidade não bastasse para eliminar os conflitos internos do ambiente de trabalho. Essa situação estava intimamente ligada à convivência mútua e à diversidade dos grupos sociais, onde coexistiam disputas e negociações, com interesses comuns vinculados ao sentido de grupo. Portanto, os trabalhadores demarcaram alianças, espaços e tempos peculiares para forjar suas próprias escolhas, ainda que os significados individuais fossem múltiplos.

“GAROTA, NÃO ERRE SEUS CAMINHOS”: A PRESENÇA FEMININA COMO MARCA DISTINTIVA NAS INDÚSTRIAS TÊXTEIS

Uma das peculiaridades do conjunto da força de trabalho no segmento têxtil brasileiro era a presença maciça de mulheres no setor de produção. Em 1958, Blumenau congregava aproximadamente 66,6% do universo total de trabalhadores nos grandes estabelecimentos têxteis e, na separação por gênero, os homens correspondiam a 44,2% (2.300) e o

trabalho feminino representava 55,8%, ou seja, cerca de 2.540 mulheres, das quais 794 eram menores de idade (19,7%) (Mamigonian, 1966: 435). As seções de tinturaria e de tecelagem eram predominantemente masculinas, enquanto a costura era composta na íntegra por mulheres, e a fiação era dividida de modo igualitário. O que diferia era o turno de trabalho, com homens à noite e mulheres de dia.

Em muitos casos era praticamente inexistente a presença de mulheres com faixa etária entre 25 e 30 anos, baixa atribuída ao casamento. Os ideais femininos eram propagados constantemente entre as jovens: “Garota, não erre seus caminhos! O feminino é afeição de atenção [...] A juventude de valor é autêntica, tem preocupações existenciais: de onde venho? Para onde vou? O que é amar? O que deve ser o casamento?”²⁷ Esses diálogos eram frequentes e tinham um cunho pedagógico, com declaração nítida do ponto de vista moral e ético voltado para as esferas do trabalho e da vida privada. Continham indicações precisas do caminho para a realização exitosa das funções femininas e atenção redobrada contra as fugas, consolidadas em uma feminilidade exagerada e pouco voltada para atitudes responsáveis e aceitas pela sociedade, em especial no tocante à valorização do casamento. As famílias consideradas ideais para trabalhar nas indústrias têxteis eram constituídas de um pai operário especializado e uma mãe dona de casa, também responsável por atividades ligadas às funções semiespecializadas na fábrica. Diante do casamento novas regras eram imputadas às trabalhadoras, e desde cedo elas eram rodeadas de normas para casar e ser uma boa mãe de família, além de a jovem solteira ser treinada a se envolver com tudo o que estivesse relacionado à administração do lar.²⁸ Em caso de seguir tais ensinamentos à risca, dificilmente ela seria apontada como transgressora das condutas femininas, e suas atenções deveriam ser redobradas para evitar que seu desempenho na família fosse prejudicado. O casamento deveria sintetizar a vida de todas as jovens, e parte desse imaginário era fomentada nos jornais de fábrica, em sua intencionalidade de retratar as noivas e o sonho do casamento. Além de fotos, os textos estabeleciam um contato amigável com as leitoras e aconselhavam sobre detalhes importantes da composição festiva, como a roupa, os convidados, a cerimônia, alertando: “É a sua pessoa que merece mais atenção, principalmente porque será o centro das atenções, a rainha da festa”.²⁹

Contudo, nem só de matrimônio eram compostas as publicações. Afinal de contas, não bastava casar, era preciso manter o casamento, e eram comuns as referências aos cuidados da esposa nas relações conjugais e familiares. Era corriqueira a presença de conselhos, advertências e lembretes para tornar o casamento mais harmonioso e agradável. A maioria dessas informações estava direcionada às mulheres casadas, mas não excluía as jovens solteiras, novamente encarnadas no mesmo número de mandamentos da Igreja Católica, dessa vez com regras voltadas exclusivamente para o tratamento do marido:

(1) Estar sempre bem humorada, na hora do marido chegar, ainda que tenha tido um dia de "morte"; (2) Proceder de modo a que seu marido sinta-se sempre como seu progenitor; (3) Não humilhar o marido em público, desmentindo-o diante da sogra, empregada ou de estranhos; (4) Saber reconhecer que errou; (5) Não reservar sua alegria apenas para as visitas e estranhos; (6) Não vasculhar seus bolsos e gavetas, à procura de um fio de cabelo louro; (7) Escutar as divertidas "histórias" que ele conta sobre a "turma" do seu ambiente de trabalho; (8) Não afirmar jamais, rejubilando-se: "Eu não disse?"; (9) Receber com espírito esportivo e cordialidade os amigos de seu marido, até os ruidosos e inoportunos; (10) Não ser ciumenta das amigas do marido, nem de suas relações de família.³⁰

O bom humor, alegria, paciência, cordialidade, obediência, passividade, docilidade e submissão eram qualidades consideradas necessariamente inerentes às mulheres. Além de serem estimuladas no ambiente familiar, essas particularidades ganharam o interesse do meio industrial, pois fomentavam aspectos de reciprocidade e boa convivência tanto dentro quanto fora da fábrica.

Mesmo desvinculando-se parcialmente da dependência financeira do marido, muitas esposas preferiam permanecer junto aos seus afazeres domésticos e maternos, com um posicionamento que declarava: "só não me sinto plenamente feliz por não poder dedicar maior tempo ao lar (...) transbordaria de alegria se pudesse dedicar-me de corpo e alma, ao lar..."³¹ Esse comentário demonstrava, em parte, um desejo íntimo de perpetuar a função de boa mãe e boa esposa; por outro lado, não apresentava indícios da necessidade de negar a função como operária, embora desse margem para entender o trabalho quase como um empecilho à completa realização pessoal.

A maioria das mulheres, antes do casamento, encarava o trabalho assalariado como uma fase temporária e desejável em sua experiência de vida. Para as solteiras, o dinheiro poderia ser repartido entre a compra de objetos pessoais, o passeio com amigas ou a aquisição antecipada do enxoval que, gradualmente, aumentava até o dia do casamento. No caso de restrição a determinados produtos, elas antecipavam a compra da máquina de costura (considerada imprescindível para uma esposa), jogos de cama para serem bordados por elas próprias e outros utensílios necessários para os seus afazeres no lar. Todavia, nem todas tinham contato com o salário recebido e, dependendo do acordo realizado com o pai, normalmente o dinheiro se restringia somente às necessidades básicas da casa. Era comum "colocar na mesa", ou seja, entregar aos pais o pagamento em um envelope, preferencialmente ainda fechado, sem qualquer noção sobre a quantia recebida. Isso também se aplicava a algumas esposas que, possivelmente, desconheciam o saldo total do mês de trabalho. Quando era feita a divisão, uma porção ficava para o pai,³² principalmente para acentuar seu caráter de "chefe de família" e, às vezes, a outra metade era

destinada ao consumo próprio. Muitas trabalhadoras não julgavam que isso fosse importante e justificavam que a função do homem como gerenciador do lar era fator fundamental para a aceitação de que a remuneração masculina fosse maior que a feminina. E tal procedimento não era mera incorporação de mecanismos disciplinadores, nem tampouco falta de clareza sobre seus direitos, mas sim uma reação que mostrava a divisão e o conflito, sem necessariamente deixar de lado uma relativa “paz com a cooperação entre homens e mulheres” (Kirk, 2004: 63).

Essa diferenciação não gerava exatamente uma reação de desconforto entre as mulheres, característica evidenciada por intermédio das memórias de Andília Bernardo, operária do setor de fiação cujo trabalho consistia em operar as espulas e circundar a máquina continuamente, com o objetivo de evitar o acúmulo de poeira lançada no processo de fiação para prevenir prejuízos ao funcionamento do maquinário. Enquanto as mulheres executavam esse serviço, os homens pareciam estar menos tensos e concentrados, ficavam “conversando (...) e apenas levavam aquelas caixas de linha de um lado para o outro”.³³ Claramente suas lembranças estavam restritas ao setor de fiação, pouco frequentado pelos homens, a não ser os responsáveis pelo transporte de mercadorias, e por isso suas impressões e memórias do cotidiano não consideravam o trabalho nos setores de tecelagem e tinturaria que, em termos de função rotineira, estavam mais próximos de sua realidade.

Nos anos de 1960 também havia um discurso que atribuía ao comportamento das mulheres instruídas e independentes financeiramente a pecha de desviantes, pois soavam como uma ameaça aos preceitos comportamentais, desestabilizando os papéis convencionados para homens e mulheres. Em geral, o estereótipo atribuído às mulheres indicava a necessidade de ser “pura” e praticar apenas atividades próprias ao gênero, sem ampliar seus pensamentos para atividades onde pudessem exercer sua intelectualidade, possibilitando questionamentos acerca de sua figura e atitudes incompatíveis com as condutas esperadas.

Por isso, era usual que o contingente de trabalhadores da fábrica fosse renovado com membros da própria família. Algumas mães com filhos de 14 anos ou mais regressavam às tarefas domésticas e deixavam seu lugar na fábrica a cargo de uma filha, ou então procuravam encontrar uma vaga para estabelecer seus filhos. Quem ocupasse o lugar das mães deveria compensar a lacuna deixada no setor e renovar o contingente de solteiras no espaço fabril, uma condição civil valorizada no aspecto financeiro da fábrica. Era mais vantajoso para a elite empresarial contratar jovens solteiras, cujo salário de aprendiz era inferior, além de evitar despesas com a maternidade em virtude de uma gestação, sendo a faixa etária entre 25 a 30 anos considerada propícia ao nascimento de filhos.

Por outro lado, parte dos industriais entendia que as moças, justamente por conta de sua juventude, não apresentavam maturidade suficiente, e o trabalho não era tão produtivo,

especialmente devido à falta de experiência. Às trabalhadoras, ao contrário dos patrões, não era apenas a produtividade que interessava, e por isso Andília Bernardo considerava que “era muito nova e não tinha resistência”.³⁴ Obviamente, o fato de que o corpo adolescente estava em fase de crescimento e não se acostumava facilmente a um ritmo intenso de trabalho era desconsiderado pelos patrões. Além do mais, o cansaço excessivo em decorrência do trabalho incidia prejudicialmente sobre o desenvolvimento físico e mental das jovens trabalhadoras.

Ao completar 14 anos, as moças guardavam as bonecas,³⁵ abandonavam os estudos e ingressavam no universo social do trabalho. A máquina de costura que antes divertia tornava-se instrumento de trabalho e meio de sobrevivência. Claramente não havia um período de preparação que suavizasse a passagem entre essas duas fases da vida das mulheres. De um dia para o outro, era necessário despir-se da criança para tornar-se uma adulta e trabalhar na fábrica. O contato inicial com o trabalho assalariado assustava, e o primeiro dia era considerado o “pior, porque a gente nunca tinha saído de casa. Esse dia não passava! Meu Deus, que dia! Mas depois foi acostumando...”.³⁶ Essa memória ligava-se diretamente à comparação com o ambiente doméstico, anteriormente predominante na vida das operárias, quando vigorava um relacionamento muito restrito com o mundo público e sem qualquer vínculo com o trabalho assalariado.

Algumas jovens eram provenientes de cidades vizinhas a Blumenau e se separavam da família para reforçar o orçamento familiar. A grande maioria morava nas casas de parentes e a nova vida não envolvia apenas obrigações, sobretudo porque ao sair de casa era comum a conquista de um pouco mais de autonomia do que se a jovem estivesse sob os olhares dos pais. Em contrapartida, a relativa flexibilidade dos horários de quem trabalhava no campo cedia lugar ao rígido tempo da fábrica, fator que gerava uma difícil adaptação inicial, conforme explica Irene Poli: “No início foi muito difícil! A gente trabalhava no turno geral, das 7h às 17h. Às 12h saía, daí começava 13h ou 12h30, dependendo do serviço. Tinha refeitório naquele tempo (...) mas tinha que pagar. Então eu já fazia a marmitinha em casa”.³⁷

Essa memória evoca um início complicado, sobretudo por conta da ruptura causada na vida cotidiana e das mudanças associadas nos primeiros tempos da condição operária. No entanto, algumas trabalhadoras referenciam esse esforço de adaptação à indústria do ponto de vista da libertação parcial dos serviços domésticos. Além disso, indicam que também a mudança se tornava uma possibilidade de abertura em relação à sua restrita perspectiva de vida, voltada exclusivamente para o lar. Isso acontecia principalmente em função da ideia de que o trabalho desenvolvido em casa pela mãe/esposa/filha não era considerado uma profissão e, por isso, não tinha valor monetário algum. Normalmente essa mão de obra era necessária para a manutenção da economia familiar ou, por vezes, surgia da vontade própria

de jovens e adultas que desejavam “escapar” de um futuro previamente ditado pela família e pela sociedade.

Tanto na fábrica quanto no lar, as mulheres executavam seus serviços com destreza, minúcia e rapidez, porém essas características praticamente não eram vistas como qualificações para o trabalho, nem tampouco estavam perceptíveis aos olhos masculinos, pois eram consideradas inatas e próprias da natureza feminina. A mulher recebeu destaque no âmbito público por essas “qualidades”, que poderiam ser aproveitadas em diversos setores da sociedade, já que no trabalho remunerado normalmente transferiam para o serviço que executavam a mesma seriedade e esforço com que encaravam as tarefas domésticas. Além disso, certos hábitos como fumar não faziam parte da rotina da maioria, e a distração também era pouco praticada, em função dos compromissos do lar e da fábrica. Em suma, convencionou-se que as mulheres eram “mais dóceis, mais pacientes, mais dedicadas ao serviço” (Pena, 1981: 159). Esse discurso de padronização das condutas procurava perpetuar a “docilidade” da mulher. Como era seu dever cultivar a harmonia no lar e na família, acreditava-se que ela pouparia conflitos no ambiente de trabalho, pois afinal em “contato com o público ela colocaria em prática toda a diplomacia e doçura femininas”.³⁸ Desse modo, evitaria que brigas ou discussões ganhassem proporções maiores e estabeleceria um espaço agradável de trabalho.

Ao trabalhar na fábrica, as operárias tinham a obrigação de transferir para o trabalho todas as provas de sua educação moral e de seu comportamento exemplar, para merecer “o máximo respeito, demonstrado pela sua conduta impecável diante de seus chefes e colegas”.³⁹ A ideia era que as mulheres acatassem os conselhos recebidos para evitar que a harmonia familiar se desestabilizasse. As tentativas de controle intencionavam esvaziar o potencial de conflito, com base na disseminação constante dos ideais de desigualdade entre os indivíduos.

No caso das indústrias têxteis de Blumenau a relação familiar entre chefes e subordinados também estava associada ao fato de que a maioria delas era administrada por famílias e predominava um constante estímulo ao sistema de cooperação entre operários e industriais, em uma relação de reciprocidade, em que os trabalhadores ajudariam no incremento da indústria e, em troca, receberiam oportunidades de emprego para seus filhos. Isso não significava que os funcionários das indústrias têxteis vivessem em um mundo de resignação a um destino inescapável, voltado apenas ao lar e à família, pois sua vida comunitária no bairro possibilitava uma interconexão entre as esferas do trabalho, da moradia e da família, com uma vinculação inextricável entre condições materiais, opções políticas e práticas culturais (Duarte, 2002: 39).

Afinal de contas, as ações humanas não são passíveis de controle na íntegra e muitas atitudes destoavam do modelo disciplinador desejado e implementado nas relações de poder

intrínsecas à fábrica. As mulheres operárias não eram vítimas do trabalho fabril, portanto, sua agência não se justificava apenas mediante o disciplinamento imposto pelos chefes de seção ou pelo patrão. Tampouco poderiam ser consideradas passivas ou rebeldes, mas sim ativas e aptas a burlar proibições com uma boa dose de criatividade, sem necessariamente criar conflitos declarados e abertos, preferindo lançar mão de recursos mais sutis na constituição de si perante a sociedade. Muitas operárias evitavam se posicionar contra as regras, porque os valores estavam acima de tudo e a educação e as boas maneiras eram uma forma de honrar e respeitar a família de origem. Era comum os jornais de fábrica divulgarem proposições educativas vinculadas à esfera doméstica, com campanhas para a organização do lar, o desenvolvimento de atividades consideradas saudáveis e o exercício de funções morais e cívicas convenientes. Por outro lado, mesmo diante de uma relação desigual de forças, as ações humanas são imprevisíveis e os trabalhadores poderiam se apropriar das condutas exemplares, tão propagadas nos jornais de fábrica, a partir de experiências próprias e incessantes negociações, pautadas em um vasto campo de possibilidades históricas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A despeito da hierarquia fabril e das constantes ações disciplinares empreendidas pelo sistema industrial, o cotidiano e a rotina dos trabalhadores se constituíam com atenção redobrada às atividades laborais, interconectadas a uma infinidade de proposições que extrapolavam o chão da fábrica, na medida em que o sustento e o ideal de “bom trabalhador” não eram os únicos referenciais de vida para os operários. A família também abrigava fraturas e desigualdades de gênero, portanto estava longe de ser uma unidade indissociável, e concomitantemente encontrava-se vinculada ao mutualismo de seus componentes, tanto em relação à sobrevivência quanto à troca de experiências. Coexistiam diferenças de padrões de vida, cultura, política e gênero, sem necessariamente gerarem apenas conflitos, pois a mobilidade social e a melhoria das condições de vida comportavam elementos de unidade, em simbiose com a formação dos conjuntos, muitas vezes fracionados, dos mundos do trabalho.

Todavia, ainda que o sistema produtivo investisse na interferência constante no dia a dia dos trabalhadores, seus comportamentos não eram passíveis de controle, e predominava a diversidade no vínculo entre a fábrica, a moradia e a comunidade do bairro. Os trabalhadores, portanto, não eram vítimas do trabalho fabril e praticavam ações concretas no cotidiano, mediante a composição de fraturas na rede de disciplinamento fabril. Suas estratégias criativas de atuação comportavam atitudes sutis de inversão da ordem disciplinar, tais como: consumo

de doces durante a execução do serviço; uso de caixas e equipamentos para construir uma área para conversas e brincadeiras; além da criação de códigos pautados em sinais e gestos que indicavam a presença dos mestres e contramestres. Isso ocorria por intermédio do uso da criatividade e das trocas de experiência, sem necessariamente causar tensões abertas, por meio do uso de recursos mais sutis na constituição de si perante o mundo do trabalho na indústria têxtil.

NOTAS

1 Distante cerca de 150 km de Florianópolis, até 1934 Blumenau apresentava um território que abrangia 10.610 km², área que paulatinamente foi desmembrada. Entre 1958 e 1968, a cidade contava com 540 km² e uma população em torno de 80 mil habitantes.

2 *Produção Industrial Brasileira*, n. 32, 1956, citada por Armen Mamigonian (1966).

3 Em termos de quantidade de mão de obra, os demais segmentos industriais eram: instrumentos musicais e brinquedos, com 8,7%; transformação de metais, com 6,8%; indústrias alimentares e bebidas, com 4%, e preparação de tabaco, com 3%. Na década de 1960, Blumenau produzia a totalidade das gaitas de boca nacionais e boa parte dos acordeões, além de 20% das pás, dados que explicam o número de trabalhadores também nessas indústrias.

4 José Sérgio Leite Lopes, em seu estudo sobre a Companhia de Tecidos Paulista, considera que as fábricas com vilas operárias apresentam “uma configuração de uma estrutura de relações sociais de dominação dentre outras configurações possíveis no interior do modo de produção capitalista e no interior do conjunto de relações entre a classe operária e o patronato” (1988: 18).

5 Armen Mamigonian classificou o espaço do entorno das fábricas de Blumenau como organizado no formato de “espinha de peixe”, subdividido em: 1) espinha dorsal, equivalente às avenidas principais e 2) espinhas tentaculares, para as áreas menos urbanizadas (1966: 472).

6 *O Radar Sulfabril*, *Mensagem Artex*, *Noticiário Cremer* e *Informativo Hering* eram periódicos de circulação interna nas principais indústrias têxteis de Blumenau, em geral editados mensalmente, com abordagens que referenciavam curiosidades, relações de trabalho, coluna feminina, aniversários de tempo de serviço dos trabalhadores, desporto e outras temáticas. Os colunistas eram, em sua maioria, vinculados ao setor administrativo, e as diferenças entre as linhas editoriais eram sutis, com destaque para a coluna “Álbum da Família”, que entrevistava operários e publicava regularmente seus depoimentos (Ferreira, 2015).

7 Guino José Sgrott, “Relembrando boas maneiras: trabalho”, *O Radar Sulfabril*, Blumenau, set. 1965. Arquivo Histórico José Ferreira da Silva (AHJFS).

8 Norma Schwabe, entrevista concedida em abril de 2001 ao projeto “A força de trabalho feminina na indústria têxtil regional: estudo das formas de sociabilidade das mulheres operárias do Vale do Itajaí (1940-1970)”, coordenado pela autora. Essas narrativas e os demais depoimentos orais estão envolvidos na problemática da memória, suas limitações, lacunas e distorções. Todavia, a reconstrução do passado por intermédio da história oral de vida pressupõe uma seleção que “tanto o legitimava, quanto o dotava de sentido” para os próprios entrevistados. E, claro, aqui não é viável entrar nos meandros teórico-metodológicos da história oral, cujo

cerne reside nos processos subjetivos do testemunho, com destaque para o universo cultural dos atores históricos, diante da “complexidade encontrada nas vidas e nas experiências históricas daqueles que as contam” (James, 2004: 191-193).

9 Irene Rosa Poli, entrevista concedida em junho de 2001 ao projeto “A força de trabalho feminina...”, cit.

10 Trecho do artigo “Os 15 princípios do bom empregado”: “1. O bom empregado faz do trabalho um meio de aperfeiçoamento e valorização e não um fim em si mesmo. [...] 4. Ele trabalha sem afobamento, não perdendo tempo em conversas e futilidades. 5. Ele tem iniciativa própria [...]”. *O Radar Sulfabril*, Blumenau, jul. 1965 (AHJFS).

11 “Exaltação ao trabalho”, *Mensagem Artex*, Blumenau, mai. 1964 (AHJFS).

12 João Maria Mosimann, “Viver bem em seu lar”, *O Radar Sulfabril*, Blumenau, dez. 1967 (AHJFS).

13 Esses dados correspondem aos números do Registro Industrial de 1958 utilizado por Armen Mamigonian, portanto, não há indícios das variações numéricas que porventura ocorressem no sistema fabril.

14 Norberto Gonçalves, Cartão de Identidade Profissional do Menor (17/08/1960). Acervo pessoal da autora.

15 Norberto Gonçalves, entrevista concedida em maio de 2003 ao projeto “A vida fora das fábricas”, coordenado pela autora.

16 Artino Leite, entrevista concedida em julho de 2004 ao projeto “Trabalho e sociedade: o cotidiano dos operários da indústria têxtil de Blumenau (1950-1970)”, coordenado pela autora.

17 Idem.

18 Paula e Mário Kratz, entrevista concedida em março de 2002 ao projeto “A vida fora das fábricas”, cit.

19 Norberto Gonçalves, entrevista citada.

20 Norma Schwabe, entrevista citada.

21 Andília Bernardo, entrevista concedida em maio de 2001 ao projeto “A força de trabalho feminina...”, cit.

22 Ruth Missfeld, entrevista concedida em outubro de 2001 ao projeto “A força de trabalho feminina...”, cit.

23 *Agency*, ou agência humana, estuda os dispositivos de ação ativados em determinadas circunstâncias por certos grupos sociais para constituir sua experiência social/cultural e representar percepções de si e do mundo (Thompson, 1958).

24 Norma Schwabe, entrevista citada.

25 Ingeborg Härbe, entrevista concedida em maio de 2001 ao projeto “A força de trabalho feminina...”, cit.

26 Artino Leite, entrevista citada.

27 “A mulher e seus caminhos”, *Mensagem Artex*, Blumenau, set. 1966.

28 Haraldo Germer, “O álbum da ‘família’”, *O Radar Sulfabril*, Blumenau, jan. 1965, p. 3.

29 *O Radar Sulfabril*, Blumenau, abr. 1966.

30 Leonídia Silva, “As pequenas atenções femininas – Coluna feminina”, *O Radar Sulfabril*, Blumenau, mar. 1966, p. 8.

- 31 Espêrio Campestrino, "O álbum da família", *O Radar Sulfabril*, Blumenau, mar. 1968.
- 32 Mencionamos apenas o pai, porque a mãe era deixada alheia à situação financeira da família; só era diferente quando as relações familiares eram outras e a mãe também trabalhava.
- 33 Andília Bernardo, entrevista concedida em maio de 2001 ao projeto "A força de trabalho feminina...", cit.
- 34 Idem.
- 35 Ingeborg Härbe, entrevista citada.
- 36 Norma Schwabe, entrevista citada.
- 37 Irene Rosa Poli, entrevista citada.
- 38 Leonídia Silva, "A coluna feminina", *O Radar Sulfabril*, Blumenau, dez. 1965, p. 4. (AHJFS).
- 39 Leonídia Silva, "A coluna feminina", *O Radar Sulfabril*, Blumenau, jan. 1965. (AHJFS).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- DUARTE, Adriano. *Cultura popular e cultura política no após-guerra: redemocratização, populismo e desenvolvimentismo no bairro da Mooca, 1942-1973*. Tese (Doutorado em História), Campinas, Unicamp, 2002.
- ELIAS, Norbert. On the concept of everyday life. In: GOUDSBLOM, Johan & MENNELL, Stephen (org.). *The Norbert Elias reader: a biographical selection*. Malden: Blackwell, 1998.
- FERREIRA, Cristina. *Nas malhas da história: sociabilidade e política no cotidiano dos trabalhadores têxteis de Blumenau*. Tese (Doutorado em História), Campinas, Unicamp, 2015.
- JAMES, Daniel. Contos narrados nas fronteiras: a história de dona Maria, história oral e questões de gênero. In: BATALHA, Claudio H. M.; SILVA, Fernando Teixeira da & FORTES, Alexandre (org.). *Culturas de classe: identidade e diversidade na formação do operariado*. Campinas: Editora da Unicamp, 2004.
- KIRK, Neville. Cultura: costume, comercialização e classe. In: BATALHA, Claudio H. M.; SILVA, Fernando Teixeira da & FORTES, Alexandre (org.). *Culturas de classe: identidade e diversidade na formação do operariado*. Campinas: Editora da Unicamp, 2004.
- LOPES, José Sergio Leite. *A tecelagem dos conflitos de classe na "cidade das chaminés"*. São Paulo: Marco Zero/Universidade de Brasília, 1988.
- LÜDTKE, Alf. *The History of Everyday Life: Reconstructing Historical Experiences and Way of Life*. Princeton: Princeton University Press, 1995, p. 198-251.
- MAMIGONIAN, Armen. Estudo geográfico das indústrias de Blumenau. In: Separata da *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Conselho Nacional de Geografia, 1966.
- PENA, Maria Valéria Junho. *Mulheres e trabalhadoras: presença feminina na constituição do sistema fabril*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

SAVAGE, Mike. Classe e história do trabalho. In: BATALHA, Claudio H. M.; SILVA, Fernando Teixeira da & FORTES, Alexandre (org.). *Culturas de classe: identidade e diversidade na formação do operariado*. Campinas: Editora da Unicamp, 2004.

THOMPSON, E. P. Agency and choice – I (A replay to criticism). *The New Reasoner*, n. 5, p. 89-106, summer 1958.

O *TAL DE NATAL*: REIVINDICAÇÃO POR
DIREITO TRABALHISTA E ASSASSINATOS
DE CAMPONESES. PERNAMBUCO, 1963

The Christmas Bonus: demand for labor law and
the killings of peasants. Pernambuco, 1963

PABLO FRANCISCO DE ANDRADE PORFÍRIO

<http://dx.doi.org/10.1590/S2178-14942016000300010>

Pablo Francisco de Andrade Porfírio é mestre em História pela Universidade Federal de Pernambuco, doutor em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e professor do Colégio de Aplicação da Universidade Federal de Pernambuco (pabloporfirio@hotmail.com).

Artigo recebido em 23 de agosto e aprovado para publicação em 7 de outubro de 2016.

RESUMO

Este artigo toma o assassinato de cinco trabalhadores rurais na esplanada da Usina Estreliana como ponto de partida para a análise da luta por direitos trabalhistas na Zona da Mata de Pernambuco. Investiga-se como, além do uso da violência, articulou-se uma narrativa visual e escrita para classificar, qualificar e construir significados para a ação reivindicatória dos trabalhadores rurais. Apresenta-se ainda como esses significados, constituídos pelas ideias de desordem social e subversão, foram utilizados por setores da elite agrária para barganhar vantagens junto ao governo federal e fortalecer seu poder político.

PALAVRAS-CHAVE: trabalhadores rurais; violência; golpe de estado; fotografia; imprensa; história.

ABSTRACT

This article takes the murder of five rural workers on the terrace of Estreliana sugar factory as a starting point for analysing the struggle for labor rights in Pernambuco's Forest Zone. It investigates how, besides the use of violence, a visual and written narrative was articulated to classify, qualify and build meanings for the vindicatory action of the peasants. It also presents how these meanings, constituted by the ideas of social disorder and subversion, were used by sectors of the agrarian elite to seek benefits from the federal government and strengthen their political power.

KEYWORDS: rural workers; violence; coup d'état; photography; press; history.

RÉSUMÉ

Cet article prend l'assassinat de cinq travailleurs ruraux qui a eu lieu sur l'esplanade de l'Usine Estreliana comme point de départ pour l'analyse de la lutte pour les droits du travail dans la zone forestière de Pernambuco. On étudie comment, au-delà de l'usage de la violence, un récit visuel et écrit a été articulé afin de classer, qualifier et construire des sens pour les revendications des paysans. On présente aussi comment ces sens, constitués par les idées de désordre social et subversion, ont été utilisées par des secteurs de l'élite foncière pour marchander des avantages auprès du gouvernement fédéral et renforcer leur pouvoir politique.

MOTS-CLÉS: travailleurs ruraux; violence; coup d'état; photographie; presse; histoire.

INTRODUÇÃO

Ribeirão, Mata Sul de Pernambuco, 7 de janeiro de 1963. Era manhã de uma segunda-feira. Quase uma centena de trabalhadores rurais, homens e mulheres, e algumas crianças, dos engenhos São Miguel, São José dos Palhados e Esperança marcharam em direção ao escritório da Usina Estreliana, pertencente ao deputado federal pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) José Lopes de Siqueira Santos (*Diário de Pernambuco*, 8/1/1963: 7; *Última Hora*, 8/1/1963: 4).

O usineiro atuava como um importante líder político da elite agrária¹ de Pernambuco. Era ainda conhecido por suas práticas de violência contra trabalhadores e moradores da região. Costumava andar com um “cipó de boi”, chicoteando publicamente os empregados quando julgava necessário.²

Os trabalhadores que se dirigiram à Estreliana naquela segunda-feira já deviam ter escutado as histórias de violência envolvendo José Lopes ou mesmo presenciado alguma manifestação do seu poder repressivo ao punir trabalhadores. Ainda assim, vários deles deixaram suas casas e afazeres e foram tratar com o usineiro. O que teria levado dezenas de pessoas ao escritório da usina? Um dos trabalhadores presentes era Antônio Farias da Silva, que havia sido convidado a participar do grupo por Zacarias Batista do Nascimento. O convite fora feito durante uma conversa entre os dois na noite do domingo.³

Quando Antônio Farias, pai de dois filhos, saiu de casa na manhã daquela segunda-feira, disse à sua esposa que ia para a Usina Estreliana receber “um tal de natal”. No dia anterior, Zacarias Batista lhe havia dito que esse “tal de natal era de lei e que o patrão tinha que pagar”. Essa não era uma informação totalmente nova para Antônio. Alguns dias antes, outro Antônio, de sobrenome Gomes e vigia do engenho Esperança, também pertencente ao usineiro José Lopes, já tinha lhe contado essa história do “tal de natal”. Segundo o *Diário de Pernambuco* e o *Jornal do Commercio*, foi Antônio Gomes quem liderou o movimento.

O “tal de natal” era o abono de natal ou 13^º salário. O pagamento desse salário extra mobilizou os camponeses até o escritório da usina. Foi a Lei nº 4090, de 13 de julho de 1962, que instituiu o direito dos trabalhadores de receber o pagamento desse benefício. Para as pessoas que foram ao escritório da Estreliana circulava a notícia de que existia uma carta

assegurando o direito de receber o “tal de natal”. Zacarias Batista havia comentado com Antônio Farias sobre a existência desse documento e argumentado que para receber o dinheiro era necessário que todos fossem tratar com o usineiro. Antônio Farias nunca leu ou escutou a leitura da carta. Ele, entretanto, afirmou ao jornalista do *Jornal do Commercio*: “Eu sei, doutor, que tinha uma carta. Eu vi de longe” (*Jornal do Commercio*, 8/1/1963:15).

Naquela manhã de janeiro de 1963, quando José Lopes chegou ao escritório, interpeleu os camponeses sobre o que eles desejavam e quem era o líder do movimento denominado por ele de grevista (Porfírio, 2009: 80). O diálogo não durou muito. Foi interrompido por vários disparos de armas de fogo. Cinco camponeses morreram. Existe uma versão de que alguns trabalhadores tentaram atingir o usineiro com um facão e por isso houve uma reação dos empregados da Estreliana, que teriam saído em defesa do patrão.

Essa narrativa dos acontecimentos, apresentada de modo mais ou menos uniforme pelo *Diário de Pernambuco* e o *Jornal do Commercio*, informa que houve um conflito e dele resultaram cinco trabalhadores mortos. Dois funcionários da usina – Severino Marinho de Souza e Antônio Mariano –, que teriam defendido o usineiro, ficaram feridos por golpe de faca peixeira. Porém a própria reportagem do *Diário de Pernambuco* sobre o caso enfraquece a tese do conflito ao descrever como os trabalhadores, que foram reivindicar o 13º salário, foram mortos: “Ernesto Batista do Nascimento e seu filho, João Batista, tombaram logo no local do tiroteio, enquanto Israel Batista do Nascimento (com tiro no tórax), Zacarias Batista do Nascimento (dois tiros de fuzil nas costas e um na perna direita), Antônio Farias da Silva (dois tiros de fuzil nas costas)” (*Diário de Pernambuco*, 8/1/1963: 7) foram levados para o hospital na cidade vizinha, Escada.

Os tiros de fuzil demonstram como o usineiro dispunha de um pesado armamento. A forma como os camponeses foram baleados, pelas costas, indica que eles provavelmente estavam tentando fugir do local ou mesmo que foram atingidos sem qualquer chance de defesa. Isso desqualifica a ideia de conflito, que ainda deve ser questionada pelo fato de que os capangas dos usineiros tinham armas – fuzis –, enquanto os camponeses carregavam apenas seus instrumentos de trabalho. Os fuzis foram disparados para matar os trabalhadores e não apenas para proteger o usineiro, como defenderam os textos do *Diário de Pernambuco* e o *Jornal do Commercio*. A própria reportagem deste último indicava essa questão quando reproduziu mais um trecho da entrevista dada pelo camponês Antônio Farias: “Tantos tivessem, morriam, doutor. Se não morreu mais gente foi porque tudo correu” (*Jornal do Commercio*, 8/1/1963: 15).

Esse trabalhador falou ao repórter do jornal quando estava internado na enfermaria do hospital da cidade de Escada. Foram suas últimas palavras antes de falecer, vitimado pelos disparos de fuzil.

A MORTE NA 1ª PÁGINA

A notícia da morte dos trabalhadores foi estampada na primeira página do *Diário de Pernambuco* e do *Jornal do Commercio* no dia 8 de janeiro de 1963. Ocupou ainda uma página inteira dos seus Primeiros Cadernos. Entre os dias 8 e 9 de janeiro, o *Diário de Pernambuco* publicou 10 fotografias relacionadas diretamente ao ocorrido na usina, enquanto o *Jornal do Commercio* divulgou 7 imagens. Os dois periódicos eram os de maior tiragem e circulação no estado, com editoriais alinhados aos discursos da elite agrária.⁴

Neste artigo, a fotografia não é tomada como uma ilustração do ocorrido. É analisada como uma fonte documental, e por isso, segundo John Mraz (2015: 14), é necessário saber quem a produziu, conhecer o momento dessa produção e da publicação, suas intenções e usos sociais. Tais fontes devem ser analisadas, como indica Cora Gamarnik (2015: 251), como parte de um processo histórico e político, mas também como seu produto, procurando-se entender como tal processo as tornou possíveis.

Não consegui identificar o autor das imagens apresentadas a seguir. Nesse caso, como aponta Alberto Del Castillo (2012), pode-se recorrer aos editoriais dos jornais para investigar as engrenagens políticas e editoriais que colocaram as imagens em circulação, formando uma narrativa visual. As imagens, segundo Gruzinski (2006), são como um veículo de poder e de resistência, que desenvolve um pensamento, oferece uma matéria específica tão densa como o texto. Cria, como denominamos, uma narrativa visual. Nesta narrativa interessa a análise, como ainda afirma Gruzinski (2006:17), “do programa e das políticas das imagens, o desenrolar das intervenções múltiplas que ela acarreta ou antecipa, os papéis que assume numa sociedade”.

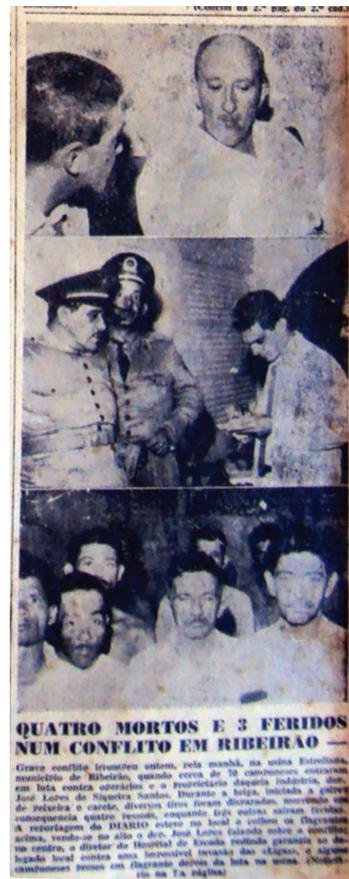
Mais ainda, as fotografias publicadas nos jornais, como alerta Cora Gamarnik (2015), têm o poder de destacar, condensar e simbolizar fatos e assim se transformam em instrumentos privilegiados de produção de sentido. No caso em estudo, será analisado como as fotografias dos trabalhadores rurais foram instrumentalizadas para produzir a subversão, definir o crime, apresentar o cidadão suspeito, instalar o medo, fatores que procuraram justificar, para a opinião pública, a violenta repressão da elite agrária aos movimentos reivindicatórios. Assim, considera-se que essas fotografias publicadas foram parte de uma batalha simbólica (Gamarnik, 2015: 226), que desejava tornar hegemônica a narrativa na qual as mobilizações dos trabalhadores pelo cumprimento dos direitos trabalhistas adquiriam o sentido da ilegalidade.

Ainda sobre a circulação das fotografias nos jornais, o historiador Alberto Del Castillo (2012: 17) afirma que o método de análise deve investigar “a escolha das imagens publicadas, sua disposição e sistematização através de distintas sequências para dar forma a um discurso visual que deseja persuadir o leitor em torno de certo tipo de mensagem”. A narrativa

visual dos periódicos sobre os acontecimentos na Usina Estreliana destacou, principalmente, os personagens envolvidos no caso. O *Diário de Pernambuco* divulgou uma sequência de três fotografias na parte inferior direita da sua primeira página no dia 8 com a legenda: “Quatro mortos e três feridos num conflito em Ribeirão”. As imagens foram produzidas pela equipe de reportagem do jornal, não sendo informado o nome do fotógrafo. Sobre cada imagem publicaram-se as seguintes informações: a primeira retratava José Lopes falando sobre o conflito; a segunda apresentava o diretor do hospital de Escada pedindo garantias ao delegado contra uma possível invasão das Ligas Camponesas ao local; enquanto a última representava o flagrante de alguns trabalhadores presos.

Figuras 1 e 2: *Diário de Pernambuco*, 8 de janeiro de 1963, 1ª página.

Quatro mortos e 3 feridos num conflito em Ribeirão.



A sequência visual e a legenda narravam uma história do ocorrido, procurando informar ao leitor a atuação de cada personagem. O usineiro aparecia em destaque, contando sua versão dos fatos ao repórter. Em seguida, surgia a polícia, acionada para garantir a dita ordem social e a segurança de José Lopes, representado como a vítima da situação. Mas também, segundo a reportagem, os policiais deveriam proteger o hospital de Escada, onde estavam internados os capangas do usineiro, contra uma possível ação das Ligas Camponesas. Essa informação colocava as Ligas e seus integrantes no lugar do criminoso, condição representada pela última imagem, que mostrava as pessoas presas logo após o acontecimento da manhã do dia 7, ou seja, alguns dos trabalhadores rurais que tinham ido reivindicar o pagamento do 13º salário.

No dia seguinte, mais uma fotografia sobre o caso da Usina Estreliana ocupou o centro da primeira página do *Diário de Pernambuco*. Sua legenda dizia: "A tragédia da 'Estreliana'". O texto que a seguia informava ter sido a "sensacional fotografia" conseguida pela equipe de reportagem da TV Clube, pertencente ao grupo Diários Associados, mas não informava o nome do seu autor. Ainda de acordo com o texto, na foto apareciam as vítimas do ocorrido.

Uma das conclusões mais imediatas, ao se analisar a imagem, é a de que se trata de uma fotografia montada. Ou seja, que se organizou a disposição dos corpos, chapéus e das ditas armas, peixeiras ainda nas bainhas, em conformidade com os interesses da representação. Nesse caso, o usineiro e parte da imprensa desejavam demonstrar que a violência dos camponeses, a agitação social e a subversão da ordem eram crescentes nos canais de Pernambuco. Essa conclusão inicial indica outro nível de análise para os usos da imagem. A fotografia aparece como um instrumento de representação do real, que evidenciaria as práticas subversivas e os seus agentes. Nesse período, era comum jornais e revistas da imprensa nacional e também internacional publicarem reportagens nas quais afirmavam estar em desenvolvimento um processo de cubanização no Nordeste do Brasil, com destaque para Pernambuco (Dezemone, 2016: 5; Porfírio, 2016: 89).

Personagens antes anônimos – como os trabalhadores rurais – ganhavam as páginas da imprensa e eram tema dos seus editoriais, sendo integrados à engrenagem que fazia circular a imagem da desordem social. Dar-se-ia a ver, por meio da fotografia, um ambiente subversivo para indicar os cidadãos suspeitos. Na fotografia de 1ª página do caso ocorrido na Usina Estreliana, os instrumentos utilizados no eito pelos trabalhadores rurais, colocados deitados e ordenados ao lado dos seus donos caídos, foram tomados como as armas com as quais se tentara matar o usineiro José Lopes. Identificava-se, assim, a prática da violência e a quebra da ordem pelos trabalhadores.

Figura 3: *Diário de Pernambuco*, 9 de janeiro de 1963, 1ª página.

A tragédia da Estreliana.



Jornais como o *Diário de Pernambuco* e o *Jornal do Commercio* já publicavam, desde o início dos anos 1960, imagens de trabalhadores rurais, relacionando-os a atos classificados como criminosos. Em janeiro de 1960, no município de Ribeirão, o mesmo onde se localizava a Usina Estreliana, três trabalhadores rurais foram presos acusados de incendiar canaviais dos engenhos. Os dois jornais publicaram a mesma fotografia nas suas reportagens sobre o caso.

O *Diário de Pernambuco* chamava os trabalhadores de incendiários. Identificava-os como criminosos. A fotografia nas reportagens apresentava-os, incluindo uma criança, ladeados por policiais, e assim reforçava esse lugar do crime e da desordem social, contraposto e reforçado pela ordem e pela legalidade que os policiais representariam.⁵

Os relatórios e os interrogatórios produzidos pelos agentes da Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS-PE) sobre esse caso podem ser cotejados com a notícia veiculada pela imprensa. Foram presos e interrogados os trabalhadores rurais Possidônio Alves da Silva, Severino José da Silva, Severino Martins da Silva e Jurandir Simão da Silva. A conclusão do sargento Severino Batista, responsável pela investigação, afirmava que os incêndios não eram rigorosamente criminosos. As lógicas do sentido de crime apresentadas pela imprensa e pelo relatório do sargento eram distintas. Em um dos depoimentos, o trabalhador admitiu ter queimado a cana para que o dono do engenho fosse obrigado a cortar. Desse modo, o cortador de cana poderia conseguir algum dinheiro emergencial para o sustento da família. O sargento ressaltou que a situação desse trabalhador era de extrema pobreza, produzindo assim outra leitura e uma justificativa para aquele ato classificado por parte da imprensa como criminoso.⁶ Mesmo que as conclusões desse relatório fossem divulgadas pelos jornais, é possível pensar que dificilmente se mudaria o entendimento de grande parte da opinião pública sobre esses eventos. Desde o início dos anos 1960, cada vez mais se fortalecia a percepção de que existia uma desordem social que tomava o estado por meio da ação de comunistas e líderes subversivos. Os incêndios eram mais uma prova dessa situação, divulgada cotidianamente pelos periódicos de maior circulação (Montenegro, 2004: 226).

A fotografia onde aparecem Possidônio Alves da Silva, Severino José da Silva, Severino Martins da Silva e Jurandir Simão da Silva ao mesmo tempo em que indicava os indivíduos suspeitos e criava uma contraposição entre estes e os representantes da lei, lançava mão também de uma estética que construía a desordem (Magalhães, 2008: 109). Os trabalhadores presos surgiam na fotografia com a aparência descuidada, um olhar triste e resignado. Os policiais vestiam uniformes alinhados, apresentavam suas armas e um olhar altivo. Essa configuração da imagem, presente em outras fotografias publicadas nos primeiros anos da década de 1960, individualizava esses trabalhadores a partir da ideia da desordem e, por conseguinte, do crime

Figura 4: *Diário de Pernambuco*, 14 de janeiro de 1960, p. 5. *Volante da P.M. capturou mais quatro incendiários de canaviais, em Ribeirão.*



Ladinhos por polícia, apreensos três dos incendiários que foram capturados pela volante da Polícia Militar, no município de Ribeirão

Volante Da P.M. Capturou Mais Quatro Incendiários De Canaviais, Em Ribeirão

Figura 5: *Jornal do Commercio*, 14 de janeiro de 1960.

Incêndios nos canaviais; sargento faz relatório das atividades da volante.

Incêndios nos canaviais: Sargento faz relatório das atividades da volante

O sargento Severino Batista, um dos comandantes de patrulhas volantes, designadas pelo Secretário da Segurança Pública, a fim de pôr fim às suas atividades, tendo sido ocorrido sucessivos incêndios, refugio, além, a esta capital, a fim de prestar conta das suas atividades.

Como já noticiamos, essas patrulhas volantes foram organizadas pelo cel. Ota Cavalcanti, a pedido de senhores de engenho e usineiros (por intermédio da Cooperativa) que vêm sofrendo prejuízos incalculáveis, com os constantes incêndios que ora ocorrem.

A volante comandada pelo sargento Severino Batista percorre cinco Municípios — Ribeirão, Rio Formoso, Cortá, Amaraji e Gamaleira. Nada menos de 150 engenho e propriedades agrícolas compreendidas na zona desses Municípios foram visitadas com a finalidade de reparar os seus respectivos incêndios de canaviais.

O comandante da volante apresentou um relatório sucinto das suas atividades na zona de mata, relacionando lábios com a prisão de incendiários que se acham recolhidos à Caixa Pública de Ribeirão, com exceção de um menor, que foi subornado à disposição do juiz da Comarca.

O sargento Severino Batista também apresentou ao secretário da Segurança, uma vela, uma trança de macarrão e um outro pedaço de erva seca com vários pedis de fufura que são utilizados no queima de canaviais. Copias dos depoimentos prestados pelos incendiários presos foram também trazidas para a Secretaria da Segurança. Desses depoimentos pode-se deduzir que os queimados são não só grosseiramente criminosos, pois os camponeses justificam aqueles atos com várias alegações, inclusive com a de que queimando parte das filhas secas terão facilitadas suas tarefas de corte.

Ignorando a facilidade de renovação das filhas secas, foram esanzalhadas com a propagação rápida das chamas e não raro gritam por seus companheiros para que os ajudem na extinção do fogo. Ocorre que nem sempre isso é possível, daí os prejuízos ocasionados com essa prática de queima de filhas secas. Tentando na consequência, costumam depois abandonar o trabalho, procurando outros

engenhos, conforme consta do depoimento de Severino Martins da Silva.

Os camponeses que se encontram recolhidos na Caixa de Ribeirão são Possidônio Alves da Silva, Severino José da Silva, João Mendes com o nome de aliar fogo nas canas), Severino Martins da Silva e Juvêncio Firmino da Silva. Um deles afirmou que pretende destruir uma casa de moradia e a preparar um facho. Aconteceu

que o fogo propagou-se às filhas secas e um incêndio já muito destruiu grande extensão de plantação de cana.

A volante comandada pelo sargento Severino Batista, retornará à zona de mata, após preparar uma curta perseguição.

Agora em Jaboatão

Canaviais continuam sendo queimados; ação repressiva é reduzida

JABOATÃO. (Do correspondente Van-Ilvén Ferraz Veloso) — Os incêndios de canaviais, provocados por mais criminosos, vêm-se alastrando dia a dia e ocasionando sérios prejuízos à indústria canavieira. Não é possível que esse estado de coisas permaneça em ritmo alarmante de destruição, sem que se possa tomar uma eficiente medida de repressão para impedir que verdadeiros criminosos continuem levando a termo esse premeditado e nefasto atentado à economia da principal fonte de riqueza do Estado. A Zona Jaboatão agora mesmo está sofrendo sérios prejuízos na sua produção, em consequência de incêndios de canaviais em engenho de sua propriedade, situação nesta municipalidade.

O fogo de quinta-feira ao amanhecer e daí a falta de produção.

Nos últimos dias de dezembro até o presente foram assediados vários incêndios, a maioria dos quais extremamente prejudiciais ao dia de hoje. Em engenho Manoel mais de 2.500 toneladas de cana foram destruídas pelo fogo, inclusive as destinadas ao refugio nos engenho Chafiz, Manoel Dos Reis (de Manoel Reis), Fazenda Sombroso e Palmares, entre outras de 200 toneladas de cana foram também destruídas.

Áreas enormes de plantação, dificilmente se poderá impedir a ação nefasta desses sabotadores. E, desse modo, os prejuízos da indústria açucareira vão-se avolumando e não se pode prever até onde irão chegar as consequências provocadas pela destruição.

Os incendiários Severino José da Silva, Possidônio Alves e J. S., indiciados pelo sargento S. Batista, e seu soldado da Patrulha Volante.

(Kossoy, 2013: 55). Quem mirasse essas fotografias nos jornais ou em outros suportes deveria ver criminosos.

Deve-se pensar que esse tipo de composição fotográfica criava uma narrativa visual sobre os trabalhadores rurais e seus movimentos sociais. A imagem dos camponeses baleados em frente ao escritório da Usina Estreliana, publicada com destaque na primeira página do *Diário de Pernambuco*, poderia também ser vista pelo leitor a partir da lógica dessa narrativa visual. Assim, a fotografia não retrataria pessoas assassinadas por capangas de usineiros. Apresentaria possíveis criminosos, ao menos indivíduos suspeitos, ou ainda trabalhadores que seguiam líderes de movimentos sociais, como Francisco Julião das Ligas Camponesas, considerados criminosos por parte da imprensa.

A “sensacional fotografia”, como anunciava o *Diário de Pernambuco*, tinha um caráter “performativo”, operava como documento testemunhal que captaria a realidade e a revelaria para o leitor (Gamarnik, 2011: 54). O fotógrafo atuaria como testemunha ocular da história. A imagem publicada apresentava um fragmento e o tomava como a evidência de uma realidade global (Kossoy, 2013: 55-56) de violência no campo produzida por líderes subversivos que mobilizavam centenas de trabalhadores para alcançar seus objetivos revolucionários.

Essa dita realidade capturada/fotografada ganhava sentido também na relação da imagem com os textos publicados no jornal. O leitor do *Diário de Pernambuco* do dia 9 de janeiro, após ver a fotografia na 1ª página, poderia ler no editorial do periódico, na página três, a seguinte afirmação sobre o ocorrido na Usina Estreliana:

E somente uma cegueira irremediável lograria empanar o sentido derradeiro destes episódios: trata-se de plano maduramente executado, no sentido de apressar a subversão que vem a galope, atirando na liça a exaltação de instintos primários de uma patuleia desenfreada, habilmente manobrada por artifices da desordem, visando a destruir a ordem vigente – cheia de erros, sem dúvida, necessitando de revisão urgente e de base, mas, de qualquer modo, merecedora de respeito, porque alicerçada no disciplinamento jurídico ainda dominante que terá de ser substituída por etapas, sob pena de, aluída em seus fundamentos, dar lugar ao caos, à orgia, à subversão de tudo.

O sentido primeiro oferecido para o ocorrido consistia, de acordo com o editorial, na execução de um plano subversivo que visava destruir a ordem. Tal plano se utilizava de “instintos primários de uma patuleia desenfreada”, ou seja, a população de trabalhadores rurais pobres e ignorantes manipulada por líderes que desejavam implantar o caos.

Apesar de não descolar a imagem dos trabalhadores da ideia do crime ou da condição do suspeito – eram essa ideia e essa condição que justificavam a morte daquelas pessoas e

sua exibição na imprensa –, o jornal apresentava outro nível de práticas e de discursos que colocava esses mesmos trabalhadores a serviço da subversão, orquestrada por líderes de uma corrente política revolucionária. Miguel Arraes, que seria empossado governador de Pernambuco no final daquele mês de janeiro, Francisco Julião, eleito deputado federal em outubro de 1962, e João Goulart, que acabava de recuperar seus plenos poderes como presidente ao derrotar o parlamentarismo no plebiscito realizado dias antes do assassinato na Usina Estreliana, formavam essa corrente.

Nas primeiras páginas do *Diário de Pernambuco* dos dias 8 e 9, onde foram publicadas fotografias sobre o ocorrido na Usina Estreliana, as manchetes destacavam a derrota do parlamentarismo e a formação da nova equipe de governo por João Goulart, que intensificaria as propostas das reformas de base, entre elas a reforma agrária (Gomes e Ferreira, 2014: 161): “Plebiscito deu ‘não’ esmagador ao parlamentarismo: resultados” e “João Goulart inicia sondagens para formar o novo ministério”. Muitos leitores poderiam entender que a subversão da ordem avançava em nível local e nacional.

Especificamente sobre as mudanças políticas em Pernambuco, o editorial do dia 9 de janeiro (p. 3) afirmava:

Uma corrente política – os fatos ainda estão vivos na memória geral – adotou como linha de sua luta triunfante de conquista do poder, o programa revolucionário de apontar os donos de terras, sobretudo na mata, como os responsáveis supremos pelas desgraças da coletividade. [...] Natural, assim, que próximo a concretizar-se a hegemonia político-administrativa dos “donos” da nova cruzada, o meio rural, perigosa e criminosamente trabalhado, comece a movimentar-se, atacando engenhos e usinas, na sofreguidão incontida do vitorioso que vê tardar a consecução dos objetivos por que lutou e venceu.

A frente política de esquerda comandada por Miguel Arraes era acusada de promover a movimentação violenta do “meio rural” contra os latifundiários da Zona da Mata. Seus integrantes faziam dos trabalhadores rurais um joguete dentro do plano subversivo maior, que havia logrado conquistar a “hegemonia político-administrativa”. Isso não significava retirá-los da condição de suspeitos e de criminosos, mas integrá-los à engrenagem que colocava a “subversão em marcha”, como anunciava o título do editorial.

O editor-chefe do jornal, Costa Pôrto, que por ocupar tal posição deve ter participado da escolha da fotografia estampada na 1ª página do dia 9 de janeiro, anunciava em um pequeno artigo publicado no dia seguinte (p. 3):

A culpa maior, entretanto, não é desta pobre gente mas dos que se improvisam de líderes, de condutores, de “salvadores”, estimulando-lhes os piores instintos, pregando a subversão às

claras, construindo um fatal “plano inclinado” que ainda lhe vai dar dor de cabeça. Porque rompidos os diques, não há quem possa conter a massa doida e enfurecida. [...] Muito populista profissional deveria, a estas horas, estar com as barbas de molho: semearam-se ventos, agora é a vez de colher tempestades, que virão, ninguém se iluda, e quando vierem vamos ver quem lhes escapa à ação destruidora.

O texto de Costa Pôrto permitia ao leitor pensar que a ação do usineiro José Lopes e seus capangas, na manhã da segunda-feira 7 de janeiro de 1963, fora a de conter essa “massa doida e enfurecida” de trabalhadores rurais pobres mobilizados pelos que “se improvisam de líderes”, combater seus “piores instintos” e a sua “ação destruidora”, fato que seria comprovado pela “sensacional fotografia” publicada na 1ª página do jornal. Era uma tragédia, contudo, necessária e justificada pela imprensa.

OPERATIVO MILITAR NA MATA SUL

Ainda no dia 9 de janeiro de 1963, outra fotografia sobre o acontecido na Usina Estreliana foi publicada no *Diário de Pernambuco* na página 7, junto a diversas notícias policiais.

De acordo com a legenda, a imagem mostrava policiais contemplando mortos e feridos na esplanada da Usina Estreliana. É possível estabelecer uma aproximação entre esta composição fotográfica e as anteriores que apresentavam os policiais e os ditos incendiários dos canaviais. Na figura 7, entretanto, eram os policiais e os trabalhadores rurais que haviam, segundo o jornal, tentado matar o usineiro José Lopes ao reivindicar o pagamento do 13º salário. Em certa medida, permanecia a composição da imagem que estabelecia uma oposição entre trabalhadores e policiais. Contudo, as pessoas suspeitas de serem criminosas, que antes apareciam com olhar resignado ladeadas pelos policiais, agora estavam no chão, mortas ou gravemente feridas. Os policiais, por sua vez, continuavam de pé, encarando a câmera do fotógrafo. Essa mudança de posição adquire significado quando relacionada com a alteração no quadro político provocada pelos resultados das eleições de outubro de 1962 e o dito avanço da subversão, da desordem e da cubanização, destacados pelos editoriais da imprensa. Ou seja, a “marcha da subversão” provocaria o recrudescimento da violência, com mortos e feridos. As vítimas do usineiro e de seus capangas passaram a ocupar as páginas dos principais jornais do estado, mas não para a denúncia da violência praticada pela elite agrária. Desejava-se anunciar a gravidade daquele momento e a forma como alguns usineiros, como José Lopes, atuariam frente à mobilização de trabalhadores rurais.

Figuras 6 e 7: *Diário de Pernambuco*, 9 de janeiro de 1963, p. 7.

O conflito da Estreliana.

DIÁRIO DE PERNAMBUCO — QUARTA-FEIRA, 9 DE JANEIRO DE 1963

TREM CHOCOU-SE COM O CAMINHÃO EM ARCOVERDE: 16 MORTOS E 34 FERIDOS



PEQUENOS FATOS POLICIAIS

"LANÇAS"

JARDIAGEM

FÉRIAS

DIARIÁRIO

Usineiros Procuraram O Secretário Da Segurança: Vitória É "Q G" Da Agitação

MARITIMO GAUCHO ASSALTADO

Débil Mental, Nas Águas Do Capibaribe, Foi Sensação

CAPTURADO PELA POLICIA VEREADOR CRIMINOSO DO CABO: FERIU COLEGA A TIROS NO PLENARIO DA CAMARA

Doméstica foi esfaqueada em Itamaracá e está mal no HPS.

ARROMBADORES AGIRAM NA CASA DO ESTUDANTE DE CIENCIAS MEDICAS

Doméstica Espancada Por Marginais Na Ilha João De Barros: Santo Amaro

ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DE PERNAMBUCO

ENFERMEIRA CONSIDERA-SE OFENDIDA

DISTRITO

ASORA BRASILIA

OS INTOCÁVEIS

TV-RÁDIO CLUBE-CANAL 6

OS INTOCÁVEIS

VULCAN

VULCAN MATERIAIS PLÁSTICO S.A.



Após os assassinatos na Usina Estreliana, iniciou-se uma operação da polícia militar nos engenhos da Mata Sul de Pernambuco, atendendo ao pedido dos proprietários. O general Salvador Batista do Rêgo, secretário de Segurança Pública do governador Cid Sampaio, informava que a polícia estava pronta para atender a todos os donos de engenhos e usinas que estivessem, segundo ele, com suas propriedades e vidas sob ameaça. Ainda declarava à imprensa que os usineiros, na qualidade de industriais, poderiam armar legalmente seus vigias, formando uma "tropa de defesa contra a dilapidação do seu patrimônio" (*Jornal do Commercio*, 10/1/1963: 3).

Alguns jornais de Pernambuco e do Sudeste do Brasil, como *O Globo*, publicaram notícias, inclusive na 1ª página, sobre o clima de medo e a desordem que se teriam instalado no meio rural de Pernambuco. Veicularam imagens de policiais se deslocando para a Mata Sul do estado e de pequenos batalhões fortemente armados constituídos pelos vigias dos engenhos e usinas.

A utilização da força policial do Estado por setores da elite agrária já era prática comum havia anos. O episódio na Estreliana foi utilizado com o fim de potencializar o uso do aparato repressivo pelos donos de engenhos e de usinas. Eles desejavam intensificar a repressão ao movimento de trabalhadores rurais, que se expandia pela atuação, por exemplo, dos sindicatos rurais organizados por comunistas e setores da Igreja Católica, e autorizados pelo governo João Goulart a partir de 1962 (Pereira, 2009). Segundo *O Globo* (11/1/1963: 6), Fábio Correia, deputado estadual pela União Democrática Nacional (UDN) e proprietário da usina Cachoeira Lisa, vizinha da Estreliana, na madrugada do dia 9 de janeiro seguira para suas terras acompanhado de uma volante da polícia militar de Pernambuco.

Ainda de acordo com o jornal, vários proprietários de terras pernambucanos haviam feito uma visita ao comandante da 7ª Região Militar, General Antonio Carlos Murici. Pediram

garantias do Exército para as suas propriedades e para as suas vidas, que estariam ameaçadas por integrantes das Ligas Camponesas. Segundo o jornal, o General Murici reconheceu a gravidade do momento, mas informou que o Secretário de Segurança Pública era quem tinha competência para oferecer as garantias pleiteadas.

A relação entre latifundiários e setores do Estado na repressão aos movimentos dos trabalhadores rurais era de colaboração naquele janeiro de 1963. A partir do mês seguinte, o novo governador, Miguel Arraes, tentou alterar essa relação, exigindo que a polícia deixasse de atuar sempre em favor dos proprietários e se posicionasse de modo a mediar os conflitos. Ou seja, a força policial não estaria mais à disposição para atender aos interesses particulares de usineiros e donos de engenho como era de costume (Callado, 1980; Page, 1972; Dabat, 2008).

Entretanto, a relação entre representantes da elite agrária e o Exército muito provavelmente se manteve e se fortaleceu durante o ano de 1963 e o seguinte. Apesar de *O Globo* publicar a informação de que Antonio Carlos Murici não iria atender às demandas por garantias dos latifundiários, sabe-se que estes se armaram cada vez mais fortemente. Segundo o ex-presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Gameleira, José Sebastião, que em 1963 trabalhava como cabo nos canais desse município vizinho a Ribeirão, o arsenal existente nas mãos dos proprietários de terra era “pesado”.⁷

Uma entrevista concedida pelo médico Fernando Barbosa ao projeto *Marcas da Memória*, em 2011, oferece um indício de onde viriam essas armas. No início da década de 1960, Fernando era estudante do curso de medicina, integrante do Partido Comunista e ainda participava das Ligas Camponesas. Durante algum tempo, nesse período, ele serviu ao Exército. Em um determinado dia, estando na Ajudância Geral do IV Exército, em Recife, ouviu um diálogo entre dois militares que debatiam como as armas enviadas para usineiros e senhores de engenho na Mata Sul de Pernambuco regressariam às Forças Armadas. Fernando recorda que a pessoa responsável por receber as armas oriundas do Exército e distribuí-las entre os proprietários da região era José Lopes de Siqueira Santos.

[...] quem tinha as armas eram os usineiros, porque eu estava na Ajudância geral do 4º Exército em 1961 e vi quando um Coronel, como era o nome dele meu Deus? Eu sei que ele discutia com o Bismarck e com o Albuquerque, por que que as armas estavam saindo da 7ª Região Militar para entregar a José Lopes de Siqueira Santos na usina, e José Lopes distribuir com os usineiros da Zona da Mata Sul para combater os Sindicatos Rurais, como é que se ia recolher essas armas? Porque as armas não podiam ser emprestadas, armas privativas das Forças Armadas, não podiam ser emprestadas a civis. Eu sei que os três oficiais, coronéis, estavam discutindo isso, e eu caladinho trocando de roupa, eles não me viram. E eu passei isso para o pessoal. Eu digo: olhe, está acontecendo isso, eles estão distribuindo armas, e a pessoa que está pegando as armas é José Lopes de Siqueira Santos (Projeto Marcas da Memória, 18/10/2011: 18-19).

É preciso ainda encontrar outras fontes documentais sobre a relação entre José Lopes e os militares do IV Exército em 1963. São necessários também outros documentos para formular uma análise mais consistente do que teria sido essa associação operacional e repressiva entre o Exército e os latifundiários em Pernambuco. A impossibilidade de acessar os arquivos do IV Exército é um dos principais fatores que dificultam o desenvolvimento dessa linha interpretativa. Porém pode-se tomar a memória de Fernando Barbosa como indício do funcionamento dessa associação. Esse indício é reforçado ao ser relacionado com a notícia d'*O Globo* de que senhores de engenho de Pernambuco procuraram o General Antonio Carlos Murici, em janeiro de 1963, para pedir o apoio do Exército na repressão aos trabalhadores rurais. Se por um lado o governador Miguel Arraes tentava barrar o uso patrimonialista da Polícia Militar de Pernambuco pelos latifundiários, por outro o Exército e integrantes da elite agrária pareciam manter e talvez reforçar suas relações colaborativas e repressivas.

Essa é uma análise construída a partir dos documentos já apresentados neste tópico em diálogo com a linha de pesquisa apresentada, por exemplo, no livro *Retrato da repressão política no campo* (Carneiro e Ciocari, 2011: 27), que procurou romper o silêncio sobre a repressão praticada no meio rural, caracterizando-a como complexa e diversificada em suas formas, constituída por ações de impacto e ostensivas, como assassinatos, e outras mais sutis, cotidianas, e além disso localizando-a temporalmente antes do golpe civil-militar de 1964 e definindo-a como uma aliança entre as oligarquias rurais e as forças do Estado, que seria exacerbada no regime militar (ver também Viana, 2013 e Koury, 2010: 206).⁸

O assassinato de trabalhadores na Usina Estreliana deve ser relacionado ao funcionamento desse operativo repressivo, que, entre outros objetivos, tentava barrar a luta pela aplicação da lei que concedia direitos trabalhistas e, por conseguinte, a construção de uma cidadania para homens e mulheres pobres do meio rural.

REUNIÃO NO IAA

Os trabalhadores que se dirigiram à esplanada da Usina Estreliana em janeiro de 1963 reivindicavam o pagamento do 13º salário. É possível que nem todos soubessem sobre o tal abono de natal, mas alguns integrantes do movimento levavam consigo um ofício da Delegacia Regional do Trabalho, confirmando o direito de recebimento do dinheiro extra (*Jornal do Commercio*, 8/1/1963: 3).

A Lei nº 4.090, de 13 de julho de 1962, instituiu o direito de os trabalhadores receberem o pagamento de um salário extra. Esse direito foi rapidamente incorporado às reivindicações de parcela dos trabalhadores, tanto que, poucos meses depois da promulgação da lei,

em janeiro de 1963, um grupo foi reivindicar o recebimento do benefício ao dono da Usina Estreliana. Pode-se pensar que eles conheciam parte da legislação trabalhista e sabiam como operá-la. Tal situação pode ter sido influenciada pelos vários anos de atuação das Ligas Camponesas. Seu principal líder, Francisco Julião, organizava os trabalhadores para lutarem por seus direitos na Justiça Civil (Julião, 2009: 141), já que antes de 1962 não existiam Juntas de Conciliação e Julgamento da Justiça do Trabalho instaladas na Zona da Mata de Pernambuco.⁹ A reivindicação do pagamento do abano de natal já era uma pauta entre trabalhadores urbanos desde antes de 1962. Contudo, Antonio Montenegro (2013: 315) afirma que, para os trabalhadores da Zona da Mata de Pernambuco, “o pagamento do 13º tornou-se uma realidade conhecida de todos apenas depois da lei aprovada”. Deve-se atentar para o fato de que desde o início da década de 1960 intensificou-se uma disputa pela organização e representação dos trabalhadores rurais nessa região. Além das Ligas Camponesas, comunistas e setores da Igreja Católica competiam para ocupar o lugar de liderança no movimento camponês com a organização dos sindicatos rurais (Montenegro, 2010: 99). As ações desses grupos contribuíram para a divulgação do direito de recebimento do 13º salário.

Alguns dias após o ocorrido na Usina Estreliana, Luis Serafim, uma das lideranças dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais de Jabotão, Moreno, São Lourenço, Paudalho e Glória de Goitá, afirmou ao *Jornal do Commercio* (10/1/1963: 3) qual o objetivo das mobilizações que estavam ocorrendo nos primeiros dias daquele ano, incluindo a realizada no município de Ribeirão:

Estamos fazendo um movimento reivindicatório do 13º mês e o pagamento do salário correspondente à região [...] Não queremos violência e sim o que é nosso. Queremos os mesmos direitos que tem o operário da capital. Exigimos salário da região, oito horas de trabalho e descanso semanal.

Indagado pelo repórter por que não procuravam entendimento diretamente com os administradores das usinas, respondeu: “Preferimos, primeiro, manter entendimentos com o Delegado Regional do Trabalho”. Naquele momento, o arbítrio do Estado parecia interessar mais aos trabalhadores.

Do lado dos usineiros, a novidade do 13º salário e as mobilizações dos trabalhadores reivindicando seu pagamento exigiam novas estratégias de ação, novos agenciamentos institucionais. Em alguns casos, como na Usina Muribeca, em Jabotão, os proprietários buscaram negociar com os trabalhadores o pagamento do abono de natal (Montenegro, 2013: 317). Em Ribeirão, como se sabe, José Lopes tratou do assunto a bala. Além desse enfrentamento ou da negociação direta com os trabalhadores, os usineiros e donos de engenhos procuraram outros meios de ação. Um deles está registrado na ata da reunião de 9 de janeiro de 1963 realizada na sede do Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA) na cidade do Rio de Janeiro.¹⁰

Desse encontro participou o presidente da Associação dos Fomecedores de Cana de Pernambuco e deputado estadual Francisco Falcão. Ele incluiu na pauta o tema do assassinato dos trabalhadores, perguntando aos demais participantes se havia legalidade e obrigatoriedade de pagamento do 13º salário naquele ano de 1963. E, caso houvesse, como ele seria realizado, visto que, segundo afirmou, os proprietários de terras não tinham orçamento disponível para tanto.¹¹

A transcrição do debate em ata ocupa quase 20 páginas. O discurso inicial do presidente do IAA, Manoel Gomes Maranhão, revela a forma de tratar o tema por parte daquele órgão: “O fato ocorrido na Usina Estreliana, em Pernambuco, traduz a gravidade da situação nos estados, sobretudo no de Pernambuco e Alagoas, pois o acontecido naquela usina, de propriedade do nosso caro José Lopes, realmente merece maior atenção”.¹² Primeiro, a “gravidade da situação” se traduziu pelo que foi chamado de ações promovidas por agitadores políticos que tratavam de mobilizar os camponeses para realizarem atos violentos no meio rural. A luta por direitos trabalhistas era associada à ideia da desordem social tão presente nos editoriais e na narrativa visual veiculada por amplos setores da imprensa, como já demonstrado. Depois, a referência ao dono da Estreliana como “nosso caro José Lopes” indicava a relação de integrantes da elite agrária de Pernambuco, representada na reunião por Francisco Falcão, e setores do Estado, nesse caso o IAA. O usineiro era considerado vítima de agitadores, e as agitações sociais e políticas, como se vê no decorrer da ata, justificavam a necessidade de um apoio maior por parte do governo aos proprietários. O assassinato dos trabalhadores foi transformado em oportunidade para expor uma dita dificuldade da classe em saldar suas obrigações trabalhistas. Logo, o governo, em face da gravidade da situação, deveria intervir com novos financiamentos. Segundo reportagem publicada pelo jornal *O Globo* de 11 de janeiro de 1963 (p. 6), dois dias depois da reunião no IAA, “o Banco do Brasil em Pernambuco tomará providências para atender às usinas e engenhos que não tenham conseguido financiamento para o pagamento do 13 (sic) salário, com o que se tirará aos agitadores o pretexto para as ameaças e tumultos dos últimos dias”.

Além disso, o presidente da Associação dos Fomecedores de Cana de Pernambuco conseguiu que fosse publicada nos principais jornais, no dia seguinte à reunião, uma nota de apoio do IAA à Associação. E por fim, logrou que o IAA, por meio do senhor José Ribamar, que foi identificado em ata como amigo do ministro do Trabalho, Benjamin Eurico Cruz, interpelasse o Ministério sobre o auxílio aos usineiros e senhores de engenho para o pagamento do 13º salário.

Por meio da ata de reunião do IAA, é possível entender como a mobilização dos trabalhadores rurais para exigir o cumprimento de um direito trabalhista foi convertida pelos patrões em uma oportunidade para barganhar benesses do governo, fossem elas linhas de crédito, fossem declarações públicas de apoio, e assim manter seu poder e mesmo fortalecê-lo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O assassinato de trabalhadores rurais em frente ao escritório da Usina Estreliana, suas representações na imprensa e seus usos políticos foram tomados neste artigo para a análise das estratégias utilizadas por usineiros e donos de engenhos contra as mobilizações políticas desses trabalhadores no início do ano de 1963. O caso em tela possibilitou identificar indícios de como, antes do golpe de 1964, representantes da elite agrária buscaram apoio de setores das Forças Armadas para executar a repressão aos trabalhadores. Tal questão indica a necessidade, como ressaltam os trabalhos de Ana Carneiro e Marta Cioccarri (2011: 27), Mauro Koury (2010: 206) e Gilney Viana (2013), de se estudar a construção e o funcionamento dessa aliança operativa e romper um silenciamento sobre a repressão aos camponeses e seus movimentos políticos antes, durante e mesmo depois da ditadura instalada a partir de 1964.

Por meio do acontecimento na Usina Estreliana ainda foi possível investigar como se produziu uma narrativa visual que criminalizava os trabalhadores rurais e oferecia a justificativa para a execução de uma operação militar na Mata Sul de Pernambuco. Não se deve perder de vista que representantes da elite agrária souberam utilizar essa mobilização dos trabalhadores pelo recebimento do 13º salário para reforçar seu poder, em alguma medida ameaçado pelo movimento camponês. O uso da imprensa e a busca de apoio no Exército, na Secretaria de Segurança Pública de Pernambuco e no Instituto do Açúcar e do Alcool indicam as manobras e as estratégias aplicadas no fortalecimento desse poder.

A violência praticada diretamente contra os trabalhadores rurais revela um nível de ação que é o da interdição física na tentativa de impedi-los de fazer política e lutar por seus direitos. Contudo, as narrativas visuais e os editoriais publicados na imprensa e as discussões registradas na ata de reunião do IAA apresentam outros níveis. Por exemplo, quando jornalistas reconheciam que os trabalhadores rurais deveriam ter suas condições de vida melhoradas, como fez Costa Pôrto, editor-chefe do *Diário de Pernambuco*, que afirmou: “É visível o mal-estar [...] a convicção de que é necessário mudar coisa e mudar quanto antes [...] a vida rural está sendo um inferno” (*Diário de Pernambuco*, 10/1/1963: 3). Esse reconhecimento, por parte do mesmo jornal que criminalizava os trabalhadores rurais e seus movimentos sociais, relacionava-se com a publicação das fotografias dos camponeses assassinados, as quais comprovavam o inferno no meio rural e criavam uma urgência de ação. Esta possibilitou aos representantes da elite agrária barganhar mais financiamentos de bancos públicos, buscar ampliar o apoio da opinião pública para as ações de repressão violenta no campo e se aproximar de setores do Exército. Entre janeiro de 1963 e março de 1964 essa dinâmica se intensificou cada vez mais, e o golpe civil-militar consolidou o projeto de poder e garantiu a impunidade da oligarquia rural.

NOTAS

1 Como elite agrária consideramos os senhores de engenho e os usineiros. Há distinções e tensões entre esses atores que, por extrapolarem os objetivos deste artigo, não serão analisadas. Elas podem ser lidas em Guillermo Palácio (2012-2013).

2 Quando estive no Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Ribeirão, em julho de 2014, em busca de informações sobre conflitos na Usina Estreliana, fui recebido por alguns integrantes da diretoria. Foram eles que no meio de uma conversa informal me contaram histórias de violências praticadas por José Lopes de Siqueira Santos.

3 As informações sobre o que aconteceu com Antônio Farias, apresentadas no decorrer deste primeiro tópico do artigo, foram retiradas da reportagem intitulada *Usina Estreliana: cinco mortos e três feridos num violento conflito ontem* publicada pelo *Jornal do Commercio* em 8 de janeiro de 1963, p. 15. Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano – APEJE.

4 Ainda circulava em Pernambuco o jornal *Última Hora – Nordeste*. Criado em 1962, esteve aliado ao governo de Miguel Arraes e aos grupos de esquerda. Outro periódico, *A Hora*, era o de divulgação do PCB.

5 Além do *Diário de Pernambuco*, ver também o *Jornal do Comércio* de 14 de janeiro de 1960. Pág. 07.

6 Prontuário Funcional nº 29177 – Liga Camponesa de Ribeirão. Arquivo Público Jordão Emerenciano – APEJE.

7 Entrevista com José Sebastião. Gameleira, 21 de julho de 2014.

8 Ainda sobre a repressão no campo, ver Campanha Nacional pela Reforma Agrária (CNRA), 1985.

9 Há referências a essas práticas na entrevista concedida por Francisco Julião à pesquisadora Eliana Mouri Fernandes, da Fundação Joaquim Nabuco, em 1982.

10 O Instituto do Açúcar e do Alcool foi criado em 1933, pelo presidente Getúlio Vargas, como uma ação de intervenção do Estado na economia açucareira. Estabelecia um sistema de quotas de produção para cada uma das regiões açucareiras, garantia preços mínimos para o açúcar e o financiamento da produção (Oliveira, 1981). A ata da reunião realizada em 9 de janeiro de 1963 no Rio de Janeiro encontra-se na Biblioteca do Instituto Ricardo Brennand.

11 Ata da 1ª Sessão 09.1.63. Instituto do Açúcar e do Alcool, Rio de Janeiro, 09 de janeiro de 1963. p. 2. Biblioteca do Instituto Ricardo Brennand.

12 Ata da 1ª Sessão 09.1.63. Op. cit.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CALLADO, Antônio. *Os industriais da seca e os "galileus" de Pernambuco*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1960.

_____. *Tempo de Arraes*. A revolução sem violência. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

CARNEIRO, Ana & CIOCCARI, Marta. *Retrato da repressão política no campo – Brasil 1962-1985: camponeses torturados, mortos e desaparecidos*. Brasília: MDA, 2011.

CASTILLO TRONCOSO, Alberto del. *Ensayo sobre el movimiento estudiantil de 1968. La fotografía y la construcción de un imaginário*. México: Instituto Mora/CONACYT/Instituto de Investigaciones Sobre La Universidad y La Educación, 2012.

DABAT, Christine Rufino. Uma caminhada penosa: a extensão do Direito trabalhista à zona canvieira de Pernambuco. *Clio – Revista de Pesquisa Histórica*, Recife, UFPE, 26-2, 2008.

GAMARNIK, Cora. Imágenes de la ditadura militar. La fotografía de prensa antes, durante y después del golpe de Estado de 1976 en Argentina. In: FERNÁNDEZ, Silvia & GAMARNIK, Cora. *Artículos de investigación sobre fotografía*. Montevideo: Ediciones CDMF, 2011.

_____. El fotoperiodismo y la guerra de Malvinas: una batalla simbólica. In: MAUAD, Ana & MRAZ, John. *Fotografía e historia*. Montevideo: CFD Ediciones, 2015.

GOMES, Angela de Castro & FERREIRA, Jorge. *1964: o golpe que derrubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

GRUZINSKI, Serge. *A guerra das imagens: de Cristóvão Colombo a Blade Runner (1492-2019)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

JULIÃO, Francisco. *Cambão: a face oculta do Brasil*. Recife: Ed. Bagaço, 2009.

KOSSOY, Boris. *Imágenes y movimientos sociales brasileños a través de los archivos DEOPS/SP: Una radiografía*. In: CASTILLO TRONCOSO, Alberto del & MONROY NASR, Rebeca (coord.). *Caminar entre fotones: formas y estilos de la mirada documental*. México: Instituto Nacional de Antropología e Historia, 2013.

KOURY, Mauro Guilherme Pinheiro. *Práticas instituintes e experiências autoritárias: o sindicalismo rural na mata pernambucana*. Doutorado em Sociologia. Universidade Federal de São Carlos, SP, 2010.

MAGALHÃES, Fernanda Torres. *O suspeito através das lentes. O DEOPS e a imagem da subversão, 1935-1945*. São Paulo: Imprensa Oficial/Humanitas/FAPESP, 2008.

MONTENEGRO, Antonio Torres. Labirintos do medo: O comunismo (1950-1964). In *Clio: Revista de pesquisa histórica*, v. 22, 2004, p. 215-35.

_____. *História, metodologia, memória*. São Paulo: Contexto, 2010.

_____. Trabalhadores rurais e Justiça do Trabalho em tempos de regime civil-militar. In: GOMES, Angela de Castro & SILVA, Fernando Teixeira (org.). *A Justiça do Trabalho e sua História*. Campinas: Editora UNICAMP, 2013.

MRAZ, John. Ver fotografias historicamente. Uma mirada mexicana. In MAUAD, Ana & MRAZ, John. *Fotografia e historia*. Montevideo: CFD Ediciones, 2015.

OLIVEIRA, Francisco de. *Elegia para uma re(li)gião: SUDENE, Nordeste, Planejamento e conflito de classes*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

PAGE, Joseph. *A revolução que nunca houve*. Rio de Janeiro: Record, 1972.

PALÁCIOS Y OLIVARES, Guillermo. Os plantadores de cana de Pernambuco na primeira metade do século XX: nascimento, crise e consolidação de uma "classe" agrária. *Travesía: Revista de Historia Económica y Social*, v. 14-15, 2012-2013, pp. 161-219.

PEREIRA, Anthony W. O declínio das Ligas Camponesas e a ascensão dos sindicatos. In: *Clio – Revista de Pesquisa Histórica*, Recife, UFPE, 26-2, 2009.

PORFIRIO, Pablo F. de A. *Medo, comunismo e revolução: Pernambuco (1959-1964)*. Recife: Ed. da UFPE, 2009.

PORFIRIO, Pablo F. de A. *Francisco Julião: em luta com seu mito. Golpe de Estado, exílio e redemocratização no Brasil*. Jundiá: Paco Editorial, 2016.

PROJETO MARCAS DA MEMÓRIA/UFPE. Entrevista com Fernando Barbosa. Recife, 18/10/2011.

VIANA, Gilney. *Camponeses mortos e desaparecidos: excluídos da Justiça de transição*. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, 2013.

O LOBBY DOS TRABALHADORES NO
PROCESSO CONSTITUINTE DE 1987-88: UM
ESTUDO SOBRE A ATUAÇÃO DO DIAP

The worker's lobby in the constituent process of
1987-88: a study about DIAP's performance

LUCAS NASCIMENTO FERRAZ COSTA

<http://dx.doi.org/10.1590/S2178-14942016000300011>

Lucas Nascimento Ferraz Costa é mestre e doutorando em Ciência Política na Universidade Federal de São Carlos (lucasnfcosta@gmail.com).

Artigo recebido em 13 de janeiro e aprovado para publicação em 26 de setembro de 2016.

RESUMO

O objetivo deste artigo é mostrar a influência da atuação de grupos de interesse na constitucionalização de direitos do trabalho durante o processo constituinte de 1987-88. Sustentamos que os interesses da classe trabalhadora foram articulados pelo Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (DIAP), através de um projeto consensual para a área do trabalho, o qual foi apoiado pelas principais entidades sindicais, pelos partidos políticos de esquerda e pela parcela progressista do PMDB. Por meio da reconstrução da trajetória do DIAP mostramos como o pacto foi formado e que estratégias de *lobby* foram utilizadas.

PALAVRAS-CHAVE: Constituinte de 1987-88; Constituição de 1988; DIAP; direitos do trabalho; grupos de interesse; *lobby*.

ABSTRACT

The aim of this paper is to show the influence of interest groups in the constitutionalization of labor rights during the constituent process of 1987-88. We sustain that the working class interests were articulated by the Inter-Parliamentary Advisory Department (DIAP), through a consensual project to the labor area, which was supported by the main unions, by left political parties and by the progressive wing of PMDB. Through the reconstruction of DIAP's trajectory we show how the pact was built and which lobby strategies were used.

KEYWORDS: Constituent Assembly of 1987-88; Constitution of 1988; DIAP; labor rights; interest groups; lobby.

RÉSUMÉ

Le but de cet article est de montrer l'influence des groupes d'intérêt dans la constitutionnalisation des droits du travail pendant le processus constituant de 1987-1988. Nous soutenons que les intérêts de la classe ouvrière ont été articulés par le Conseil Parlementaire Intersyndical (DIAP), au moyen d'un projet consensuel pour le champ du travail qui a été défendu par les principaux syndicats, par les partis politiques de gauche et par l'aile progressiste du PMDB. En reconstituant la trajectoire du DIAP nous montrons comment le pacte a été construit et les stratégies de pression ont été utilisées.

MOTS-CLÉS: Assemblée Constituante de 1987-1988; Constitution de 1988; DIAP; droits des travailleurs; groupes d'intérêt; lobby.

INTRODUÇÃO

A Constituição brasileira de 1988 é produto da transição de uma ditadura para uma democracia, processo esse que foi marcado pelo desejo de superação da profunda desigualdade social do país através da constitucionalização de direitos sociais e do trabalho. A presença de direitos sociais, com a intensidade e o nível de detalhes da Constituição vigente, é um fenômeno relativamente recente na história constitucional internacional, além de representar um marco dentro do constitucionalismo brasileiro (Noronha, Costa, Troiano, 2014; Costa, 2015).

As reformas constitucionais mais recentes, sobretudo na América do Sul,¹ sugerem que a constitucionalização de direitos sociais e do trabalho, tradicionalmente classificados como *policies* e matéria de legislação ordinária, passou a ser objeto de interesse de constituintes e irremediável reivindicação popular em períodos de reforma constitucional.

Sustentamos que a ampliação de direitos sociais e do trabalho como matéria constitucional foi influenciada pela intensificação da participação pública nos processos constituintes, em especial pela atuação de grupos de interesse, hipótese sugerida por diferentes autores (Ginsburg, Elkins, Blount, 2009: 215; Elkins, Ginsburg, Melton, 2009; Samuels, Wyeth, 2006; Blount, 2011).

Neste artigo apresentamos um estudo de caso sobre a atuação do Departamento Inter-sindical de Assessoria Parlamentar (DIAP) durante o processo constituinte de 1987-88, quando este articulou um projeto consensual para a classe trabalhadora, o qual foi determinante para a constitucionalização de interesses defendidos por entidades sindicais de trabalhadores. Trata-se, portanto, de uma análise de como a inserção de direitos dos trabalhadores na Constituição de 1988 foi influenciada pela atuação de grupos de interesse articulados pelo DIAP.

Tradicionalmente, a literatura voltada para o estudo do processo constituinte de 1987-88 enfatizou sua institucionalidade (as regras do jogo na Assembleia Nacional Constituinte), assim como o papel dos partidos políticos (Pilatti, 2008; Coelho, 1999). A relação entre partidos políticos de esquerda (PCB, PCdoB, PDT, PT e os progressistas do PMDB), entidades sindicais como a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e a Central Geral dos Trabalhadores (CGT), e demais grupos de interesse foi pouco analisada. Neste artigo mostramos como a

atuação do DIAP moldou as preferências dos partidos identificados com os interesses dos trabalhadores, assim como o papel da organização na criação e utilização de mecanismos profissionais de *lobby*.²

Sustentamos que a articulação dos interesses consensuais pelo DIAP foi central na superação de um cenário cujas perspectivas eram favoráveis aos empresários, posto que: (1) o poder econômico e a organização da classe empresarial eram muito maiores que os dos trabalhadores no início dos anos 1980 (Costa e Troiano, 2011; Troiano, 2012); (2) a Constituinte foi formada majoritariamente por partidos e parlamentares identificados com os interesses dos empresários (Pilatti, 2008).

Ao enfatizarmos o papel dos grupos de interesse, contudo, não deixamos de reconhecer a importância da dinâmica institucional da ANC – suas regras e sua organização interna, isto é, a explicação endógena ao processo. Sustentamos que o *lobby* bem-sucedido dos grupos externos à ANC foi justamente aquele que soube reconhecer as oportunidades oferecidas pelas regras do jogo da Constituinte. Portanto, nossa análise está situada na interseção entre uma abordagem da institucionalidade da ANC e seus atores internos (partidos políticos e constituintes) e a influência do *lobby* dos grupos externos.

Criamos um modelo que sintetiza a estrutura organizacional do DIAP, assim como suas estratégias de atuação, baseado em duas dinâmicas organizacionais: capacidade agregadora e atuação lobista. Além das tradicionais estratégias de *lobby* utilizadas durante a Constituinte, o DIAP se destacou pela sua capacidade de negociação e seus mecanismos de legitimação perante as lideranças sindicais, sobretudo no período pré-constituinte. As estratégias e a organização institucional do DIAP o caracterizam como um grupo de interesse que incorpora clássicas bandeiras ideológicas da classe trabalhadora. Não se trata, portanto, de uma organização lobista típica, na medida em que não foi construída para atender a interesses específicos de um grupo ou de uma parcela de classes. Sua institucionalização se identifica com um projeto militante da classe trabalhadora, a despeito das divisões e disputas das entidades sindicais da época.

De modo a evidenciar a capacidade de influência do DIAP, traçamos um levantamento histórico da organização, analisando suas estratégias de atuação. Dividimos a história do DIAP em dois momentos do período de transição brasileira. O primeiro é anterior à Constituinte: a partir do final de 1983, quando o DIAP foi fundado, até o começo de 1987, quando a ANC foi instalada. Nesse primeiro momento a análise se concentra na capacidade agregadora da organização e na construção de um projeto para a Constituinte, fruto de negociações com as principais organizações sindicais da época. O segundo momento é a análise da atuação do DIAP durante o período em que a ANC esteve em funcionamento (fevereiro de 1987 até setembro de 1988), quando sua atividade lobista foi amplamente repercutida pela imprensa e

reconhecida até pelos seus adversários políticos. A reconstrução da trajetória da organização levou em consideração variadas fontes primárias, entre as quais destacamos as atas e diários da ANC, documentos elaborados pelo próprio DIAP e por entidades sindicais com as quais este negociou, notícias e artigos de jornais da época, além de entrevistas realizadas com membros do DIAP, lideranças sindicais, deputados e senadores que participaram da Constituinte.

CRIAÇÃO E PREPARAÇÃO PARA A CONSTITUINTE

O Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (DIAP) é uma organização fundada em 19 de dezembro de 1983 cuja função inicial, segundo membros da própria entidade, foi organizar as reivindicações consensuais dos trabalhadores, transformando-as em normas legais através da atuação lobista no Congresso Nacional. Isto é, pressionando e convencendo, a partir de diferentes mecanismos, a aprovação de leis de interesse dos trabalhadores. O DIAP atuou em duas frentes, estruturadas em duas dinâmicas organizacionais: capacidade agregadora e atuação lobista.

Estas duas dinâmicas organizacionais fazem parte de um modelo de análise que elaboramos para a compreensão da atuação do DIAP no período situado entre a data de sua criação e o final da Constituinte. Sua capacidade agregadora é sintetizada pela elaboração de um projeto unificado dos trabalhadores, o qual superou a divisão política entre as entidades sindicais. O *lobby* da organização se baseou em três estratégias principais: elaboração de estudos e projetos de lei; monitoramento de projetos e estudos; emissão de pareceres sobre projetos e estudos apresentados. Inclui-se nos pareceres a estratégia de atribuir notas aos parlamentares de acordo com sua atuação nas questões de interesse dos trabalhadores.

O DIAP foi idealizado pelo advogado trabalhista Ulisses Riedel de Resende, atual diretor-técnico da entidade. A ideia de criar o DIAP surgiu em 1968, quando Riedel foi convidado pelo governo norte-americano, junto com outros cinco advogados brasileiros, a conhecer a organização sindical do país. Em Washington, os advogados visitaram a American Federation of Labor and Congress of Industrial Organizations (AFL-CIO),³ onde dois Departamentos chamaram a atenção de Riedel: o encarregado de obter recursos para o financiamento de campanhas, chamado *coup*, e o Departamento Legislativo, que elaborava projetos de leis, enviava-os ao Congresso e acompanhava, através de lobistas, seu andamento.

Ulisses Riedel revelou em entrevista (Resende, 2011) que, além da elaboração de projetos de lei e seu acompanhamento no Congresso, ficou impressionado com as notas que o Departamento Legislativo da AFL-CIO atribuía, ao final de cada ano, aos parlamentares, segundo seu desempenho em favor dos trabalhadores. Segundo ele, “essa é uma ideia genial”.

Ela seria colocada em prática pelo DIAP, tornando-se um dos mecanismos de atuação mais famosos da organização.

O exemplo da AFL-CIO inspirou Riedel a criar uma organização semelhante no Brasil já nos anos 1960, mas as restrições ao Congresso, impostas pelo regime militar, inviabilizaram o projeto. O desenho institucional de uma organização à imagem da AFL-CIO pressupõe o funcionamento pleno do poder legislativo, uma vez que sua principal arena de atuação é o Congresso. Apenas com o processo de abertura democrática em 1974 e do ciclo de greves em 1978 a ideia de emular a experiência americana pôde finalmente ser posta em prática, através do projeto de criação do DIAP.

No final dos anos 1970 Riedel já havia construído uma sólida relação com as principais lideranças sindicais do país, em razão de anos de atuação como advogado trabalhista. Esse prestígio foi fundamental para angariar apoio à criação do DIAP. A primeira liderança sindical que demonstrou apoio ao projeto de Riedel foi o Comandante Aloísio Ribeiro, um dos diretores da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Transportes Marítimos, Aéreos e Fluviais (CONTTMAF).

Em agosto de 1981, no I Congresso Nacional de Estivadores, Portuários, Marítimos, Fluviais, Aeroviários, Aeronautas e Pescadores, foi colocado em votação e aprovado o primeiro esboço do que seria o DIAP: “um órgão suprapartidário, desvinculado de qualquer corrente ideológica, partidária ou religiosa, mas comprometido com a defesa dos trabalhadores e comprometido em bem informá-los e também aos parlamentares” (Oliveira, 2005: 222).

Segundo Riedel (Resende, 2011), o apoio da imprensa, através de Armando Rollemberg, nome influente na mídia e que na época era presidente da Confederação Nacional dos Jornalistas, foi importante para buscar maior adesão do movimento sindical. Seguiu-se ao apoio de Rollemberg a adesão dos radialistas e dos ferroviários.

Em 1983, em reunião convocada pelo CONTTMAF, contando com 17 entidades, no auditório da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), foi articulada a intenção de se criar o DIAP. Nessa reunião foi proposto por Rollemberg que os sindicatos presentes se transformassem na comissão organizadora do DIAP e que fosse feita uma nova convocação com o propósito de buscar a participação de um número maior de entidades. A proposta foi aceita e uma nova reunião foi marcada.

A fundação do DIAP foi adiada por conta de um decreto do então presidente João Figueiredo, de 19 de outubro de 1983, que estabelecia medidas de emergência em Brasília, proibindo reuniões políticas no período de 19 de outubro a 17 de dezembro.⁴ Finalmente em 19 de dezembro de 1983, na sede do CONTAG, em Brasília, foi fundado o DIAP, em uma reunião que contou com 51 entidades. Juntamente com Ulisses Riedel, cinco entidades

integraram a Comissão Organizadora do Departamento: CONTTMAF; Confederação Nacional das Profissões Liberais (CNPL); Federação Nacional dos Trabalhadores nas Indústrias Urbanas; Federação Nacional dos Estivadores; Federação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadores de Mesa Telefônica.

A primeira assembleia do DIAP contou com a presença de 51 entidades sindicais de todo o país, as quais aprovaram os estatutos, elegeram e deram posse à primeira diretoria e definiram a contribuição das entidades associadas. Inicialmente, Carlos Falkenberg, então presidente da CNPL, foi empossado como presidente do DIAP. A vice-presidência foi disputada por Maurício Ellena Rangel, presidente da Federação dos Urbanitários, e Antônio Rogério Magri, presidente do Sindicato dos Eletricitários de São Paulo (Stieesp), tendo sido o primeiro o escolhido por ser representante de uma Federação Nacional, enquanto Magri representava um sindicato.

Poucos dias depois Falkenberg deixou a presidência do DIAP, pois só assim poderia permanecer presidente de sua confederação (a CNPL). De acordo com Riedel, estrategicamente era fundamental manter a confederação como aliada, mesmo que isso custasse a condição de presidente do DIAP a Falkenberg. Com isso, a presidência do DIAP foi assumida por Ellena Rangel, então vice. Magri assumiu a vice-presidência.

O principal objetivo do DIAP entre 1983 e 1987 foi organizar e planejar sua atuação na Constituinte. As três ações mais importantes da organização no período foram o lançamento do *Jornal do DIAP*, em 1985, a publicação do livro *Quem é quem*, em 1986 e, sobretudo, a criação de cinco projetos de ação com propostas para serem defendidas durante a Constituinte.

O lançamento do *Jornal do DIAP* em 1985 foi importante, pois o órgão se estabeleceu como o primeiro canal de comunicação entre a organização e as entidades sindicais. Em 1986 o livro *Quem é quem* foi a primeira publicação que, a exemplo da AFL-CIO, atribuiu notas aos parlamentares de acordo com seu desempenho no tocante a temas considerados pelo DIAP de interesse dos trabalhadores. Foi avaliada a atuação dos deputados da legislatura 1983-1987, levando em consideração as votações dos decretos-leis de arrocho salarial, da estabilidade no emprego (Projeto Um do DIAP, conforme será mostrado a seguir), das Diretas-Já para presidente da República (Emenda Dante de Oliveira), do Colégio Eleitoral (Maluf *versus* Tancredo), além de declarações dos parlamentares em relação a diversas outras matérias. Ao final do processo constituinte o DIAP publicaria o *Quem foi quem na Constituinte*, que avaliava o posicionamento dos constituintes durante a ANC.

Foi, contudo, a partir da elaboração dos projetos de ação que o DIAP exerceu seu papel mais importante no período pré-constituinte. A organização elaborou oito projetos, sendo que os seis primeiros antecederam a Constituinte e propunham temas que seriam defendidos pelo DIAP durante os trabalhos na ANC:

- Projeto Um: proibição de demissão imotivada, defendido antes mesmo da Constituinte através de projeto de lei ordinária que foi aprovado no Congresso. No entanto, com o início da Constituinte não chegou a ser apreciado pelo Senado. Foi retomado na ANC por meio de uma emenda popular, mas não foi aprovado.
- Projeto Dois: poder normativo da Justiça do Trabalho, aprovado na Constituinte, foi inserido no Art. 115, 2º, da Constituição Federal.
- Projeto Três: organização sindical, não foi bem-sucedido devido às divergências internas entre as várias correntes sindicais.⁵
- Projeto Quatro: ampla garantia ao direito de greve, foi aprovado na Constituição (Art. 9º).
- Projeto Cinco: conjunto de propostas do DIAP para a Constituinte, como a participação dos trabalhadores nos lucros, a cogestão, a reforma agrária, entre outros. Foi em parte conquistado no texto constitucional de 1988.
- Projeto Seis: proposta de salário mínimo. Foi bem-sucedido na Constituinte, pois garantiu a impossibilidade de o governo fixar seu valor por decreto, além de ter ampliado os itens que devem ser cobertos pelo mesmo.⁶
- Projeto Sete: regulamentação de itens constitucionais, como a proibição de demissão imotivada, participação nos lucros, cogestão, entre outros.
- Projeto Oito: revisão constitucional de 1993. Contou com três etapas: pesquisa com formadores de opinião; pesquisa com demais parlamentares; publicação do livro *A cabeça do Congresso Nacional – Quem é quem na Revisão Constitucional*.⁷

O Projeto Um concretizou-se através de um anteprojeto de lei criado pelo DIAP em junho de 1984, que proibia a demissão imotivada. Foi acompanhado de uma campanha publicitária nacional organizada pelo próprio DIAP, que contou com cartazes, *outdoors*, boletins e outros meios de divulgação. O Projeto Um foi colocado em pauta no Congresso Nacional, e para isso o DIAP precisou, além da assinatura dos partidos políticos, da de Pimenta da Veiga (PMDB/MG), que era líder do governo Figueiredo. Enquanto todos os partidos assinaram, segundo Riedel foi necessário um trabalho de bastidores para conseguir a assinatura de Pimenta da Veiga. Esta foi uma das primeiras demonstrações de atuação lobista da organização, que contou com a mobilização da mídia e a pressão nos bastidores, como revela o próprio Riedel:

Todos os partidos assinaram pedindo para colocar em pauta e faltava o Pimenta. Aí nós, o movimento sindical, o grupo que estava conosco, disse: "ah, ele vai fazer uma palestra lá em Belo Horizonte, agora dia tal, pras lideranças sindicais. Vamos pressionar ele pra assinar isso." E aí eu digo: "então vocês também levem a imprensa, levem tudo para a coisa ficar bem quente". (...) Até que chegou lá na hora e eu disse "bem agora é um momento histórico, vocês vão ver

Pimenta da Veiga assinando o pedido. O pedido está aqui, assinado por todos os partidos, só falta ele". Ele assinou pedindo a pauta e o processo foi incluído em pauta de votação na Câmara dos Deputados (Resende, 2011).

O DIAP realizava reuniões com um núcleo jurídico formado pelos advogados de todos os sindicatos filiados a ele a fim de discutir as propostas que seriam levadas à Constituinte. A partir dessa aprovação do núcleo jurídico, eram realizados congressos no DIAP para que as lideranças sindicais ratificassem as decisões, o que, conforme afirmou Riedel em entrevista, era feito sem nenhuma resistência:

[...] fizemos congressos no DIAP para que os dirigentes sindicais ratificassem e os dirigentes sindicais nunca discutiram o que o jurídico fez. Quando muito, batiam palmas para isso ou praquilo. Mesmo porque era um trabalho feito cientificamente (Resende, 2011).

Foram realizados cinco congressos nacionais do DIAP, que resultaram em uma ampla adesão do movimento sindical, da qual é símbolo o documento assinado por dez confederações e três centrais sindicais além da Associação Nacional do Ensino Superior (ANDES), no qual todos se comprometiam a apoiar o trabalho do DIAP na defesa dos interesses consensuais dos trabalhadores na Constituinte. Esse documento formalizou o projeto elaborado pela organização, sendo um importante registro formal da consolidação de um bloco unificado de interesses dos trabalhadores.

Consideramos que dois fatores são fundamentais para compreender a influência e a capacidade de articulação do DIAP no meio sindical, que lhe permitiram assumir esse papel centralizador:

- 1) Desenho institucional atípico na época: inexistiam outras organizações com características semelhantes ao DIAP. Suas características organizacionais, marcadas por um alto grau de profissionalização e elevada capacidade técnica, além de sua estratégia de atuar exclusivamente na defesa de matérias consensuais da sua área de interesse. Assim, a organização não tratava de temas sobre os quais não havia consenso, como por exemplo a organização sindical.
- 2) O prestígio de Ulisses Riedel, criador e diretor-técnico da organização, que era advogado de centenas de entidades sindicais, tendo bom relacionamento com grande parte das lideranças trabalhistas do período. A capacidade agregadora do DIAP era fruto dessa trajetória política de Riedel como advogado trabalhista. Era o DIAP de Riedel, figura bem avaliada pela grande maioria das lideranças sindicais. A formação do consenso foi facilitada, ou somente possível, graças à liderança e capacidade de negociação e articulação de Riedel.

Antônio Augusto de Queiroz, apontado pela imprensa⁸ como o operador do *lobby* do DIAP, concorda com esta análise e acrescenta a importância do sucesso obtido pelo Projeto Um do DIAP:

Quando se chegou a um acordo em torno de uma matéria [Projeto Um] que todo mundo entendia como válida e a gente atuou bem nisso, divulgou, fez campanha contra a demissão imotivada, “trabalhador sendo chutado”, placas no Brasil inteiro, foi quando se consolidou esse corpo de apoio [...] como a gente não se meteu em matérias que conflitavam, foi razoavelmente fácil (Queiroz, 1997).

O projeto defendido pelo DIAP na ANC e apoiado pelas principais entidades sindicais e partidos políticos de esquerda foi resultado de um trabalho conjunto de todos estes atores mencionados. Contudo, consideramos que o DIAP, ao encabeçar as negociações e assumir uma ação propositora, assumiu um papel de protagonismo na construção do consenso: foi a organização que, por meio de seu corpo técnico-jurídico, elencou as propostas que considerava consensuais para os trabalhadores. Essas propostas foram levadas às mesas de negociação com as diferentes forças envolvidas, momento no qual deve-se ressaltar novamente a importância do prestígio de Ulisses Riedel, bem como sua capacidade articuladora, que legitimou o projeto do DIAP na condição de representativo dos interesses consensuais da classe trabalhadora. Como mostramos, a identificação dos temas considerados consensuais não foi controversa, pois a definição das principais propostas de interesse dos trabalhadores estava respaldada pelo trabalho do DIAP, reconhecido como uma eficiente organização lobista.

Esses fatores somaram-se às características do processo constituinte, as quais favoreceram a participação pública, resultando em uma intensa atuação dos grupos de interesse. O Regimento Interno (RIANC)⁹ era profundamente inclusivo do ponto de vista democrático. Destacam-se os procedimentos de democracia direta, a partir das emendas populares e das audiências públicas nas subcomissões da ANC. As duas ferramentas de participação foram amplamente exploradas por grupos de interesse. Outras duas características institucionais incentivaram a participação pública: (1) o fato de a ANC não ter utilizado formalmente nenhum anteprojeto de constituição,¹⁰ o que, em tese, gerava possibilidades ilimitadas de inserção de direitos e, portanto, criava a percepção entre grupos de interesse da possibilidade de contemplar suas agendas. (2) a estrutura descentralizada da ANC, organizada a partir de comissões e subcomissões temáticas, o que permitiu que os lobbies atuassem diretamente em suas áreas de interesse, facilitando a inserção de suas propostas.

Assim, a Constituinte de 1987-88 abriu uma janela de oportunidades para a participação popular. Ginsburg, Elkins, Blount (2009: 215) defendem a tese de que o público, diante da

percepção de que as oportunidades são episódicas, busca constitucionalizar direitos que tradicionalmente seriam matéria de legislação ordinária. O processo constituinte brasileiro de 1987-88 é mencionado pelos autores como um exemplo desse fenômeno e classificado como um modelo de participação pública. Essa lógica foi observada no meio sindical, onde era consenso a necessidade de se preparar para a Constituinte. O DIAP foi capaz de organizar os interesses consensuais da classe trabalhadora, criando um projeto, articulado em conjunto com outras organizações sindicais, o qual demonstrou força política durante a Constituinte. De acordo com Queiroz, esse consenso formado durante o processo constituinte não se manteve com a mesma intensidade após 1988. As centrais sindicais CUT e CGT ficaram “enciumadas” com a “atuação ofensiva do DIAP”:

[...] pediram para que a gente apenas assessorasse e não criasse fatos, não saísse fazendo grandes encontros. [...] quando a gente se recusou, eles também não fizeram nada. Se há hoje essa desvantagem do movimento sindical, decorre em parte disso. Ele não tinha alguém para segurar a bandeira e defendê-la para manter o movimento vivo. [...] naquele momento, o DIAP representou o conjunto das entidades. Se você verificar aqui vai ver, nós temos a autorização da CUT, da CGT... em documento que o DIAP tem delegação para, em nome dos trabalhadores, atuar no Congresso. Hoje o DIAP atua em nome de seus associados (Queiroz, 1997).

O DIAP NA CONSTITUINTE

A presença de grupos de interesse na Constituinte de 1987-88 foi amplamente divulgada pela imprensa, que geralmente os caracterizava de forma negativa.¹¹ Os próprios constituintes também manifestaram em diferentes momentos suas suspeitas em relação ao *lobby* praticado na ANC. O *lobby* dos trabalhadores, em especial o do DIAP, foi identificado pela imprensa¹² e por constituintes como um dos mais poderosos e bem organizados. Antes mesmo do início dos trabalhos na Constituinte, o DIAP já era apontado como o “comando” do *lobby* dos sindicatos de trabalhadores.

Além do apoio das entidades sindicais, o DIAP conseguiu a adesão do PCdoB, PCB, PT e PDT a um documento no qual estes se comprometiam a lutar por seu programa. Alguns partidos, inclusive, credenciaram formalmente representantes para participar das reuniões realizadas pelo DIAP no Congresso Nacional, na sala da Frente Parlamentar Nacionalista.¹³ Na publicação *Quem foi quem na Constituinte* (DIAP, 1988), esses representantes são considerados como, na prática, a “força articulada a nível suprapartidário em defesa dos interesses da classe trabalhadora” (DIAP, 1988: 23).

O DIAP atuou na ANC através do acompanhamento dos trabalhos dos parlamentares nas diferentes fases da Constituinte, analisando e divulgando através de boletins (*Boletim*

Informativo) e do *Jornal do DIAP* se estes atuaram em favor ou contra os interesses dos trabalhadores. Esses periódicos eram distribuídos para as entidades sindicais de trabalhadores, membros do Congresso (deputados e senadores), órgãos governamentais e jornalistas da grande imprensa. Assim, o material produzido pelo DIAP era multiplicado a partir da reprodução por diversos grandes jornais e pela imprensa sindical.¹⁴ Foram atribuídas notas à atuação dos parlamentares, o que resultou na elaboração do *Quem foi quem na Constituinte*, que foi publicado ao final da Constituinte.

Outra estratégia adotada pela organização foi a elaboração de estudos que eram entregues aos constituintes e aos trabalhadores que compunham sua base eleitoral. O uso da informação e a elaboração de estudos foi uma das formas mais importantes de obtenção de legitimidade pela organização, servindo como uma ferramenta de pressão para a aprovação de seus interesses.

Segundo Queiroz, o *lobby* bem feito consistiu em cooptar figuras “isentas”, “de centro”, mas simpáticas às propostas do DIAP, o que devia ser feito a partir do uso da informação, através de representantes qualificados que buscassem um apoio pautado na legitimidade das propostas, muito bem articuladas e fruto de extenso e rigoroso trabalho técnico. Ulisses Riedel afirmou em entrevista (Resende, 2011) que as propostas do DIAP eram “científicas” em função do respaldo técnico dos mais influentes advogados trabalhistas da época.

A equipe do DIAP, responsável pelos trabalhos na Constituinte, era composta de 15 membros.¹⁵ Cabia a essa equipe, primeiro, convocar os técnicos das entidades sindicais alinhadas ao projeto do DIAP. Segundo Queiroz, o DIAP contava com a ajuda de 40 advogados dessas entidades na elaboração de propostas para os trabalhadores. Depois de passar por esse corpo técnico, as propostas eram levadas aos dirigentes sindicais, que davam o respaldo político ao projeto. Além disso, era função dessa equipe manter contato constante com as entidades sindicais dentro da ANC, orientando-as, por exemplo, sobre a forma de abordar o parlamentar: “jamais ser hostil, conhecer e saber defender a proposta que estava apresentando” (Queiroz, 1997). Por fim, havia a pressão direta sobre os parlamentares, que era feita de modo a apresentar as propostas do DIAP junto das justificativas técnicas que as legitimavam. Embora Queiroz negue que fossem feitas chantagens com os constituintes, os membros do DIAP informavam que a decisão do parlamentar seria amplamente divulgada em sua base eleitoral:

[...] a gente estava acompanhando e dizendo desde o primeiro momento: “Olha, o senhor [constituinte] vota como o senhor preferir, tem toda a liberdade, nós estamos apenas lhe apresentando aqui uma alternativa, mas queremos lhe informar que vamos divulgar isso amplamente na sua base eleitoral, que sabemos qual é, etc”, quer dizer, não é nenhuma chantagem, trabalhamos em grupos de pressão, que se faz o mesmo. (Queiroz, 1997)

O DIAP aproveitou eficientemente todas as oportunidades de participação pública na ANC. Destacamos a apresentação de emenda popular e a atuação de Ulisses Riedel em audiência pública na Subcomissão dos Direitos dos Trabalhadores e Servidores Públicos. A emenda popular apresentada pela organização representou a materialização de seu projeto para a Constituinte. Encaminhada em conjunto com a CUT e CGT, ela contou com mais de 272 mil assinaturas (o requisito mínimo para uma emenda popular era de 30 mil). Segundo Barelli (1989), a coordenação do projeto coube ao DIAP, “cuja atuação foi elogiada e temida” (Barelli, 1989 in Michilles et al. 1989: 321.).

Em Costa (2013) é analisada com detalhes a participação de Riedel nas audiências públicas na Subcomissão dos Direitos dos Trabalhadores e Servidores Públicos. Nesse momento o DIAP apresentou, explicou, respondeu a questionamentos e defendeu todas as suas propostas perante a audiência formada de constituintes. Riedel ainda defendeu uma constituição detalhista na área do trabalho, o que condiz com o texto final, mostrando que, assim como os argumentamos, o alto nível de detalhes da Constituição de 1988 é resultado proposital da estratégia de ação de grupos de interesse.

O texto aprovado na Subcomissão é praticamente idêntico às propostas do DIAP, assim como o anteprojeto elaborado pela Comissão de Ordem Social, no qual a proposta da organização, com algumas alterações pouco significativas, permaneceu intacta. Apenas a partir da fase da Comissão de Sistematização e, sobretudo, durante a fase de votações em plenário o DIAP enfrentou uma resistência mais forte dos empresários, através do Centrão. “Ganhou efervescência o processo constituinte” (DIAP, 1988), referiu-se Antônio Queiroz ao início do primeiro turno de votações em plenário. Foi também durante a fase de plenário que o DIAP começou a usar uma de suas mais importantes e conhecidas ferramentas de pressão, a divulgação das notas dos constituintes.¹⁶ Com essas notas a imprensa, que já apontava a organização como o mais forte *lobby* da Constituinte, aumentou seu interesse pela atuação do DIAP e intensificou a divulgação de seu trabalho, publicando uma avalanche de matérias sobre o tema.¹⁷ Combinado a isso, o conflito entre CUT e CGT colocou o projeto da organização em risco e revelou a complexidade do pacto consensual da classe trabalhadora.

Das propostas defendidas pelo DIAP, duas mobilizaram de forma mais radical a oposição do Centrão: a estabilidade no emprego e a jornada de 44 horas semanais. A proposta inicial do DIAP defendia jornada de trabalho de 40 horas, mas esta já havia sido modificada para 44 horas na Comissão de Sistematização. Apesar da pressão do Centrão para alterar a jornada para 48 horas, manteve-se a jornada de 44 horas no texto final da Constituição. A estabilidade, contudo, não foi aprovada, pelo menos não do modo como buscava o DIAP, e como este havia aprovado nas fases anteriores.

Assim, embora não tenha aprovado todas as suas propostas, o DIAP alcançou importantes conquistas. Segundo Barelli (1989), alguns direitos trabalhistas defendidos pela organização apareceram pela primeira vez em uma constituição brasileira, embora alguns já existissem na legislação da época ou nas negociações trabalhistas. O autor lista os seguintes direitos como os mais importantes: 1) garantia contra dispensa imotivada; 2) piso salarial; irredutibilidade de salário; 3) garantia de salário para quem recebe renumeração variável; 4) 13º salário; 5) jornada de seis horas para turnos ininterruptos; 6) remuneração de serviço extraordinário; 7) aviso prévio proporcional; 8) adicional de insalubridade (desdobramento de higiene e segurança); 9) assistência gratuita, até os seis anos, em creches e pré-escolas; 10) proteção em face da automação; 11) prescrição dos créditos resultantes de relações de trabalho; 12) igualdade do avulso com o trabalhador com o vínculo empregatício.

Segundo Barelli (1989), desses direitos, os de número 1, 5, 7, 9, 10 e 11 eram inéditos, não sendo nem mesmo matéria de legislação ordinária. Outros não eram novos, mas foram ampliados, como os conceitos de seguro desemprego, de salário mínimo e de seguro contra acidentes do trabalho. Além disso, foi fixada a jornada de trabalho de 44 horas semanais (eram 48 horas na legislação anterior), a gratificação de férias passou a existir, e ampliou-se a licença de gestante, completada com a licença paternidade.

Assim Riedel avaliou a participação do bloco articulado pelo DIAP na Constituinte:

Geraldo Campos¹⁸ dizia assim: "Nós saímos com um caminhão de abóbora e perdemos algumas abóboras no meio do caminho. Mas as abóboras que chegaram no fim eram todas nossas". Porque o que está escrito na Constituição eu reconheço, é a minha caligrafia: essa palavra aqui, essa vírgula (Resende, 2011).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A trajetória do DIAP entre 1983 e 1988 revela uma nova história sobre a constitucionalização de direitos do trabalho na Carta de 1988. Desde sua origem, o DIAP se concentrou na articulação dos interesses dos trabalhadores, sendo capaz de superar a divisão política entre as principais entidades sindicais da época. A organização articulou um improvável pacto, unindo em um projeto os interesses consensuais das entidades sindicais de trabalhadores, incluindo rivais históricos, como a CUT e a CGT.

A organização também superou as expectativas que sugeriam a elaboração de uma Constituição mais conservadora. A institucionalidade da Constituinte de 1987-88 traz algumas respostas para a compreensão dessa "virada de jogo". Nesse sentido, foi importante a luta para que a Comissão de Sistematização não elaborasse um anteprojeto inicial antes do

começo dos trabalhos das comissões temáticas. Com isso, ganharam maior importância as subcomissões e comissões, onde os constituintes podiam ser, e foram, mais favoráveis ao projeto do DIAP. Toda a atuação da organização durante essas duas primeiras fases, quando propôs, orientou e pressionou, conseguindo aprovar seu projeto, foi fundamental para que não se perdesse tudo nas fases finais da Constituinte, quando a maioria passou a ser conservadora, portanto, em geral, resistente às propostas do DIAP.

Sustentamos que o sucesso da organização corresponde ao seu desenho institucional, uma adaptação do *lobby* altamente profissionalizado dos sindicatos de trabalhadores norte-americanos, em especial a AFL-CIO, às oportunidades de participação fornecidas pelo processo constituinte. O DIAP se destacou desde sua criação pela capacidade técnica, a qual pode ser exemplificada pelos diversos estudos e propostas coordenados pela organização e elaborados em pareceria com o corpo jurídico das entidades sindicais a ela filiadas. Esses estudos e propostas eram elaborados com alto rigor técnico, o que lhes dava legitimidade. Além disso, o DIAP mostrou-se eficiente na divulgação de seus interesses, através de publicações periódicas, como o *Boletim do DIAP* e o *Jornal do DIAP*, os quais eram distribuídos para as entidades sindicais de trabalhadores, membros do Congresso (deputados e senadores), órgãos governamentais e jornalistas da grande imprensa. Assim, o material produzido pelo DIAP era multiplicado a partir da reprodução por diversos grandes jornais e pela imprensa sindical.

A capacidade de articulação política do DIAP também está associada à sua opção de atuar apenas em defesa de interesses consensuais da classe trabalhadora e à capacidade política de Ulisses Riedel de Resende, seu criador e diretor-técnico. O prestígio de Riedel foi fundamental para viabilizar o projeto do DIAP. Influente advogado trabalhista, Riedel era bem relacionado com as principais lideranças sindicais do país, que nele confiavam.

A organização ganhou notoriedade pública antes mesmo do início da Constituinte principalmente através das notas que avaliavam como parlamentares haviam atuado em questões de interesse dos trabalhadores. Nesse sentido, o DIAP publicou em 1986 o livro *Quem é quem*, que avaliou a atuação dos deputados da legislatura 1983-1986. A divulgação dessas notas se tornou uma de suas mais importantes ferramentas de pressão. Ao final da Constituinte a organização publicou o livro *Quem foi quem na Constituinte*, que teve uma grande repercussão durante e após a Constituinte.

O DIAP conseguiu importantes vitórias na Constituinte. A organização acompanhou de perto todas as matérias de interesse para a classe trabalhadora. Na Subcomissão dos Direitos dos Trabalhadores e Servidores Públicos o DIAP apresentou seu projeto em audiências públicas e coordenou os constituintes para que aprovassem suas propostas. O relatório final da subcomissão aprovou integralmente o projeto da organização. Verificamos, também, uma

ampla vitória da organização na Comissão da Ordem Social, na qual, inclusive, foram aprovadas propostas polêmicas do projeto, como a estabilidade no emprego e a jornada de trabalho de 40 horas semanais.

Embora em alguns momentos o consenso das entidades sindicais tenha enfrentado atritos, ele permaneceu sólido durante quase toda a Constituinte. No momento em que mais sofreu pressões, reflexo, sobretudo, da rivalidade entre a CUT e a CGT, a ANC já estava próxima de seu fim. A atuação do DIAP encontrou mais resistência quanto maior era o número de constituintes necessários para aprovar suas propostas.

Consideramos o saldo final amplamente favorável aos interesses dos trabalhadores, sobretudo se lembrarmos as expectativas negativas nos anos que antecederam à Constituinte. As duas maiores derrotas do DIAP foram a não aprovação da estabilidade no emprego e da jornada de 40 horas, a qual foi alterada para 44 horas no texto do anteprojeto da Comissão de Sistematização. Apesar desses reveses pontuais, a Constituição de 1988 ficou marcada na história pelo amplo espaço concedido aos direitos sociais e do trabalho.

A atuação dos partidos políticos de esquerda e, principalmente, da parcela progressista do PMDB foi fundamental, mas insuficiente para entender a ampliação de direitos da Constituição brasileira. Acreditamos que a constitucionalização de direitos sociais e do trabalho constitui uma tendência internacional, claramente observada nas reformas mais recentes, em especial na América do Sul. Esse fenômeno é resultado de processos constituintes marcados por alto nível de participação popular. Sustentamos que a intensa participação de grupos de interesse influenciou diretamente na elaboração de constituições detalhadas e programáticas. No caso brasileiro, mostramos evidências que suportam a influência de grupos de interesse, articulados pelo DIAP, na constitucionalização de interesses dos trabalhadores.

NOTAS

1 As constituições da Venezuela de 1999, do Equador de 2008 e da Bolívia de 2009 estão entre as mais detalhadas do mundo no que diz respeito à presença de direitos sociais e do trabalho. Alguns autores, como Nolte e Schilling-Vacaflor (2012), consideram os processos de reforma constitucional nesses países como um “novo constitucionalismo” devido às suas características peculiares, entre as quais a ampla participação pública, com a presença de diversos mecanismos de democracia direta.

2 Há uma ampla discussão na literatura sobre o conceito de *lobby* e as particularidades do *lobby* no Brasil (Mancuso, 2004; Mancuso e Gozetto, 2011; Costa, 2014). Conforme Pasquino (1998), definimos *lobby* como um processo por meio do qual representantes de grupos de interesse, agindo como intermediários, levam aos legisladores ou aos *decision-makers* os desejos de seus grupos. Esta transmissão de mensagens pode ser feita de diversas formas, compondo as diferentes estratégias de *lobby*. Neste artigo discutimos as estratégias usadas pelo DIAP.

3 A AFL-CIO congrega 13 milhões de trabalhadores. É a maior central sindical norte-americana. Informações obtidas através do site oficial da entidade: www.aflcio.org.

4 Trata-se do Decreto nº 88.888, de 19 de outubro de 1983, o qual determinou a adoção de “Medidas de Emergência”, com o objetivo de “preservar a ordem pública em áreas localizadas no Distrito Federal ameaçadas de grave perturbação” (BRASIL, 1983). Entre as medidas estabelecidas pelo decreto, incluíam-se “busca e apreensão em domicílio; suspensão da liberdade de reunião e associação; intervenção em entidades de classes ou categorias profissionais (...)” (*Estado de S. Paulo*, 20/10/1983). Ao restringir a manifestação pública no Distrito Federal, o governo pretendia limitar a pressão popular sobre a votação do Decreto-Lei 2.045, o qual pretendia aprovar. O decreto tratava da política salarial e era tido como prejudicial à classe trabalhadora (Vesentini, 1986).

5 A questão da organização sindical era um dos principais pontos que dividiam politicamente as entidades sindicais de trabalhadores nos anos 1980. O principal debate se dava em torno da Convenção nº 87, de 1948, da Organização Internacional do Trabalho, que tratava de temas como liberdade sindical e direito de sindicalização. Dentro do cenário sindical brasileiro esses pontos tocavam interesses ligados à própria sobrevivências das entidades sindicais. Alguns líderes sindicais, como Antônio Pereira, representante da União Sindical Independente (USI), eram contra os dispositivos aprovados pela convenção, por entenderem que a liberdade sindical transferiria, na prática, o poder de decisão sobre a sindicalização ao empregador, colocando em risco a existência das entidades sindicais. Conforme Riedel ressaltou durante depoimento na ANC, o DIAP optou por oficialmente não tomar partido diante da questão, uma vez que não se tratava de tema consensual no meio sindical: “a matéria é extremamente complexa, extremamente delicada. E o DIAP não tem e não pode ter posição dele, porque não existe como órgão, ele não é central sindical, ele não tem posturas próprias. A sua postura é de tentar encontrar um equilíbrio que seja possível atender às posições de um agrupamento e de outro” (Brasil, 1987a: 63).

6 A proposta do DIAP para o salário mínimo se baseava em dois pontos centrais: (1) impedir que o salário mínimo fosse fixado por meio de decretos do Executivo, ou seja, garantir apenas ao Congresso Nacional a prerrogativa de estabelecer os valores dos salários mínimos; (2) acrescentar outros elementos que o salário mínimo deveria cobrir. Aos já previstos (alimentação, moradia, vestuário, higiene e transporte) deveriam ser adicionados: educação, lazer, saúde e Previdência Social, pois, conforme Riedel, “a não inclusão desses itens importaria em dizermos que o trabalhador não precisa de nenhuma verba para a educação, que não precisa de nenhum centavo para o lazer, que não precisa de nenhuma importância para a saúde e que é admissível que seja descontado do mínimo o valor da Previdência Social. Se é o mínimo, não é possível que haja um desconto ainda de Previdência Social” (Brasil, 1987a: 60).

7 O Art. 3º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição de 1988 estabelecia a realização do processo de revisão constitucional decorridos cinco anos de sua promulgação. O processo de revisão, que se iniciou em 7 de outubro de 1993, teve duração de 237 dias, período no qual os membros do Congresso Nacional reunidos em sessões unicamerais apresentaram projetos de emenda constitucional, os quais poderiam ser aprovados com maioria simples.

8 “Lobista: aquele que aparece na hora certa com o dado certo”, *Jornal da Tarde* (25.06.1987).

9 O Regimento Interno da Assembleia Nacional Constituinte (RIANC) definiu as regras do jogo dentro da ANC e foi motivo de impasses entre os constituintes em diferentes momentos, chegando a ser alterado em fase decisiva da Constituinte devido à manobra do Centrão, grupo suprapartidário de centro-direita formado com o objetivo principal de frear os elementos mais progressistas que vinham consagrando o texto constitucional.

10 Em julho de 1985 foi instituída a Comissão Provisória de Estudos Constitucionais, que ficou mais conhecida como “Comissão Afonso Arinos”, por ter sido presidida pelo consagrado jurista Afonso Arinos de Melo

Franco. Dessa comissão resultou um anteprojeto constitucional que foi entregue ao presidente Sarney. Esse anteprojeto, no entanto, não foi oficialmente usado como base dos trabalhos constitucionais. Segundo Pilatti (2008), a Comissão Arinos foi criticada pela esquerda e por entidades civis e religiosas que desempenharam papel importante na resistência ao regime militar a partir dos anos 1970.

11 Há centenas de referências em notícias e artigos de opinião sobre o *lobby* e os grupos de interesse na ANC. Ver, por exemplo, matéria do *Jornal de Brasília* (06.11.1987) intitulada “Plenário é alvo de pressões”.

12 Essa força do *lobby* do DIAP era apontada já no início dos trabalhos na ANC, revelando a importância do preparo que a organização teve nos anos anteriores ao início da Constituinte. Ver, por exemplo: *Folha de S. Paulo* (1.02.1987) e (21.06.1987); *Jornal de Brasília* (06.11.1987); *Gazeta Mercantil* (03.02.1987), (22.06.1988) e (08.11.1988); *Jornal da Tarde* (25.06.1987); *Estado de S. Paulo* (24.06.1987); *Correio Braziliense* (30.11.1987).

13 A lista destes nomes, assim como uma análise da influência que exerceram, é encontrada em Costa (2013).

14 Levantamento feito pela Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (ECA-USP) mostrou que as entidades sindicais e intersindicais foram responsáveis, durante a Constituinte, pela publicação de 12 milhões de panfletos, boletins e jornais impressos todo mês, número que equivalia a 10% da tiragem total declarada dos jornais brasileiros em um mês. O *Jornal do DIAP*, impresso mensalmente pela organização, tinha, na época, uma tiragem mensal de 10 mil exemplares que eram distribuídos gratuitamente, conforme mostrado acima.

15 No final de 1997, quando foi realizada a entrevista, o DIAP contava com uma equipe de 12 membros, uma redução em relação ao período da Constituinte.

16 Para mais detalhes sobre o impacto da estratégia de atribuir notas aos constituintes, ver Costa (2013: 96-100).

17 Para o DIAP, em *Quem foi quem na Constituinte*, essa era uma estratégia para convocar a reação para enfrentar os avanços do projeto da classe trabalhadora: “O DIAP foi elogiado em editoriais da grande imprensa por seu trabalho. Na verdade, é óbvio, não queriam elogiar o nosso trabalho, mas apenas convocar a reação aos avanços obtidos no Projeto de Constituição” (DIAP, 1988: 24).

18 O então senador Geraldo Campos (PMDB/DF) foi o presidente da Subcomissão dos Direitos dos Trabalhadores e Servidores Públicos na ANC.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAGÃO, Murillo de. *Grupos de pressão no Congresso Nacional*. São Paulo: Maltese, 1994.

BARELLI, Walter. Os direitos dos trabalhadores. In: MICHILES, Carlos et al. *Cidadão constituinte: a saga das emendas populares*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

BLOUNT, Justin. Participation in constitutional design. In: *Comparative Constitutional Law*. Edited by Tom Ginsburg and Rosalind Dixon, 2011.

BRASIL. ASSEMBLEIA NACIONAL CONSTITUINTE. *Atas da Subcomissão dos Direitos dos Trabalhadores e Servidores Públicos*. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1987a.

_____. *Atas da Comissão da Ordem Social*. Centro Gráfico do Senado Federal, 1987b.

_____. Decreto nº 88.888, de 19 de outubro de 1983. Dispõe sobre o estabelecimento de Medidas de Emergência na área do Distrito Federal e dá outras providências.

COELHO, R. *Partidos políticos, maiorias parlamentares e tomada de decisão na Constituinte*. Doutorado (Ciência Política), USP. São Paulo: 1999.

COMIN, A. A experiência de organização das centrais sindicais no Brasil. In: *O mundo do trabalho – Crise e mudança no final do século*. São Paulo: Página Aberta, 1994.

_____. *A estrutura sindical corporativista: limite ao fortalecimento das centrais sindicais*. Sociologia, USP, São Paulo, 1995.

COSTA, Lucas N. F. *As organizações sindicais de trabalhadores e o processo constituinte de 1987-88: um estudo sobre a atuação do DIAP*. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) –PPG-Pol – UFSCar, 2013.

_____. *The lobby in the Brazilian constituent process of 1987-88*. 23rd World Congress of Political Science. Montreal, Canada, 19-24 jul. 2014.

_____. *Modelos de lobby no processo constituinte de 1987-88*. Agenda Política, v.3, p. 70-97, 2015.

_____ e TROIANO, Mariele. DIAP versus Fiesp: uma análise de organizações representativas em um período de mudança institucional. In: *Anais do IV Seminário Nacional de Ciência Política – Teoria e Metodologia em Debate*, Porto Alegre, 2011.

DIAP. *Quem foi quem na constituinte: nas questões de interesse dos trabalhadores*. São Paulo: Editora Cortez, 1988.

ELKINS, Zachary, GINSBURG, Tom, MELTON, James. *The Endurance of National Constitutions*. Leiden: Cambridge University Press, 2009.

GINSBURG, Tom, ELKINS, Zachary, BLOUNT, Justin. Does the Process of Constitution-making Matter, *Annual Review of Law and Social Science* 5, 2009, p. 201-223.

MANCUSO, P. W. O lobby da indústria no Congresso Nacional: empresariado e política no Brasil contemporâneo. *Dados – Revista de Ciências Sociais*, vol. 47, n. 3. Rio de Janeiro, 2004.

_____ & GOZETTO, A. C. O. *Lobbying: instrumento democrático de representação de interesses?* *Organicom* (USP), v. 8, p. 118-128, 2011.

MICHILES, C. et al. *Cidadão constituinte: a saga das emendas populares*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

NOLTE, Detlef; SCHILING-VACAFLOR, Almut. *New Constitutionalism in Latin America*. Ashgate, 2012.

NORONHA, E. G. *Greves na transição brasileira*. Dissertação (Mestrado), Universidade Federal de Campinas – Unicamp, 1992.

_____. Greves e estratégias sindicais no Brasil. In: OLIVEIRA, C. A. D.; MATOSO, J. E. L. et al. (eds.). *O mundo do trabalho. Crise e mudança no final do século*. São Paulo: Ministério do Trabalho; Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho – CESIT; Scritta. 1994.

_____. *Entre a lei e a arbitrariedade – mercados e relações de trabalho no Brasil*. São Paulo: LTr, 1999.

_____. Ciclo de greves, transição política e estabilização: Brasil, 1978-2007. *Lua Nova*, n.58, p.119-168, 2009.

NORONHA, Eduardo G.; COSTA, Lucas N. F.; TROIANO, Mariele. Direitos sociais e do trabalho: um estudo comparado das constituições de 1934 a 1988. *Anais Eletrônicos do IX Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política*, 2014.

- OLIVEIRA, A. C. J. O *lobbying* do trabalhador no Congresso Nacional. *Revista Medições*. Londrina, v.10, n. 2, p. 219-236, 2005.
- PASQUINO, Gianfranco. Grupos de pressão. In: BOBBIO, N., MATTEUCCI, N. e PASQUINO, G. (org.). *Dicionário de política*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.
- PILATTI, A. *A Constituinte de 1987-1988: progressistas, conservadores, ordem econômica e regras do jogo*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2008.
- QUEIROZ, Antônio Augusto de. *O DIAP na Constituinte 1987-88*. Brasília, 21 nov. 1997.
- RESENDE, Ulisses Riedel de. *DIAP e o "Quem foi quem na Constituinte"*. Brasília, União Planetária, 8 abr. 2011.
- RODRIGUES, José Albertino. *Sindicato e desenvolvimento no Brasil*. São Paulo: Símbolo, 1979.
- RODRIGUES, Lêoncio Martins. *O futuro do sindicalismo no Brasil*. São Paulo: Pioneira, 1990.
- _____. As tendências políticas na formação das centrais sindicais. In: BOITO JR., A. (Ed.). *O sindicalismo brasileiro nos anos 80*. São Paulo: Paz e Terra, 1991, p.12-46.
- SAMUELS K., WYETH, V.H. *State-Building and Constitutional Design After Conflict*. New York: Int. Peace Acad. 2006.
- SANTOS, M. A. *Associação Comercial da Bahia na Primeira República. Um grupo de pressão*. Associação Comercial da Bahia, Salvador, 1991 (2ª ed.).
- SILVA, Antônio Álvares da. Marcos legais do corporativismo no Brasil. In: *O mundo do trabalho – crise e mudança no final do século*. São Paulo: Editora Página Aberta, 1994.
- TROIANO, M. *As associações empresariais e o processo constituinte de 1987-88*. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – PPG-Pol – UFSCar, 2012.
- VESENTINI, J. W. *A capital da geopolítica*. Editora Ática, 1987.

JORNAIS IMPRESSOS E ONLINE

- AFL-CIO. <www.aflcio.org>
- Correio Braziliense* (30.11.1987).
- DIAP. Agência DIAP – Dom, 7 de dezembro de 2008.
- Gazeta Mercantil* (03.02.1987), (22.06.1988), (08.11.1988).
- Estado de S. Paulo* (20.10.1983), (24.06.1987).
- Folha de S. Paulo* (1-02-1987), (21.06.1987).
- Jornal da Tarde* (25.06.1987).
- Jornal de Brasília* (06.11.1987)

ARQUIVOS DO COMUNISMO E PERSPECTIVAS
DE PESQUISA 25 ANOS APÓS A “REVOLUÇÃO
DOS ARQUIVOS”: UM BALANÇO GLOBAL

Communism archives and prospects of research 25 years
after the “Archives Revolution”: a global overview

BERNHARD H. BAYERLEIN

<http://dx.doi.org/10.1590/S2178-14942016000300012>

Bernhard H. Bayerlein é historiador e pesquisador senior do Instituto de Movimentos Sociais da Universidade de Ruhr, Bochum, Alemanha (dr.bayerlein@uni-koeln.de).

Palestra proferida pelo autor no CPDOC/FGV em 28 de julho de 2016.

RESUMO

Este texto foi a base da palestra proferida pelo autor no CPDOC/FGV em julho de 2016. Nele é apresentado um panorama da situação e das possibilidades de pesquisa nos arquivos mais importantes para os estudos históricos do comunismo em diversas partes do globo. O arquivo da Internacional Comunista na Rússia e o Projeto "Comintern online" são especialmente analisados. A abertura desses arquivos teve um impacto considerável na historiografia nos últimos 20 anos, com efeitos tanto na pesquisa sobre a história do século XX quanto nas políticas de memória.

PALAVRAS-CHAVE: comunismo; arquivos; memória; historiografia.

ABSTRACT

This is the paper of the lecture given by the author at the CPDOC/FGV in July 2016. It offers an overview of the present situation and of the possibilities of research in the most important archives for historical studies of communism in different parts of the world. The archives of the International Communist in Russia and the "Comintern online" are specially analysed. The opening of these archives had a considerable impact on historiography in the last 20 years, affecting the study of the XXth century history as well as memory policies.

KEYWORDS: communism; archives; memory; historiography.

RÉSUMÉ

Le texte a été la base de la conférence donnée par l'auteur au CPDOC/FGV en juillet 2016. Il présente une vue d'ensemble de la situation et des possibilités de recherche dans les archives les plus importantes pour les études historiques du communisme dans différentes parties du monde. Les archives de l'Internationale Communiste en Russie et le "Comintern online" sont spécialement analysés. L'ouverture de ces archives a eu un impact considérable sur l'historiographie au cours des 20 dernières années, et ses effets se font sentir sur l'étude de l'histoire du XX^{ème} siècle autant que sur les politiques de mémoire.

MOTS CLÉS: communisme; archives; mémoire; historiographie.

Desejo nesta palestra apresentar sob a forma de um balanço intermediário alguns aspectos histórico-arquivísticos ligados ao trabalho com arquivos e à análise de seus resultados. Trata-se de um panorama – muito subjetivo e impressionista – de uma aventura que me intrigou durante as últimas décadas de minha vida de pesquisador. Segui essa vida de pesquisas em primeiro lugar através da Europa, refazendo quase que exatamente o percurso dos peregrinos do caminho de Santiago de Compostela, da Alemanha para a Holanda, Suíça, França, Espanha e Portugal, até o final dos anos 1980, quando os rumos mudaram e o sol nasceu novamente no Leste, pelo menos sob a forma da abertura, ainda que lenta e incompleta, dos arquivos da Rússia. Mas era preciso alterar o sentido geográfico fundamental e ir a Moscou. Recebi uma inspiração particular para escrever este artigo dos colegas e amigos que no inverno de 2016 me permitiram uma estada de três meses de conferências e pesquisas, cheia de simpatia, de amizade e de solidariedade, no Brasil e na Argentina. Muito obrigado, e um grande abraço para todas e todos!

Nas duas primeiras seções desta apresentação vou colocar a questão dos tipos e conteúdos dos arquivos do comunismo demonstrando sua heterogeneidade. Do que estamos falando? Neste contexto, discutirei a questão da possibilidade de se falar em uma “revolução dos arquivos”. Seguir-se-á um *tour d’horizon* internacional sobre a situação atual dos arquivos e seu tratamento, os acervos, as fontes de informação, os tipos de acesso e as restrições. Com base no arquivo da Internacional Comunista relatarei em seguida algumas experiências do projeto internacional “Comintern Online” e proporcionarei uma orientação prática para o acesso *online* aos documentos do acervo do Partido Comunista do Brasil. A abertura desses arquivos tem um impacto considerável para a historiografia, a pesquisa e as políticas de memória. Por isso colocarei em seguida algumas questões quantitativas e qualitativas ligadas ao panorama da pesquisa em nível internacional e esboçarei alguns novos resultados, novas direções e novas metodologias, críticas e problemas da historiografia. O *tour d’horizon* terminará com o esboço de algumas linhas de ação para a identificação, descrição e preservação dos arquivos do comunismo sob a forma de propostas para a comunidade internacional, uma perspectiva que – como espero – poderia inspirar os colegas brasileiros e latino-americanos.

1

Os arquivos do comunismo são como um prisma mundial de uma época. Eles abrangem a história do movimento operário global em centenas de países, as organizações, os movimentos sociais, políticos e culturais, as revoltas, revoluções (ainda que fracassadas), greves, movimentos de solidariedade contra a exploração, a história das repressões desencadeadas pelos regimes ditatoriais, as biografias dos atores, incluindo não só as direções comunistas, mas também os níveis regionais e os ambientes locais. Os arquivos do comunismo revelam-se como importantes fontes bastante heterogêneas para a história política, social e cultural do século XX e de seus atores, alçando seus acervos à categoria de patrimônio mundial. Estamos falando de acervos muito diversos que incluem, numa visão transnacional, documentos dos partidos políticos comunistas e outros, dos Estados e países do “socialismo real”, os arquivos da Internacional Comunista, do Kominform, das organizações transnacionais de solidariedade, dos movimentos sociais, políticos e culturais, além dos partidos políticos.

Duas premissas antes de nos aprofundarmos. A primeira: muitas vezes, quando se fala em arquivos, não se fala nos resultados das pesquisas. Não vou proceder assim. Desde o início é importante considerar a contradição inerente do mundo dos arquivos como instituição, de um lado, e a prática do pesquisador, do outro. Por isso, na minha conclusão, vou tentar, como dizia Arlette Farge, ir além dos arquivos, capturar o que está dentro deles mas os transcende e vai além, esse “excesso de sentido que está meio dormindo” (Farge, 1989).

Desde o princípio, considero – como segunda premissa – a questão dos arquivos numa perspectiva internacional e o comunismo como fenômeno múltiplo: não só como movimento transnacional ou até internacional, como sistema político, como paradigma cultural-identitário, e até como modo de vida, mas também nas suas diversas orientações ideológicas e programáticas, ou seja, o bolchevismo, o stalinismo e o pós-stalinismo, o trotskismo e as diversas oposições comunistas “de esquerda” e de “direita”, o maoísmo etc.

Nessa dimensão, a conexão com o problema da teoria e prática de uma revolução internacional é capital. Na verdade os arquivos do comunismo permitem uma visão das variedades revolucionárias dos séculos XIX e XX que na história factual produziram uma vasta variedade de infortúnios e fracassos. Por isso, foi com certa razão que meu colega Jan Foitzik, num colóquio com Hermann Weber na Universidade de Mannheim, designou os arquivos do comunismo como a “cesta de lixo da revolução mundial”, capaz de revelar os engajamentos, mas também os traumas coletivos, limbos e infernos do século XX.

2

Etambém a heterogeneidade institucional: nos arquivos do comunismo que pertencem aos arquivos políticos (para uma visão geral ver Cook, 2011) encontram-se os tipos jurídicos mais diversos, desde arquivos de Estados, de vários tipos de fundações e instituições ligadas aos partidos políticos (comunistas ou sucessores), até arquivos e coleções privadas, quase sempre dotados de uma riqueza impressionante de espólios pessoais.

Por sua importância quantitativa e qualitativa destacam-se os arquivos russos e das antigas Repúblicas da União Soviética, como os Arquivos do Estado Russo para a História Social e Política (RGASPI) em Moscou, que conservam os arquivos do Comitê Central do Partido Comunista da União Soviética, e o Arquivo da Internacional Comunista, que depois da abertura se tornou um dos centros mais importantes para a história do século XX. Os ex-arquivos soviéticos contêm igualmente boa parte dos patrimônios dos partidos comunistas do mundo inteiro (sobre os arquivos russos e os arquivos do Comintern ver também Kersffeld, 2011; Grimsted, 2011; Petrov, 2011).

Para expor a diversidade e a riqueza e ao mesmo tempo os tipos de procedência mais relevantes dos arquivos do comunismo, gosto citar o exemplo de Berlim como uma espécie de caso ideal, já que na capital da Alemanha uma boa parte dessas procedências é livremente acessível (sobre os arquivos de Berlim e as suas origens ver Müller & Oldenhage, 2002; Naasner, 2011). São eles:

- Os arquivos federais do Reich alemão que contêm os documentos dos órgãos de vigilância, controle e repressão.
- Os arquivos históricos do Partido Comunista da Alemanha (KPD) no SAPMO, Bundesarchiv.
- Os arquivos das estruturas estatais, dos partidos e movimentos de massa da República Democrática Alemã.
- Os arquivos dos serviços secretos da República Democrática Alemã (1949-1989) que contêm o acervo da polícia política (arquivos da "Staatssicherheit").
- Parte dos arquivos americanos e dos seus serviços de ocupação.

Memo assim, o grande problema é a visão de conjunto: devido à dispersão e à política de arquivos, o pesquisador terá também que considerar os acervos guardados nos arquivos russos. No caso da Alemanha isso diz respeito aos arquivos da Administração Militar Soviética na Alemanha (1945-1949), de um lado. Na Rússia, as procedências especiais incluem também

os chamados documentos de despojo – os “troféus”, sobretudo russos, capturados pela União Soviética no decorrer da Segunda Guerra Mundial e levados para Moscou, que hoje são conservados no Arquivo do Estado Militar da Federação Russa.

3

Nesse contexto, levantam-se algumas questões a serem tratadas, como a possibilidade de se falar numa “revolução dos arquivos”. Nesse ponto, a resposta é clara! Sim! Mesmo que meio abertos e meio fechados, mesmo que ainda estejamos numa fase de transição, é legítimo falar em uma “revolução dos arquivos”: dezenas de milhões de documentos já estão de fato disponíveis. Só a Federação Russa, como epicentro dessa revolução, abriu mais de 500 milhões de documentos de arquivo (Burkhardt, 2016, citando Andrej Artisov, diretor do Rosarkhiv).

A expressão “revolução dos arquivos” é aqui adotada não só num sentido histórico e empírico mas também num sentido ideal-típico e combinatório. Em primeiro lugar, o fim de uma ordem mundial significou que os arquivos se abriram não só no Leste mas também no Ocidente, mesmo que nos últimos 25 anos esse processo proporcione uma imagem muito desigual e desarmoniosa. Tudo está fluindo, todos os tipos de arquivos estão envolvidos, e é difícil obter uma panorâmica adequada dos arquivos dos vários partidos comunistas. Mas aí também um processo de (entre)aberturas se verifica em nível mundial e abre novos horizontes para a história desses países, desde os arquivos do Partido Comunista dos Estados Unidos sob custódia da Tamiment Library em Nova York (http://dlib.nyu.edu/findingaids/html/tamwag/tam_132/), e do Reino Unido (<http://www.bathspa.ac.uk/library/databases/british-online-archives/>), até os arquivos históricos do Partido Comunista da Alemanha e da França, de alguns países da América Latina, como o Brasil e a Argentina, até a África do Sul e a Austrália. Em muitos casos as diferentes coleções estão em vias de ser recompastadas com base nos materiais encontrados nos próprios países, de um lado, e nos arquivos abertos em Moscou, por exemplo nos arquivos do Comintern. Com relação aos arquivos das polícias políticas ou da “segurança do Estado”, a situação é especificamente diversa. Basta ter presentes os casos de Portugal, Alemanha, Estados Unidos, Checoslováquia, Ucrânia e Rússia.

Na reflexão sobre esse processo real e combinatório, confesso que lembrei também o conceito Benjaminiano das “*dream houses* da modernidade” para a arquitetura do século XIX. Isto porque estamos confrontados com o problema de que o caráter transnacional e internacional do comunismo não se reflete na estrutura predominantemente nacional da formação e organização dos arquivos. Lamentavelmente hoje cada Estado tenta encontrar soluções

nacionais, o que no caso dos arquivos do comunismo revela-se problemático. E por isso temos que diferenciar o conceito de “revolução dos arquivos”. Por que não sonhar também com uma *dream house* dos arquivos no século XXI?

Historicamente, o processo em curso desde 1989 é comparável à abertura dos arquivos do Vaticano. Essa abertura no final do século XIX abriu a história da Idade Média e da Igreja. Os arquivos do comunismo abrem o século XX. Por isso, minha convicção é de que esses arquivos alcançam a categoria de patrimônio da humanidade.

Mesmo parcial, a abertura dos “túmulos dos faraós” está em curso. Dentro do mosaico da história mundial é possível iluminar de diversos ângulos algumas das lacunas que restavam para esclarecer a história desse ensanguentado planeta das revoluções fracassadas do século XX, é possível “recuperar material do interior íntimo da liderança do Kremlin, da Internacional Comunista e dos partidos comunistas, que sob uma fina camada de gírias (...) da ‘fala’ e do *slang* ideológico produz um texto claro como dificilmente se encontra em declarações públicas ou papéis diplomáticos” (Koenen, 2015). E mesmo parcial, apesar de tudo, nesse contexto parece um paradoxo, mas de nenhum ditador, seja Hitler, Mussolini ou outros, tantos documentos originais foram publicados como no caso de Stalin (ver mais adiante).

Mas atenção: para a consulta é imperioso sempre olhar para o processo de constituição das procedências respectivas, ver a maneira como os documentos têm sido colecionados e ordenados: no caso dos arquivos do Comintern, por exemplo, os processos de ordenamento, seleção e descrição foram efetuados no auge do poder do império de Stalin. O pesquisador precisa de uma espécie de chave para situar os documentos no seu contexto.

4

Para abordar a questão da situação atual da “revolução dos arquivos” gostaria de fazer um breve *tour d’horizon*. A primeira questão pode ser colocada da seguinte maneira: quais são as fontes de informação existentes, os tipos de acesso disponíveis, quais as restrições?

Para abrir a problemática das fontes de informação, é necessário salientar que não existe um instrumento de orientação abrangendo a maioria dos arquivos do comunismo no plano internacional, o que constitui uma grave restrição à acessibilidade global. As razões para isso são múltiplas: ao lado da ausência de plataformas de pesquisa e dos problemas e dificuldades para a sua criação, existe uma colaboração deficitária no nível europeu e global, uma dispersão das pesquisas, uma limitação à história nacional dentro do processo vigente de renacionalização. No nível profissional e deontológico a cooperação interdisciplinar faz falta. A colaboração necessária entre arquivistas, bibliotecários e historiadores ou cientistas

sociais só raramente se torna realidade. Outro fator interligado é um certo atraso dos *digital humanities*, isto é, a falta ou também a diversidade de dados estruturais, metadados de todo tipo e instrumentos de ordenamento, inventários, repertórios etc.

Queria também destacar as publicações e edições de fontes muitas vezes sob a forma de coleções. Especialmente três países ocupam um lugar de destaque nesse campo: Rússia, Alemanha e Estados Unidos. Ao mesmo tempo há que sinalizar a falta de uma estratégia internacional de edição de documentos na sua função de ponte central entre a pesquisa e os arquivos, as tradições nacionais nesse campo sendo muito diversas.

Ao lado disso, existe uma grande riqueza de fontes de informação, porém dispersas. Além das páginas na *web* dos próprios arquivos, existem diversas plataformas arquivísticas europeias, especialmente o “Archives Portal Europe”, <https://www.archivesportaleurope.net>, e a “Europeana”, <http://www.europeana.eu/portal/de>.

Para uma entrada sistemática no mundo dos arquivos russos é recomendável consultar, além dos livros e guias publicados, a página de informação da *grande dame* dos arquivos russos, Patricia Grimsted, da Harvard University, que inclui também arquivos regionais e museus estatais. Chama-se “Archeo Biblio Base (ABB)” e está publicada no site do Instituto Internacional de História Social de Amsterdã, <http://www.iisg.nl/abb> (ver também o relatório sobre os arquivos russos e o trabalho de pesquisa de Jan Plamper, em Plamper, 2003).

Existem revistas especializadas como a *International Newsletter of Communist Studies (INCS)*, <http://incs.ub.rub.de>, e revistas mais orientadas para as publicações monográficas como a *Twentieth Century Communism* (London), https://www.lwbooks.co.uk/free-to-view?type=All&field_journal_tid=6, a *American Communist History* (Washington) ou o *Jahrbuch für Historische Kommunismusforschung* (Berlim). *The International Newsletter of Communist Studies online* ainda é a única referência digital e também a mais importante para a localização dos arquivos e as novas publicações no campo global dos *communist studies*. Assim, a edição recente de 2014/2015 contém 342 páginas de novidades, relatórios de projetos, *reports*, e 17 resenhas.

Só indicaremos aqui os sites das revistas que publicam artigos *online* com acesso livre. Não incluiremos as revistas especializadas na história do movimento operário, que muitas vezes publicam artigos sobre a história do comunismo. Para América Latina indicamos a título de exemplo *Archivos de la Historia del Movimiento Obrero* (Buenos Aires), <http://www.archivos-revista.com.ar.ca1.toservers.com/contenido/>, *Políticas de la Memoria* (CEDINCI, Buenos Aires) e *Izquierdas* (Santiago de Chile) (ver o Directory of Periodicals on Communist Studies and Connected Areas atualizado a cada ano na *International Newsletter of Communist Studies*, <http://incs.ub.rub.de/index.php/INCS/article/view/480>).

Existem catálogos coletivos, ou *Vademecums Contemporary History* para arquivos, institutos de pesquisa, bibliotecas, associações e museus nos países da Europa do Leste: <https://www.vifaost.de/fachservice/vademekum/>. Publicados para Moldávia, Ucrânia, Eslováquia, Bulgária, Hungria, República Checa, Romênia e Polônia, eles podem ser consultados *online* na página de informação científica muito útil da Biblioteca Virtual Europa do Leste (Virtuelle Fachbibliothek Ost/VIFA Ost, <https://www.vifaost.de>) alimentada pela Biblioteca do Estado da Baviera em Munique.

Quero agora entrar mais no concreto e dar uma olhada (mesmo assim necessariamente seletiva) em alguns acervos, coleções, procedências concretas, às vezes espetaculares, e sua acessibilidade digital. Nesta amostra, será dada prioridade ao patrimônio arquivístico de caráter transnacional e relativo em primeiro lugar ao período entre guerras, à primeira fase dos partidos comunistas e à história da Internacional Comunista.

Uma parte importante das fontes russas digitalizadas foram reunidas na página do Comitê dos Arquivos da Federação Russa, que se chama “Documentos da Época Soviética” (Документы советской эпохи), incluindo o acervo de Stalin e os arquivos da Internacional Comunista. O Arquivo do Estado (GARF) na sua página *web*, como também o RGASPI, oferece a consulta de alguns acervos digitalizados: <http://www.statearchive.ru>, <http://rgaspi.org>.

No âmbito das iniciativas privadas foi apresentada recentemente uma novidade muitíssimo interessante e importante pela “Sociedade Memorial” da Rússia: <http://dostup.memo.ru>. Esse projeto *web*, sob o lema “A cada um seu dossiê pessoal”, tenciona auxiliar todas as pessoas que desejam obter informações contidas nos dossiês pessoais das vítimas do stalinismo na antiga União Soviética.

Contrariamente à situação na Rússia, um processo positivo de abertura dos Arquivos da KGB foi iniciado na Ucrânia. O objetivo declarado é, pela chamada “Lei da Descomunicação”, até o ano de 2017 abrir a integralidade dos documentos da KGB, que deveriam ser entregues ao Instituto de Recordação Nacional e tornar-se acessíveis em formato digital.

Mencionamos Berlim e o caso positivo da Alemanha. De fato, a abertura dos arquivos do comunismo real e da RDA é única no plano internacional, porque quase de um dia para o outro tornaram-se acessíveis os documentos da polícia secreta – numa nova administração criada para esse fim que no seu arquivo põe à disposição os documentos da “Segurança do Estado” e seus diversos aparelhos: http://www.bstu.bund.de/DE/Archive/_node.html. Uma outra solução muito eficaz foi integrar, por meio da constituição de uma fundação pública, a Fundação Arquivos dos Partidos e Organizações de Massa da RDA, no Arquivo Federal (Stiftung Archiv der Parteien und Massenorganisationen der DDR im Bundesarchiv/SAPMO), <https://www.bundesarchiv.de/bundesarchiv/organisation/sapmo/index.html.de>, os arquivos da RDA,

especialmente os documentos dos partidos políticos e do Estado real-socialista, incluindo os fundos históricos dos partidos comunistas da Alemanha desde a República de Weimar até o fim da RDA. Alguns fundos são acessíveis *online*: http://www.bundesarchiv.de/benutzung/digitalisierte_bestaende/index.html.de.

A situação nos países da Europa do Leste também é positiva, sobretudo na questão do acesso, e destaca-se aqui o caso da Romênia, que inclui os arquivos da Segurança de Estado (Söller, 2014; Verdery, 2014).

Para sublinhar a importância transnacional da “revolução dos arquivos” citamos o caso dos Estados Unidos. Basta citar a abertura dos arquivos da CIA dentro do “Freedom of Information Act”, <https://www.cia.gov/library/readingroom/special-collections-archive>, e a digitalização dos telegramas dos serviços secretos soviéticos com o *codeword* VENONA decifrados pelos serviços de contraespionagem ingleses e estadunidenses, <https://archive.org/details/nsia-venona>. Entre os arquivos abertos desde longa data mencionamos os Arquivos da Hoover Institution em Stanford, <http://www.hoover.org/library-archives/collections>, e não podemos esquecer os arquivos Trotski (Trotsky Papers) em Harvard, <http://oasis.lib.harvard.edu/oasis/deliver/~hou00301>. No Reino Unido mencionamos os documentos cifrados do Comintern decifrados no programa MASK e pesquisáveis no site dos National Archives, <http://discovery.nationalarchives.gov.uk/details/r/C9296>.

Entre os países menores é necessário destacar a Dinamarca. Um grupo de pesquisadores escandinavos logrou publicar a integralidade dos dossiês pessoais dos comunistas dinamarqueses contidos no arquivo do Comintern. Por exemplo, o acervo dos “dossiês de quadros” em Moscou contém mais de mil páginas sobre Aksel Larsen (Jørgensen/Sorokin/Friis, 2014). Para dar uma ideia da riqueza do acervo pessoal que contém mais de 25 mil dossiês: o dossiê de quadro do comunista alemão Willi Münzenberg, organizador do Socorro Operário Internacional em 1921 e da Liga Anti-imperialista Contra a Opressão Nacional em 1927, contém mais de 3 mil páginas.

Na digitalização dos arquivos do Partido Comunista nacional, a França constitui hoje o exemplo mais positivo. Graças à equipe da Maison des Sciences de l’Homme (MSH) da Universidade de Borgonha, em Dijon, formada em torno de Serge Wolikow e Jean Vigreux, foi aberto em 2015 o site PANDOR (Portail Digital des Archives Numériques et Données de la Recherche), que contém o programa do projeto Paprik@2f, <https://pandor.u-bourgogne.fr/pages/paprika2f.html>. Nesse site, três importantes instrumentos de pesquisa são acessíveis *online*:

- Os documentos franceses do arquivo do Comintern denominado “Fonds français de l’Internationale Communiste”, selecionados a partir de 28 fundos e 3.282 dossiês e que tem 450 mil páginas.

- O acervo da seção francesa da Internacional Comunista (1917-1947) com 1.004 dossiês digitalizados (do total de 2.400), com aproximadamente 110 mil páginas.
- O acervo da direção do Partido Comunista Francês (1922-1939), com 1.659 dossiês e 23 mil páginas, incluindo o Comitê Diretor, o Comitê Central, o Bureau Político e o Secretariado no período entre guerras, cujos originais constam do arquivo do Comintern em Moscou.

Bastante importantes são os demais portais temáticos, bases de dados biográficos, imprensa digitalizada etc., espalhados pelo mundo. Para destacar a importância dessas fontes digitais sinalizamos a título de exemplo o “Portal Online da Imprensa da RDA” do ZZf, Potsdam, e da Biblioteca do Estado, Berlim, <http://zefys.staatsbibliothek-berlin.de/ddr-presse>, e também o projeto “Revues directrices communistes internationales 1919-1989” da MSH de Dijon.

Entre as bases de dados biográficos destacamos o clássico *Manual Biográfico de Comunistas Alemães* e o compêndio *Who was who in RDA?*, acessíveis no site da “Bundesstiftung Aufarbeitung”, <http://www.bundesstiftung-aufarbeitung.de/wer-war-wer-in-der-ddr-%2363%3B-1424.html>. Os pesquisadores latino-americanos conhecem muito bem o *América Latina en la Internacional Comunista, 1919-1943. Diccionario Biográfico* de Lazar e Víctor Jéfets, <http://www.izquierdas.cl/images/publicaciones/DiccionarioBiograficoWeb.pdf>, o *Diccionario biográfico de la izquierda argentina* de Horácio Tarcus (Tarcus, 2007), e a grande obra do *Maïtron* na França, <http://maitron-en-ligne.univ-paris1.fr>. Geralmente menos conhecida é uma base de dados biográficos sobre o Comintern com mais de 13 mil conjuntos de dados biográficos oferecida pela Universidade de Hanover na Alemanha, <http://ts-medien.ub.fu-berlin.de/Citrix/UBCDWeb/#/launch/Biographisches%20Handbuch%20zur%20Geschichte%20der%20Kommunistischen%20Internationale/lx...>

Entre os acervos microfilmados sobressai a atividade da Biblioteca do Estado da Baviera, que, com autoria de Freddy Litten, publicou um *Repertório dos documentos microfilmados para a história da Rússia e da União Soviética*, <https://www.bsb-muenchen.de/mikro/litten.htm>.

Se focalizarmos agora algumas tendências negativas, dirigidas contra a abertura, encontraremos em primeiro lugar – além da ausência de metadados não cirílicos, o que dificulta a busca transversal – o problema da “sigilização” na União Soviética, acompanhado por um processo de desclassificação muito lento. Embora os números indicados oficialmente sejam de 43.257 documentos para o período de 2011-2015 e as previsões sejam de 46.000 para os

próximos cinco anos, são números baixos em comparação com os milhões de documentos não desclassificados (Burkhardt, 2016).

O tratamento dos arquivos dos serviços secretos na antiga União Soviética, nas repúblicas soviéticas e nos países da Europa do Leste é extremamente diverso (Kramer, 2012: 204). Assim, os arquivos da KGB de 1917-1991 na Rússia devem permanecer completamente fechados até o ano de 2044. Embora a caixa de Pandora do terror soviético tenha sido parcialmente aberta, em parte pelo próprio FSB, sucessor da KGB, assiste-se hoje a um processo reforçado de securitização da história (Burkhardt, 2016). Por um decreto de 4 de abril de 2015, o Comitê de Arquivos da Federação Russa foi diretamente subordinado, juntamente com o Serviço de Inteligência Estrangeira e o Serviço Federal de Segurança (entre outros), ao presidente da Federação. Assim, os materiais de arquivo e as políticas da história foram pelo menos implicitamente declarados de importância estratégica. Nesse contexto, o ato foi percebido como uma advertência ao diretor do Arquivo do Estado da Rússia (GARF), Sergei Mironenko, que era um dos pais da Revolução dos Arquivos. Entre as razões invocadas figura a desmistificação dos documentos dos 28 *Panfilovtsy* – soldados do Exército Vermelho incluídos na divisão do General Panfilov na batalha de Moscou em 1941, artificialmente transformados em heróis no pós-guerra. A resistência vitoriosa dos *Panfilovtsy* contra 18 tanques alemães só com granadas de mão e coquetéis Molotov, que até hoje faz parte dos livros escolares na Rússia, foi desmascarada como uma lenda.

Como explica Marc Kramer, do Instituto Woodrow Wilson de Washington, existem razões estruturais que explicam a situação dos arquivos na Rússia, independentemente da política do governo atual: “O ponto básico a ser aqui enfatizado é que o acesso aos arquivos russos *sempre* foi limitado, mesmo no início da era Yeltsin. De fato, o maior revés para a pesquisa arquivística na era soviética ocorreu bem no começo dos anos 1990, quando Yeltsin decidiu que não abriria vários dos arquivos mais importantes – o Arquivo Presidencial (antigo Arquivo do Politburo), o arquivo da KGB, o arquivo da Agência de Informações Externas, e o Arquivo Militar de Informações.” E de fato, até a atualidade, nenhum desses arquivos foi tornado acessível aos pesquisadores acadêmicos (Kramer, 2012: 205 s.).

A esses fatores estruturais é necessário acrescentar uma tendência reforçada à cultura do sigilo no período do governo Putin: documentos previamente abertos foram fechados novamente (os acervos Molotov, Dimitrov, Manuil’skij e outros), documentos sobre a fome na Ucrânia e a pré-história e história da WW2. Constata-se de resto uma intenção manifesta de declarar temas e tradições como “de interesse para a segurança nacional”. Ainda não é previsível o fim dessa tentativa de construção de uma imagem nacionalista da Grande Rússia na história, como contrapartida de um pensamento cosmopolita e europeu.

Para abordar uma experiência concreta, positiva, destaca-se no cenário o Projeto INCOMKA (International Committee for the Computerization of the Comintern Archives), mais tarde chamado de "Comintern Online", que iniciei junto com o falecido historiador do comunismo latino-americano Jürgen Mothes e o secretário geral do Conselho Internacional de Arquivos, Charles Kecskeméti. Sob os auspícios do Conseil de l'Europe, oito arquivos nacionais junto com a Livraria do Congresso foram reunidos para realizar o maior projeto internacional de digitalização dos arquivos russos até o momento (Bachman, 2005; Bayerlein/Mouradian/Studer/Wolikow, 2001; Bayerlein/Wolikow, 2001; Haynes, <http://www.loc.gov/rr/european/comintern/comintern-project.html>; Kecskeméti, 2004, Kreikamp, 2011).

Depois de ficar *off-line* por um período de tempo, os documentos são atualmente de livre acesso no site do Rosarchiv. Infelizmente, o único idioma da interface é o russo, e o índice de palavras-chave compilado pelo INCOMKA permitindo a busca transversal ainda não foi transferido para a nova plataforma. No entanto, o fato de o arquivo mais crucial da história do comunismo internacional entre guerras estar novamente *online* é de extrema importância para a comunidade científica internacional. Uma lógica comercial nunca foi a intenção do Projeto INCOMKA (ver a opinião de Kersffeld, 2011: 79). Antes pelo contrário, o projeto estava dirigido contra a comercialização nesse campo, para uma abertura livre. Estão à disposição dos usuários e dos pesquisadores 2.500 páginas de inventários dos arquivos da Internacional Comunista que na época de Stalin foram agregados aos arquivos do Comitê Central do Partido Comunista da União Soviética, mais 1,6 milhão de páginas de documentos numerados, na maioria redigidos em alemão (que era a primeira língua oficial do Comintern) e em russo.

Finalmente, essa base contém um índice de nomes com cerca de 170 mil pessoas, na sua esmagadora maioria membros dos partidos comunistas, originárias de quase 100 países (cerca de 30 mil alemães, 18 mil franceses, etc.). De fato, os índices dos dossiês pessoais contidos no arquivo são uma particularidade do projeto. Em colaboração com 140 especialistas de 54 países que retificaram os nomes originais, os 170 mil nomes foram transliterados do alfabeto cirílico para o latino pela equipe linguística da Biblioteca do Congresso em Washington. Esses "dossiês de quadros", fascinantes para o historiador, de certa forma são o resultado de um choque mais ou menos traumático entre a vontade de dezenas de milhares de ativistas no mundo inteiro de provar sua convicção revolucionária e sua solidariedade com a Revolução Russa e uma vontade contrária de controle total, paranoico, no stalinismo.

Depois de uma crise na colaboração com os parceiros russos, há alguns meses os dados do Comintern Online podem ser novamente consultados no portal da Internet já mencionado

do Comitê Russo dos Arquivos, Документы советской эпохи, <http://sovdoc.rusarchives.ru/#main>. Além do Comintern Online, essa fonte digital, a mais importante fonte russa, contém o acervo do RGASPI, com 300 mil cópias eletrônicas do acervo do Bureau Político do PCUS (1919-1932) e do acervo Stalin (1866–1996), cerca de 250 mil páginas do Comitê Estadual de Defesa (GKO) e cerca de 41 mil documentos do Soviet dos Comissários do Povo (SNK SSSR) no período da Segunda Guerra Mundial.

Um inconveniente do processo de busca é o alfabeto cirílico. Por isso indico três possibilidades que ajudam na utilização da base:

1. Para um guia dos fundos arquivísticos do Comintern em inglês, pode-se recorrer ao site da Library of Congress, <https://www.loc.gov/rr/european/comintern/comintern-project.html>.
2. Como na situação atual a busca só é possível em russo, seria necessário, pelo menos para os nomes de países, lugares ou pessoas conhecidas, traduzir os *keywords*, o que funciona bastante bem com o *Google tradutor*.
3. Se o objetivo é saber se existe um dossiê pessoal sobre um militante comunista específico arquivado em Moscou, existem tabelas de equivalência no site da Library of Congress, <https://www.loc.gov/rr/european/comintern/comintern-article.html>.

De um lado, os documentos (1,6 milhão) são de livre acesso para a comunidade mundial, de outro, o Comitê russo não utilizava a última versão do INCOMKA com o hipertexto em inglês, com as vantagens respectivas de busca etc., e sim uma versão anterior em cirílico. Estão em curso esforços para restabelecer a base com hipertexto em inglês. Nesse ínterim, foi recentemente publicado um instrumento *online* de ajuda técnica muito útil para permitir aos pesquisadores que não dominam o russo a consulta da base, sob o título *How to navigate the Comintern Archives online. A guide for the Non-Russian Speaker*, <https://hatfulofhistory.wordpress.com/2016/05/23/how-to-navigate-the-comintern-archives-online-a-guide-for-the-non-russian-speaker/>.

A base Comintern tem interesse especial para o Brasil porque o único acervo de um partido comunista nacional digitalizado dentro dela é o do Partido Comunista do Brasil. Mas ela também contém o acervo do Secretariado Latino e do Secretariado Latino-Americano da Internacional Comunista. Para pesquisar na base, eis alguns exemplos de interesse para o Brasil no Secretariado Latino do CEIC (Романский лендерсекретариат ИККИ 1926-1935), que tem o código РГАСПИ. Ф.495. Оп.32. Ver por exemplo os seguintes documentos: <http://sovdoc.rusarchives.ru/#showunit&id=133334;tab=img>, <http://sovdoc.rusarchives>.

ru/#showunit&id=95307, <http://sovdoc.rusarchives.ru/#showunit&id=95226>, ou <http://sovdoc.rusarchives.ru/#showunit&id=153107>.

No acervo do Secretariado de países latino-americanos do CEIC (Латиноамериканский лендерсекретариат ИККИ), que possui o código РГАСПИ. Ф.495. Оп.79 e Ф.495. Оп.101, figura por exemplo o estenograma da sessão do Secretariado dos Países Latino-Americanos sobre os acontecimentos no Brasil em setembro/outubro 1935 que contém 191 páginas e tem o código РГАСПИ. Ф.495. Оп.101. Д.37 <http://sovdoc.rusarchives.ru/#showunit&id=95307>.

Os arquivos do Partido Comunista do Brasil de 1921 até 1940 têm o código РГАСПИ. Ф.495. Оп.29 (Коммунистическая партия Бразилии. 1921-1940) e contém 144 unidades de arquivo <http://sovdoc.rusarchives.ru/#showunit&id=95226>. Entre outros este acervo contém documentos sobre a Aliança Nacional Libertadora do Brasil no código РГАСПИ. Ф.495. Оп.29. Д.86 (Документы по Национально-освободительному альянсу Бразилии), <http://sovdoc.rusarchives.ru/#showunit&id=153107>.

Uma busca nos inventários dos dossiês pessoais ou de quadros dos comunistas brasileiros revela que no arquivo do Comintern se encontram 386 atas pessoais, começando com Luís Carlos Prestes e terminando com "Nardo" (ver Ф.495, Оп 197, Д.386, busca com vírgulas), <http://sovdoc.rusarchives.ru/#showunit&id=95400>.

Para dar uma ideia comparativo-quantitativa, a busca livre "Brasil" (Бразилия) identifica 305 unidades de arquivo, o índice "Alemanha" (Германия) gera 5.000, enquanto a pesquisa da palavra-chave "Stalin" (Сталин) resulta em 30.000 dossiês ou unidades de arquivamento.

Os fundos do Politburo constituem uma procedência básica para todo tipo de pesquisa. O número das decisões protocoladas por reunião do Bureau Político varia aproximadamente de 20 a 100. Este processo de decisão inclui o Comintern e os partidos comunistas, particularmente as seções com maior interesse para a direção soviética e lideranças que vão desde Zinoviev e Trotski, como dirigentes da Internacional, até Bukarin, Molotov e Stalin. E sobretudo até o início dos anos 1930.

O problema é que os documentos do Bureau Político também foram agregados ao Fundo Stalin e, assim, não são livremente consultáveis. Esta situação foi explicada da seguinte maneira pelo Comitê dos Arquivos da Federação Russa, e já foi criticada no plano internacional: "Segundo o acordo entre o RGASPI e a Yale University Press, o livre acesso a imagens de documentos do fundo Stalin no site 'Documents of Soviet Era' do portal 'Archives of Russia' é permitido somente a usuários com endereço IP da Federação Russa e da República da Bielorrússia. O acesso às imagens de documentos do fundo Stalin para outros usuários é oferecido pela Yale University Press. Para maiores informações, favor escrever para support@stalindigitalarchive.com. <http://sovdoc.rusarchives.ru/#showunit&id=56620;tab=img>".

Sem dúvida alguma, a digitalização do fundo Stalin é positiva. Por outro lado, é absolutamente negativo que também para os arquivos Stalin o acesso esteja bloqueado devido ao contrato com Yale, incluindo os documentos do Bureau Político que não se encontram no site da universidade e cuja digitalização foi financiada pela Associação para a Promoção dos Arquivos (VFA) com sede em Coblença, na Alemanha. Os documentos do Fundo Stalin e do Politburo russo no site russo são consultáveis somente na própria Rússia e na Bielorrússia. Para conseguir o acesso no plano internacional é necessário uma inscrição institucional. Na nova página de Yale “Stalin Digital Archive” <http://www.stalindigitalarchive.com/frontend>, se explica que os arquivos “estão comercialmente disponíveis numa base institucional” e se oferece um “livre acesso trial ao site”. Os preços não são especificados.

No que diz respeito aos arquivos do Comintern, uma outra importante fonte digital foi digitalizada nos anos 2011/2012, também com financiamento da Associação para a Promoção dos Arquivos (VFA): os dossiês pessoais dos membros das Brigadas Internacionais na Guerra Civil Espanhola de 1936 à 1939 (incluindo os voluntários da América Latina acessíveis também no site do RGASPI, <http://interbrigades.inforost.org>). Mas, aqui também, nem tudo que reluz é ouro, e o acesso só é possível em troca de pagamento. As seis unidades desse acervo contêm 3.365 dossiês num volume de 400.000 páginas, que integram 20.000 dossiês pessoais em espanhol, russo, francês e alemão. O acervo contém uma rica coleção de fotografias cuja digitalização está prevista numa segunda fase.

Também no Arquivo do Comintern continuam a existir acervos fechados. Isso inclui os documentos do Departamento de Relações Internacionais (OMS), os já mencionados processos pessoais, os telegramas cifrados, a Comissão Internacional de Controle e também alguma documentação dos secretariados, sobretudo o secretariado de Manuiskij e parte do secretariado de Dimitrov. Alguns desses documentos foram publicados numa edição francesa dos telegramas cifrados (Bayerlein/Narinski/Studer/Wolikow, 2003). Uma parte do acervo Dimitrov foi digitalizada dentro do programa financiado pela VFA. Trata-se de documentos da fase mais obscura do Comintern, de 1935 à 1945, que ainda não revelou todos os seus segredos. A coleção inteira preservada contém aproximadamente 936 unidades de arquivamento, ou 50.000 imagens. Contém a correspondência com os órgãos e seções do Comintern, bem como a correspondência com os órgãos do Estado soviético e do Partido Comunista da União Soviética, documenta as conexões com os órgãos de direção dos partidos comunistas do mundo, sobretudo dos grandes partidos no período da resistência antifascista, das frentes populares e do pacto nazi-soviético, e contém além disso documentos das escolas de quadros do Comintern e documentação sobre as Brigadas Internacionais durante a Guerra Civil Espanhola.

6

S em dúvida alguma, a abertura desses arquivos teve um impacto considerável na historiografia, na pesquisa e nas políticas de memória. Por isso gostaria de colocar, no final deste artigo, algumas questões ligadas à pesquisa e aos debates. Com a abertura, a historiografia tradicional chegou definitivamente ao fim. Uma nova era de estudos do comunismo, do bolchevismo, do stalinismo e do pós-stalinismo e em certa medida também da esquerda em geral, uma historiografia 2, está suplantando a historiografia 1, que não dispunha ainda dos novos arquivos.

Basta uma análise quantitativa da produção historiográfica no domínio dos “*communist studies*” para demonstrar a importância transnacional e interdisciplinar desse campo de investigação. Nossa avaliação é que a partir da chamada “mudança” dos anos 90 do século passado foram publicados em todo o mundo 13.000 livros e aproximadamente o mesmo número de artigos de revistas neste campo de estudos. Isso significa 500-800 livros e 600 artigos por ano! <http://incs.ub.rub.de/index.php/INCS/article/view/478>. Os levantamentos da *International Newsletter of Communist Studies* mostram também que a dimensão da conjuntura internacional e interdisciplinar nesse campo não diminuiu até hoje. Assim, para os dois anos 2014/2015 foram computados 975 livros publicados em 55 países: <http://incs.ub.rub.de/index.php/INCS/article/view/479>. Para o mesmo período foram localizados 1.204 artigos de revistas de caráter científico sobre a história do comunismo e tópicos relacionados. Os países mais importantes para a produção científica sobre o comunismo têm sido Rússia, Alemanha e Estados Unidos, seguidos por Reino Unido e França.

É preciso constatar, contudo, uma importante contradição nesse panorama global: essa produtividade que torna os “estudos sobre o comunismo” um dos setores mais importantes das ciências sociais contrasta fortemente com a ausência de institutos e cátedras, de infraestruturas e de espaços universitários que permitam uma investigação livre. As exceções são pouquíssimas: a Stanford University, a London School of Economics ou o Centro de Estudos de História Contemporânea (ZZF) de Potsdam na Alemanha. Cátedras universitárias de história do movimento operário ou da esquerda fazem falta no mundo inteiro. Desse modo, a crise da esquerda se prolonga nas estruturas universitárias... Os “*communist studies*” estão em muitos casos restritos a instituições de caráter (semi)estatal com vocação política e voltadas para a história, ainda que muitas delas – como os antigos institutos de sovietologia – também tenham sofrido uma redução considerável, como ocorreu por exemplo em seguida à unificação da Alemanha, uma situação que hoje é novamente sentida como calamitosa.

Não somente existem novas pistas e avanços nos conhecimentos e na pesquisa, como assistimos a um avanço quase explosivo na pluralidade de abordagens e acessos. Dentro do campo dos estudos sobre o comunismo revela-se uma preponderância das biografias e das “ego-publicações”, memórias, autobiografias, diários etc. A intenção de “personalizar a história e historizar as pessoas” (Whitlock 2007, 20#) torna-se assim um “instrumento de negociação com a história”, posicionando-se muitas vezes contra a narrativa da *main stream history* (Eakin, 1992: 144). Outro campo de investigação se refere aos mecanismos de decisão política: após 75 anos de domínio das fontes secundárias existe hoje, graças aos arquivos, a possibilidade de identificar e valorizar os atores e grupos de atores e sobretudo os mecanismos de decisão numa perspectiva de história cruzada e transnacional quase como uma realização do sonho da soviologia, mas ao mesmo tempo superando-o. Os horizontes de pesquisa se alargaram numa perspectiva de história cruzada. Para o período entre-guerras a nova base indispensável é a atuação cruzada de um triângulo de forças, um mecanismo de ação constituído fundamentalmente por três parceiros: a União Soviética de um lado, as organizações comunistas transnacionais e internacionais (o Comintern etc.) como instituições intermediárias, e os partidos comunistas de outro. Os modos deste triângulo de ação e sua interação determinam a história do comunismo numa visão transnacional e formam os novos parâmetros requisitados pela pesquisa.

Ja dissemos que estamos diante de uma grande diversificação e pluralismo de abordagens. Assim, a história social num sentido amplo se encontra complementada pela perspectiva do ator, a prosopografia, os ego-documentos com autobiografias ou diários íntimos, o trabalho da memória. Por enquanto, acessos de tipo culturalista que se distanciem dos novos parâmetros da história política tendem a errar o alvo.

A política externa da União Soviética permanece em debate, especialmente na primeira fase da Segunda Guerra Mundial. O problema do “nexo entre colisão e confrontação entre a Rússia Soviética e o Reich Alemão, entre comunismo e fascismo no período de 1918 até 1943” é decisivo para o movimento comunista. Até que ponto iam os planos de Stalin para concluir com Hitler um acordo de longo prazo acreditando que este poderia ser utilizado como ‘aríete e instrumento pioneiro’? (Koenen, 2015).

Contra uma tendência ao “silenciamento pós-soviético do terror do stalinismo” (Martin Sabrow), a questão da repressão e do terrorismo exercido pelo regime soviético contra milhões de indivíduos, começando com a geração da Revolução de Outubro, o sistema do Gulag, as crises materiais desenceadas e a questão do controle central do poder pelo secretário geral do partido continuam a ocupar a historiografia.

8

Estamos de fato a caminho de uma nova visão transnacional e até global: uma nova história oculta começa a surgir, lentamente... No seu livro *Le gout des archives*, Arlette Farge escreveu que a prática do arquivo é antes de mais nada um gesto, um ritual, e que se trataria "de ir além dos arquivos, de capturar o que está dentro deles mas naquilo que os transcende e vai além, esse excesso de sentido que está meio dormindo nas frases que o historiador copia e põe em ordem com paciência; este sentido tem que ser buscado sob a desordem aparente dos relatórios, das narrativas, dos fatos e dos acontecimentos" (Farge, 1989). Esse excesso de sentido na história do comunismo com base nos novos documentos de arquivos reflete uma realidade dupla. Assim, num mesmo arquivo encontra-se o reflexo do movimento desenfreado rumo à conquista do céu e ao mesmo tempo um drama, o trauma coletivo e cultural de um caminho percorrido que se transformou numa empresa de "canibalismo político". Assim, os arquivos são a testemunha de um naufrágio global, secular, das grandes organizações e dos partidos políticos do movimento operário no nível internacional, que se tornavam responsáveis pelas catástrofes do século... Muitos historiadores, mesmo sem querer, caíram numa armadilha construída intencionalmente pela política arquivística, especialmente no ordenamento dos arquivos e das procedências. Na verdade, os acervos e coleções foram organizados no regime stalinista e pós-stalinista, e com isso nivelaram as profundas descontinuidades de fato existentes entre o bolchevismo original e o stalinismo (inclusive o pós-stalinismo).

Sobretudo, com base nos arquivos e ultrapassando as visões bilaterais e simplistas os movimentos comunistas no planeta devem e podem ser conceitualizados dentro do triângulo de forças determinado pela política soviética, as instâncias internacionais ou bilaterais intermediárias (como o Comintern) e os partidos comunistas e suas estruturas nacionais com seus meios locais.

A primeira impressão que emana dos documentos dos anos 1920 até 40 é a contradição aparente em que os primeiros anos da Internacional Comunista e da União Soviética aparecem como sendo muito mais radicais no sentido político de um internacionalismo revolucionário do que se supunha até então. Em contrapartida, os anos seguintes aparecem como muito mais radicalmente nacionalistas num sentido grande-russo (para evitar o termo mais ideológico de "reacionário") do que se sabia até agora, orientados nitidamente contra a eclosão e organização de qualquer revolução de tipo socialista tanto na metrópole como na periferia.

Essa contradição se reflete bem na vontade política e no postulado moral de Lenin de primazia de uma revolução na Alemanha – e pensem no pacto entre Stalin e Hitler nem 20 anos

depois, que significou a eclosão da Segunda Guerra Mundial... Assim, cabe destacar na primeira fase, a do bolchevismo internacionalista, não só a vontade de sustentar a revolução alemã, mas também o antirracismo incondicional baseado na multietnicidade, no "*affirmative empire*" da jovem União Soviética (Martin, 2001). A importância atribuída pelos bolcheviques aos movimentos globais contra o colonialismo e aos movimentos de solidariedade de socorro, antirracistas, anti-opressão, como resposta radical depois do "*Wilsonian Moment*"; o papel de Berlim e Paris como centros internacionais anti-imperialistas; o papel especial de Berlim como sede da Internacional Comunista da Juventude, do Conselho Internacional das Mulheres e outras iniciativas globais nos primeiros anos da Internacional, mostram a diferença flagrante das análises e do papel da teoria em conjunto no período leninista e no período de Stalin. No segundo momento, já não havia mais lugar para diferentes posições de princípio e luta de ideias. Embora de tamanho e intensidade variável nos diversos países e regiões, a tendência geral foi a de uma mudança fundamental na relação dos partidos comunistas com o Comintern e o PCUS, entre centro e periferia, na segunda metade dos anos 20 e nos anos 30. Nesse sentido, os novos arquivos irão superar a pouca atenção que a historiografia dedicou até o presente à relação entre o Comintern e os partidos comunistas dos países considerados "coloniais" ou "semicoloniais".

Um dos resultados mais importantes da historiografia recente foi de fato mostrar que a história do comunismo não pode ser vista de maneira linear ou uniforme, e sim, muito mais, como uma sequência de voltas e transformações às vezes bruscas, ambivalências e duplicidades. A questão das continuidades e mudanças "dos comunismos" no século XX, a visão da transformação do internacionalismo no período bolchevique e o nacionalismo grã-russo na época de Stalin torna-se crucial para a compreensão das transformações do movimento comunista e para explicar as mudanças operacionais dentro das organizações respectivas. Dentro dessa transformação, a stalinização e a bolchevização foram os mecanismos para, nas estruturas e formas de poder em nível internacional, introduzir uma cópia das estruturas russas/soviéticas em escala mundial. As transformações também aconteciam nas "frentes culturais", na diplomacia cultural do Estado soviético (Sheila Fitzpatrick), ou na cultura comunista em geral. Os elementos empíricos são comprobatórios no sentido de que em seguida à mitologização da "construção socialista" na União Soviética e à nova regulamentação restritiva no quadro do "realismo socialista" no plano cultural, ampliaram-se as rupturas dos intelectuais, literatos e outros com o "comunismo oficial" em nível global. O engajamento em prol da liberdade ilimitada da criação artística foi um processo transnacional contínuo nos anos 30 e nas diversas diásporas antifascistas e favoreceu uma transferência na hegemonia dos discursos, uma mudança de paradigma num sentido antistalinista.

De um ponto de vista “nacional” e global a União Soviética de Stalin evoluiu para uma antítese do socialismo/comunismo a partir da década de 1930, o “socialismo real” integrando-se ao mesmo tempo no sistema mundial (capitalista) vigente, enquanto o principal objetivo da “Revolução de Outubro” e da fundação do Comintern foi justamente o oposto, o contrário. O bolchevismo nos anos 30 foi no melhor dos casos substituído por “uma administração política” que continuava a se chamar partido comunista, mas que se integrou numa espécie de “comunidade de interesses” dentro do sistema mundial. Num olhar retrospectivo, o fracasso definitivo do modelo burocrático não se tornou evidente antes do começo dos anos 50, com as marcas históricas da revolta dos operários alemães em Berlim Oriental em 1953 e a rebelião no Gulag de Workuta no “mar de gelo” do norte da União Soviética no mesmo ano. Nesse sentido, a implosão dos sistemas do “socialismo real” com sua “metafísica do progresso” marcou também o fim definitivo do chamado marxismo do movimento operário (Kurz, 1995).

Lamentavelmente, porém, a ausência de uma base comum de compreensão e de descrição do bolchevismo e do stalinismo e de um quadro comum de referências globais na historiografia, com a implosão do “socialismo real”, fortaleceu uma espécie de “consenso comum antitotalitário” que relegou ao segundo plano as diferenças entre os vários momentos da soviética e do comunismo internacional. Foi esse o resultado do processo de renacionalização da história que continua a verificar-se, como também da tese do totalitarismo igualando comunismo e fascismo.

Parece-me que a opinião de cada um sobre o bolchevismo e o stalinismo, seja considerando-os como correntes histórico-políticas *per se*, seja posicionando-se pró ou contra eles, pode variar consideravelmente. Mas pretender uma continuidade substancial, quase igualando o bolchevismo ao stalinismo, me parece absurdo, o novo *topos* antistalinista do “anticomunismo” na historiografia. Comparações com o sistema capitalista são malvistas por isso. Do outro lado, a revolução dos arquivos teve o efeito positivo para a história social de prevenir o que se poderia chamar uma “nova descentralização do ator e sua subordinação ao poder dos discursos e mentalidades” (Welskopp, 1998: 311).

9

Para colocar o problema dos traumatismos dessa história e a questão da perspectivização nas políticas de memória atuais, acrescento aqui algumas reflexões sobre o papel da história do comunismo no trabalho de memória e sua relevância para a memória histórica colectiva.

Neste contexto, uma das observações mais pertinentes é que no nível transnacional, mesmo após o colapso da União Soviética e do mundo do comunismo oficial, a hierarquia dos

discursos não se modificou fundamentalmente. Apesar dos esforços feitos em um determinado número de países, a impressão dominante que se impõe é a de que a história do comunismo fica exclusivamente nas mãos dos regimes políticos “vencedores da história”. Em muitos países, as estratégias de política de memória em relação à história comunista falharam, na Rússia e nos países da Europa do Leste um novo nacionalismo surgiu. Mesmo na Alemanha, onde o potencial da direita é grande, sobretudo na ex-RDA, fala-se já no fracasso do trabalho com a história do comunismo (*Scheitern der Aufarbeitung*) (Kowalczuk, 2016). As correntes nacionalistas e populistas são ainda mais fortes em boa parte dos países da Europa do Leste. Lá, as atividades de memória histórica têm grandes problemas, sobre os quais não posso alargar-me aqui. A Rússia é ainda outro assunto. Será necessário abrir ainda mais essas “sepulturas dos faraós” para que se tornem as tumbas das guerras das histórias nacionais oficiais... Juntamente com a política oficial de memória, a historiografia “benévola” também contribui para esse estado das coisas.

Há fundamentalmente duas razões para explicar isso: primeiro, e infelizmente, a renacionalização não para perante os discursos da memória histórica. Atualmente, o que é ameaçador, como Sabrow formula com força, é uma autêntica “guerra civil entre as culturas de memória” no sentido dos novos objetivos nacionais, incluindo os mitos e lendas (Sabrow, 2007: 5). Segundo: o problema é que as políticas nacionais de memória o mais frequentemente se opõem a aberturas desse tipo porque dependem do prisma cultural e do contexto em que ocorrem.

O problema é que o “processamento do passado efetuado por grupos sociais”, em princípio, nas palavras do Sabrow, segue “os padrões de orientação da normalidade” do período respectivo (Sabrow, 2007: 7). Assim, o trabalho de memória histórica mais recente, o tão positivamente aclamado exemplo da Alemanha, também não convenceu. Um processo comum, europeu, praticamente não existe...

Os arquivos tornam palpável novamente que não só o fascismo, mas também – especialmente para o “povo da esquerda” nos países do mundo – o stalinismo pertence às experiências traumáticas fundamentais do século XX. Do outro lado, porém, da abertura em curso dos arquivos, está resurgindo uma história mantida em segredo, uma espécie de contra-história do século XX que não cabe nas narrativas. Não sabemos ainda em que direção este processo vai continuar. So poderá ser bem-sucedido se a história do comunismo, do movimento operário e da esquerda em geral estiver integrada na história e no discurso sobre os traumas do século XX.

Minha convicção é de que essa integração só terá êxito se nós hoje praticarmos o dever não só de investigar e relatar mas também e sobretudo de lembrar e tentar ouvir

o lamento dessa história no sentido de Walter Benjamin. O apelo de 1939 de um novo discurso sobre a história que ele lançou no seu testamento político de modo geral não foi ouvido. Embora seja necessário guardar a memória histórica das vítimas que deram a vida por esse ideal, do outro lado é fundamental recordar os traumas coletivos dessa mesma história.

Essa lembrança, esse "alerta para a memória" no sentido do alemão *eingedenk sein*, em primeiro lugar deveria ser completamente independente da avaliação e da análise e da historiografia dominante e ao mesmo tempo desvalorizar a narrativa como forma preferencial da rememoração. Devemos, portanto, encontrar essas novas formas de lembrar. Os arquivos desempenham um papel importante neste processo.

10

Para terminar este *tour d'horizon*, eu queria colocar a questão do que seria preciso para garantir a preservação e o acesso livre aos arquivos do comunismo e do internacionalismo, uma perspectiva que também poderia inspirar ou incitar os colegas brasileiros e latino-americanos.

Três linhas de atuação me parecem imprescindíveis:

1. No plano conceitual isso implicaria adotar uma nova filosofia dos arquivos, num sentido forte de patrimônio, mas na verdade de mediador para a rememoração no sentido de Walter Benjamin.
2. No plano metodológico, em função sobretudo da enorme quantidade de documentação, impõe-se um acesso no sentido da *histoire sérielle* de Pierre Chaunu, para fazer transparecer as transformações (Chaunu 1978) e, como dizia Foucault, as "descontinuidades" (Foucault, 1969: 36).
3. Da parte dos atores da comunidade internacional, isso implica um novo engajamento comum, uma nova cultura de cooperação transdisciplinar entre pesquisadores, arquivistas, bibliotecários, museólogos etc.

Seguindo essas linhas me parece necessário um novo projeto transnacional e uma campanha internacional de preservação e de descrição dos arquivos do comunismo. Essa campanha deveria se iniciar com algumas realizações de base, no sentido da localização e identificação dos arquivos

1. Constituir e reunir uma rede internacional de compartimentação de recursos (*Resource Sharing Network*) para os arquivos a fim de iniciar uma grande campanha

- de preservação e digitalização dos acervos buscando um financiamento junto às instituições internacionais e transnacionais competentes.
2. Uma ideia, como ponto de partida para atrair um maior interesse da opinião pública internacional, poderia ser a campanha que visa a incluir os Arquivos do Comintern no patrimônio documental do registro da “Memória do Mundo” da Unesco e do Conselho Internacional dos Arquivos.
 3. Identificar os arquivos e acervos dos partidos comunistas e organizações internacionais no nível nacional e internacional, reunir os inventários existentes trazendo-os para o inglês e elaborar um guia eletrônico mundial dos arquivos e das fontes do comunismo. Cada país interessado pode começar desde já a reunir e centralizar os dados necessários. Uma conferência internacional de trabalho do RSNW poderia reunir os contribuintes.
 4. Na realização do projeto, seria necessário superar a perspectiva euro-americana do comunismo para dar uma especial atenção aos países coloniais e semicoloniais da América Latina, Ásia, do mundo árabe e da África.

Com os meios técnicos à disposição hoje seria possível alcançar esses objetivos. Uma vez alcançadas as metas descritas nos pontos 1-4, a perspectiva seria preparar um programa internacional de digitalização e preservação, e para tanto construir uma nova plataforma multilíngüística e multidisciplinar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BACHMAN, Ronald D. The Comintern Archives Database: bringing the Archives to scholars. *Slavic & East European Information Resources*, Stanford CA, vol. 6, n. 2/3, 2005, p. 23-36.

BAYERLEIN, Bernhard H.; MOURADIAN, Georges; STUDER, Brigitte & WOLIKOW, Serge. Les Archives du Komintern à Moscou. *Vingtième Siècle. Revue d'Histoire*, Paris, n. 61, 1999, p. 126-132.

BAYERLEIN, Bernhard H. & WOLIKOW, Serge. A story the world wants to know. The computerization of the Comintern Archive's International Project – guided by the Council of Europe, the International Council of Archives and the Federal Archive Service of Russia. *The International Newsletter of Communist Studies*, n. 14, 2000/2001, p. 532-537. <http://incs.ub.rub.de/index.php/INCS/issue/viewIssue/59/15>.

BAYERLEIN, Bernhard H.; NARINSKI, Mikhail; STUDER, Brigitte & WOLIKOW, Serge (eds). *Moscou-Paris-Berlin. Télégrammes chiffrés du Komintern. 1939-1941*. Direction éditoriale Denis Peschanski. Paris: Tallandier, 2003.

BURKHARDT, Fabian. “Securitization” von Geschichte? Russlands Archivagentur Rosarchiv in der Präsenvertikale. *Erinnerungskulturen. Erinnerung und Geschichtspolitik im östlichen und südöstlichen Europa*, Munique/Regensburg, 30.4.2016 <http://erinnerung.hypotheses.org/745>

- CHAUNU, Pierre. *Histoire quantitative et histoire sérielle*. Paris: Armand Colin, 1978.
- COOK, Chris (ed.). *The Routledge Guide to European Political Archives. Sources since 1945*. Abingdon e.a.: Routledge, 2011.
- EAKIN, Paul John. *Touching the world. Reference in autobiography*. Princeton University Press, 1992.
- FARGE, Arlette. *Le goût des archives*. Paris: Le Seuil, 1989.
- FOUCAULT, Michel. *L'archéologie du savoir*. Paris: Gallimard, 1969.
- GRIMSTED, Patricia Kennedy. Archival transition in Russia and the legacy of displaced European archives. *Solanus*, London, vol. 22, 2011, p. 185–200.
- HAYNES, John: Communist International (Comintern) Archives Project. The INCOMKA Project, The Library of Congress, Area Studies, European Division. <http://www.loc.gov/rr/european/comintern/comintern-project.html>
- JØRGENSEN, Jesper; SOROKIN, Andrei & FRIIS, Thomas Wegener (reds.). *Datskije kadry Moskvy v stalinskoje vremja. Izbrannyje dokumenty iz litjnykh del v arkhive Kominterna. Danske Moskvakadrer i Stalintiden Udvalgte dokumenter fra de danske personsager i Kominterns arkiv*. Odense: Syddansk Universitetsforlag, 2014.
- KECSKEMÉTI, Charles. Presentation of the Comintern Archives Project to The Bureau of the Steering Committee for Culture of the Council of Europe, Strasbourg, 15 march 2004. *The International Newsletter of Communist Studies* vol. 10, n. 17, 2004, p. 11-15. <http://incs.ub.rub.de/index.php/INCS/issue/view/56>.
- KERSFFELD, Daniel. Del esoterismo al marketing. Aproximaciones en torno a los archivos de la Comintern. *Íconos. Revista de Ciencias Sociales*, Quito, n. 41, 2011, p. 73-88. <http://www.flacso.org.ec/docs/i41kersfeld.pdf>.
- KOENEN, Gerd. Interna aus einem welthistorischen Trauerspiel. *Frankfurter Allgemeine Zeitung*, Frankfurt am Main, 21.7.2015.
- KOWALCZUK, Ilko-Sascha. Historikerstreit über DDR-Forschung. Die Aufarbeitung ist gescheitert. *taz.die tagesszeitung*, Berlin, 20.4.2016.
- KRAMER, Marc. Archival policies and historical memory in the post-soviet era. *Demokratizatsiya. The Journal of Post-Soviet Democratization*, Washington DC, vol. 20, issue 3, 2012, p. 204-215. https://www.gwu.edu/~ieresgwu/assets/docs/demokratizatsiya%20archive/GWASHU_DEMO_20_3/Y264633728186364/Y264633728186364.pdf
- KREIKAMP, Hans-Dieter. Das Komintern-Projekt. *Mitteilungen aus dem Bundesarchiv*, Berlin, n. 1, 2011, p. 11-15. http://www.bundesarchiv.de/imperia/md/content/bundesarchiv_de/oeffentlichkeitsarbeit/fach-publicationen/mitteilungenausdembundesarchiv/barch_mitteilungen_1_2011.pdf
- KURZ, Robert. *Postmarxismus und Arbeitsfetisch. Zum historischen Widerspruch in der Marxschen Theorie. Krisis*, Nuremberga, n. 15, 1995. Versão portuguesa em <http://www.obeco-online.org/rkurz136.htm>.
- MARTIN, Terry. *The affirmative action empire. Nations and nationalism in the Soviet Union 1923-1939*. Ithaca: Cornell University Press, 2001.
- MÜLLER, Michael & OLDENHAGE, Klaus. Der Weg zur Stiftung Archiv der Parteien und Massenorganisationen der DDR im Bundesarchiv. Skizzen einer Chronologie. *Mitteilungen aus dem Bundesarchiv*, vol. 10, n.1, 2002, p. 5-13.
- NAASNER, Walter. Das Zentrale Staatsarchiv – Nationalarchiv der DDR. Organisation, politische Funktion, Quellenüberlieferung. *Zeitschrift für Geschichtswissenschaft*, Berlin, vol. 59, n. 2, 2011, p. 138–58.

PETROV, Nikita. Soviet State security archives and their exploitation for political aims. *Solanus*, London, vol. 22, 2011, p. 220-28.

PLAMPER, Jan. Archival revolution or illusion? Historicizing the Russian Archives and our work in them. *Jahrbücher für Geschichte Osteuropas, Regensburg*, Neue Folge, vol. 51, n. 1, 2003, p. 57-69. <http://www.jstor.org/stable/41051001>.

SABROW, Martin. Die Lust an der Vergangenheit. Kommentar zu Aleida Assmann. *Zeithistorische Forschungen/Studies in Contemporary History*, Potsdam, n. 4, 2007, 386-392. <http://www.zeithistorische-forschungen.de/16126041-Sabrow-3-2007>.

SÖLLER, Carola. Im Spannungsfeld von 'nationalen' und 'europäischen' Ansprüchen? Eine Betrachtung des Nationalen Rates für das Studium der Securitate-Archive in Rumänien. *Jahrbuch für Historische Kommunismusforschung*, Berlin, 2014, p. 107-124.

TARCUS, Horacio (dir.). *Diccionario biográfico de la izquierda argentina. De los anarquistas a la "nueva izquierda" (1870-1976)*. Buenos Aires: Emecé, 2007.

VERDERY, Katherine. *Secrets and truths: ethnography in the Archive of Romania's Secret Police*. Budapest: Central European University Press, 2014.

WELSKOPP, Thomas. Klasse als Befindlichkeit? Vergleichende Arbeitergeschichte vor der kulturhistorischen Herausforderung. *Archiv für Sozialgeschichte*. Bonn, vol. 38, 1998, 301-336.

WHITLOCK, Gillian. *Soft Meapons. Autobiography in transit*. Chicago: University of Chicago Press, 2007.

ENTREVISTA COM MICHAEL HALL

Interview with Michael Hall

CONCEDIDA A PAULO FONTES E FRANCISCO MACEDO

São Paulo, 20 de julho de 2016

<http://dx.doi.org/10.1590/S2178-14942016000300013>

Paulo Fontes é professor da Escola de Ciências Sociais da Fundação Getúlio Vargas (CPDOC/FGV), pesquisador bolsista produtividade do CNPq e editor de *Estudos Históricos* (paulo.fontes@fgv.br). Francisco Barbosa Macedo é professor do Instituto Federal Minas Gerais e doutorando do Programa de Pós-Graduação em História da USP (francisco.macedo@ifmg.edu.br).

Os entrevistadores agradecem a Fernando Teixeira da Silva e Antonio Luigi Negro pelas sugestões de questões e temas. Mônica Kornis recomendou a realização desta entrevista para *Estudos Históricos*. A ela também, nossos agradecimentos.

Michael Hall tem sido, nas últimas quatro décadas, um dos principais protagonistas da historiografia sobre o trabalho no Brasil. Nascido nos Estados Unidos em 1941, estudou nas Universidades de Stanford e Columbia, onde se especializou em história brasileira. Sua tese de doutorado, defendida no final dos anos 1960, tornou-se um dos textos fundamentais sobre a imigração italiana em São Paulo.

Em 1975 transferiu-se definitivamente para o Brasil e passou a lecionar na recém-criada Universidade Estadual de Campinas. Na Unicamp, foi uma das figuras centrais na construção do Departamento de História. Foi um dos fundadores do Arquivo Edgard Leuenroth (AEL), o maior arquivo especializado em história do trabalho na América Latina, e até hoje é um dos mais profundos conhecedores do acervo dessa instituição. Teve ainda importância fundamental na montagem da Biblioteca do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp e na sua constituição como uma das principais bibliotecas de referência para pesquisa na área de ciências sociais e humanidades no país.

Especialista no estudo do anarquismo e do movimento operário na Primeira República, Michael Hall é um dos responsáveis pela difusão no Brasil da influente obra de E. P. Thompson e da historiografia social anglo-saxã. Desde os anos 1980, tornou-se uma espécie de “embaixador” da história social do trabalho brasileira, atuando como correspondente local de algumas das mais importantes revistas internacionais neste campo e sendo uma referência obrigatória para muitos pesquisadores estrangeiros em visita ao Brasil.

Orientador de diferentes gerações de historiadores, Michael sempre foi uma referência para seus alunos e colegas. O humor e ironia ferina, mas também as generosas e eruditas sugestões bibliográficas e dicas de fontes e acervos, invariavelmente redigidas em seu indefectível bloco de anotações de folhas amarelas, estão entre as melhores e carinhosas lembranças de todos(as) aqueles(as) que tiveram o privilégio de compartilhar sua convivência ao longo desses anos.

Aposentado desde 2012, Michael Hall continua ativo na pesquisa, orientação e participação em bancas de defesa de mestrado e doutorado. No momento prepara um livro reunindo ensaios e artigos antigos e suas pesquisas mais recentes.

*

Para começar, gostaríamos que nos falasse sobre suas origens, seus pais, onde você nasceu. Que nos contasse um pouco sobre o ambiente familiar no qual foi criado.

Fui criado numa família de classe média em Houston, Texas, nos anos 1940 e 50. Meu pai era dentista. A única excentricidade era o fato de minha mãe ser assistente social, o que era um pouco progressista para o ambiente do bairro. Ela sempre alegava que era a única pessoa branca na nossa zona eleitoral que havia votado em Henry Wallace em 1948.¹ Mas ela não era tão militante assim. Acho que realmente vim a conhecer uma outra realidade quando comecei a graduação em Stanford, que é uma universidade relativamente conservadora, ou certamente era, no começo dos anos 60. Mas os movimentos de direitos civis, pelo desarmamento nuclear etc. também atuavam lá, embora menos intensamente do que em algumas outras universidades, creio.

Você foi fazer graduação em História em Stanford?

Não. Ciência Política. Ninguém é perfeito. [risos] Mas acho que acabei fazendo quase o mesmo número de matérias de História e de Ciência Política.

E por que um garoto veio do Texas para Stanford cursar Ciência Política?

Primeiro, eu queria sair do Texas. Alguns colegas da turma anterior da *high school* que tinham ido para universidades da Ivy League – Yale, Princeton etc. – não estavam muito entusiasmados com a experiência, sentiam-se um pouco marginalizados. Já outros, que tinham ido para Stanford, ficaram um pouco mais animados.

Em Stanford, então, você teve o interesse por História despertado. Lá também começou seu interesse pela América Latina?

Sim, havia todo um ambiente, um clima em relação à Revolução Cubana, que despertava simpatias. As políticas da Aliança para o Progresso² eram bastante criticadas por alguns alunos da pós-graduação, e havia um professor, Ronald Hilton, um inglês meio excêntrico, que defendia até certo ponto a Revolução Cubana. Não tive muito contato com Hilton, mas na época ele atraía alunos de pós, de esquerda, do país inteiro. E isso também dava um foco. Mesmo sendo aluno de graduação, eu também ouvia essas pessoas.

E por que você foi fazer a pós-graduação em Columbia?

Porque nos anos 60, nos Estados Unidos, Columbia era o lugar, se você estivesse interessado na América Latina. Cheguei em Columbia em 1963, no comecinho das agitações contra a Guerra do Vietnã, e comecei a conviver com um mundo realmente bem diferente daquele a que eu estava acostumado. Vários dos meus colegas e amigos eram os chamados *crianças de fraldas vermelhas*, filhos de ex-comunistas. E eu comecei a ficar cada vez mais horrorizado com a Guerra do Vietnã e interessado na América Latina. Na época, Columbia era um ótimo lugar para isso. O meu orientador, Lewis Hanke, nem era um cara muito político, e na verdade trabalhava com o período colonial. Era um bom sujeito, uma pessoa muito simpática e um bom historiador. Suas obras mais importantes são sobre Bartolomeu de Las Casas, mas ao redor dele havia um grupo grande de alunos interessados no Brasil: Joseph Love,³ Ralph Della Cava,⁴ Stuart Schwartz,⁵ que estavam um pouco à minha frente. E Peter Eisenberg, que me incentivava. E também havia vários outros professores em Columbia que trabalhavam com o Brasil, por exemplo, os antropólogos Charles Wagley⁶ e Marvin Harris.⁷ E havia vários alunos deles interessantes. Era um ambiente muito aberto. Acho que peguei um pouco desse ambiente.

Em toda essa discussão sobre América Latina, como você começou a se interessar pelo Brasil? Sempre há a questão da língua.

Sim, havia a questão da língua, e acho que na época também parecia um pouco exótico. Fiquei impressionado com o filme do [Jean-Paul] Belmondo, *O homem do Rio*,⁸ e também com o *Orfeu Negro*.⁹ E era uma época em que havia facilidade de obter recursos, bolsas de estudo para quem queria estudar a América Latina ou outros países do Terceiro Mundo. Então eu, que já havia passado um semestre na Itália e estudado italiano ainda na graduação, pensei que talvez fosse interessante estudar a imigração italiana no Brasil. Wagley estava muito entusiasmado com a ideia de italianos no Brasil, eu certamente sabia italiano melhor do que português na época, e então fiz o mestrado sobre isso.¹⁰ Fiz o pouco que dava para fazer nas bibliotecas americanas, e em 1966 vim para cá.

As fontes do seu mestrado estavam todas nos Estados Unidos?

Sim, estavam. Foram vários panfletos sobre a imigração que localizei na Biblioteca Pública de Nova York, por exemplo. Materiais do século XIX. Propaganda, em parte, do governo

imperial para incentivar e enganar imigrantes. Mas era um problema, porque de fato não havia tanto material desse tipo nas bibliotecas americanas.

Em 1966, quando veio para o Brasil, você foi para São Paulo?

Não. Para o Rio, primeiro. E passei seis meses, basicamente, na Biblioteca Nacional e um pouco no Arquivo Nacional. Também travei alguns contatos com acadêmicos. O pessoal da Cândido Mendes, Amaury de Souza, entre outros. Eu havia conhecido o Octávio Ianni em Nova York, procurei-o em São Paulo, e ele me disse: “Ah, procure os meus amigos Sérgio Buarque e a Alice Canabrava, eles vão encaminhar você para as pessoas certas”. E de fato. Todo mundo dizia que eu tinha que falar com a Emília Viotti da Costa, que conheci naquela época.

Você sentiu alguma hostilidade por ser um pesquisador estadunidense, um “brasilianista”? Ou ao contrário, alguma facilidade?

Hostilidade, nunca. Facilidade, não sei. Também não especialmente, acho. Na época havia sempre algumas pessoas fazendo denúncias. Lembro de um artigo do José Honório Rodrigues...¹¹ E lembro de um episódio curioso. Havia uma mulher simpática, não vou lembrar o nome dela, na USIS, United States Information Service,¹² que queria se aproximar de vários estudantes e pesquisadores americanos, e nós recusamos. E ela, acho, não entendeu muito. Mas 1966 já era o período da Guerra do Vietnã em que todo mundo, ou pelo menos a maioria de nós, queria se distanciar das políticas dos Estados Unidos no exterior.

Havia uma certa comunidade de “brasilianistas” nessa época?

Sim, vários. No Rio eu dividia com o Kenneth Erickson,¹³ cientista político, um apartamento no Posto Seis que era da embaixada da Suécia. As embaixadas ainda não tinham mudado para Brasília em 1966. Eles tinham esse apartamento simpático vazio, e o Ken, de família sueca, negociou o aluguel – tentando parecer o mais sueco possível, como ele dizia. E tinha muita gente no Rio, de fato. Peter Eisenberg,¹⁴ por exemplo, também estava pesquisando e veio com a Rosa, mulher dele. Era um ambiente muito simpático. Mas logo voltei para os Estados Unidos. Terminei a tese de doutorado. E perdi 1968 no Brasil. Mas voltei novamente em 1969, quando fiquei três meses. E então já era um ambiente bem mais sombrio.

E o que você fez logo que terminou a tese?

Fui dar aula na University of North Carolina, que era uma “festa caipira” na época, pelo menos o Departamento de História. Eu sempre lembro que assinei uma declaração inócuca da American Civil Liberties Union,¹⁵ e depois descobri que eu não só era a única pessoa dentro do departamento, mas praticamente o único professor na universidade a ter assinado a petição. Um dos professores de História veio conversar comigo fantasiado como fazendeiro pré-guerra civil, com terno de linho branco (isso certamente é imaginação minha), e disse: “A diferença entre você e nós, meu filho, é que nós defendemos a nossa pátria. Quando eu estava no Pacífico matando japas, eu nunca pensei em questionar meu comandante em chefe”... Foi nessa época que eu inventei a “Lei de Hall”, que não vale mais, pois a tecnologia mudou, com e-mail, Skype, Facebook, etc. Mas a lei concluía que quando a sua conta de telefone era maior do que o seu aluguel, você provavelmente estava morando no lugar errado. De qualquer forma, passei dois anos por lá. E depois fui para a Universidade de Tulane, em Nova Orleans. Achei que pelo menos eu estaria numa cidade interessante. Mas era um departamento bastante conservador também. E a cidade era boa para visitar, mas nem tanto para morar. Eu sempre imaginava que dentro daqueles prédios tão interessantes moravam pessoas igualmente interessantes, [risos] e não era o caso, pelo menos na minha experiência.

E quanto ao Brasil? Depois você voltou novamente para cá.

Sim. Eu tinha estado no Brasil em 1966, 67, fazendo a pesquisa de doutorado, depois voltei em 1969 e, de novo, em 1970. Depois fui pesquisar na Itália e voltei mais uma vez no começo de 1971, porque Carlos Guilherme Motta, que estava dando aula na Unicamp, havia me convidado para dar aula por lá, o que eu fiz entre março e junho daquele ano. Bem, em 1971, a barra estava mais pesada. Todo mundo precisava ser um pouco mais discreto. Ainda assim, a Unicamp, sendo uma universidade muito nova, provavelmente não era tão vigiada como a USP. Certamente, falando com pessoas da USP, a situação lá era bem mais grave, e várias pessoas estavam presas.

Nesse contexto, você teve um certo papel no auxílio para o exílio da Emília Viotti da Costa, não foi?

Emília me ajudou bastante em 1967, mas ela foi afastada da USP depois do AI-5 e sujeita a um processo absurdo graças a colegas do Departamento de História. Em 1970,

deixei a minha vaga em Tulane aberta para Emília, o que era um pouco complicado. Joe Love tinha um amigo no consulado que deu o visto americano para ela, o que não era inteiramente tranquilo, porque ela estava sendo processada e tinha um passaporte brasileiro que iria vencer logo. Mas ela conseguiu entrar nos Estados Unidos e foi condenada à revelia. Posteriormente ela acabaria inocentada. Acho que em fins de 1971 ou começo de 1972, Joe Love convidou-a para dar aula em Illinois. Depois ela foi para o Smith College e, finalmente, para Yale, onde formou toda uma geração de especialistas em Brasil nos Estados Unidos.

E quanto à Unicamp?

Depois da experiência em 1971, voltei para os Estados Unidos. Tempos depois, Paulo Sérgio Pinheiro,¹⁶ que eu tinha conhecido então, insistiu muito para eu voltar para a Unicamp. Disse: “Faça um teste. Vamos arranjar uma bolsa Fulbright de professor visitante para você”. Nessa época, 1975, a Unicamp era um lugar realmente atraente. O único problema inicial na Unicamp é que não tinha começado o Curso de História, então era História para cientistas sociais. Deve ter sido em 1977 ou 1978 que começou a graduação de História. E eu, normalmente, oferecia uma disciplina de História Moderna ou de História dos Estados Unidos. Lembro que os alunos eram bastante politizados em comparação com os alunos americanos, ou pelo menos os da universidade sulista de Tulane. Logo depois da minha chegada, contratamos Peter Eisenberg. Ele estava dando aula em algum lugar do Caribe. A Unicamp era um lugar muito estimulante.

E o clima político naquele contexto?

Era 1975, 76, já no governo Geisel, mas prenderam pessoas da Unicamp. Lembro do Ademir Gebara, que era nosso colega do departamento. Isso era bem grave. E, claro, vários dos os professores da Unicamp estavam voltando do exílio. Havia os que tinham participado da luta armada ou os que tinham passado muitos anos na França. E a piada, minha e do Peter Eisenberg, é que eram esses caras que esperavam herdar o país, ex-líderes estudantis dos anos 60, que acabaram em Campinas, herdando um modesto Instituto de Ciências Sociais. Alguns tinham dificuldade em fazer os ajustes. Assim, muitas vezes as reuniões do Instituto se confundiam um pouco com as crises de ministérios em Paris ou Brasília. [risos] E havia algumas pessoas que, de fato, estavam na vida acadêmica um pouco por falta de outras opções, que teriam preferido carreiras políticas ou jornalísticas etc. Mas como essas não eram

possibilidades realistas no período, elas acabaram na universidade, o que certamente tornou o ambiente político mais estimulante.

Foi nesse contexto que foi criado o Arquivo Edgard Leuenroth, o AEL?

Desde a minha rápida passagem de um semestre pela Unicamp em 1971, Paulo Sérgio Pinheiro e eu estávamos tentando estabelecer condições para a pesquisa em história do trabalho. Tínhamos alguns contatos com Germinal, filho do antigo líder anarquista Edgard Leuenroth. Ele estava ameaçando vender o arquivo do pai para a University of Texas, onde o filho do John Foster Dulles, John W. F. Dulles,¹⁷ era professor. Dulles tinha arrumado uma bolsa na Escola de Administração da University of Texas para o filho do Germinal. Eu fiz o contato para o Paulo Sérgio negociar com o Germinal, o que levou um certo tempo, porque ele queria receber mais ou menos o que ganharia da University of Texas. Mas o Paulo Sérgio estava preocupado e foi falar com o Zeferino Vaz, primeiro reitor da Unicamp. Ele acabou convencendo o Zeferino, que gostava de frases de efeito e disse: “Ah, vai ser minha obrigação, não só como reitor, mas como brasileiro, manter esse material no país”. O resgate da documentação e as negociações para trazer o material para a Unicamp foram basicamente uma iniciativa do Paulo Sérgio. Eu não estava no país nesse período. Só cheguei em 75, quando o arquivo já estava assegurado. Criar um arquivo para a História Social, e especialmente para o movimento operário, era uma grande aspiração do Paulo Sérgio. Algo em bastante sintonia com o espírito dos anos 60, começo dos anos 70.

É curioso. Na mesma época em que o CPDOC da FGV estava sendo criado como um arquivo, digamos, dedicado à elite política brasileira, a Unicamp estava criando um arquivo do movimento operário, de História Social.

Sim. Mas nunca consegui convencer nenhum diretor do AEL a fazer para o movimento operário o que o CPDOC fez para a elite política, um grande projeto de História Oral, de entrevistas com trabalhadores e líderes sindicais. Porque em 1975 havia muitos sobreviventes dos anos 30, 40. No início, houve certa dificuldade para institucionalizar o arquivo, por inércia burocrática. Não havia professores com tempo exclusivo para dirigir o arquivo, nem muitos recursos. Dando aula, não dava para investir tanto tempo. E até a chegada do Marco Aurélio Garcia,¹⁸ no início dos anos 1980, não havia, de fato, um diretor do arquivo.

Há um certo “mito”, digamos assim, do período inicial da Unicamp como um espaço da dissidência, da diferença em relação à tradição acadêmica brasileira, em particular em relação à USP. Você poderia comentar um pouco esse momento da década de 1970?

Havia várias pessoas da USP no início da Unicamp: Carlos Guilherme Mota, Fernando Novais, sobretudo. Mas é verdade. A Unicamp aparecia como algo relativamente diferente e, talvez, menos vigiado. Eu acho que, em parte, isso se deve ao fato de que Zeferrino¹⁹ contratou pessoas jovens. Muitos com formação no exterior, e não apenas na Europa. Evelina Dagnino²⁰ e alguns outros, por exemplo, formados nos Estados Unidos. Um pouco depois dela, veio Bela Feldman-Bianco, que havia estudado Antropologia em Columbia. E claro, a USP havia sofrido as cassações, as aposentadorias obrigatórias do AI-5. A Unicamp tinha uma abertura para o mundo, por causa da formação dos professores e de um número razoável de estrangeiros, o que não era muito comum nas outras universidades brasileiras na época.

Mas havia uma rivalidade com a USP?

Ah. Não, não era uma rivalidade, exatamente. O Departamento de História da USP era sempre um pouco mais problemático do que os outros departamentos da Faculdade de Filosofia. Por motivos que nunca entendi, aliás. Mas, na verdade, acho que havia um pouco de deferência à USP. Muitos professores da Unicamp haviam estudado na USP, pelo menos na graduação. E a repressão das outras universidades no resto do país tinha sido terrível. Então, realmente, mal existiam Ciências Humanas fora da USP e da Unicamp, ou do IUPERJ no Rio. Um momento interessante foi um congresso internacional organizado pelo Paulo Sérgio Pinheiro na Unicamp em 1975.²¹ O congresso contou com a presença de Eric Hobsbawm, Arno Mayer, Juan Linz, Guillermo O’Donnell, Rudolf de Jong, do Instituto de História Social de Amsterdã, e várias outras pessoas. Arno Mayer estava espantado com a realização do evento e comentou: “Mas é muito curioso, no meio dessa ditadura.... É um pouco como a França da Restauração. Dentro do salão, se pode dizer qualquer coisa, sem muito medo”. E a Unicamp era um pouco isso, também. Não havia grandes inibições sobre o que se usava como leitura, o que se falava em sala de aula. E tudo era muito interdisciplinar. E muito autogestionário também. Nos tomava um tempo incrível em reuniões, mas havia um espírito simpático, que não parecia muito comum no Brasil na época.

Você acha que acabou havendo uma associação da “novidade” que a Unicamp representava com o processo de redemocratização, com o “novo sindicalismo”, com todo aquele contexto do final dos anos 70?

Acho que sim. Tinha um pouco disso, certamente. No mínimo, tinha uma abertura para isso.

Em contraste com a USP, que teria um certo peso da “tradição”.

Sim. Embora eu ache que seja importante distinguir os departamentos de Ciências Sociais e de Letras do Departamento de História, na USP. Fora do Departamento de História, me parece que havia bastante engajamento e agitação.

É interessante, porque boa parte dos contatos dos historiadores da Unicamp que estudavam o movimento operário com a USP se dava com as Ciências Sociais: Eder Sader,²² Maria Célia Paoli,²³ Vera Silva Telles,²⁴ entre outros. Como se dava esse contato? Por exemplo, como você conheceu Maria Célia Paoli?

Ao que me lembre, foi no Cedec,²⁵ que era um espaço estimulante, inicialmente com sede num prédio ao lado da PUC, e tinha pessoas interessantíssimas. Maria Vitória Benevides,²⁶ Francisco Weffort²⁷ e vários professores visitantes passaram por lá. Eu acho que foi lá que eu conheci grande parte das pessoas da USP.

Sendo um historiador que estava estudando a classe operária, como você vivenciou as greves do ABC paulista no final dos anos 70 e toda a efervescência sindical e política daquele período?

Muito indireta e distantemente, de fato. Só lendo jornal e falando com as pessoas. Em parte, pela nacionalidade, eu não queria me intrometer muito. Mas era uma satisfação ver que as ortodoxias da sociologia brasileira sobre o assunto estavam visivelmente erradas. [risos]. De toda forma, foi um período de enorme entusiasmo entre professores e alunos na Unicamp.

E isso se refletia no interesse dos alunos pela história do trabalho?

É muito curioso. Na época, vários alunos estavam interessados no material do Arquivo Edgard Leuenroth. Por uma série de motivos. Alguns, para comprovar a superioridade de

partidos leninistas e como os anarquistas estavam errados. E de fato, um pouco nesse espírito, saiu pelo menos um bom livro, que é o da Silvia Magnani.²⁸ Mas era um período político em que os alunos de fato fizeram algumas passagens bruscas de Petrogrado para São Paulo. [risos] Eu me lembro de uma grande discussão, em que eu estava tentando argumentar que as adversidades e rivalidades até regionais entre os italianos, além das hostilidades em relação a outros grupos nacionais, tinham criado obstáculos sérios para o movimento operário e fui duramente criticado, porque a “ciência científica do marxismo-leninismo” tinha, cientificamente, comprovado que as relações com os meios de produção haviam determinado as práticas dos trabalhadores, e que esses outros elementos eram, portanto, só mistificações. Então, publiquei um artigo em inglês sobre o assunto – acho que foi a primeira coisa que escrevi sobre movimento operário – em uma revista alemã,²⁹ o que garantia total desconhecimento desse artigo no Brasil [risos].

Alguns anos depois você publicou um artigo em parceria com Paulo Sérgio Pinheiro, “Alargando a história da classe operária”,³⁰ que já era claramente inspirado na História Social britânica. Como foi sua aproximação pessoal com a História Social britânica?

De fato, nos anos 60 era um pouco frustrante, porque a história do movimento operário em geral era, nos Estados Unidos pelo menos, uma história política sindical, narrativa, sem muito interesse. Eu me lembro apenas dos artigos de Gutman,³¹ que achei muito interessantes na época, mas não havia muito mais que isso facilmente disponível. Minha lembrança é que li pela primeira vez *A Formação da classe operária inglesa* de E. P. Thompson em 1969. Achei muito interessante e muito difícil, porque, para quem não está muito por dentro da história inglesa, não é um livro fácil de entender em detalhes. Mas achei fascinante, intrigante. Paulo Sérgio chegou a Thompson via autores franceses, Michelle Perrot e George Haupt, alguns dos quais tinham sido seus professores em Paris. Mas só bastante depois, nos anos 70, eu fui ler outros historiadores ingleses. Lembro que na Unicamp assumi uma disciplina sobre História Moderna para me obrigar a ler Christopher Hill.³²

Mas na Unicamp, Verena Stolcke³³ e o marido, Juan Martinez-Alier, estavam muito por dentro da esquerda inglesa do período e tinham muita simpatia. Verena, certamente, estava sempre bastante dedicada a mostrar os trabalhadores como agentes da sua própria história. Porque a tendência na Unicamp em geral era derivar tudo de certas noções de modos de produção ou do movimento do capital, o que deixava uma impressão bastante mecânica do que deveria ser a história dos trabalhadores. Paulo Sérgio e eu publicamos aqueles livros

de documentos,³⁴ um pouco no espírito de contestar essa visão. Aliás, a primeira versão de algumas dessas ideias do artigo que você mencionou está na introdução do primeiro volume de documentos. Mas a preocupação também era darmos certa legitimidade acadêmica a esse tipo de História Social. O que havia sobre a história do movimento operário no Brasil, até o final dos anos 70, eram livros de militantes, o do Everardo Dias sendo o mais interessante.³⁵ E também alguns trabalhos de sociólogos – o melhor, certamente, é o de Azis Simão.³⁶ E os sociólogos geralmente não estavam tão interessados no movimento sindical pré-1930. O que eles queriam era criticar o populismo. Então o espírito do que eles escreviam sobre o movimento operário anterior a 1930, para simplificar um pouco, era “olha essa beleza que o populismo estragou”. E fora o Azis Simão, a familiaridade dos sociólogos com o movimento operário da Primeira República não era grande.

Acho que Paulo e eu queríamos, de um lado, tentar fazer uma reconstituição do movimento operário naquele período e, de outro, tentar levantar questões thompsonianas de agência. E tinha um grupo na Unicamp aberto a isso. Acho que o papel da Verena Stolcke foi muito importante. Porque aquele artigo que eu escrevi com Verena³⁷ sobre o colonato era em parte aplicando algumas ideias dela sobre a capacidade e atuação dos colonos para resistir à exploração que sofriam. E escrevemos esse artigo no fim dos anos 70, que era um momento em que eu tinha muito mais clareza sobre o que queria fazer. E sempre havia alguns alunos abertos a isso. Além do mais, a conjuntura política e sindical daquele período ajudava a dar legitimidade a esse tipo de abordagem.

E Eric Hobsbawm? Você leu Hobsbawm nessa época?

Eu tinha lido os primeiros livros dele, o *Rebeldes primitivos* e o *A era das revoluções*, relativamente cedo, no começo dos anos 60, e fiquei muito impressionado. Anos depois, conversando com Verena, que o conheceu bem na Inglaterra, comecei a compartilhar a crítica bastante convincente que ela tinha em relação ao *Rebeldes primitivos*. E que também era uma crítica em termos disciplinares. Sendo antropóloga, ela tinha reservas explícitas.

Ele era mais conhecido nos Estados Unidos?

Não, de fato. E tenho aquela história com um professor que tive na Universidade – isso seria 1963 – quando mencionei Hobsbawm, e ele me respondeu: “Ah, Hobsbawm. Muito interessante. Mas muito perigoso”. Certamente deve ter sido ironia. Mas, de fato, Hobsbawm era um pouco marginal entre os historiadores profissionais nos Estados Unidos, pelo menos no começo dos anos 60.

Como foram suas primeiras tentativas de introduzir os textos de E. P. Thompson entre os alunos da Unicamp?

Em meados dos anos 1970, antes de existir a pós em História na Unicamp, eu e o Paulo Sérgio oferecemos um curso na Ciência Política e usamos um capítulo de *A Formação* pela primeira vez. Esse momento era o auge do althusserianismo, especialmente entre o pessoal da Ciência Política e da Sociologia. Até o Paulo Sérgio tinha sido aluno do Nicos Poulantzas em Paris, e Décio Saes e vários outros estavam lá na Unicamp, muito influenciados pelos escritos de Althusser. Portanto, o nosso curso era um mini escândalo. Não sei quantos alunos vinham do Partido Comunista, mas alguns davam pequenas aulas de ortodoxia leninista para nós. Era muito estranho, porque a reação ao Thompson era uma mistura de incompreensão e indignação dos alunos. Parte do problema era que eles não eram historiadores. Então, estavam também muito preocupados com o perigo da “contaminação pela empiria”. Eu me lembro de uma aluna que me disse, com toda a indignação: “Professor, eu fiz o curso de História da Universidade de São Paulo e esse negócio de empiria... francamente, é uma fase que eu já ultrapassei”. [risos]. E indignação do tipo, “mas onde está o capítulo onde ele explicita seus pressupostos teóricos e metodológicos?” Depois, quando voltei da Alemanha, no começo dos anos 1980, eu me lembro de usar Thompson na pós em História, e a receptividade foi muito maior.

E essa experiência na Alemanha? Como é que você foi parar em Berlim Ocidental no início dos anos 80?

Eu fui porque Robert Conrad,³⁸ que tinha sido meu colega em Columbia, era professor por lá. Ele falava alemão e era casado com uma alemã. Mas se envolveu numa briga feia dentro do Instituto da América Latina e pediu demissão. Com isso, Manfred Nitsch, que era diretor do Instituto, me convidou para ficar um semestre como professor visitante, já que era possível dar aulas em inglês. Depois surgiu uma vaga, e me convidaram para ficar mais um semestre. Então fiquei um ano letivo inteiro por lá. Nos primeiros meses em Berlim, eu me envolvi muito na elaboração do capítulo sobre história do movimento operário na América Latina da *Cambridge History*.³⁹ Eu tive que estudar bastante, pois não sabia tanto sobre o movimento operário em outras partes da América Latina. Mas havia um grupo ótimo no Instituto da América Latina. O espírito de 1968 estava presente entre uma parte dos professores mais jovens. Foi uma boa experiência, porque eu não tinha envolvimento burocrático nenhum, então tinha tempo para estudar; e dei aulas sobre assuntos que me

interessavam. Berlim Ocidental era uma cidade muito curiosa, na época, ainda com o muro. E havia um monte de exilados, chilenos, argentinos e alguns brasileiros, o que também dava um toque estimulante.

Você chegou a ir a Berlim Oriental?

Várias vezes. Uma vez fui ver a peça *O Sr. Puntila e seu criado Matti*, de Brecht, no Berliner Ensemble e entendi cinco por cento, mas eu tinha lido a peça em inglês antes. E lembro de um brasileiro ex-comunista, que eu não vou dedar aqui [risos], com quem fui passear em Berlim Oriental. Ele me disse: “Próspero demais para país comunista” [risos]. Mas eu lamento não ter ido com um grupo que foi até a Polônia, que ficava a cem quilômetros de Berlim, no auge do Solidariedade. Os brasileiros e argentinos do grupo que foi voltaram com observações curiosas, do tipo: “É um movimento nacionalista polonês, antissemita, extremamente católico...” Um dos argentinos disse: “Eu nunca tinha visto tantos homens adultos numa igreja, na minha vida”. [risos] Mas logo depois veio o fechamento do Solidariedade.

A impressão que temos é de que, a partir dos anos 1980, você passou a ser uma espécie de “embaixador da História Social do Brasil”. Muitos americanos e europeus interessados no tema vinham à Unicamp conversar com você, e alguns, com a sua ajuda ou influência, ficaram para dar aula. Você virou correspondente no Brasil de revistas internacionais importantes no campo da história do trabalho, como a *International Labor and Working Class History*, dos Estados Unidos, e a *International Review of Social History*, do International Institute of Social History de Amsterdam. Como você vê isso?

Não sei. Não acho que era exatamente assim. Eu não tinha nenhuma consciência objetiva nisso, simplesmente aconteceu. Acho que não tinha isso claro.

Por outro lado, você sempre estimulou fortemente seus alunos a estabelecer contatos e conexões internacionais, e seu próprio trabalho tem esse viés...

Isso é verdade. Mas não sei exatamente por que eu tendo a pensar questões históricas em termos de comparação. Mas é verdade, eu faço isso muito.

De toda forma, as pessoas o procuravam, e a Unicamp passou a receber professores visitantes, como David Montgomery,⁴⁰ Barbara Weinstein,⁴¹ Daniel James,⁴² entre outros.

Sim, mas é curioso. Montgomery, por exemplo, veio graças à iniciativa da antropóloga Bela Bianco, que o havia conhecido em Yale e incentivou muito a vinda dele. Fizemos os trâmites burocráticos, mas quem estava por trás disso era a Bela. E Montgomery se deu muito bem aqui. Chegou num momento perfeito, também, em que havia muita abertura e interesse pelo tipo de trabalho que ele estava fazendo. O ambiente na Unicamp tinha mudado, especialmente entre os alunos de História, com uma maior abertura para o tipo de História Social feita pelo Montgomery, por exemplo. Nesse sentido, a chegada dos professores que estudavam a escravidão colaborou bastante. Bob Slenes,⁴³ Silvia Lara,⁴⁴ Sidney Chalhoub,⁴⁵ Clementina⁴⁶ também. E a vinda do Claudio Batalha,⁴⁷ que deve ter sido em 1986, reforçou enormemente a área de história do movimento operário, porque ele tinha acabado de fazer uma tese sobre o sindicalismo reformista no Rio e tinha imensa familiaridade com as fontes.

Em que sentido?

Nós compartilhávamos as mesmas preocupações metodológicas e mesmo muitas questões de pesquisa. Apesar da tradição de colocar a escravidão e o movimento operário em campos de estudos diferentes – e a Silvia Lara logo começou a demolir essa tradição. As leituras do Thompson eram um campo comum, em particular os artigos mais acessíveis para quem não era especialista em história inglesa, sobretudo “A economia moral da multidão”.⁴⁸ Thompson não explicita muito, talvez por motivo de solidariedade, mas o artigo era uma crítica devastadora ao *Rebeldes primitivos* de Hobsbawm e até aos trabalhos do George Rudé.⁴⁹ O pessoal aqui entendeu o recado, talvez com mais precisão do que nos Estados Unidos, porque cabia muito bem nas discussões que fazíamos na Unicamp na época. Outro artigo do Thompson que usávamos e que provocou muita discussão é o “Class struggle without class”.⁵⁰

Por outro lado, na Unicamp, nessa época, também estava crescendo a influência de Foucault. Alguns chegam a dizer que houve uma certa mistura eclética entre Thompson e Foucault.

Verdade. Estranhíssimo. Acho Foucault um homem muito interessante, mas nunca entendi politicamente o que as pessoas que se diziam, por exemplo, simpatizantes do

anarquismo, viam num homem que não dava espaço para alguma atuação política consequente. Eu levantei essa questão numa defesa de tese na Unicamp, mas acho que o aluno ficou mais com Foucault. [risos] Foucault anarquista só no Brasil!

Gostaria de saber um pouco da sua experiência “pública”. No gestão de Luiza Erundina na Prefeitura de São Paulo (1989-1992), muitos professores da Unicamp, da USP, da PUC-SP, acabaram tendo uma atuação importante na Secretaria de Cultura, então comandada por Marilena Chauí. Você também colaborou um pouco, não?

Sim. Perseguindo bibliotecários. A minha especialidade... [risos] Marilena Chauí havia arrumado com o Paul Singer, então secretário de Planejamento da Prefeitura, uma enormidade de dinheiro, algo como cinco milhões de dólares, para as bibliotecas públicas, e as bibliotecárias, sem experiência de compras em grande escala, simplesmente iam devolver o dinheiro. E eu já havia começado essa missão na biblioteca da Unicamp e entendia um pouco os meandros das compras internacionais. Então, organizei um grupo de especialistas para tentar escolher livros para as bibliotecas municipais, e passei muito tempo tentando mobilizar as bibliotecárias etc. O grosso das compras era de livros nacionais, para as na época 80 bibliotecas públicas. E depois compramos de Portugal, Espanha, Argentina, e posteriormente da França, e obras de língua inglesa. Mas, de fato, essa última compra dos livros em língua inglesa foi via Fapesp, porque Marilena conseguiu convencer a Fapesp a permitir que a Biblioteca Mario de Andrade entrasse na competição do programa Faplivros. Ela argumentou que a Mario de Andrade, sem ser um departamento universitário, era inquestionavelmente uma instituição de pesquisa no estado de São Paulo. E eles aprovaram. Não me lembro quanto, exatamente. Mas foi uma quantidade significativa. Em geral, era muito complicado fazer as compras da Secretaria de Cultura num período de inflação alta e com pessoas sem muita experiência. Mas foi muito gratificante também. E, de fato, deu certo. Acho que foi a coisa mais útil que eu fiz no Brasil.

Você falou em missão. Transformar a biblioteca do IFCH da Unicamp em uma grande biblioteca de pesquisa foi uma das características da sua carreira. Por que você, particularmente, se dedicou a isso?

Eu entrei nisso, em parte, forçado. Eu me lembro de uma conversa com Peter Eisenberg, em 1976 ou 77, em que fazíamos uma avaliação do trabalho na Unicamp. Lembro de

comentarmos que poderíamos gostar de alguns dos colegas mais que de outros, mas que todos os professores trabalhavam num nível internacional. As instalações físicas poderiam ser um pouco melhores, mas não atrapalhavam o funcionamento do Instituto. O grande choque era a falta de biblioteca decente. Porque havia dinheiro, nos anos 70, mas as bibliotecárias e a burocracia da Unicamp em geral não conseguiam gastar. E as bibliotecárias não sabiam muito o que pedir. Mas, de fato, eu só entendi bem o processo todo no início dos anos 1980: era necessário acompanhar todos os detalhes da compra para conseguir comprar livros de forma adequada. Então, comecei a me dedicar a motivar os colegas para ajudar na seleção de livros e tentar lidar com os problemas administrativos, identificando as bibliotecárias competentes e motivadas, e acabei me especializado nesses processos de compra de livros e montagem de biblioteca. Mas é sempre um choque, eu acho, nas universidades brasileiras, ver que as bibliotecas estão entre as deficiências mais gritantes. E, falando francamente, também, me dediquei a isso para não ter que ser chefe do departamento ou coordenador de pós, etc. Eu podia sempre alegar que o meu tempo disponível estava dedicado à perseguição de bibliotecárias. [risos]

Gostaríamos de explorar agora o seu próprio trabalho, sua obra e suas opiniões sobre alguns aspectos da história do trabalho e da historiografia em geral. Identificamos três eixos, digamos, “clássicos” do seu trabalho: a imigração, o movimento operário na Primeira República e a cidade de São Paulo como o local prioritário de interesse para essas análises. Você poderia dar um panorama da sua obra, articulando seus trabalhos e interesses com sua própria trajetória?

Bem, no início da carreira minha ideia era fazer algo sobre os italianos no movimento operário no Brasil, mas como na época da tese de doutorado eu não tinha conseguido acesso a muitas fontes, acabei escrevendo sobre o colonato, basicamente com fontes italianas. O grande argumento, eu suponho, era mostrar como, de fato, a imigração subsidiada foi usada para manter os colonos desorganizados e facilmente explorados. Mesmo sem ter uma intenção muito explícita por parte dos fazendeiros, esse foi certamente o efeito. Nesse sentido, a tese era uma reação contra algumas afirmações celebratórias do liberalismo da Primeira República. Quando você pensa que o preço do café foi manipulado via valorização, os salários dos colonos via imigração subsidiada, e que a polícia também foi usada brutalmente em grande escala para impedir a organização operária, isso não é o liberalismo que se lê nos manuais, para dizer o mínimo.

Há também um aspecto do trabalho, que ainda não publiquei muito, referente a greves de colonos. Em parte é fruto do meu trabalho conjunto com Verena Stolcke. Tentamos

contestar vários historiadores que insistem na inexistência da capacidade política dos colonos. Boris Fausto tem um parágrafo no fim do livro dele sobre a Revolução de 30,⁵¹ falando da ausência de casos significativos de mobilização e organização no campo durante a Primeira República, com a exceção de alguns movimentos messiânicos. E Verena e eu mostramos dez mil colonos em greve na região de Ribeirão Preto em 1913. Há vários outros movimentos desse tipo. Mas o pior argumento é o de um americano cubano, Mauricio Font,⁵² que menosprezou as greves dos colonos afirmando que afinal eles eram menos organizados e militantes que os camponeses no meio da Revolução Mexicana, ou os trabalhadores chilenos nas minas de salitre. Isso é claramente – como se diz? – estabelecer a barra um pouco alta demais... [risos] De toda forma, acho que estávamos tentando também desmitificar a noção de que os imigrantes estavam escolhendo livremente o Brasil. Eles vieram porque estavam desesperados e o Brasil era o único país que pagava passagem integralmente em grande escala. Como estava interessado no movimento operário, eu queria ver como a imigração parece ter, e de uma maneira complexa, incentivado e atrapalhado práticas consequentes dos trabalhadores. Claro, havia inúmeros obstáculos, em São Paulo, ao movimento operário organizado; não só a repressão, mas um mercado de trabalho inundado de imigrantes, o que tornava o uso da greve muito difícil como arma. Além disso, os imigrantes formavam grupos bastante divididos, de diferentes origens geográficas; havia hostilidades não só entre portugueses, espanhóis e italianos, mas entre italianos do sul e italianos do Veneto e de outras regiões.

A historiografia mais contemporânea tem destacado muito a questão do pós-abolição, do papel dos negros, da relação dos “nacionais” com os imigrantes. Você não chegou a explorar isso nos seus trabalhos, mas como você vê essa questão?

Pois é. Achei coisas interessantes a esse respeito, mas apenas entrei um pouco nessa questão em dois artigos mais gerais ao abordar os movimentos anti-italianos em São Paulo no começo dos anos 1890.⁵³ A primeira constatação foi que a população negra da cidade de São Paulo não cresceu muito depois da abolição. Se você analisa os recenseamentos de 1886, 1890 e 1893, nos quais a raça era registrada, de fato a população negra não aumentou muito, chegando a 11% em 1893. Mas no grande movimento contra os italianos, dos chamados “jacobinos”, há uma grande presença negra. É possível perceber a continuidade do abolicionismo mais militante em São Paulo, que desembocou no jacobinismo. Há, obviamente, ressentimentos da parte dos ex-escravos e seus descendentes em relação aos italianos que estavam ocupando lugares de trabalho que eles consideravam seus. Ao mesmo tempo, sempre tento me perguntar: que diferença fez essa imigração maciça em São Paulo? Um dos efeitos,

certamente, foi que ela prejudicou seriamente os ex-escravos e seus descendentes. Mas é difícil saber se ela empurrou São Paulo e o Brasil em outras direções que não teriam sido tomadas sem a imigração em grande escala.

O artigo famoso do Bresser Pereira⁵⁴ sobre as origens nacionais dos donos de grandes empresas, supostamente mostrando a importância dos valores “empresariais” de imigrantes no crescimento econômico de São Paulo, é muito discutível. De fato, a composição da população da cidade de São Paulo, em termos de pais ou avós imigrantes, não é muito diferente da amostra dele de empresários de origem estrangeira. Os “brasileiros de duas gerações”, que Bresser argumenta não mostraram as mesmas qualidades de inovação e iniciativa dos imigrantes e seus descendentes, precisam de investigação. Na época da pesquisa de Bresser, esse grupo teria incluído muitos migrantes nordestinos recentes, que, mesmo incorporando as melhores qualidades empresariais, não teriam tido condições de entrar numa amostra da elite empresarial em 1962. E nenhum observador que conheço achava a Itália, Portugal e Espanha, países de origem da imensa maioria dos imigrantes em São Paulo, exatamente paraísos do espírito do capitalismo no fim do século XIX. E há observadores que mencionam, ao menos em relação aos portugueses, que estes seriam muito pouco empresariais, hostis à inovação e um obstáculo ao desenvolvimento. Então, esse tipo de pergunta sobre o efeito de longo prazo da imigração é difícil de responder.

Durante muito tempo as pesquisas sobre história do trabalho diziam estar abordando o Brasil, mas na verdade estavam falando de São Paulo e do Rio. Mais recentemente, com o desenvolvimento da historiografia em outras regiões, podemos ter uma perspectiva mais nacional de fato. Considerando toda a sua pesquisa sobre imigração e movimento operário na Primeira República, você diria que caso de São Paulo é peculiar, no conjunto do país?

Eu diria primeiro que, apesar dessa generalização feita a partir da experiência paulista, acho que São Paulo é, de fato, a grande exceção. Porque em São Paulo havia uma burguesia relativamente consolidada e uma luta de classe clara e explícita, o que não era o caso no grosso do resto do país. Em vários outros lugares, por exemplo, você encontra, nas greves, o governo local e a polícia frequentemente negociando com os grevistas, algo que teria sido quase inconcebível em São Paulo. Não sei até que ponto isso se deveu à imigração, especialmente. Ninguém conseguiu relacionar esses aspectos muito claramente. Há dois argumentos contraditórios sobre a imigração e a industrialização. Há a ideia de que os imigrantes serviram como um exército de reserva propiciando a acumulação, o que não combina muito bem com o

argumento dos imigrantes como consumidores fornecendo o estímulo necessário para o crescimento industrial. Os escravos são notoriamente maus consumidores, é verdade; mas duvido que os colonos dos anos 1890 e começo do século XX tenham estimulado o mercado interno tanto assim. É difícil avaliar isso. A outra questão, que alguém tem de estudar com mais precisão – embora haja um bom artigo do José de Souza Martins⁵⁵ a respeito – está relacionada à existência de uma grande burguesia italiana em São Paulo, o que nos Estados Unidos, por exemplo, teria sido inconcebível no mesmo período. Martins argumenta que, com uma ou outra exceção, esses empreendedores vieram com algum dinheiro ou conexões com interesses estrangeiros (como Matarazzo, por exemplo), o que permitiu investimentos rápidos, especialmente na indústria têxtil. Mas, sem dúvida, é necessário mais pesquisas sobre esse aspecto...

Se a sua hipótese é de que, de uma maneira complexa, a imigração ajudou e dificultou a organização, você consegue ver que tipo de organização poderia estar sendo atrapalhada pela imigração?

Acho que a primeira coisa a constatar é que você não vai encontrar muita experiência industrial ou experiência política anterior em uma imigração incentivada de pessoas desesperadas saindo de regiões rurais. Havia alguns militantes com experiência política na Itália, mas eles eram algumas dúzias numa imigração italiana de quase um milhão de pessoas. Esta é realmente uma questão contrafactual muito difícil. Porque, para os militantes políticos, os ex-escravos e seus descendentes não pareciam um terreno mais promissor politicamente do que os camponeses desesperados vindos do Vêneto.

Sua pesquisa sobre greves de colonos e organização dos trabalhadores rurais na Primeira República, feita em conjunto com Verena Stolcke⁵⁶ e que você já mencionou, possui um certo pioneirismo, pelo menos em termos de historiografia brasileira. Na historiografia internacional há toda uma discussão sobre os *coolies*, levantada em especial pelos historiadores indianos; ou seja, há uma ênfase na análise de formas de relação de trabalho que geram forte dependência, que não são exatamente assalariadas, mas também não são escravas.⁵⁷ O que você acha desse debate? Há autores que chegam a sugerir que os colonos poderiam ser uma espécie de *coolies*. Como você vê isso?

De fato, meu artigo com Verena tinha dois objetivos. O primeiro era o de criticar as interpretações do colonato como algo pré-capitalista ou não capitalista. As relações eram

um pouco específicas de São Paulo no período, é verdade. Sobretudo por causa da presença nas fazendas de terras que não eram propícias para o café, mas podiam ser cedidas para os colonos cultivarem feijão, milho, etc. Assim, os fazendeiros pagavam um salário mais baixo ao disponibilizar para os colonos um terreno sem muito valor econômico para eles próprios. Isso pode soar estranho, mas é totalmente compatível com o capitalismo, assim como outros aspectos, os contratos de um ano, por exemplo. Nada disso era desconhecido para os capitalistas. E a minha impressão é que é difícil negar que os colonos estavam vendendo sua mão de obra no mercado para os fazendeiros. Os termos desse tipo de relação variavam mundialmente. E em São Paulo as condições eram muito desfavoráveis aos trabalhadores. Então os fazendeiros conseguiram impor algumas condições que parecem anomalias no capitalismo. Mas acho que isso é, simplesmente, a consequência da posição de barganha dos dois lados.

O segundo objetivo do artigo era demonstrar a capacidade de resistência dos trabalhadores rurais. Por exemplo, o fracasso dos esquemas de parceria mais cedo, no século XIX, aconteceu por causa da resistência dos parceiros, e não porque os colonos eram a “escória da Europa”, recrutados por agentes pouco escrupulosos etc... Por incrível que pareça, esse era um argumento muito comum na historiografia. Procuramos mostrar que, de fato, apesar de toda uma série de elementos desfavoráveis, os colonos conseguiram impor alguns limites à sua exploração. Claro, isso tem uma certa semelhança com os estudos mais recentes da escravidão, que mostram mecanismos parecidos.

Mas a primeira parte do argumento, de que esses tipos de relações de trabalho são possíveis no capitalismo, é similar ao argumento dos indianos sobre os *coolies*.

Isso é verdade. Mas nós não entramos nisso, por ignorância, na época. Hoje talvez fosse um tema de diálogo, embora minha impressão seja de que os colonos eram bem mais livres que os *coolies*, tanto na teoria como, sobretudo, na prática.

Você acha que a questão do “branqueamento” era central nesse processo?

Minha impressão é que os fazendeiros paulistas teriam contratado trabalhadores azuis ou verdes, de qualquer cor, contanto que fosse factível obrigá-los a recolher o café pelo menor preço possível. Ao mesmo tempo, você tem afirmações, em toda a intelectualidade brasileira do período, de um racismo brutal, e imagino que os fazendeiros compartilhavam

muitos desses preconceitos. Entretanto, quando ficou difícil importar espanhóis e italianos, os fazendeiros simplesmente ignoraram 20 anos ou mais de histeria antiasiática e começaram a importar japoneses em 1908, aparentemente sem muita ginástica mental.

Barbara Weinstein, em seu novo livro, *The color of modernity*,⁵⁸ analisa a construção da identidade regional paulista. Em que medida você acha possível relacionar esse grande processo de imigração europeia e asiática com essa concepção de uma identidade paulista peculiar? Você chegou a pensar um pouco nisso?

Não sei. Peter Eisenberg e eu fizemos um trabalho para um congresso anos atrás, que nunca publicamos, em que queríamos identificar a diferença que a imigração fez em Pernambuco e São Paulo. E chegamos um pouco à conclusão de que é difícil ver a imigração, especificamente, influenciando a história posterior. Esse tipo de questão é complicado porque havia alguns intelectuais, jornalistas, entre outros, na época, expondo argumentos muito explícitos sobre as peculiaridades históricas de São Paulo. Mas o difícil é saber até que ponto essas ideias penetraram no grosso da população de descendentes de italianos e espanhóis em São Paulo. Alguns observadores viam a emergência de uma identidade ítalo-paulista específica nos anos 1920, algo distante da ideologia dominante. Na década posterior, a julgar por Ângelo Trento⁵⁹ e Fábio Bertonha,⁶⁰ o fascismo conseguiu mobilizar uma certa identificação italiana difusa, em São Paulo, mas sem grandes consequências políticas. O Brasil entrou na guerra contra o Eixo sem dificuldades significativas em São Paulo, por exemplo. Uma certa corrente da historiografia sempre insistia na rapidez da assimilação em São Paulo. Há um estudo de José Arthur Rios sobre isso.⁶¹ O que aconteceu em três gerações em outros lugares teria acontecido em duas em São Paulo, segundo Rios. É complicada essa questão. Um dado que se usa muito é o pouco emprego de línguas estrangeiras relatado no recenseamento de 1940. Nesse ano, depois de uma longa campanha contra os “quistos” étnicos não assimilados, podemos imaginar de fato uma certa relutância dos recenseados em se identificar como não assimilados ao agente do governo. Temos, portanto, uma imagem de quase todo mundo falando português. Mas estudos posteriores mostram que o uso de dialetos italianos era bastante comum em grupos específicos de imigrantes, mesmo nos anos 50. É a conclusão, por exemplo, do trabalho do antropólogo italiano Carlo Castaldi.⁶² Por outro lado, supõe-se que haveria menos dificuldade entre os três maiores grupos de imigrantes (isto é, italianos, espanhóis e portugueses), todos falantes de línguas neolatinas

mais ou menos inteligíveis entre si. De qualquer forma, a distância entre o dialeto vênето e o português não é muito maior do que a distância entre o dialeto vênето e o italiano oficial, toscano, que relativiza um pouco o significado do rápido desaparecimento do italiano entre os descendentes dos imigrantes. Os três grupos também compartilhavam de uma difusa cultura católica, mediterrânea. Essa situação de São Paulo era, provavelmente, mais fácil para uma certa integração/assimilação do que a situação norte-americana com grupos extremamente distantes em termos culturais, ou mesmo da Argentina, onde havia um número bem maior de imigrantes da Europa Oriental. Tento deixar essa questão um pouco em aberto, esperando que alguém venha a estudá-la com mais precisão. Seria possível pesquisar, creio (sempre pensei em fazer isso, mas nunca me mobilizei de fato), as certidões de casamento, que indicam a nacionalidade dos pais. Uma estatística sempre citada é a do grande número de italianos casando com brasileiras. Mas desconfio que uma grande parte dessas brasileiras fossem filhas de italianos, o que diminuiria o impacto desse tipo de estatística. Seria útil estudar isso com mais precisão. De qualquer forma, acho que todos esses argumentos sobre o regionalismo, inclusive naquelas pesquisas clássicas de Joe Love, John Wirth e Robert Levine,⁶³ que enfatizam as identidades regionais ao custo de identidades de classe, são bastante problemáticos. Penso que essas abordagens não são incompatíveis. Identificações regionais existem, sem dúvida, e contam na vida de muitas pessoas. Mas a exclusão de outras determinações, como as de classe ou de etnia, me parece um erro.

Uma pergunta que você sempre faz para as pessoas é: por que não houve, de fato, um partido socialista significativo no Brasil na Primeira República?

Olha, eu penso nisso há 30, 40 anos, e nunca cheguei a nenhuma conclusão satisfatória. Acho importante, entretanto, notar que essa não é uma questão normalmente colocada pela historiografia brasileira, mas ela surge em função da história comparada. A comparação óbvia é com a Argentina, onde o Partido Socialista exercia uma influência importante. Sim, a repressão no Brasil foi grande... mas, em comparação com a Argentina, o Brasil não leva nenhum prêmio nessa área. Não se trata de experiência prévia, penso, porque poucos argentinos imigrantes parecem ter chegado com um passado socialista significativo. Dá para formular hipóteses sobre a composição da burguesia, a estrutura da indústria e sobretudo a natureza da classe dominante brasileira na época, mas nunca consegui formular uma interpretação que me convencesse. Estou ainda à procura de uma resposta a essa questão...

Mais recentemente você começou a abordar questões como corporativismo, leis do trabalho, não apenas na Primeira República, mas entrando pelo período Vargas e todo o ambiente intelectual em torno disso. Você foi um dos primeiros historiadores a questionar o senso comum da inspiração fundamental da CLT na *Carta del Lavoro* fascista italiana e procurou entender a lei brasileira numa perspectiva internacional mais ampla. Como você chegou nesse tema?

Eu queria entrar nessa discussão, e nunca o fiz como gostaria. Mas sempre vejo as origens italianas e fascistas da legislação brasileira, o que levanta a questão da persistência aqui desse sistema. No resto do mundo, essas medidas raramente sobrevivem ao fim do ditador que as instalou. Uma investigação mais detalhada deixou evidente que a verdadeira inspiração era mais difusa que a *Carta del Lavoro*. Agora, eu nunca achei a *pistola com fumaça saindo* – *the smoking gun* – para demonstrar a origem do sistema brasileiro no fascismo italiano, porque nunca consegui descobrir detalhadamente como Evaristo de Moraes e Joaquim Pimenta, as pessoas que aparentemente redigiram e inventaram as primeiras medidas corporativistas, agiram dentro do governo Vargas. Evaristo era muito atento a essas questões, mas comentários específicos dele sobre a legislação italiana, eu nunca vi. Outro aspecto incômodo é a existência de um corporativismo de esquerda na época, cujos defensores achavam o corporativismo uma solução para eliminar o que consideravam o desperdício das greves e o caos da luta de classes. Isso parecia fazer um certo sentido numa época em que noções de planejamento econômico e a organização racional do trabalho estavam em voga. Há vários pensadores, especialmente franceses, mas também de outras nacionalidades, que eram ou ainda se consideravam de esquerda e pregavam soluções corporativistas. Mas, realmente, nunca avancei como queria nisso. Há algumas pesquisas mais recentes que vão um pouco nessa direção. Mas acho que ainda resta bastante a fazer. Entretanto, até alguém descobrir a documentação do gabinete de Lindolfo Collor e de outros setores relevantes do Ministério do Trabalho da época, não sei como, no nível muito específico, vamos conseguir responder à questão das origens do corporativismo brasileiro.

Você também tem trabalhado com o tema do “Queremismo” numa perspectiva comparativa...

Ao que me lembre, entrei nisso por uma sugestão de Leslie Bethell.⁶⁴ Ele me falou uma vez da questão que incluía em suas provas de História da América Latina para alunos na Inglaterra, sobre por que as manifestações de 17 de outubro de 1945 na Argentina tiraram Perón da prisão e efetivamente o colocaram no poder, quando exatamente na mesma época o “queremismo”

varguista fracassou no Brasil. A resposta curta para explicar esses dois resultados diferentes é: “porque o movimento sindical argentino tinha muito mais consistência, autonomia e força do que o sindicalismo brasileiro do fim do governo Vargas”. Claro que há outros fatores, como, por exemplo, o desgaste do governo Vargas depois de 15 anos no poder. Ainda estou trabalhando com essa temática, inclusive com considerações sobre os efeitos a médio e longo prazo desses eventos que pretendo incluir em um livro de ensaios que estou preparando.

É visível seu interesse pelos debates metodológicos. Você levanta questões que poderíamos dizer que frequentemente apontam para uma perspectiva de história comparada. Esse seu interesse pela história comparada vem da sua formação inicial? Ou você o desenvolveu posteriormente?

Acho que um pouco as duas coisas. Primeiro, nos Estados Unidos, se trata a América Latina, incluindo o Brasil, como um tipo de bloco, o que acaba levantando questões interessantes da perspectiva comparada, ao mesmo tempo que cria confusões significativas. Por outro lado, a própria profissão, com sua organização disciplinar por áreas geográficas, não incentiva muito as comparações internacionais. Acho que todas as historiografias nacionais tendem a considerar a experiência do seu país como única e peculiar, embora haja uma insatisfação crescente entre os historiadores com esse tipo de abordagem. Há um longo debate nos Estados Unidos sobre sua suposta excepcionalidade. Um debate, aliás, que se dá também em relação à história do movimento operário. Mas por lá a discussão historiográfica caminhou em duas ou três direções. Primeiro, a história do movimento operário americano não é tão distante assim da dos movimentos operários europeus no começo do século XX. Acho que, na verdade, a Alemanha é a grande exceção nesse período, com um forte partido socialista ligado a um poderoso movimento sindical. Há semelhanças, por exemplo, das taxas relativamente baixas de sindicalização no começo do século XX entre a Inglaterra, a França e os Estados Unidos. Uma complicação é que num país muito grande, como os Estados Unidos, as estatísticas nacionais às vezes são um pouco enganadoras. Mas essa convicção de que a experiência nacional é incomparável é quase universal, a meu ver. Examinar isso criticamente me parece uma boa tarefa para os historiadores.

Você entende que existe algum tipo de reflexão mais sistemática sobre como realizar uma história comparada?

Às vezes eu acho que a única coisa interessante que li sobre isso foi um artigo que Marc Bloch publicou no fim dos anos 1920.⁶⁵ O que existe de observações não muito úteis,

nessa área, é considerável. Ultimamente foram publicados estudos mais rigorosos. Nas Ciências Sociais há toda uma série de protocolos, e é muito comum esse tipo de pesquisa. Mas as críticas recentes às comparações que naturalizam o Estado nacional ao tomá-lo como a unidade de comparação quase automática também me parecem muito pertinentes e convincentes. Mas a história comparada é um campo que oferece, pelo menos, sugestões interessantes. Não sei se dá para comprovar muita coisa com comparações, mas elas frequentemente nos ajudam a impedir generalizações insustentáveis. E o que acho mais interessante é que a comparação muitas vezes levanta questões que a historiografia nacional ignora. Essa utilidade das comparações me parece inquestionável.

No mundo todo, os anos 90 assistiram a um forte questionamento da História Social e, em particular, da História Social do Trabalho. Há centenas de debates nesse período, especialmente no mundo anglo-saxão. No entanto, no Brasil, o *linguistic turn* não foi tão influente na área do trabalho. Por quê?

É interessante. Sempre achei que o pós-modernismo não pegou muito no Brasil porque as contradições sociais são tão óbvias – na forma de mendigos infantis batendo na janela do seu carro nos cruzamentos, por exemplo – que era muito difícil interpretar isso como apenas uma construção linguística. [risos] Mas ao mesmo tempo não me parece que a experiência do *linguistic turn* fosse totalmente negativa. Certamente os historiadores, hoje em dia, têm muito mais sensibilidade para questões da linguagem do que tinham 30 ou 40 anos atrás.

No nosso campo há toda essa discussão contemporânea sobre *Global Labour History*, História Global do Trabalho, toda uma crítica ao nacionalismo metodológico. Você já mencionou rapidamente que considera essa crítica algo interessante, mas como você avalia especificamente todo esse debate? Particularmente, como você vê o Brasil dentro desse debate?

Penso que a primeira questão é a dificuldade de fazer *Global Labour History* segundo os cânones da historiografia. Se os historiadores valorizam o contato com fontes primárias e uma certa sensibilidade para a mudança no tempo, muitos estudos nessa perspectiva me parecem ser bastante atemporais. Além disso, dominar a historiografia de um país é complicado – imaginem de três ou quatro, mesmo com línguas que o historiador consegue ler. Então mantenho uma atitude agnóstica em relação a certas formulações da história global. Acho extremamente interessante, estimulante, mesmo chegando às vezes a conclusões bastante esperadas, com

afirmações que não inovam enormemente. E os estudos mais convincentes me parecem ser os mais específicos. Talvez seja mais útil em algumas áreas, como nos estudos da escravidão, embora eu seja muito cético quanto à existência de uma entidade chamada a escravidão brasileira, que começaria muito antes da existência do Estado brasileiro, duraria séculos, sobre um território imenso, e ao mesmo tempo teria qualidades suficientemente diferentes da experiência em outros lugares para justificar o uso do objeto “a escravidão brasileira”. O mesmo se poderia dizer de um objeto chamado “o movimento operário brasileiro na Primeira República”, com características homogêneas apesar das imensas variações. De toda forma, confesso, estou menos entusiasmado do que algumas pessoas com a História Global do Trabalho. Ao mesmo tempo, a perspectiva comparada sempre me parece útil, sobretudo como uma maneira de criticar o provincianismo das historiografias nacionais. Penso que a utilidade desse tipo de perspectiva vai variar um pouco, dependendo do tipo de questão que você quer estudar. Um problema para as pesquisas de história global no Brasil é o fato de que o número de brasileiros que trabalha com tópicos não brasileiros, na historiografia pelo menos, é muito pequeno. Eu tive três bons orientandos argentinos. Mas isso foi muito mais em função do desastre das universidades argentinas nos anos 70 e 80 do que qualquer outra coisa. Mas acho que conhecer Norberto Ferreras,⁶⁶ Dora Barrancos⁶⁷ e Andreas Doeswijk⁶⁸ foi útil para os nossos alunos. Sempre acho que deveríamos ter incentivado um maior intercâmbio com a América Latina. Por outro lado, certamente, a historiografia brasileira, mesmo se restringindo a uma história muito especificamente brasileira, agora está sendo escrita com perspectivas internacionais muito mais amplas e profundas do que 20 anos atrás, o que é um avanço inquestionável.

Uma questão mais específica sobre o mundo da academia, já que você viveu as mudanças do mundo universitário brasileiro desde os anos 70, e, pela sua própria trajetória, você tem condição de colocá-las numa perspectiva mais global. Na sua trajetória, percebemos uma forte ênfase na importância de uma certa infraestrutura para a pesquisa na universidade: bibliotecas, arquivos, etc. Como você avalia os últimos anos da academia brasileira e uma certa tendência ao que poderíamos chamar de produtivismo, o que muitos chamam ironicamente de “geração Lattes”, em comparação com um período anterior em que o tempo da produção era mais longo? Como você avalia isso, pensando na sua experiência no Brasil?

O que mais me impressiona, obviamente, é a enorme expansão das universidades e, certamente, a profissionalização entre os historiadores. Isso é inquestionável. Agora, acho

lamentável a incorporação de padrões de mensuração acadêmica que vêm basicamente das ciências exatas. Meu exemplo predileto é a Fapesp, exigindo, no caso de subsídio para o livro de um ex-orientando (portanto uma pessoa com quem o orientador não tem mais relação institucional), que o dinheiro viesse para a conta do orientador. Minha teoria é que isso tem a ver com o catolicismo, que nunca incentivou exatamente contatos diretos entre fiéis e Deus e, assim, usa uma série de categorias intermediárias – sacerdotes, santos, anjos etc. Os ex-orientandos e o orientador (agora canonizado) estariam, portanto, nessa situação ao lidar com o Deus, no caso, a Fapesp... [risos] Mas, de fato, o problema está na aplicação do modelo das ciências exatas, onde as relações são significativamente diferentes. O orientador, nas exatas, muitas vezes define o tema de pesquisa do aluno e até publica os resultados com o nome dele no artigo [risos]. Esse mesmo sistema também valoriza uma série de exigências. Por exemplo, acho estranhíssimo valorizar tanto, especialmente para historiadores no Brasil, a publicação em inglês. Pelo contrário, os historiadores estrangeiros especialistas em Brasil fazem questão de tentar conseguir publicar seus livros em português, porque o público, para obras sobre a História do Brasil, está aqui. De certa forma, o Brasil está incorporando os piores elementos do sistema norte-americano.

Uma última questão. Um balanço da historiografia social do trabalho no Brasil – da qual você foi um dos protagonistas – nas últimas quatro décadas indica uma mudança na visão do papel dos trabalhadores e dos grupos subalternos em geral na história do país. Poderíamos dizer talvez que, de uma visão profundamente pessimista sobre o papel dos trabalhadores na história, passamos a ter uma visão mais “otimista”, que valorizou a participação e a ação desses setores sociais. E essa visão “otimista” estava implicitamente vinculada a determinadas visões e posições políticas, que parecem estar em crise profunda neste momento. Como você vê o futuro da história social do trabalho no Brasil e quais os principais desafios que teremos de enfrentar numa conjuntura que parece ser a mais adversa dos últimos 30 anos?

Acho isso relativo. Ao que vejo, por exemplo, a guinada à direita nos Estados Unidos nas últimas décadas não teve consequências fatais, nem necessariamente muito graves, para a historiografia social desse tipo naquele país. Talvez haja uma distância maior entre o momento político e o trabalho dos historiadores do que a pergunta sugere. Mas historiadores são pessimistas profetas. É fácil, em junho de 2016, exagerar um pouco as consequências perniciosas da conjuntura para o nosso trabalho. De qualquer forma, a legitimação da história do trabalho e

dos trabalhadores como um campo autêntico e significativo dentro da historiografia brasileira é um grande avanço. Os trabalhos produzidos nos últimos anos, rigorosos, com forte base empírica, me parecem impressionantes por qualquer padrão. O uso de novas fontes – História Oral, arquivos patronais e policiais, por exemplo – permitiu um aprofundamento dos trabalhos que teria sido difícil de imaginar algumas décadas atrás.

Em termos de desafios, minhas sugestões sobre pesquisas futuras tendem a ser bastante específicas. Por exemplo, o alargamento da atenção dos historiadores para categorias geralmente ignoradas – as lutas de trabalhadores rurais, para citar um caso bastante óbvio, seria importante. E qualquer esforço para derrubar divisões arbitrárias na historiografia seria bem vindo: trabalho escravo/trabalho livre, história do trabalho/história da imigração seriam duas das mais evidentes separações desse tipo. No meu campo de estudos específico, é curiosa a falta de informação sobre o movimento operário de São Paulo nos anos 1920. Às vezes parece que os historiadores que começam seus trabalhos com o fim do século XIX acabam cansando e parando por volta de 1917 ou 1920, enquanto outros historiadores começam rigorosamente em 1930. Uma lista bastante arbitrária de outros estudos que eu gostaria de ler vai incluir uma história interna das medidas trabalhistas dos anos 1930 e uma avaliação do significado da imigração subsidiada para os próprios imigrantes. É apenas coincidência que grupos que se saíram notoriamente bem em São Paulo – sírios e libaneses, judeus, armênios – não vieram com a passagem paga e não passaram pelas fazendas?

Outros tópicos poderiam ser os efeitos nos países europeus do retorno do Brasil de uma parte significativa dos seus imigrantes, ou a construção em São Paulo, entre grupos claramente divididos por classe e origem regional, de noções de “comunidades” ou “colônias”, supostamente homogêneas e externamente delimitadas, que viraram, nessas interpretações, atores coletivos com objetivos comuns. Neste caso, há uma visão ideal sustentada por certos membros da categoria confundida com o que efetivamente se passou entre os imigrantes, e tudo isso merece mais atenção dos historiadores.

E, por último, eu gostaria de ver mais estudos das vidas transnacionais de imigrantes. É verdade que agora temos bons livros tratando de alguns líderes militantes de origem estrangeira que atuaram em vários países, mas precisamos de mais. Por exemplo, seria ótimo poder ler um estudo sobre a carreira brasileira de Antun Saadeh, que praticamente inventou o estado da Síria durante os anos que passou em São Paulo nas décadas de 1920 e 1930 (quando a França governava os ex-territórios otomanos do Líbano e Síria). Existe uma certa literatura disponível em inglês e francês que trata de Saadeh (um personagem altamente controverso por vários motivos), embora os autores estejam preocupados com os escritos de Saadeh sobre o Oriente Médio e não com suas experiências na emigração.⁶⁹ Há uma edição das obras de

Saadeh publicada em Beirute em 16 volumes (e mais quatro de correspondência), obviamente em árabe. Tanto Antun quanto o pai dele participaram intensamente dos debates animados conduzidos na imprensa de língua árabe de São Paulo e de Buenos Aires. O que sobreviveu desses jornais e revistas é uma incógnita, mas nunca vi nada desse tipo em nenhuma coleção pública em São Paulo. Há referências, por exemplo, a um artigo publicado por Saadeh numa revista de Beirute sobre a Revolução de 1930 no Brasil, que deveria ser, no mínimo, uma curiosidade. A capa de uma biografia recente⁷⁰ mostra Saadeh por volta de 1926 no Belvedere do Parque Trianon na Avenida Paulista, demolido para a construção do MASP. Na foto ele está olhando a cidade com um ar pensativo. O que será que passava pela sua cabeça?

NOTAS

1 Henry Wallace (1888-1965) foi vice-presidente dos EUA entre 1941 e 1945, no governo de Franklin Roosevelt. Favorável ao *New Deal*, ao fim da segregação e a relações mais amenas com a URSS, foi preterido pelo Partido Democrata nas eleições de 1944 em favor de Harry Truman. Em 1948 disputou as eleições presidenciais pelo Partido Progressista, mas não teve êxito.

2 Iniciada no governo Kennedy no começo dos anos 1960, logo após a Revolução Cubana, e estendendo-se por cerca de uma década, a Aliança para o Progresso foi um programa dos EUA destinado a fomentar o desenvolvimento dos países latino-americanos, visto pelos estadunidenses como fundamental para conter o avanço do comunismo na região.

3 Ex-diretor do Center for Latin American and Caribbean Studies (University of Illinois) e autor de diversos livros sobre o Brasil, entre eles *A locomotiva: São Paulo na Federação Brasileira* (Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982).

4 Historiador especialista em história do Brasil, conhecido por suas pesquisas sobre o catolicismo, destacando-se *Milagre em Joazeiro* (3ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2014).

5 Autor de *Burocracia e sociedade no Brasil colonial* (São Paulo: Perspectiva, 1979) e de vários outros livros.

6 Autor de diversos estudos sobre a América Latina e o Brasil, entre outros *An introduction to Brazil* (New York: Columbia University Press, 1963).

7 Autor de *Padrões raciais nas Américas* (Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967) e outros estudos.

8 Dirigido por Philippe de Broca e lançado em 1964, *O homem do Rio (L'Homme de Rio)* tinha diversas cenas filmadas no Rio de Janeiro, Brasília e Amazônia.

9 Dirigido por Marcel Camus e lançado em 1959, *Orfeu Negro (Orphée Noir)* tinha como cenário uma favela carioca. A trilha sonora era de Tom Jobim e Luis Bonfá.

10 Ver Michael Hall, *Attitudes toward immigration in the Brazilian Empire, 1822-1889* (Master of Arts Thesis. New York: Columbia University, 1965).

11 Ver José Honório Rodrigues, Os estudos brasileiros e os *brazilianists*, *Revista de História*, vol. 54, n. 107, 1976.

- 12** Agência dos EUA dedicada à diplomacia pública.
- 13** Autor de *The Brazilian corporative state and working-class politics* (Berkeley and Los Angeles: University of California Press, 1977).
- 14** Além de suas muitas publicações sobre a História brasileira, entre as quais *Modernização sem mudança: a indústria açucareira de Pernambuco, 1840-1910* (Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977), originalmente apresentada como tese de doutorado na Columbia University, Eisenberg teve importante papel, nos anos 1970 e 1980, na implantação do Programa de Pós-Graduação em História da Unicamp.
- 15** Fundada em 1920 e sediada em Nova York, trata-se de uma organização não partidária e sem fins lucrativos cuja atuação se concentra na defesa de direitos e liberdades individuais.
- 16** Professor de Ciência Política na Unicamp e posteriormente na USP (onde atuou na fundação do Núcleo de Estudos da Violência) e em outras universidades no exterior. Atualmente é membro do Alto Comissariado para os Direitos Humanos da ONU.
- 17** Autor de *Anarquistas e comunistas no Brasil, 1900-1935* (Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1973);
- 18** Professor do Departamento de História da Unicamp do começo dos anos 1980 até 2002, quando assumiu o cargo de assessor especial da Presidência da República. Autor de textos sobre, entre outros temas, a história da esquerda, intelectuais e o movimento operário brasileiro.
- 19** Zeferino Vaz foi reitor da Unicamp entre 1966 e 1978.
- 20** Professora de Ciência Política com doutorado pela Stanford University.
- 21** As atas do congresso saíram em dois volumes, organizados por Paulo Sérgio Pinheiro: *O Estado autoritário e os movimentos populares* (Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980) e *Trabalho escravo, economia, e sociedade* (Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983).
- 22** Nos anos 1980, foi professor de Sociologia na USP. Autor de *Quando novos personagens entraram em cena: experiências e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo (1970-1980)* (Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988). Faleceu em 1988.
- 23** Docente do Departamento de Sociologia da USP. Escreveu, especialmente nos anos 1980 e 1990, diversos textos sobre os trabalhadores brasileiros.
- 24** Docente do Departamento de Sociologia da USP. Assim como Eder Sader e Maria Célia Paoli, produziu influentes estudos sobre os movimentos sociais brasileiros dos anos 1970 e 1980.
- 25** Fundado em 1976, o Centro de Estudos de Cultura Contemporânea (Cedec) reúne pesquisadores de diferentes disciplinas e em seus primeiros anos produziu inúmeros trabalhos sobre os novos movimentos sociais.
- 26** Socióloga, docente da Faculdade de Educação da USP.
- 27** Cientista político, ex-docente da USP e autor de diversos livros, destacando-se sua produção sobre o populismo. Foi ministro da Cultura no governo Fernando Henrique Cardoso.
- 28** Ver Silvia Magnani, *O movimento anarquista em São Paulo* (São Paulo: Brasiliense, 1982).
- 29** Ver Michael Hall, *Immigration and the early São Paulo working class, Jahrbuch fuer Geschichte von Staat, Wirtschaft und Gesellschaft Lateinamerikas*, v. 12, 1975.

30 Michael Hall e Paulo Sérgio Pinheiro, *Alargando a história da classe operária: organização, lutas e controle, Remate de Males*, n. 5, 1985.

31 O historiador estadunidense Herbert Gutman escreveu o clássico *The black family in slavery and freedom: 1750-1925* (New York: Pantheon, 1975), obra importante na renovação da História Social do Trabalho nos EUA. Especialmente sobre a História do Trabalho, Gutman publicou *Work, culture and society in industrializing America: essays in American working-class and social history* (New York: Knopf, 1978) e *Power and culture: essays on the American working class* (New York: New Press, 1987).

32 Hill foi um dos membros do Grupo de Historiadores do Partido Comunista da Grã-Bretanha. Algumas de suas obras, como *O mundo de ponta-cabeça: ideias radicais durante a Revolução Inglesa de 1640* (São Paulo: Companhia das Letras, 1987), tornaram-se referências obrigatórias para os praticantes da “história vista de baixo”.

33 Antropóloga, é professora emérita do Departamento de Antropologia Cultural e Social da Universidade Autônoma de Barcelona. Foi professora na Unicamp nos anos 1970. É autora de *Cafeicultura: homens, mulheres e capital, 1850-1980* (São Paulo: Brasiliense, 1986).

34 Michael Hall e Paulo Sérgio Pinheiro, *A classe operária no Brasil: 1889-1930*, v. 1, *O movimento operário* (São Paulo: Alfa-Ômega, 1979) e v. 2, *Condições de vida e de trabalho, relações com os empresários e o Estado* (São Paulo: Brasiliense/Campinas: Funcamp, 1981).

35 *História das lutas sociais no Brasil* (São Paulo: Edaglit, 1962)

36 *Sindicato e Estado* (São Paulo: Dominus, 1966).

37 Verena Stolcke e Michael Hall, Introdução do trabalho livre nas fazendas de café de São Paulo, *Revista Brasileira de História*, n. 6, 1983.

38 Autor, entre outros livros, de *Os últimos anos da escravidão no Brasil, 1850-1888* (Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975).

39 Michael Hall and H. Spalding, The urban working class and early Latin American labour movements, 1880–1930, in *Cambridge History of Latin America*, v. 4 (Cambridge: Cambridge University Press, 1986).

40 Historiador estadunidense falecido em 2011, considerado um dos fundadores da nova história do trabalho em seu país. Autor de *Workers’ control in America: studies in the history of work, technology, and labor struggles* (New York: Cambridge University Press, 1979). Foi professor da Universidade de Yale.

41 Historiadora estadunidense especialista em América Latina. Publicou diversos textos sobre o Brasil, entre eles *(Re)formação da classe trabalhadora no Brasil (1920-1964)* (São Paulo: Cortez, 2000). Atualmente é professora da Universidade de Nova York.

42 Historiador britânico especialista em América Latina, sobretudo em peronismo, escreveu entre outros livros *Resistance and integration: peronism and the Argentine working class, 1946-1979* (Cambridge: Cambridge University Press, 1988). Atualmente é professor da Universidade de Indiana.

43 Robert Slenes, professor do Departamento de História da Unicamp, autor de *Na senzala, uma flor: esperanças e recordações na formação da família escrava (Brasil Sudeste, século XIX)* (Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999).

44 Sílvia Hunold Lara, professora do Departamento História da Unicamp. Um de seus livros recentes é *Fragmentos setecentistas: escravidão, cultura e poder na América Portuguesa* (São Paulo: Companhia das Letras, 2007).

- 45** Sidney Chalhoub é, desde 2015, professor da Universidade de Harvard nos Estados Unidos. Foi professor do Departamento de História da Unicamp, e é autor, entre vários outros livros, de *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte* (São Paulo: Companhia das Letras, 1990).
- 46** Maria Clementina Pereira Cunha, professora do Departamento de História da Unicamp e autora, entre outros livros, de *Carnavais e outras f(r)estas* (Campinas: Editora da Unicamp, 2002).
- 47** Professor do Departamento de História da Unicamp e autor de diversos textos sobre o movimento operário brasileiro, especialmente o da Primeira República, incluindo sua tese de doutoramento *Le syndicalisme "amarlo" à Rio de Janeiro (1906-1930)* (Paris: Université Paris 1, 1986).
- 48** E. P. Thompson, A economia moral da multidão inglesa no século XVIII, in *Costumes em comum* (trad. Rosaaura Eichenberg. São Paulo: Companhia das Letras, 1998). Nos anos 1980, a versão mais utilizada no Brasil era La economía 'moral' de la multitud en la Inglaterra del siglo XVIII, in *Tradición, revuelta y consciencia de clase* (Barcelona: Crítica, 1979).
- 49** *A multidão na história* (Rio de Janeiro: Campus, 1991), que circulava no Brasil desde os anos 1970 em espanhol: *La multitud en la historia* (Buenos Aires: Siglo Veintiuno, 1971).
- 50** Eighteenth-century English society: class struggle without cass?, *Social History*, v. 3, n. 2, 1978. Nos anos 1980, a versão mais utilizada no Brasil era La sociedad inglesa del siglo XVIII: ¿Lucha de clases sin clases?, in *Tradición, revuelta y consciencia de clase* (Barcelona: Crítica, 1979).
- 51** Boris Fausto, *A Revolução de 1930* (São Paulo: Brasiliense, 1970).
- 52** Mauricio Font, *Coffee and transformation in São Paulo, Brazil* (Lanham, Maryland: Lexington Books, 2010), p. 142-144.
- 53** Michael Hall, Imigrantes na cidade de São Paulo in Paula Porta (org.), *História da cidade de São Paulo*, vol. III (São Paulo: Paz e Terra, 2004) e Entre a etnicidade e a classe em São Paulo, in Maria Luiza Tucci Carneiro, Frederico Croci e Emilio Franzina (orgs), *História do trabalho e histórias da imigração* (São Paulo: Edusp, 2010).
- 54** Luiz Carlos Bresser Pereira, Origens étnicas e sociais do empresário paulista, *Revista de Administração de Empresas*, vol. 4, 1964.
- 55** José de Souza Martins, Empresários e trabalhadores de origem italiana no desenvolvimento industrial brasileiro entre 1880 e 1914: o caso de S. Paulo, *Dados*, vol. 24, nº 2, 1981.
- 56** Verena Stolcke e Michael Hall, A introdução do trabalho livre nas fazendas de São Paulo, *Revista Brasileira de História*, n. 6, 1983.
- 57** Ver, entres outros, o influente e controverso artigo de Gopalan Balachandran, Making coolies, (un)making workers: "globalizing" labour in the late-19th and early-20th centuries, *Journal of Historical Sociology*, 24: 3 (2011)
- 58** Barbara Weinstein, *The color of modernity: São Paulo and the making of race and nation in Brazil* (Durham: Duke University Press, 2015).
- 59** Angelo Trento, 'Donde haya un italiano, allí estará la bandera tricolor': la penetración del fascismo entre los emigrantes en el Brasil, in Eugenia Scarzanella (org.), *Fascistas en América del Sur* (Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2007).
- 60** João Fabio Bertonha, *O fascismo e os imigrantes italianos no Brasil* (Porto Alegre: Edipucrs, 2001).

- 61** Jose Arthur Rios, *Aspectos políticos da assimilação do italiano no Brasil* (São Paulo: Fesp, 1959).
- 62** Carlo Castaldi, O ajustamento do imigrante à comunidade paulistana: estudo de um grupo de imigrantes italianos e de seus descendentes, in Bertram Hutchinson (org.), *Mobilidade e trabalho* (Rio de Janeiro: Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, 1960).
- 63** Joseph Love, *A locomotiva: São Paulo na federação brasileira: 1889-1937* (Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982); John Wirth, *O fiel da balança: Minas Gerais na federação brasileira (1889-1937)* (Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982); e Robert Levine, *A velha usina: Pernambuco na federação brasileira (1889-1937)* (Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980).
- 64** Historiador inglês, organizador da *Cambridge History of Latin America*.
- 65** Marc Bloch, Pour une histoire comparée des sociétés européennes, *Revue de Synthèse Historique*, 46, 1928.
- 66** Norberto Ferreras, *O cotidiano dos trabalhadores de Buenos Aires (1990-1920)* (Niterói: EdUff, 2005).
- 67** Dora Barrancos, *La escena iluminada: ciências para trabajadores, 1890-1930* (Buenos Aires: Plus Ultra, 1996).
- 68** Andreas Doeswijk, *Los anarco-bolcheviques rioplatenses, 1917-1930* (Buenos Aires: CEDINCL, 2013).
- 69** Fouzieh Alchegahz Alfrihat, *La conception de l'état et les fondements du pouvoir selon Antun Saadeh*, Thèse de Doctorat (Paris: Université Paris X, 1995).
- 70** Salim Mlujais, *Antun Saadeh: a biography* (Beirute: Kutub, 2004).

TESES E DISSERTAÇÕES
DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM HISTÓRIA, POLÍTICA E BENS CULTURAIS
(PPHPBC) DO CPDOC/FGV DEFENDIDAS
EM 2016

O JOGO DA DISTINÇÃO: C. A. PAULISTANO E FLUMINENSE F. C.: UM ESTUDO DAS IDENTIDADES CLUBÍSTICAS DURANTE A FASE AMADORA DO FUTEBOL EM SÃO PAULO E NO RIO DE JANEIRO (1902-1933)

RENATO LANNA FERNANDEZ

Data da defesa: 29/04/2016 – Doutorado

Banca: Bernardo Borges Buarque de Hollanda (orientador), Américo Oscar Guichard Freire (CPDOC/FGV), Vivian Luiz Fonseca (CPDOC/FGV), Marcelino Rodrigues da Silva (UFMG), Victor Andrade de Melo (UFRJ)

Resumo: O trabalho investiga o processo de formação de identidades clubísticas durante a fase amadora do futebol brasileiro (1902 – 1933), tendo por foco os casos do C. A. Paulistano e do Fluminense F. C. Tal construção identitária costuma atribuir a estes clubes a marca da elitização calcada na distinção e no refinamento. Ao aprofundar e ao matizar essa versão consagrada pelo memorialismo esportivo, pretende-se analisar a história dessas duas agremiações durante os anos iniciais do desenvolvimento do futebol nas cidades do Rio de Janeiro e São Paulo, com destaque para a relação do esporte com o desenvolvimento das duas cidades. Para a demonstração de nosso argumento central, levantamos os aspectos sociais, econômicos, políticos e culturais que podem ser considerados fundamentais na construção da imagem de distinção atribuída tanto ao Fluminense quanto ao Paulistano. Com o emprego do método comparativo, buscamos apontar as semelhanças e diferenças na história desses clubes, tendo como pressupostos teóricos os trabalhos de Bourdieu sobre a distinção, de Hobsbawm e Ranger sobre a invenção das tradições e de Halbwachs sobre a memória coletiva. Junto aos acervos documentais das duas instituições examinadas, utilizamos como fontes a documentação produzida pelos clubes no período e os periódicos da época. Procuramos demonstrar, através dos relatos memoriais produzidos por escritores, dirigentes e ex-atletas, a perpetuação de uma série de valores simbólicos e de tradições que associaram o Paulistano e o Fluminense a um espaço de distinção e refinamento que se reproduziu ao longo das gerações e que permanece no imaginário esportivo até os dias atuais.

DAS “BELEZAS QUE EMANAM DOS JARDINS SUSPENSOS DE IPANEMA E COPACABANA”: POLÍTICAS GOVERNAMENTAIS, DEMANDAS POR MEMÓRIA E PRODUÇÃO DO ESPAÇO NO MUSEU DE FAVELA DO PAVÃO-PAVÃOZINHO E CANTAGALO

ALINE DOS SANTOS PORTILHO

Data da defesa: 02/05/2016 – Doutorado

Banca: Luciana Heymann (orientadora), Leticia Carvalho de Mesquita Ferreira (CPDOC/FGV), Mariana Cavalcanti Rocha dos Santos (IESP/UERJ), Mario Grynzspan (UFF) e Myrian Sepulveda dos Santos (UERJ)

Resumo: O foco central da tese é a análise sobre a sistematização e uso da memória nas favelas Pavão-Pavãozinho e Cantagalo, localizadas na Zona Sul da cidade do Rio de Janeiro, e a institucionalização dessas memórias no Museu de Favela (MUF). Procuro investigar como se estruturam políticas governamentais em torno da categoria “museologia social” que possibilitam a realização de projetos mobilizando demandas por visibilidade e reconhecimento. Tais demandas são encampadas por sujeitos que compõem segmentos marginalizados da sociedade e têm como objeto principal a publicização de memórias das favelas. Problematico as estratégias utilizadas pelos agentes para realizar ações que têm a memória como “legado” de projetos de intervenção urbana, além de analisar suas maneiras de produzir novos significados e práticas no espaço da favela.

DA FAVELA AO CONJUNTO: A TRAJETÓRIA DA CCPL ENTRE O ABANDONO, A REMOÇÃO E A URBANIZAÇÃO

DANIELA GUEDES ROCHA

Data da defesa: 12/05/2016 – Doutorado

Banca: Mariana Cavalcanti (orientadora), Luciana Quillet Heymann (CPDOC/FGV), Américo Oscar Freire (CPDOC/FGV), Orlando Santos Junior (IPPUR/UFRJ) e Mario Brum (FEBF/UERJ)

Resumo: O projeto elaborado no âmbito do PAC Favelas para a favela da CCPL, em Benfica, possuía um caráter peculiar que se tornou o principal objeto de análise desta tese,

relacionado ao fato de que os moradores removidos seriam mantidos, em sua maioria, no mesmo terreno de suas moradias originais. Esta particularidade se contrapõe a projetos colocados em prática nas décadas de 1960 e 1970, e a planos atuais realizados na cidade do Rio de Janeiro, em que os moradores removidos são deslocados para grandes distâncias. O trabalho de campo se desenvolveu de 2009 a 2015, com o acompanhamento desde o anúncio das obras até a inauguração do conjunto habitacional. As trajetórias dos moradores mostraram que a localização da CCPL era essencial para o seu cotidiano, o que conferia importância à sua manutenção naquele mesmo lugar. No decorrer da pesquisa, no entanto, o processo de retirada dos moradores mostrou-se semelhante a um processo de remoção, com as inseguranças que este acarreta.

NITERÓI OPERÁRIO: TRABALHADORES, POLÍTICA E LUTAS SOCIAIS NA ANTIGA CAPITAL FLUMINENSE (1942-1964)

LUCIANA PUCU WOLLMANN DO AMARAL

Data da defesa: 23/05/2016 – Doutorado

Banca: Paulo Roberto Ribeiro Fontes (orientador), Angela Maria de Castro Gomes (PPHPBC/ FGV e UNIRIO), Antonio Luigi Negro (UFBA), Alexandre Fortes (UFRRJ) e Noberto Ferreras (UFF)

Resumo: A tese tem como objetivo analisar os trabalhadores e trabalhadoras urbanos (sobretudo fabris) da cidade de Niterói entre os anos de 1942 e 1964. É nosso interesse aqui identificar suas formas de luta, os aspectos da sua atividade sindical, as características do mercado de trabalho no qual estavam inseridos e o modo como ocupavam a cidade e interagiam com ela. Tendo ocupado o posto de capital do estado do Rio de Janeiro até a fusão desse estado com antiga Guanabara em 1975, Niterói acabou concentrando em seu território uma grande quantidade de comitês municipais e estaduais de partidos políticos, além de reunir sindicatos de âmbito estadual e sedes de federações de trabalhadores de diferentes categorias. Vizinha da cidade do Rio de Janeiro, então capital federal, Niterói não apenas sentiu de perto o “calor” dos principais acontecimentos políticos que ocorriam no país naquele período, como também foi “termômetro” das lutas que se processavam no cenário nacional no período pré-1964.

UMA NOVA POLÍCIA, UM NOVO POLICIAL: UMA BIOGRAFIA INTELLECTUAL DO CORONEL CARLOS MAGNO NAZARETH CERQUEIRA E AS POLÍTICAS DE POLICIAMENTO OSTENSIVO NA REDEMOCRATIZAÇÃO FLUMINENSE (1983-1995)

BRUNO MARQUES SILVA

Data da defesa: 19/08/2016 – Doutorado

Banca: Américo Oscar Guichard Freire (orientador), Angela Moreira Domingues da Silva (CPDOC/FGV), Ludmila Mendonça Lopes Ribeiro (UFMG), Adriana Barreto de Souza (UFRRJ) e Jorge Luiz Ferreira (UFF)

Resumo: A tese propõe uma análise biográfica do coronel PM Carlos Magno Nazareth Cerqueira, com um recorte profissional e intelectual de sua trajetória. Seu nome representou uma das expressões intelectuais mais importantes de um grupo de oficiais “reformistas” engajados nas reformas implementadas na Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro (PMERJ) nos governos de Leonel Brizola (1983-95). Atentos às novas estratégias internacionais de policiamento, esses novos gestores, comandados por Nazareth Cerqueira, redefiniram o papel da corporação a partir de conceitos como prevenção, integração comunitária e legalidade, encarando a Polícia Militar como um “serviço público”. O comandante-geral da PMERJ tentou construir um novo marco regulatório na administração da segurança pública no estado do Rio de Janeiro e, em especial, do trabalho policial ostensivo. Ao buscar a adequação entre a atividade policial e os objetivos das comunidades, Cerqueira combateu as tradicionais políticas de controle social, oferecendo contornos institucionais concretos ao discurso brizolista dos direitos humanos. Essa empreitada política teve como um de seus maiores desafios a redisciplinarização da própria polícia. Seu comando, ao ensaiar o modelo comunitário de policiamento no Rio de Janeiro, constituiu-se numa importante contribuição dos governos pedetistas para a redemocratização brasileira nas décadas de 1980 e 90. Os projetos e ideias do coronel Cerqueira são fundamentais para a compreensão das permanências e transformações no tratamento da segurança pública. Recupero sua significativa contribuição no campo das ideias e das disputas políticas a partir, sobretudo, dos conceitos e métodos oferecidos pela História Política e pela História Intelectual.

DO IMPÉRIO À REPÚBLICA: A VIDA POLÍTICA NO MUNICÍPIO DE BARRA MANSA

ANDRÉ LUIZ FARIA COUTO

Data da defesa: 23/08/2016 – Doutorado

Banca: Américo Oscar Guichard Freire (orientador), Lúcia Maria Lippi Oliveira (PPHPBC/FGV), Marieta de Moraes Ferreira (PPHPBC/FGV e IH/UFRJ), Cláudia Maria Ribeiro Viscardi (UFJF) e Surama Conde de Sá Pinto (UFRRJ)

Resumo: A tese focaliza a vida política no município de Barra Mansa (RJ), e de forma mais geral no Médio Vale do Paraíba fluminense, no período que se estende das duas últimas décadas do Império até o final da Primeira República, em 1930, período marcado na região pelo declínio da lavoura cafeeira, que ali atingira seu auge no terceiro quartel do século XIX, e por sua decorrente reconfiguração econômica, com o desenvolvimento da pecuária e o surgimento das primeiras unidades industriais de grande porte. O trabalho procurou abordar diferentes aspectos da realidade política regional, tais como: as características essenciais das instâncias de poder municipal, a composição social da elite política local, a extensão da participação eleitoral e o significado das eleições, o papel da imprensa e de outras instituições no jogo político, os principais temas presentes no debate. O trabalho pretendeu também confrontar a realidade política do Vale com as linhas de interpretação teórica dominantes na historiografia brasileira sobre o Império e a Primeira República, com especial interesse na investigação sobre a validade do conceito de coronelismo para aquele contexto. Foi de particular interesse, nesse sentido, a identificação e análise dos níveis de competição intra-oligárquica ali presentes.

POLÍTICAS PÚBLICAS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA: UM ESTUDO SOBRE O PROGRAMA BOLSA-FAMÍLIA NA FAVELA DO PAVÃO-PAVÃOZINHO NO RIO DE JANEIRO

MICHELE DE LAVRA PINTO

Data da defesa: 02/09/2016 – Doutorado

Banca: Dulce Pandolfi (orientadora), Marco Aurélio Vannucchi Leme de Mattos (CPDOC/FGV), Luiz Antonio Machado da Silva (IESP/UERJ), Lucia Muller (PUC-RS) e Fernando Rabossi (IFCS/UFRJ)

Resumo: O Programa Bolsa Família (PBF) tem mais de dez anos de existência e, durante esse período, tornou-se o principal programa de transferência de renda do Governo Federal com vistas ao combate à pobreza. Nesse contexto, a tarefa realizada pela gestão municipal do programa mostra-se relevante, uma vez que é ela a responsável por cadastrar, orientar e acompanhar as famílias beneficiárias. Tendo isso em vista, o objetivo central da tese é compreender as dinâmicas e as relações que aconteciam na “ponta” da gestão municipal do PBF em um grande centro urbano no período de 2012 a 2015. O foco da análise recai, assim, sobre os beneficiários do programa e sua relação com os agentes sociais responsáveis por implementar essa política pública. Para tanto, foi realizada uma etnografia em uma favela da Zona Sul da cidade do Rio de Janeiro, observando, sobretudo, os moradores beneficiários e os atendimentos no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) – um dos responsáveis pela execução do programa no âmbito municipal. Buscou-se com isso analisar as estratégias e negociações que surgem da relação entre as partes envolvidas (beneficiários e assistentes sociais), bem como os impactos e significados do benefício no consumo das famílias atendidas pelo programa que residem na favela. Entre os resultados alcançados, destaca-se que, no âmbito municipal, para se tornar ou permanecer um beneficiário, existem estratégias e negociações “informais” diferentes das estabelecidas pelas diretrizes oficiais do programa e que os beneficiários atribuem distintos significados ao dinheiro dele proveniente.

A ERA NEGRA DO VALE: CAFÉ, ESCRAVOS E SENHORES EM PIRAI

DANIEL NOGUEIRA GANDRA

Data da defesa: 23/03/2016 – Mestrado Acadêmico

Banca: Verena Alberti (orientadora), Ynaê Lopes dos Santos (coorientadora), Marco Aurélio Vannucchi Leme de Mattos (CPDOC/FGV) e Ricardo Henrique Salles (UNIRIO)

Resumo: O presente trabalho analisa cinco inventários dos maiores produtores de café no município de Piraí, no Vale do Paraíba, entre os anos de 1839 e 1848, totalizando quase dois mil escravos. A partir de uma perspectiva de história econômica pretende-se mostrar que a produção cafeeira permitia o acúmulo de capital e seu reinvestimento na expansão da monocultura. O estudo dos cativeiros também busca evidenciar que os cativos, africanos em sua maioria, eram agentes na formação de suas famílias, mantendo um espaço de sociabilidade baseado na memória e na construção de uma nova identidade afro-brasileira.

A AGÊNCIA MCCANN-ERICKSON DO BRASIL: UM ESTUDO SOBRE A PROFISSIONALIZAÇÃO DO CAMPO PUBLICITÁRIO BRASILEIRO (1935-1964)

PATRÍCIA SUNAH DE NEGREIROS LOPES

Data da defesa: 28/04/2016 – Mestrado Acadêmico

Banca: Marco Aurélio Vannucchi Leme de Mattos (orientador), Alexandre Luis Moreli Rocha (CPDOC/FGV) e Flávio Limonic (UNIRIO)

Resumo: A dissertação tem como tema a profissionalização do campo publicitário. Em se tratando do campo publicitário brasileiro especificamente, e levando em consideração que a profissionalização desse campo esteve devidamente articulada com a expansão e consolidação das grandes agências publicitárias americanas na América Latina entre as décadas de 1930 e 1960, a pesquisa tem como foco analisar a contribuição da agência publicitária americana McCann-Erickson para o desenvolvimento da área. Partindo da hipótese de que há uma particularidade inerente à experiência brasileira da McCann, a pesquisa mostra como o aporte teórico da Sociologia das Profissões, somado à teoria de construção de campo, pode ser aplicado no estudo da consolidação da Publicidade como uma comunidade profissional única. O trabalho demonstra como os contextos históricos de criação dos campos publicitários americano e brasileiro se entrelaçam com a trajetória da agência McCann-Erickson em solo brasileiro, e termina com a análise dos mecanismos e capitais específicos acionados pela agência para a afirmação de seu posicionamento como polo dominante dentro do campo publicitário brasileiro.

A CIRCULAÇÃO INTERNACIONAL DE DELGADO DE CARVALHO E A CONSTRUÇÃO DA DISCIPLINA DE HISTÓRIA (1930-1945)

MARCELA MORAES GOMES

Data da defesa: 09/05/2016 – Mestrado Acadêmico

Banca: Alexandre Luis Moreli (orientador), Matias Spektor (CPDOC/FGV), Mônica Leite Lessa (UERJ)

Resumo: A dissertação investiga de que forma a trajetória intelectual de Delgado de Carvalho ilustra o papel das relações internacionais na formação do Curso de História nas universidades do Rio de Janeiro durante o governo Vargas (1930-1945). O objetivo é evidenciar a atuação do Estado na promoção de intercâmbios culturais do Brasil com outros países, através das ações do Ministério da Educação e Saúde e do Ministério das Relações Exteriores. A hipótese que norteia o trabalho é a ideia de que o Brasil teria buscado, através dos intelectuais, a ampliação dos intercâmbios culturais com diversos países em momento-chave de reelaboração de seu projeto nacionalista, tendo destaque as transações com os EUA e a França. Para chegar a esta conclusão, articula-se as hipóteses já trabalhadas pela historiografia com as fontes para evidenciar como a circulação internacional do intelectual ilustra o contexto da política externa brasileira e das ações culturais. Sendo assim, busca-se ao longo da narrativa a inserção no debate da emergência da cultura nas Relações Internacionais.

GEOGRAFIAS MODERNISTAS: A IMAGINAÇÃO GEOGRÁFICA NO PROJETO POÉTICO-POLÍTICO DE OSWALD DE ANDRADE

FELIPE CAVALCANTI DE ARAUJO

Data da defesa: 01/07/2016 – Mestrado Acadêmico

Banca: João Marcelo Ehlert Maia (orientador), Bernardo Borges Buarque de Hollanda (CPDOC/FGV) e Sérgio Luiz Nunes Pereira (UFF)

Resumo: Com o propósito de analisar a literatura de Oswald de Andrade a partir de sua imaginação geográfica, a dissertação propõe a potencialidade dos temas telúricos na poética e pensamento do autor, na totalidade de sua obra. Para isso, contemplamos tanto seus escritos mais conhecidos, fartamente estudados, quanto os que receberam menor atenção. Valemos-nos de extensas alusões de Oswald à geografia, predominando as metáforas, mas também a perspectiva de maior desenvolvimento, da qual sua modernidade está impregnada. Para realizar esse diálogo, nos utilizamos da proposta historiográfica de Hayden White, da concepção de imaginação geográfica de John Wright, além de Edward Said e Yu-Fi Tuan. Propomos a aproximação do conceito de urbanização de Gilberto Freyre como a síntese da base espacial dupla: as antípodas floresta e escola.

QUEM VAI FICAR COM LAURA? O CASO DA GALERIA LAURA MARSIAJ NO MERCADO DAS ARTES VISUAIS CARIOCA

JULIA BAKER VALLS PEREIRA

Data da defesa: 08/09/2016 – Mestrado Acadêmico

Banca: João Marcelo Ehlert Maia (orientador), Mônica Almeida Kornis (CPDOC/FGV) e Marcelo Campos (UERJ)

Resumo: o trabalho analisa um dos agentes do mercado de artes: a galeria comercial. Foi uma escolha trabalhar apenas com uma galeria e entender seu microcosmo. Partindo de uma análise dos principais autores a tratar do tema da Sociologia da Arte, foi possível delimitar os agentes pertencentes ao campo das artes e como suas relações são traçadas. O primeiro capítulo sintetiza as teorias utilizadas assim como discorre sobre a história das galerias no Rio de Janeiro. Os dois capítulos seguintes se concentram no objeto de estudo da dissertação: a história da galerista Laura Marsiaj e de suas experiências no Rio de Janeiro. A construção dos capítulos se deu a partir da pesquisa em acervos de jornais, pesquisa de campo e entrevistas com sujeitos do campo das artes que possuíam ligações de diferentes âmbitos com Laura. O objetivo da dissertação é realizar um estudo de caso da galeria e, através dele, ver como ocorrem as relações na esfera do mercado de artes.

A DITADURA MILITAR BRASILEIRA SOB O OLHAR JUVENIL: UMA ANÁLISE DOS FILMES *NUNCA FOMOS TÃO FELIZES* E *O ANO EM QUE MEUS PAIS SAÍRAM DE FÉRIAS*

ROBERTA LEMOS

Data da defesa: 27/09/2016 – Mestrado Acadêmico

Banca: Mônica Almeida Kornis (orientadora), Angela Moreira Domingues da Silva (CPDOC/FGV) e Antonio Carlos Tunico Amancio (UFF)

Resumo: o trabalho tem como objetivo promover uma análise dos filmes *Nunca fomos tão felizes* (Murilo Salles, 1984) e *O ano em que meus pais saíram de férias* (Cao Hamburger, 2006), que apresentam um ponto de vista juvenil acerca do contexto da ditadura civil-militar

no Brasil (1964-1985). Pretendemos compreender de que forma os dois filmes constroem suas memórias a respeito do período ditatorial, levando em consideração o momento em que cada obra foi realizada e a construção narrativa de ambas.

APRIMORANDO O SISTEMA DE CONTROLE INTERNO DA CÂMARA MUNICIPAL DE ARARUAMA: DIAGNÓSTICO DA SITUAÇÃO ARQUIVÍSTICA DO PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL

ARMANDO CEZAR SIQUEIRA PEREIRA

Data da defesa: 18/03/2016 – Mestrado Profissional

Banca: Letícia Carvalho de Mesquita Ferreira (orientadora), Luciana Quillet Heymann (CPDOC/FGV) e Fernando Fontainha (IESP/UERJ)

Resumo: O principal objetivo da dissertação é examinar criticamente a situação arquivística da Câmara Municipal de Araruama, descrevendo e analisando de que forma ocorre a organização, a gestão e a disponibilização de documentos por parte do poder legislativo daquele município e apresentando ao final, com o intuito de contribuir para a gestão documental na Câmara, o esboço de um Projeto de Resolução. O trabalho justifica-se pela importância de uma correta e eficiente gestão de documentos para que se possa garantir o cumprimento do princípio constitucional da transparência pública, regulamentado pela Lei Federal nº 12.527/2011, conhecida como Lei de Acesso à Informação.

À ORGANIZAÇÃO SOCIAL E O ACESSO À CULTURA: O CASO DAS BIBLIOTECAS PARQUE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

LUIZ FERNANDO ZUGLIANI

Data da defesa: 30/03/2016 – Mestrado Profissional

Banca: Roberto da Costa Pimenta (orientador), Dulce Chaves Pandolfi (CPDOC/FGV) e Joaquim Rubens Fontes Filho (EBAPE/FGV)

Resumo: A dissertação procura analisar qual a contribuição das Organizações Sociais para o acesso a direitos culturais a partir da experiência das Bibliotecas Parque do Estado do Rio de Janeiro, em especial a de Manguinhos e a da Rocinha. Levando-se em conta que as formas de cooperação para a efetivação de direitos culturais são múltiplas e precisam ser pensadas a partir da interrelação de vários atores e aspectos, todas invariavelmente necessitam desaguar em molduras de gestão viabilizadoras do acesso à cultura. A pesquisa adota o método do estudo de caso, valendo-se de pesquisas bibliográfica, documental e de campo. Apresenta o cenário de construção dos direitos culturais em larga expansão no Brasil, e destaca que, para materializá-los, torna-se necessário estudar, avaliar e adotar modelos organizacionais alternativos aos tradicionais que caracterizam a administração pública direta e indireta. Aborda o campo da gestão e dos direitos culturais no contexto das três principais reformas do aparelho do Estado Republicano, ocorridas nas décadas de 30, 60 e 90, com ênfase na última, que incorpora a teoria da Nova Gestão Pública, base da dissertação. Focaliza a Organização Social como modelo opcional à gestão de instituições ou programas culturais, a partir da realidade existente, das motivações, das vantagens e das perspectivas, e aduz uma narrativa acerca do processo de concepção da legislação do estado do Rio de Janeiro. Verifica como surgiram esses equipamentos culturais e como se deu a formação da rede de Bibliotecas Parque. Descreve o processo de implantação das Organizações Sociais de Cultura no estado e apresenta o gestor das bibliotecas e sua relação com a Secretaria de Cultura. Conclui que há necessidade de aperfeiçoamento de mecanismos de gestão, a fim de que o modelo possa, de fato, oferecer contribuição para o acesso a direitos culturais.

BIOGRAFIA DE UM LIVRO RARO: MANUSCRITO JESUÍTICO NA BIBLIOTECA DE OSWALDO CRUZ

MARCELO DE LIMA DA SILVA

Data da defesa: 30/03/2016 – Mestrado Profissional

Banca: João Marcelo Ehlert Maia (orientador), Verena Alberti (CPDOC/FGV) e Maria Luisa Ramos de Oliveira Soares (UFRJ)

Resumo: O objeto da pesquisa é um livro raro e especial, integrante da Biblioteca de Obras Raras da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz). Trata-se do Formulário Médico, escrito em 1703 por jesuítas. Esse livro é um manuscrito, composto por 225 páginas, nas quais estão descritas

receitas médicas para a cura de diversas doenças, através da utilização da fauna e da flora dos locais onde as missões jesuíticas se instalaram. Além de traçar uma biografia dessa obra, investigando sua trajetória no acervo da Fiocruz, a pesquisa também analisou a forma como o Formulário Médico foi tratado no acervo ao longo de décadas. Ao abordar também esse aspecto, esperamos contribuir significativamente para as reflexões sobre a responsabilidade das instituições de guarda, em geral, no que diz respeito à forma e à preservação de tais obras para o futuro.

FALA MANGUINHOS!: A CONSTRUÇÃO DE UMA AGÊNCIA DE COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA EM FAVELAS E CONJUNTOS HABITACIONAIS CARIOCAS

ALEX LUIZ BARROS VARGAS

Data da defesa: 25/04/2016 – Mestrado Profissional

Banca: Dulce Chaves Pandolfi (orientadora), Mariana Cavalcanti Rocha dos Santos (CPDOC/FGV e IESP/UERJ) e Luiz Antônio Machado da Silva (IESP/UERJ)

Resumo: A dissertação analisa a prática da Comunicação Social no Brasil, uma das questões mais importantes para a estruturação e manutenção do poder na sociedade, evidenciada, mais uma vez, com a crise institucional iniciada em 2014, que colocou o direito à produção e divulgação de informações e opiniões no centro do debate nacional. Para tanto, tomou-se como referência as condições políticas, administrativas e operacionais presentes na experiência da Agência de Comunicação Comunitária do Complexo de Manguinhos, aglomerado de favelas e conjuntos habitacionais populares da cidade do Rio de Janeiro.

REDES DE SOBREVIVÊNCIA NAS RUAS DE COPACABANA: UMA CASA COM 74 CÔMODOS E MAIS DE 140 MIL VIZINHOS

PATRICIA GONZALEZ

Data da defesa: 25/04/2016 – Mestrado Profissional

Banca: Letícia Carvalho de Mesquita Ferreira (CPDOC/FGV), Valter Sinder (PUC-Rio) e Julia Galli O'Donnell (IFCS/UFRJ)

Resumo: A partir da trajetória de Zenita dos Santos Teixeira, negra, nascida em uma tribo de índios tapuios, no Maranhão, e das histórias de outros indivíduos em situação de rua, a etnografia, ambientada nas ruas de Copacabana, analisa a dinâmica das redes de sobrevivência, focalizando o modo como são constituídas, se reproduzem e se desfazem. A retirada de Zenita das calçadas do bairro em 2012 e o acolhimento compulsório no Abrigo Cristo Redentor, em Bonsucesso, onde viveu os últimos anos de sua vida sob a tutela do Estado, possibilitaram a construção da hipótese de que as redes, por um lado, garantem a sobrevivência da chamada população em situação de rua; porém agentes e agências estatais, muitas vezes articulados a outros agentes sociais que lidam com esta população, atuam de forma a retirá-la do espaço público, desfazendo suas redes de forma temporária ou definitiva.

OS DESAFIOS DA PRESERVAÇÃO E DA EXPOSIÇÃO DE OBRAS DE ARTE: O CASO DO ACERVO PIRANESI NA BIBLIOTECA NACIONAL

GILVÂNIA FARIA DE LIMA

Data da defesa: 20/05/2016 – Mestrado Profissional

Banca: Mônica Almeida Kornis (orientadora), Maria Luisa Soares (UFRJ; coorientadora), Verena Alberti (CPDOC/FGV) e Paulo Knauss (UFF)

Resumo: O objetivo do estudo é investigar de que maneira a Biblioteca Nacional responde ao desafio de preservar e dar acesso ao seu monumental acervo, tendo como estudo de caso o acervo Piranesi. Trata-se de um conjunto de 1.600 gravuras, reunidas em 26 obras, do artista italiano Giovanni Battista Piranesi (1720-1778). O estudo examina a trajetória histórica da área da conservação-restauração de bens culturais, o desenvolvimento do setor de preservação de acervos em papel na Biblioteca Nacional e os processos de acesso da instituição. A análise das intervenções de conservação-restauração realizadas no acervo Piranesi no decurso das suas exposições suscitou questões relacionadas à atuação do conservador-restaurador, à ética da profissão e às políticas institucionais de preservação de acervo.

ALEMANHA ORIENTAL: MODOS DE LEMBRAR

JULIANA ALVIM DE OLIVEIRA

Data da defesa: 09/06/2016 – Mestrado Profissional

Banca: Oliver Stuenkel (orientador), Alexandre Luis Moreli (CPDOC/FGV) e Maurício Santoro (UERJ)

AS MUITAS FACETAS DE UMA ORGANIZAÇÃO EM MOVIMENTO: O CASO VIVA RIO

CAROLINE CAÇADOR

Data da defesa: 01/08/2016 – Mestrado Profissional

Banca: Fernando Guilherme Tenório (orientador), Dulce Chaves Pandolfi (CPDOC/FGV) e Lamounier Erthal Villela (UFRRJ)

Resumo: O estudo tem por objetivo analisar todas as transformações organizacionais do Viva Rio ao longo de sua trajetória social de 22 anos, de Movimento Social a Organização Social em Saúde. Com base no levantamento histórico dos caminhos que foram percorridos, as estratégias adotadas em cada momento e os conflitos internos e externos decorrentes dessas escolhas, o trabalho pretende discutir mais os desafios postos pela dinâmica das oportunidades no universo do Terceiro Setor. E o que esperar do futuro para o Viva Rio em termos de novos arranjos institucionais.

“DO MARANHÃO PARA O MUNDO” – O BUMBA-MEU-BOI DE ORQUESTRA: TRADIÇÃO, CULTURA POPULAR E TURISMO NO BRINCAR DO BRILHO DA ILHA

FABIA HOLANDA DE BRITO

Data da defesa: 09/08/2016 – Mestrado Profissional

Banca: Letícia Carvalho de Mesquita Ferreira (orientadora), Angela Moreira Domingues da Silva (CPDOC/FGV) e Zoy Anastassakis (ESDI/UERJ)

Resumo: O trabalho discute mudanças que vêm ocorrendo no Bumba-meu-boi do Maranhão, decorrentes entre outras coisas do turismo cultural. Foca no chamado “sotaque de orquestra” e toma como estudo de caso o grupo Brilho da Ilha, partindo das percepções dos brincantes acerca das transformações ocorridas no folguedo e da observação participante. Entende-se por mudanças as adequações e a introdução de novos elementos ou personagens, em uma releitura do auto do bumba-meu-boi. O bumba-meu-boi se reinventa, não só por causa do turismo, mas também do mercado cultural, da própria dinâmica da sociedade e da demanda que é colocada pelos patrocinadores da brincadeira, geralmente o próprio estado, aos grupos. Essa reinvenção, porém, não desfaz o fato de se tratar de um folguedo tradicional.

ÚLTIMA HORA: UMA TRIBUNA DO GOVERNO E DOS TRABALHADORES

PATRÍCIA RIBEIRO DOS REIS PADOVANI

Data da defesa: 24/08/2016 – Mestrado Profissional

Banca: Américo Oscar Guichard Freire (orientador), Paulo Roberto Ribeiro Fontes (CPDOC/FGV) e Fernando Lattman-Weltman (UERJ)

Resumo: A pesquisa trata do cruzamento entre os interesses do governo e os interesses da classe trabalhadora nas páginas da *Última Hora*. Criado para defender e difundir a política de Getúlio Vargas e responder às críticas dos demais veículos de imprensa, o jornal também tinha como objetivo principal representar os interesses dos setores populares, principalmente dos trabalhadores. O recorte cronológico para a análise foi o segundo governo Vargas, de 1951 a 1954, e o marco temporal do estudo é 1951, ano de surgimento da *Última Hora*. O trabalho identifica de que forma o trabalhismo esteve retratado no jornal, por meio da análise da cobertura jornalística em momentos-chave da representação dessa ideologia política durante o segundo governo Vargas: as comemorações pelo aniversário do então presidente e pelo Dia do Trabalho e a gestão de João Goulart à frente do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. A pesquisa analisa também a cobertura das duas grandes greves que aconteceram no período: a Greve dos 300 mil e a Greve dos Marítimos, ambas em 1953, e os espaços destinados às reclamações dos trabalhadores nas páginas dos jornais: a coluna “Fala o Povo na UH” e a realização dos simulados dos tribunais populares contra a economia do povo.

A CONSTRUÇÃO DA BUSCA POR RUBENS PAIVA: UM ESTUDO DE CASO NAS INVESTIGAÇÕES SOBRE O DESAPARECIMENTO DO PARLAMENTAR

JULIANA SCHWARTZ DAL PIVA

Data da defesa: 01/09/2016 – Mestrado Profissional

Banca: Angela Moreira Domingues da Silva (orientadora), Dulce Chaves Pandolfi (CPDOC/FGV) e Samantha Quadrat (UFF)

Resumo: o estudo analisou as investigações empreendidas sobre o desaparecimento do deputado federal Rubens Paiva entre 1971 e 2014 para tentar compreender a longa e tortuosa trajetória que levou a 2ª Turma Especializada do Tribunal Regional Federal a reconhecer que o caso configurava um crime de lesa-humanidade – decisão até então inédita no Judiciário brasileiro. A sentença foi dada após 40 anos de investigações sobre o crime contra o parlamentar. Com diferentes objetivos e em distintos contextos, foram realizados quatro procedimentos de apuração de órgãos estatais sobre o desaparecimento de Rubens Paiva: (I) a Sindicância do Exército (1971), (II) o inquérito da Polícia Federal (1986), depois transformado em Inquérito Policial-Militar e conduzido pelo Exército (1987), (III) a pesquisa da Comissão Nacional da Verdade e da Comissão da Verdade do Rio (2012-2014) e (IV) a investigação do Ministério Público Federal (2012-2014). Além disso, a pesquisa incorporou para a análise alguns períodos específicos da luta da família Paiva, como o pedido de investigação feito por Eunice Paiva no Conselho dos Direitos da Pessoa Humana (CDDPH), em 1971, e depois em 1979. A análise dos procedimentos do caso Rubens Paiva permitiu encontrar representações dos paradoxos com as quais as vítimas de violações de direitos humanos foram tratadas em contextos distintos desde o regime militar, exemplificando os ciclos dessa luta.

QUEM DESCOBRIU A FAVELA? A TRAJETÓRIA DAS AGÊNCIAS DE TURISMO NAS FAVELAS CARIOCAS

CAROLINE MARTINS BEZERRA DE MELO

Data da defesa: 05/09/2016 – Mestrado Profissional

Banca: Celso Castro (orientador), Palloma Menezes (CPDOC/FGV) e Valéria Lima Guimarães (UFF)

DIAGNÓSTICO SOCIAL: UM INSTRUMENTO DE PESQUISA SOBRE POPULAÇÕES E TERRITÓRIOS

RENATA SIQUEIRA

Data da defesa: 19/09/2016 – Mestrado Profissional

Banca: Marcio Grijó Vilarouca (orientador), Palloma Menezes (CPDOC/FGV) e Leandro Molhano (Direito Rio/FGV)

Resumo: a dissertação apresenta uma análise da forma como o Terceiro Setor e as Organizações Não Governamentais – ONGs vêm dialogando com o público e com o território que atendem, principalmente sob o enfoque da ferramenta diagnóstico social, instrumento que aborda tecnicamente as questões sociais e as causalidades dos fenômenos observados nas localidades. Para tanto, é realizada uma revisão bibliográfica sobre a ferramenta e o contexto de institucionalização do Terceiro Setor e das ONGs, além do retrato da realização do Diagnóstico Social pelo Instituto Bola Pra Frente em 2016.

LISTA DE PARECERISTAS/NÚMERO 59/ MUNDOS DO TRABALHO

Aldrin Castellucci (UNEB)
Ana Lucia Vieira (UFAM)
André Cicalo (King's College, Reino Unido)
Angela de Castro Gomes (UNIRIO)
Angela Vergara (State University of California, Estados Unidos)
Angelo Priori (UEL)
Antonio Luigi Negro (UFBA)
Antônio Torres Montenegro (UFPE)
Aruã Silva de Lima (UFAL)
Brodwyn Fischer (University of Chicago, Estados Unidos)
Cândido Gonçalo Rocha Gonçalves (Instituto Universitário de Lisboa, Portugal)
Clarice Speranza (UFPEl)
Cláudia Mauch (UFRGS)
Cristiana Schettini (Universidad Nacional de San Martín, Argentina)
Dulce Pandolfi (CPDOC/FGV)
Felipe Loureiro (USP)
Felipe Maia (UFJF)
Felipe Ribeiro (UFRRJ)
Fernando Teixeira da Silva (UNICAMP)
Frederico Castro Neves (UFC)
Gabriela Sampaio (UFBA)
Gabriela Scodeller (Universidad Nacional de La Plata, Argentina)
Gillian McGillivray (York University, Canadá)
Giovana Xavier (UFRJ)
Guilherme Leite Gonçalves (UERJ)
Gustavo Siqueira (UERJ)
Henrique Espada (UFSC)
Janes Jorge (UNIFESP)
Jean Rodrigues Sales (UFRRJ)
Joana Maria Pedro (UFSC)
Keila Grinberg (UNIRIO)
Larissa Rosa Corrêa (PUC-Rio)

Leonardo Pereira (PUC-Rio)
 Leonilde Medeiros (UFRRJ)
 Luciano Aronne de Abreu (PUC-RS)
 Luigi Biondi (UNIFESP)
 Luis Paulo Bresciani (USCS)
 Manuel Bastias Saavedra (Universidad Austral de Chile, Chile)
 Marcia de Paula Leite (UNICAMP)
 Marco Antonio Perruso (UFRRJ)
 Marcos Antonio Pedlowski (UENF)
 Marcus Dezemone (UFF)
 Maria Helena Versiani (Museu da República)
 María José Magliano (Universidad Nacional de Córdoba, Argentina)
 Mariana Joffily (UDESC)
 Marilda Menezes (UFABC)
 Mario Henrique Ladosky (UFCG)
 Marta Cioccarì (UFRRJ)
 Martín Albornoz Crespo (Universidad Nacional de San Martín, Argentina)
 Maud Chirio (Université Paris-Est Marne-la-Vallée, França)
 Maurizio Atzeni (Loughborough University, Reino Unido)
 Mirta Lobato (Universidad de Buenos Aires, Argentina)
 Nauber Gavski da Silva (Pós-Doc da UNICAMP)
 Osvaldo Maciel (UFAL)
 Paula Palamartchuk (UFAL)
 Paulo Cruz Terra (UFF)
 Paulo Drinot (University College London, Reino Unido)
 Rafael Ioris (University of Denver, Estados Unidos)
 Remi Castioni (USP)
 Ricardo Antunes (UNICAMP)
 Robério Souza (UNEB)
 Rodolfo Porrini (Universidad de La Republica, Uruguai)
 Samuel Oliveira (CEFET-RJ)
 Sandra Regina Barbosa da Silva Souza (Comissão Estadual da Verdade/BA)
 Sidney Antonio Silva (UFAM)
 Sueann Caulfield (University of Michigan, Estados Unidos)
 Tania de Luca (UNESP)
 Thomas Rogers (Emory University, Estados Unidos)
 Vera Lúcia Navarro (USP)
 Viktor Chagas (UFF)
 Vinícius Rezende (UFBA)

FOCO E ESCOPO

A revista *Estudos Históricos* tem como objetivo a publicação de trabalhos inéditos, com uma perspectiva histórica, de pesquisadores da comunidade acadêmica nacional e internacional das áreas de História, Ciências Sociais e afins.

O periódico aceitará somente trabalhos inéditos de doutores e doutorandos sob a forma de artigos e ensaios bibliográficos. Cabe aos editores avaliarem previamente os manuscritos, com o intuito de identificar qualquer conduta imprópria relacionada à plágio, autoplágio, conferindo publicações anteriores da autoria e de terceiros sobre o mesmo tema. Quando identificada a conduta imprópria, a *Estudos Históricos* negará a avaliação do artigo, informando a decisão aos envolvidos.

Todos os artigos apresentados aos Editores serão submetidos a dois ou mais pareceristas para que emitam sua avaliação. Será mantido sigilo quanto à identidade tanto destes, quanto dos autores. Os pareceres poderão recomendar: a) a aceitação integral do texto; b) a recusa integral; c) a aceitação com pequenas modificações; d) a aceitação com modificações significativas, sendo o texto, nestes dois últimos casos, reenviado ao(à) autor(a) para as alterações.

A decisão final sobre a publicação ou não do manuscrito será sempre dos Editores, que prezam pela distribuição geográfica dos(as) autores(as) a serem publicados. Os Editores se reservam o direito de solicitar, igualmente, alterações nos originais. As alterações referentes à padronização e redação, introduzidas pelos próprios Editores, visarão sempre a manter a homogeneidade e qualidade da revista, respeitando, porém, o estilo e as opiniões dos autores. Os textos em inglês e espanhol, quando aceitos pelos Editores, serão publicados em sua língua original e, sempre que possível, serão traduzidos para o português.

Todo artigo enviado à revista deverá ser acompanhado de uma lista de até seis palavras-chaves que identifiquem os principais assuntos tratados e de um resumo em português, com versões em inglês e espanhol, com 100 palavras no máximo, onde fiquem claros os propósitos, os métodos empregados e as principais conclusões do trabalho.

Caso o artigo resulte de pesquisa subvencionada por agência financiadora, esta deverá ser mencionada. Deverão ser igualmente encaminhados aos Editores dados sobre o(a) autor(a) (titulação e vinculação institucional etc.) e duas declarações: a primeira, de responsabilidade e originalidade, e a segunda, de cessão de direitos autorais (cf. modelos infra). Os artigos publicados na revista poderão também ser disponibilizados em diferentes mídias e na Internet.

Os ensaios bibliográficos deverão estar estruturados em torno de uma análise crítica de bibliografia relevante, nacional e/ou internacional, produzida nos últimos cinco anos e relacionado à temática específica do número da revista.

Após a publicação de artigo na *Estudos Históricos*, o(a) autor(a) estará submetido a um período de dois anos de carência, sem poder submeter nova proposta de artigo. Os(As) autores(as) que colaborarem como pareceristas não poderão submeter artigo para o mesmo número da Revista para a qual contribuíram.

A revista *Estudos Históricos* não cobra taxa de submissão.

DIRETRIZES PARA AUTORES

1. Texto – Os textos submetidos aos Editores deverão estar nas línguas portuguesa, inglesa ou espanhola e no formato DOC, DOCX ou RTF (desde que não ultrapassem 5MB), fonte Times New Roman 12, espaço duplo, formato de página A4. Nesse padrão, os textos deverão ter um mínimo de 35 mil caracteres e um máximo de 50 mil caracteres (com espaços) para artigo, um mínimo de 20 mil caracteres e um máximo de 35 mil caracteres (com espaços) para ensaios bibliográficos, incluindo títulos, notas e referências bibliográficas e excluindo os resumos.

A identificação de autoria do trabalho deve ser removida do arquivo e da opção 'Propriedades' do documento Word ou RTF, garantindo desta forma o critério de sigilo da revista.

2. Notas e remissões bibliográficas – As notas deverão ser sucintas. As remissões bibliográficas não deverão ser feitas em notas, e sim figurar no corpo principal do texto. Na remissão deverá constar o nome do autor, seguido da data de publicação da obra e do número da página, separados por dois pontos.

Exemplos: Segundo Cassirer (1979: 46), a síntese e a produção pelo saber...

O eu que enuncia "eu" (Benveniste, 1972: 32)...

3. Referências bibliográficas – As referências bibliográficas deverão constituir uma lista única no final do artigo, em ordem alfabética. Deverão obedecer às normas da NBR 6023:2002, conforme os seguintes modelos:

I) tratando-se de livro: a) sobrenome do autor (em letra maiúscula), seguido do nome; b) título da obra (itálico); c) nº da edição; d) local de publicação; e) nome da editora; f) data de publicação.

Exemplo: BACHELARD, Gaston. *La terre et les rêveries de la volonté*. Paris: Librairie José Corti, 1984.

II) tratando-se de artigo: a) sobrenome do autor (em letra maiúscula), seguido do nome; b) título do artigo; c) nome do periódico por extenso (itálico); e) local de publicação; f) volume e nº do periódico; g) data de publicação.

Exemplo: CAMARGO, Aspásia. Os usos da história oral e da história de vida: trabalhando com elites políticas. *Dados*, Rio de Janeiro, vol. 27, n. 1, 1984.

DOCUMENTOS

Declaração de responsabilidade e transferência de direitos autorais:

Cada autor(a) deve concordar com os documentos abaixo relacionados:

- (1) Declaração de ética, responsabilidade e originalidade
- (2) Transferência de direitos autorais.

Envio de manuscritos

Os artigos somente poderão ser submetidos à editoria através do Sistema Eletrônico de Editoração de Revistas, disponível no portal da Biblioteca Digital da FGV, no endereço <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh>.

Toda correspondência referente à publicação de artigos deverá ser enviada para eh@fgv.br.

CONDIÇÕES PARA SUBMISSÃO

Como parte do processo de submissão, os autores são obrigados a verificar a conformidade da submissão em relação a todos os itens listados a seguir. As submissões que não estiverem de acordo com as normas serão devolvidas aos autores.

1. Declaração de ética, responsabilidade e originalidade será firmada nos seguintes termos:

"Certifico minha responsabilidade pelo conteúdo do texto, concebido por mim ou com minha participação, e atesto não ter omitido quaisquer ligações ou acordos de financiamento entre mim e agências que possam ter interesse em sua publicação. Atesto igualmente que o texto a ser submetido é original, não contém plágio, autoplágio ou publicação de resultados de pesquisa fraudulentos. Atesto, ainda, que o manuscrito não foi nem será enviado a outro periódico, seja no formato impresso ou no eletrônico, enquanto sua publicação estiver sendo considerada pela revista Estudos Históricos".

2. Transferência de direitos autorais:

"Declaro que, em caso de aceitação do artigo, a revista Estudos Históricos passará a deter os direitos autorais referentes ao texto, que se tornará sua propriedade exclusiva, vedada qualquer reprodução, total ou parcial, em qualquer outra parte ou meio de divulgação, impressa ou eletrônica, sem que a prévia e necessária autorização seja solicitada por mim. Se obtida a autorização, declaro que farei constar o competente agradecimento à revista".